

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

JANEIRO

MARÇO

2000

2000300

10€

[IVA INCLUIDO]

número

8

Terra Brasilis

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



Fronteiras no Brasil Colonial **A. J. R. Russell-Wood** Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII **Inácio Guerreiro** Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid **Synésio Sampaio Góes** Reformar as florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa **Manuel Lucena Giraldo** Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748) **André Ferrand de Almeida** A Política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759) **Isabel Vieira Rodrigues** Nas Fronteiras do Brasil Meridional: Jesuítas, Bandeirantes e Guaranis **Arno Alvarez Kern** Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura políticano sertão do rio São Francisco, Minas Gerais (1736) **Luciano Figueiredo** A saga dos sertanistas **Maria Beatriz Nizza da Silva** Mato Grosso: Estado Fronteira **Miguel Faria** Brasil Colônia: 300 anos de História em documentos organizados e acessíveis **Esther Caldas Guimarães Bertoletti**

n.º
40



assinaturas

4 números anuais

Portugal: 6.500\$00

Brasil e PALOP: 8.000\$00

Resto do Mundo: 12.000\$00

Revista **OCEANOS**
Comissão Nacional para
as Comemorações
dos Descobrimentos Portugueses

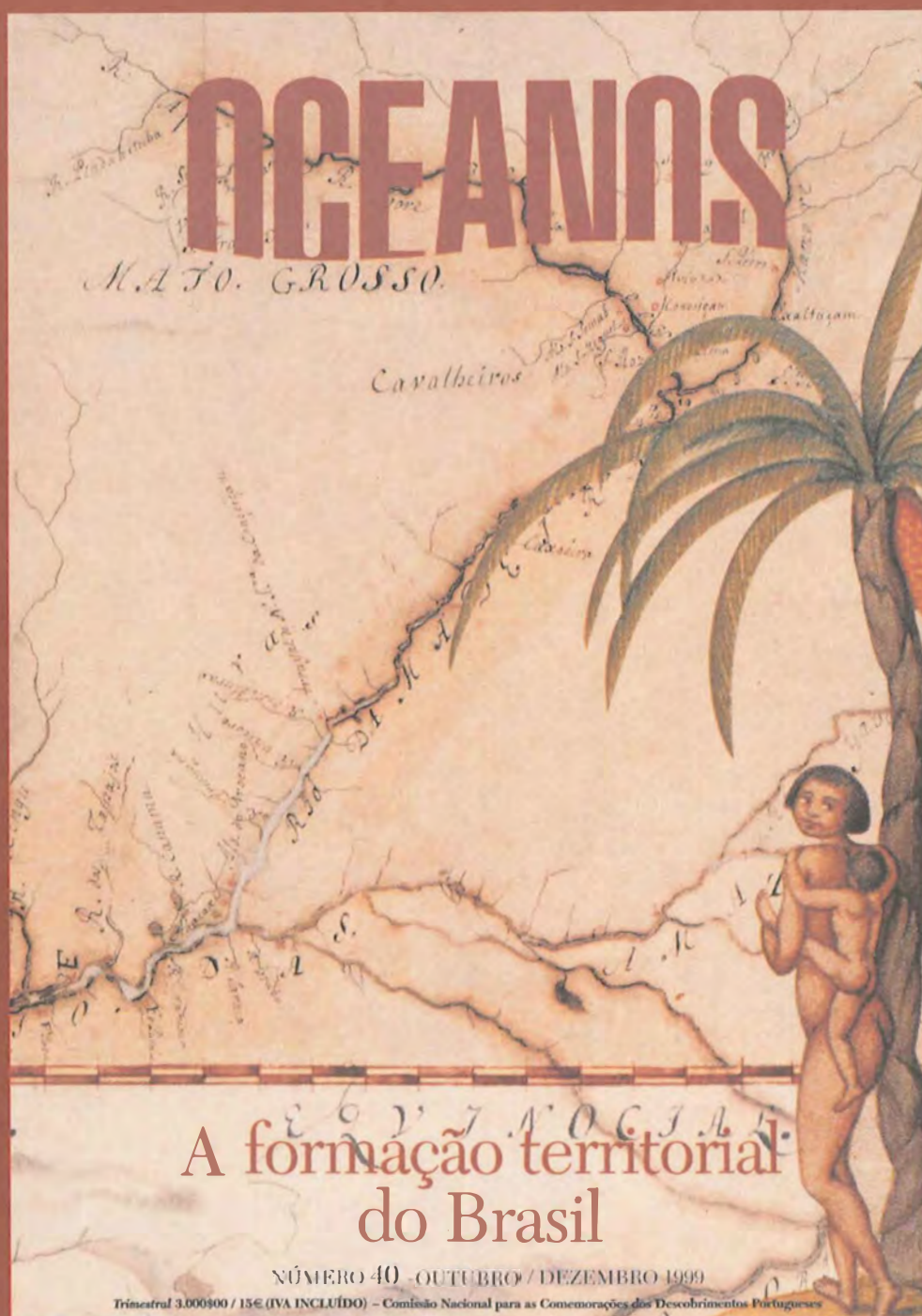
Rua Jardim do Tabaco, 23,

1100-286 Lisboa

Tel. 21 881 09 00

Fax 21 888 10 23

e-mail: oceanos@mail.telepac.pt



Trimestral 3.000\$00 / 15€ (IVA INCLUIDO) - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses



© JOÃO RIBEIRO

O Instituto Camões não poderia deixar de se associar às celebrações do V Centenário do Achatamento do Brasil. Organizou, assim, em estreita colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, um vasto conjunto de actividades em todo o Mundo - de Vigo a Tóquio - com particular destaque para Embaixadas, Consulados, Centros Culturais Portugueses, Centros de Língua Portuguesa, Leitorados, Universidades e Instituições culturais estrangeiras, em muitos casos em parceria com representações diplomáticas, consulares ou culturais do país irmão.

Das iniciativas programadas sublinha-se a criação do Pólo de S. Paulo do Instituto Camões, a concepção dos «Encontros de S. Clemente», assentes no binómio Música-Literatura, a realizar com carácter regular no Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro, a institucionalização do Centro de Referência Luso-Brasileiro no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, a consolidação e desenvolvimento do programa de cátedras e protocolos com universidades brasileiras, designadamente de S. Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Tocantins e o projecto de modernização dos Gabinetes Portugueses de Leitura, verdadeiros repositórios da Cultura Portuguesa em algumas das mais importantes cidades brasileiras.

De entre os eventos destinados a assinalar a passagem da efeméride, destaca-se o lançamento de um número de *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas* exclusivamente dedicado à *Terra Brasilis*. O presente número será lançado em Santarém, na Casa do Brasil, por ocasião das cerimónias alusivas ao 5º centenário da partida da armada de Cabral que contarão com a presença dos Chefes de Estado de Portugal e do Brasil.

Ao longo de milénios, os primitivos habitantes do território brasílico - erroneamente apelidados de *índios* - ocuparam progressivamente o vasto espaço sul-americano, construíram modelos de

aproveitamento de ecossistemas, desenvolveram diferentes tipos de civilização material, de organização social e política e de sistemas de crenças.

Independentemente de alguns trechos da costa setentrional do Brasil terem sido avistados ou reconhecidos anteriormente à ancoragem da armada cabralina em Porto Seguro e da polémica em torno da sua intencionalidade ou casualidade, o certo é que somente a partir dos contactos estabelecidos pelos membros da esquadra de Cabral com a terra e a gente brasílicas, em Abril de 1500, se divulgaram em Portugal e, em seguida, nos outros estados europeus, notícias sobre o «achamento», na região ocidental do Atlântico Sul, de uma terra firme habitada por gentes desconhecidas, daí resultando, na consagrada expressão do historiador brasileiro João Capistrano de Abreu, o «*descobrimento sociológico do Brasil*». Com a chegada das primeiras expedições portuguesas iniciou-se uma nova etapa na história daquela região. O surto de expansão quatrocentista lusitano que, entre outras consequências, contribuiu decisivamente para o estabelecimento de ligações marítimas entre os vários continentes e para modificar a concepção da Terra, teve, também, profundas repercussões na América do Sul.

Foi, pois, nesta perspectiva que se concebeu este número da revista *Camões*, problematizando alguns dos temas enunciados e nunca perdendo de vista que os cruzamentos de portugueses com ameríndias e negras, contribuíram para criar uma sociedade fortemente miscigenada, do ponto de vista biológico, na qual os intercâmbios culturais, linguísticos, religiosos, técnicos, botânicos e zoológicos geraram uma cultura portadora de uma profunda originalidade, desmentindo a conclusão de um ilustre jesuíta português de Quinhentos, o padre Fernão Cardim, que, em 1585, afirmava que «*este Brasil é já outro Portugal*».

Jorge Couto

DIRECTOR

Jorge Couto

DIRECTOR-ADJUNTO

Luísa Mellid-Franco

DIRECTOR DE PRODUÇÃO

Rui M. Pereira

DESIGN GRÁFICO

TVM designers (Luís Moreira)

EDITORES

Henrique Viana
Joana Amaral
Maria João Camacho
M. Piedade Braga Santos

ASSINATURAS

Elisa Camarão

TRATAMENTO DE TEXTO

Cristina Pereira Coutinho

PRÉ-IMPRESSÃO

Policor

IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Instituto Camões
Campo Grande, 56 - 7º
1749-103 Lisboa
Tel: 21 795 54 70/2
Fax: 21 795 61 13
rev.icamoes@mail.telepac.pt

PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Revista Camões
Rua Jardim do Tabaco, 23 - 1º
1100-286 Lisboa
Tel: 21 8810979
rev.camoes@cncdp.pt

TIRAGEM

10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

124734/99

DISTRIBUIÇÃO

Bertrand

Camões é editada pelo Instituto Camões com o apoio de Produção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ISSN: 0874-3029

8	A Gente da Terra <i>Jorge Couto</i>
23	O Achamento da Terra de Vera Cruz <i>Jorge Couto</i>
40	Desta Vossa Ilha de Vera Cruz... é já outro Portugal! <i>Ana Maria de Azevedo</i>
54	Bravos homens de outrora <i>Vera Lucia Bottrel Tostes</i>
63	A Descoberta do <i>Outro</i> na Carta de Pêro Vaz de Caminha <i>José Augusto Seabra</i>
72	Frei Henrique de Coimbra: primeiro missionário em Terras de Vera Cruz <i>Maria Adelina Amorim</i>
86	Bandeira de Navegantes <i>Nuno Crato</i>
94	Brasil: do «descobrimento» à «construção» <i>Fernando Cristóvão</i>
114	Brasil: factores de unidade <i>António Pedro Vicente</i>
124	Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX <i>Maria Isabel João</i>
140	Dois centenários, duas celebrações, 1900-2000: a emblemática comemorativa <i>António Miguel Trigueiros</i>
153	Os filmes da história luso-brasileira <i>José de Matos-Cruz</i>
162	Bibliografia sobre o Descobrimento do Brasil

Terra Brasilis

Terra Brasilis pretende ser mais do que o oitavo número da *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Este contributo para as celebrações do V Centenário do Achamento do Brasil, conforme a expressão quinhentista consagrada na Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, constituirá, por opção editorial, mais do que uma revista temática. Pretende ser uma linha de sentido irradiante a partir desta selecção de textos inéditos, propositadamente elaborados para integrar este número comemorativo.

É, pois uma edição especial, no sentido em que – diferentemente do que tem sido característica dos números anteriores, partindo de uma temática marcante nas letras e cultura do mundo lusófono, explorando territórios afins, como a música, as artes plásticas, a literatura, a fotografia, o teatro, etc. – nesta monografia compacta e organizada nuclearmente em torno de um antes e um após a chegada de Pedro Álvares Cabral, apenas foram abertas duas frestas: a astronomia e o cinema. Para tal é sintomático que para a abertura Jorge Couto se tenha despedido de outros títulos que não fosse o de (reputado) historiador para analisar precisamente a problemática de uma *Terra Brasilis* imediatamente antes e no preciso momento de o ser. Os seus dois textos, que funcionam em articulação profunda com a dinâmica dos seguintes, estruturam-nos também em termos de ponto de partida, sendo que «A Gente da Terra» e

«O Achamento da Terra de Vera Cruz» são pólos de este e do outro lado do mundo, a quinhentos anos de distância, pólos esses que a miscigenação e o intercâmbio contínuo e constante aproximaram apesar do mar atlântico e do hemisfério oposto. Ana Maria de Azevedo prolonga o sopro desse vento, a partir de dois segmentos de citação, a primeira proveniente do final da referida Carta de Pêro Vaz de Caminha («*Deste Porto Seguro, da vossa Ilha de Vera Cruz...*») e a segunda extraída de um texto que oitenta e cinco anos mais tarde o Jesuíta Pe. Fernão Cardim escreveu («*...neste Brasil é já outro Portugal*»). Vera Tostes evoca, por seu lado, a armada cabralina num texto que presta homenagem a todos os capitães que a integraram através de apontamentos genealógicos e de um notável brasonário para cada um. É de novo a Carta de Caminha como documento simultaneamente descritivo e narrativo que inspira José Augusto Seabra no seu texto sobre a descoberta do «outro», dando início – com o texto de Maria Adelina Amorim centrado no oficiante da primeira missa, Frei Henrique de Coimbra – a uma perspectiva de impacto conceptual de um «Novo Mundo», eivado de equívocos e sentimentos contraditórios. Fernando Cristóvão aborda o tema de um Brasil culturalmente sólido e autónomo em cujas raízes a marca da língua portuguesa é motivo de orgulho no arco temporal que evoluiu da descoberta para a construção de um país, tema esse desenvolvido por António Pedro Vicente sob um ângulo diferente, partindo, no

entanto, do mesmo arco temporal de três séculos que consolidaram os factores de unidade do imenso território brasileiro, e acentuando as diferenças comportamentais de Portugal e de Espanha em relação, respectivamente, ao Brasil e à América espanhola que terão determinado a unidade perene do primeiro e o fraccionamento inevitável da segunda. Inflectindo para outra perspectiva menos historiográfica, dois autores – Maria Isabel João e António Miguel Trigueiros – analisam as várias celebrações centenárias à luz de registos visíveis: o primeiro na medalhística e na notafilia portuguesa e brasileira, a segunda traçando uma retrospectiva sobre a origem dos centenários, assim como o seu significado ideológico e o respectivo contexto histórico.

Neste grande painel a que chamamos «Terra Brasilis», foram abertas, como referi, duas frestas, por onde propomos espreitar, primeiro as estrelas dos céus austrais, nomeadamente a descoberta do Cruzeiro do Sul a partir do simbolismo da Bandeira do Brasil, num admirável artigo de Nuno Crato, assim como uma filmografia cuidadosamente elaborada por José de Matos-Cruz sobre os filmes da História Luso-Brasileira, que, seguida de uma bibliografia exaustiva sobre o tema deste número, sugere e convida a uma leitura certamente interessante e oportuna neste ano de intercâmbio entre as duas margens lusófonas do Atlântico.

[LMF]

Nova do Achamento
(Quarta-feira, 22 de Abril)

Sabei porém que foi um sobressalto
E tremo ainda ao pô-lo no papel.
Vimos primeiro um monte muito alto
E outras serras mais baixas ao sul dele.

Vimos depois as serras terra chã
Muito formosa e cheia de arvoredos.
Era a luz a surgir de seus segredos
E em nós embora tarde era manhã.

Nem sei dizer Senhor o espanto e os medos.

Achar Senhor é pão que mata a fome
Da ânsia de mais mundo e de mais luz.
E ao monte grande o Capitão pôs nome
De Pascoal. E à terra de Vera Cruz.

Manuel Alegre

Nova do Achamento,
Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

Descobrimento

Um oceano de músculos verdes
Um ídolo de muitos braços como um polvo
Caos incorruptível que irrompe
E tumulto ordenado
Bailarino contorcido
Em redor dos navios esticados

Atravessamos fileiras de cavalos
Que sacudiam as crinas nos alísios

O mar tornou-se de repente muito novo e muito antigo
Para mostrar as praias
E um povo
De homens recém-criados ainda cor de barro
Ainda nus ainda deslumbrados

Sophia de Mello Breyner Andresen

«Brasil ou do outro lado do mar»,
Obra Poética III, Lisboa, Ed. Caminho, 1991.

Carta de Pêro Vaz de Caminha

É equívoca a ternura. Demasiados gestos
Para uma só palavra.
E agora que será de nós? Ficar aqui?

Esta terra contém água em demasia.
Prefiro a inteireza da pedra. Mas que podemos nós
fazer
Quando as palavras sobram
E o amor acontece?

Luís Filipe Castro Mendes

Inédito

Rio Cai

Encontrada a terra
Na coincidência da Páscoa
Caminha olhou da grande nau
A praia
E escreveu ao Rei

Nu
O dono da terra
Olhou o branco marítimo
Trazido pelo vento

A praia clareava a floresta
Junto do mar
Enfeitada de penas e flechas

De espadas

No vermelho branco do encontro
A surpresa não teve fingimento
Na vertigem do silêncio da palavra

O Rei
Leu a carta de Caminha
E ordenou a invenção da história
Como se nada fosse o que era

Rui Rasquilho

*25 Poemas brasileiros e um Saga Lusitana,
Thesauris, Brasília, 1997*

A Gente da Terra

Jorge Couto

OS PRIMEIROS CONTACTOS DOS TRIPULANTES DA armada de Cabral com os habitantes da Terra de Vera Cruz efectuaram-se a 22 de Abril de 1500, quinta-feira. A missão do batel comandado por Nicolau Coelho e enviado a terra pelo capitão-mor para estabelecer contactos com os indígenas que se encontravam na praia foi dificultada pelo barulho ensurdecedor provocado pela rebentação que impediu tentativas mais prolongadas de entendimento. Contudo, ainda houve oportunidade para os marinheiros lusos trocarem com o grupo de 18 a 20 indígenas um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto por *«um sombreiro de penas d'aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio... e um ramal [colar] grande de continhas brancas, miúdas...»*.

Quem eram os homens e mulheres com quem os portugueses apenas se puderam entender através da linguagem gestual e que posteriormente viriam a ser designados por índios? Tratava-se dos tupiniquins, grupo tribal pertencente ao ramo tupi da grande família Tupi-Guarani que será, de acordo com a maioria das teses, originária da Amazónia.

Ao longo do milenar processo de povoamento do Brasil, verificou-se uma progressiva diferenciação linguística e civilizacional entre os descendentes dos primitivos ocupantes. Por volta de 5 000 anos A. P. (Antes do Presente), registou-se um acentuado crescimento demográfico e ocorreram diversos movimentos migratórios que estiveram na origem do aparecimento de grupos populacionais crescentemente individualizados.

Os ameríndios, que se fixaram no espaço brasílico e nas imediações das suas actuais fronteiras, são agrupados, de acordo com critérios linguísticos, do seguinte modo: troncos (Macro-Tupi e Macro-Jê); grandes famílias (Caribe, Aruaque e Arauá); famílias menores

Mapa da distribuição aproximada dos grupos tribais na orla marítima sul americana do Ceára à foz do Rio da Prata.

situadas a norte do Amazonas (Tucano, Macú e Ianomâmi) e famílias menores estabelecidas a sul do mesmo rio (Guaicurú, Nambiquára, Txapacúra, Páno, Múra e Catuquína), bem como grupos isolados (Aricapú, Auaquê, Irántche, Jabutí, Canoê, Coiá, Trumai e outras)¹.

O tronco Macro-Tupi é constituído por sete famílias (Tupi-Guarani, Mundurucu, Juruna, Ariquém, Tupari, Ramarama e Mondé) que se dividem em vários grupos (línguas) e subgrupos (dialectos). Refira-se, a título exemplificativo, que o subgrupo Guajajara pertence ao grupo Teneteára, integrado, por sua vez, na família Tupi-Guarani, um dos sete ramos do Macro-Tupi.

Desde o século XIX que têm sido desenvolvidas diversas tentativas, iniciadas por Carlos Frederico von Martius (Leipzig, 1867), para determinar o centro de dispersão da família Tupi-Guarani. Segundo Alfred Métraux, esse local situava-se na região limitada a norte pelo Amazonas, a sul pelo rio Paraguai, a este pelo rio Tocantins e a oeste pelo rio Madeira². Por seu turno, Aryon Dall'Igna Rodrigues, baseado em elementos linguísticos e no método da glotocronologia, aponta a zona do rio Guaporé (alto Madeira) como centro de difusão dos falantes do tronco Macro-Tupi há 5 000 anos A.P., sugerindo que a separação da família Tupi-Guarani ocorreu ao redor de 2500 anos A.P.³

Apoiados na análise comparativa das características da cerâmica amazónica e tupi-guarani e em estudos de natureza linguística, diversos antropólogos e arqueólogos (Evans, Meggers, Lathrap) defendem que o centro de diferenciação do tronco Macro-Tupi deve ser procurado na Amazónia. O último autor considera acertado localizar «a zona de origem da comunidade de idiomas prototupi-guarani na margem sul do Amazonas, um pouco abaixo da confluência do rio Madeira» (há cerca de 5000



anos A.P.), apontando a foz do Amazonas como área de dispersão, ao redor de 2500 anos A.P., dos falantes da «protolíngua tupi-guarani propriamente dita»⁴.

Uma tese datada de 1982 e baseada nos métodos da glotocronologia sugere que o tronco Macro-Tupi teve a sua origem, por volta de 5000 anos A.P., na região situada entre os rios Jiparaná e Aripuanã, tributários da margem direita do rio Madeira, um dos afluentes do baixo Amazonas.

Os recursos alimentares fornecidos pela borda meridional amazónica – zona de florestas entrecortadas de cerrados – terão possibi-

litado aos grupos de caçadores-recolectores do tronco Macro-Tupi, no período compreendido entre 4 a 2000 anos A.P., um importante acréscimo da densidade populacional que esteve na origem de um primeiro movimento de expansão geográfica e de diferenciação linguística que os conduziu a leste até ao alto Xingu, a oeste ao alto Madeira e a sul ao rio Guaporé, processo de que resultou a formação das sete famílias deste tronco e, conseqüentemente, a individualização dos tupiguaranis. Nesta fase, é altamente provável que tenham adquirido e desenvolvido as técnicas da domesticação de plantas, da fabricação de cerâmica, da confecção da rede-de-dormir e da navegação fluvial.

Por volta do início da Era Cristã, o crescimento demográfico e os efeitos de um persistente surto de seca que afectava, desde cerca de 3000 anos A.P., a floresta equatorial amazônica, bem como a generalidade do território brasileiro, provavelmente obrigaram os tupiguaranis a buscar novos nichos ecológicos que proporcionassem condições de subsistência adequadas a horticultores da floresta tropical e ceramistas: zonas de mata situadas na proximidade de cursos de água navegáveis; áreas pouco acidentadas, húmidas, pluviosas e quentes ou, no mínimo, temperadas. Pelo contrário, as regiões semi-áridas, montanhosas ou frias nunca despertaram o seu interesse.

As migrações destas populações levaram-nas a ocupar sobretudo a vizinhança das terras banhadas pelos mais importantes rios e a progredir para sul, alcançando, pelo interior, há cerca de 1 800 anos, os férteis vales do Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como dos seus afluentes. A partir dessa área, irradiaram, posteriormente, para leste, ocupando paulatinamente a orla marítima compreendida entre o Rio Grande do Sul e o Ceará⁵.

Das importantes movimentações empreendidas pelos tupi-guaranis no decurso da

presente Era resultou, por volta dos séculos VIII-IX, a sua separação em dois grupos linguísticos distintos: o tupi («*pai supremo, tronco da geração*») e o guarani («guerra»). O primeiro abrange as populações que se instalaram ao longo da maior parte da região costeira tropical; o segundo engloba os grupos que estabeleceram o seu habitat na área subtropical – Mato Grosso do Sul, região meridional do Brasil, Paraguai, Uruguai e nordeste da Argentina – após expulsarem os seus primitivos ocupantes, povos exclusivamente caçadores-recolectores pré-cerâmicos, tecnologicamente inferiores e criadores de indústrias líticas designadas por «Tradição Humaitá»⁶.

Os prototupis apropriaram-se das terras mais quentes da faixa atlântica, dedicando-se à cultura da mandioca amarga, enquanto os protoguaranis colonizaram as terras temperadas, especializando-se no cultivo do milho⁷. O processo de diferenciação dos tupiguaranis repercutiu-se, também, nas tradições cerâmicas, tendo os tupis desenvolvido a «subtradição pintada» e os guaranis a «subtradição corrugada».

Uma proposta de reconstrução das migrações tupi-guaranis – elaborada a partir dos resultados de investigações linguísticas, etnográficas e arqueológicas – adianta que a separação entre os prototupis e os protoguaranis se terá verificado, há cerca de 2500 anos A.P., numa área situada entre a foz do rio Madeira e a ilha de Marajó. Uma forte pressão demográfica teria impelido os protoguaranis para sul, através dos cursos dos rios Madeira e Guaporé, chegando, por volta do início da presente Era, ao sistema fluvial Paraná-Paraguai-Uruguai. Os prototupis, por seu turno, estabelecidos na bacia amazônica, ter-se-iam fragmentado em vários subgrupos que, entre os séculos VI-XI, ocuparam paulatinamente o litoral até às proximidades do Trópico de Capricór-



nio, onde depararam com os guaranis. Iniciaram, então, a penetração no planalto meridional, estabelecendo-se a fronteira entre os dois grupos linguísticos ao sul do curso do Tietê⁸.

O modelo explicativo mais recente sobre a origem e dispersão do tronco Macro-Tupi – que utiliza o método da reconstrução desenvolvido na linguística comparativa para determinar as relações genéticas entre as línguas e, desse modo, elaborar as respectivas árvores genealógicas – defende a hipótese de que este tronco linguístico teve o seu berço algures na região delimitada pelos afluentes orientais do Madeira e as cabeceiras dos rios Tapajós e Xingu, em áreas de altitudes da ordem dos 200 a 1000 metros e, em média, acima dos 500 metros, eventualmente o chapadão dos Parecis. No período compreendido entre 5 a 3000 anos A.P., ter-se-á iniciado o processo de dispersão dessas populações, numa área localizada aproximadamente entre as nascentes dos rios Madeira e Xingu, de que resultou a individualização das sete famílias do tronco Macro-Tupi, entre as quais assumiu posição de relevo a Tupi-Guarani.

Há cerca de 2 a 3000 anos atrás, ter-se-á verificado a primeira grande movimentação expansionista da família Tupi-Guarani, que provocou a migração dos Cocama e dos Omágua para norte, rumo à região amazónica, dos Guaiaqui para sul, em direcção ao Paraguai e dos Xirionó para sudoeste, onde penetraram em território actualmente pertencente à Bolívia. Seguidamente eclodiu a fase de separação do núcleo central, que levou os Pauserna e os Cauaib para oeste, os Oiampi para as Guianas, os Caiabi e os Camaiurá para o curso do Xingu, os Tapirapé e os Teneteára para as imediações da foz do Amazonas e os Xetá para o extremo sul do Brasil. Depois do ano 1000 da nossa Era, ter-se-á verificado a última cisão da família Tupi-Guarani, dando origem aos grupos Tupi e Guarani⁹.

Quando os tripulantes da armada de Cabral desembarcaram na Terra de Santa Cruz, os tupis e os guaranis efectuavam denodados esforços para completar a conquista do litoral. Os seculares conflitos que se verificaram entre os vários grupos indígenas pela posse da faixa costeira foram provocados pela imperiosa necessidade de procurar dominar um nicho ecológico que fornecia alimentos abundantes, designadamente peixe, tartarugas, moluscos, crustáceos e sal, imprescindíveis para a dieta aborígene, sobretudo se se atender ao facto de que os recursos cinegéticos eram insuficientes para fornecer a quantidade de proteínas indispensável à sua conveniente nutrição.

A ambição de uma comunidade ameríndia em exercer o domínio sobre uma região favorecida teria de se traduzir na conquista de uma parte da várzea amazónica ou da orla marítima. Naturalmente, ganhavam a disputa os grupos tribais mais coesos, numerosos e tecnologicamente melhor apetrechados.

Em 1500, os tupis ocupavam a mais significativa parcela da zona costeira compreendida entre o Ceará e a Cananeia (São Paulo) e os guaranis, estabelecidos exclusivamente a sul do Trópico de Capricórnio, dominavam a faixa litorânea situada entre a ilha da Cananeia e a lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul), além de importantes regiões no interior desse espaço.

A reconstituição da distribuição espacial dos grupos tribais aborígenes ao longo do litoral brasileiro, no final do século XV – início do século XVI, apresenta-se como uma tarefa problemática devido à escassez de elementos de origem indígena, à imprecisão dos testemunhos dos autores quinhentistas e à mobilidade das áreas fronteiriças decorrente do estado de guerra endémica existente entre os diferentes grupos autóctones. Conjugando as informa-

ções fornecidas por várias fontes é, contudo, possível traçar um quadro geral aproximativo das diversas «nações» ameríndias que controlavam a costa e os sertões adjacentes nos primórdios de Quinhentos.

A orla marítima era ocupada, no sentido norte-sul, pelos seguintes grupos tribais: os aruaques habitavam o Norte desde a foz do Oiapoque (Amapá) até à costa paraense, incluindo o delta amazónico e as respectivas ilhas, designadamente a de Marajó (território do grupo aruã, «pacífico»)¹⁰; os tremembés («alagadiço»), pertencentes à família Cariri e ao tronco Macro-Jê, por seu lado, estavam sobretudo fixados no Meio-Norte (Maranhão-Piauí), estendendo-se a sua área de influência das desembocaduras dos rios Gurupi (no limite sul do Pará) ao Camocim ou ao Mucuripe (Ceará)¹¹.

A partir, grosso modo, da foz do rio Jaguaribe (Ceará) entrava-se em território maioritariamente tupi: os potiguaras («comedor de camarão») dominavam a zona costeira localizada entre aquele rio e o Paraíba; os tabajaras («senhor da aldeia») viviam no litoral situado entre o estuário deste curso de água e Itamaracá e os caetés («mata verdadeira») predominavam no trecho de costa compreendido entre este marco geográfico e a margem norte do rio de São Francisco (Alagoas).

Nos sertões nordestinos (Serras da Borborema, dos Cariris Velhos e dos Cariris Novos e vales do Acarajú, do Jaguaribe, do Açú, do Apodi e do baixo São Francisco) refugiaram-se os cariris («silencioso»), pertencentes ao tronco Macro-Jê, após terem sido expulsos do litoral pelos tupis. Numa parcela do interior cearense (sobretudo na serra de Ibiapaba), do Rio Grande do Norte e da Paraíba imperavam os tabajaras.

Os tupinambás («descendentes dos tupis») ocupavam a costa desde a margem direita do





© RUI M. PEREIRA

São Francisco até à zona norte de Ilhéus, depois de terem vencido os seus anteriores habitantes; no entanto, a sua divisão em dois grupos rivais – o primeiro abarcando a área enquadrada pelos rios de São Francisco e Real (Sergipe) e o segundo senhoreando o litoral desde aí até ao Camamu – deu origem a um estado de guerra permanente. Por outro lado, os moradores da região onde veio a ser edificada a vila do Pereira e, posteriormente, a cidade do Salvador eram inimigos dos habitantes das ilhas de Itaparica e Tinharé e da costa norte de Ilhéus, situação que provocava acesos combates entre aqueles bandos.

Nos sertões baianos fixaram-se os tapuia, os tupina e os amoipira («os da outra banda do rio»), um ramo segregado dos tupinambás, após terem sido derrotados em sucessivas guerras quer entre si, quer com os tupinambás. Aí viviam, também, os ibirajara («senhor do

pau»), pertencentes ao grupo Caiapó da família Jê.

Do estuário do Camamu (a norte de Ilhéus) até ao do Cricaré ou São Mateus (Espírito Santo), as zonas litorâneas pertenciam aos tupiniquins («colaterais dos tupis») que, contudo, se debatiam com as duras investidas dos aimorés (vocábulo tupi que designa uma espécie de macacos), pertencentes à família Boto-cudo (Macro-Jê), que lhes disputavam o território. Nos sertões de Porto Seguro e do Espírito Santo viviam os papanás, que foram forçados a abandonar o litoral devido aos ataques dos tupiniquins e dos aimorés. Os goitacás («nómadas») provinham do tronco Macro-Jê e viviam no trecho de costa compreendido entre o rio Cricaré e o cabo de São Tomé, ocupando também o interior dessa região.

A área costeira fluminense delimitada pelo cabo de São Tomé e Angra dos Reis era con-

trolada pelos tamoios («avô») – outro ramo dos tupinambás – que dispunham, ainda, de algumas povoações mais a sul: Ariró, Mambucaba, Taquaraçu-Tiba, Ticoaripe e Ubatuba. Todavia, ainda restavam nessa área alguns núcleos de temiminós («netos do homem»), designadamente na ilha de Paranapuã ou dos Maracajás (actual ilha do Governador, na baía da Guanabara), que resistiam às constantes investidas dos seus implacáveis inimigos.

O domínio do litoral paulista localizado entre Caraguatatuba e Iguape-ilha Comprida pertencia aos tupiniquins que também viviam numa parcela do sertão. Os guaianás («gente aparentada») predominavam na zona de matas de pinheiro, a 300 metros de altitude, e na área de planalto correspondente à faixa que se estende de Angra dos Reis à Cananeia. Pertenciam à família Jê, devendo ser considerados antepassados dos actuais Caingangues.

A partir da Cananeia entrava-se no espaço dos guaranis e dos autóctones por eles assimilados ou «guaranizados» – conhecidos por diversas designações locais, nomeadamente carijós, tapes, patos e arachãs – que se estendia até à lagoa dos Patos, numa extensão de cerca de 80 léguas de costa. Estes tinham como vizinhos e adversários populações pertencentes aos grupos pampeanos: os charruas, no sudoeste, fixados em ambas as margens do rio Uruguai e respectivos afluentes, e os minuanos, no sudeste, que detinham a posse do trecho de costa que se iniciava na lagoa dos Patos e alcançava o estuário platino (nas imediações do local onde, no século XVIII, viria a ser edificada a cidade de Montevideu).

No decurso da longa luta pelo domínio do litoral, os tupi-guaranis – melhor organizados, mais bem armados, dispondo das técnicas da agricultura de coivara e da cerâmica, bem como da construção de habitações, estruturas

defensivas e canoas – derrotaram e expulsaram as populações que habitavam o litoral. Estas foram apodadas de tapuias, vocábulo tupi que significa os «*outros ou selvagens*» e que era utilizado depreciativamente pelos vencedores com o sentido de «*inimigos bárbaros*». Esta denominação foi atribuída aos membros de todos os outros troncos linguísticos – sobretudo Jê – que ainda não tinham atingido o seu estágio civilizacional.

Quando entraram em contacto com os portugueses, os tupis transmitiram-lhes o seu menosprezo pelos povos jês, tendo aqueles perfilhado idêntica posição e adoptado, inclusivamente, a expressão tapuia para designar todas as populações não pertencentes à família Tupi-Guarani. Os tapuias correspondiam, pois, na generalidade dos casos, às populações jês.

Os autores quinhentistas tinham clara consciência de que – anteriormente à chegada dos portugueses ao Brasil e até já depois do início da colonização – os grupos tribais do ramo tupi, constituídos por sociedades de horticultores-caçadores-recolectores-pescadores, tinham derrotado e expulsado de grande parte do litoral brasileiro os seus primitivos ocupantes, na sua maioria comunidades de caçadores-recolectores pertencentes ao tronco Macro-Jê, instalando-se nesses territórios.

Estas sociedades caracterizavam-se pela prática de uma horticultura de raízes, pela importância vital da caça e da pesca, pela mudança periódica dos povoados, pela menor densidade populacional comparativamente com as sociedades de agricultura sedentária, bem como pela inexistência, na generalidade dos casos, de diferenciações sociais significativas, de tipos coercivos de organização do poder, do pagamento de tributos ou de formas institucionalizadas de religião.

As populações que desenvolveram este modelo civilizacional estavam estabelecidas em largas faixas do leste da América do Norte, no norte do México, em algumas zonas da Colômbia e do Chile, nas ilhas ocupadas pelos Caribes e em grande parte da América do Sul, da Venezuela ao Paraguai.

No litoral sul-americano – da costa caribenha da Colômbia até ligeiramente a sul do estuário platino (Argentina) – predominavam as sociedades semi-sedentárias, ou seja, comunidades de horticultores-caçadores-recolectores-pescadores que baseavam o seu modo de subsistência no cultivo intensivo de raízes, sem recurso à utilização do arado ou de adubos que são característicos da agricultura sedentária, na caça, na pesca, na colecta de animais, vegetais e matérias-primas, adoptando um padrão cultural que é chamado de «cultura da floresta tropical». A generalidade dos grupos tribais da floresta tropical especializou-se na horticultura de raízes ou agricultura de coivara («*ramos secos que ficam nas terras depois de roçadas*») caracterizada pelo cultivo através de mudas e não por sementeira.

Na escolha das terras destinadas ao cultivo davam preferência aos solos argilosos e a áreas com declives, de modo a permitir a drenagem da água e a evitar o apodrecimento das raízes.

As tarefas de preparação da mata para o cultivo exigiam grande esforço. Na época da estiagem, efectuava-se a limpeza preliminar, recorrendo-se a machados de pedra para cortar os arbustos. A etapa seguinte – passados dois meses para secar a lenha – consistia na queimada, geralmente em forma de círculo, fazendo fogueiras em torno das grandes árvores. Esta etapa ocorria antes das primeiras chuvas. Seguidamente empregavam-se «bastões de cavar» (paus pontiagudos) para rasgar o solo e cavavam-se buracos, onde eram enteradas as mudas, recobrindo-os de terra.

A área desmatada era dividida em parcelas distribuídas pelas famílias nucleares e cultivada, em média, durante 3 a 4 anos, sendo abandonada ao fim desse tempo. Deixava-se à natureza a tarefa de regenerar a cobertura vegetal destruída (processo que demorava entre 20 e 100 anos), repetindo-se o mesmo procedimento noutra trecho da floresta.

As espécies cultivadas variavam conforme as condições ecológicas. Os Tupis, que habitavam na faixa tropical, optaram pela mandioca, os Guaranis, que colonizaram as terras subtropicais, preferiram o milho e, nas regiões de planalto, os Jês cultivavam o amendoim. Além destes alimentos básicos, plantavam feijão, batata-doce, cará (inhame), jerimum (abóbora) e cumari (pimenta). Entre as plantas não alimentares destacavam-se a purunga (cabaça), o jenipapo e o urucu (corantes), o algodão e o tabaco.

A caça era mais abundante e diversificada nas proximidades de rios e lagoas – devido à abundância de alimentos – do que nas matas afastadas de cursos de água, relativamente pobres, pelo que os Ameríndios caçavam, nas zonas mais ricas, uma grande variedade de animais, nomeadamente antas, pacas, capivaras, cutias, caititis, queixadas, veados, preguiças, tamanduás, tatus, além de onças, macacos, aves e répteis.

Entre os métodos de caça utilizados figurava o *mutá*, posto de observação construído em árvores altas, até cerca de 15 metros do solo, onde se instalavam os caçadores, aguardando a passagem dos animais para os atingir com flechas. Outra das técnicas empregues era o *mundéu*, armadilha que consistia em covas escavadas nos trilhos, recobertas de ramos e folhas ou numa estacada de pau a pique, com uma só entrada dotada de um dispositivo que se fechava quando a presa lá entrava. Destinava-se a capturar as espécies

de maior porte, designadamente a onça-pintada. Recorriam, ainda, à caça com laço e à utilização do fogo para forçar os animais a sair das tocas.

Os aborígenes procuravam atrair a benevolência dos seres sobrenaturais, com o objectivo de garantir o sucesso da caçada. Utilizavam práticas mágicas como, por exemplo, esfregar o corpo com determinados vegetais ou ingerir infusões adequadas ao tipo de fauna que pretendiam abater.

Os guerreiros tupis apreciavam sobremaneira a ingestão da carne de espécies velozes, pois acreditavam que ao comê-la absorveriam a agilidade do animal abatido, rejeitando incluir na sua alimentação carne de espécies lentas.

Quando habitavam na faixa costeira ou nas margens dos rios e lagoas, os Ameríndios preferiam as actividades piscatórias que lhes davam abundantes e concentradas quantidades de peixe, moluscos e crustáceos, obtidas com menor dispêndio de energia e em menos tempo do que os exigidos pela caça.

Os Tupis tinham predilecção pelo *parati* (tainha), que desova nos rios no mês de Agosto, época que aproveitavam para o capturar em grandes quantidades. Pescavam numerosas espécies de água salgada e doce e abatiam baleias e tubarões quando estes penetravam nos rios ou encalhavam na costa.

Desenvolveram várias técnicas de pesca, que se revestiam de carácter essencialmente colectivo. Uma das mais eficientes consistia em utilizar venenos vegetais, nomeadamente o *timbó*, que atordoa e asfixia os peixes, solução que se transformou num hábito cultural profundamente arraigado nas populações indígenas da América do Sul. A eficácia deste método é atestada por um testemunho quinhentista que informa que numa única ope-

ração desse tipo eram «*apanhados mais de doze mil peixes grandes*».

Uma variante mais complexa assentava na organização de pescarias nocturnas, atraindo os cardumes com archotes de facheiro, atordando-os, em seguida, com essas plantas.

Outra das técnicas consistia na construção de armadilhas nos *perequês* («estuário onde os peixes se reúnem para a desova»). Na época da *piracema*, em que os grandes cardumes migratórios penetravam nos rios, vedavam o *pirai-quê* («entrada do peixe»), local de confluência das águas doce e salgada e edificavam, com varas e esteiras, na altura da maré vazante, um *pari* (barragem com 3 metros de altura e 40 de comprimento). Cercavam o peixe, que era obrigado a vir à tona pela acção dos venenos, sendo, então, capturado em larga escala.

Individualmente, os Tupis pescavam nas margens dos rios de águas claras e à beira-mar, utilizando arco e flechas, algumas das quais com ponta de osso, e a pindaíba («vara de pescar»).

Utilizavam matérias-primas vegetais na confecção de cordões, cordas, fios, espremedores de polpa de mandioca (tipiti), peneiras, abanadores de fogo, esteiras, diversos tipos de ces

Usavam os frutos da purunga que, depois de secos, serviam para o fabrico de *cuias* (cabaças) e de *maracás* (objectos mágico-religiosos). Seleccionaram variedades de algodão sul-americanas para a confecção da rede-de-dormir, difundido o seu uso em todas as regiões por onde se expandiram.

A cerâmica desempenhou um papel essencial na evolução civilizacional dos grupos indígenas, permitindo-lhes a preparação e conservação de alimentos. Dominavam a técnica da manufactura (com cozedura efectuada a céu aberto, sendo os objectos colocados directamente sobre a fogueira). A cerâmica

Tupi-guarani caracterizava-se pela técnica do alisado simples e pela pintura policroma com linhas vermelhas e pretas sobre fundo branco. Entre os utensílios produzidos destacavam-se as grandes *igaçabas* (potes).

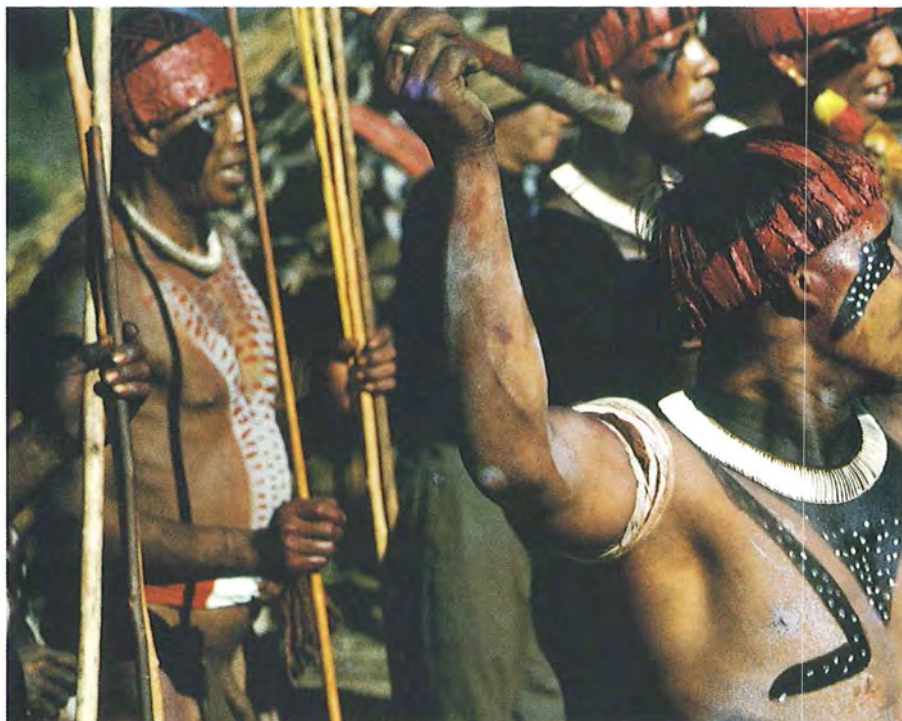
Escolhiam madeiras leves para a feitura de jangadas e canoas. Algumas destas eram de grandes dimensões (mais de 30 metros), sendo escavadas em troncos de árvore.

Recorriam sobretudo ao ipê para fazer arcos, confeccionando as cordas com fibras vegetais longas de folhas de tucum ou casca de embaúba. Para as flechas usavam normalmente ubá, sendo as pontas feitas de taquara (uma espécie de bambu), osso ou dentes aguçados (preferencialmente de tubarão) e o tacape (semelhante a uma clava ou maça) com madeira dura de jucá.

Com o objectivo de tornar comestível a raiz da mandioca amarga, os Tupis sujeitavam-na a um complexo tratamento destinado a eliminar o ácido cianídrico. A polpa era espremida no tipiti (prensa destinada a extrair a água que continha a substância venenosa), amassada e, depois, assada ou torrada em grandes recipientes circulares de barro.

A mandioca doce (aipim) era normalmente comida depois de descascada e assada directamente nas brasas. Os Guaranis preferiam o milho, ingerindo-o cozido ou assado, procedendo também à secagem do grão maduro e inteiro.

Comiam normalmente peixe fresco, depois de fervido em água. No entanto, podiam também consumi-lo moqueado, ou seja, cozinhado numa grelha confeccionada com varas de madeira verde (moquéim). A carne era geralmente grelhada, constituindo excepção a da anta que era cozida. Misturavam sal com pimenta e tomavam uma pitada dessa massa (juquirai) sempre que ingeriam uma porção de alimento.



Confeccionavam uma bebida – o cauim – a partir do aipim, do milho, da batata-doce, de seiva de palmeiras e de frutas (ananás e caju). Esta tarefa era cometida às moças que, após a cozedura da matéria-prima, mastigavam-na, desencadeando, através da saliva, o processo de fermentação. Apresentava um aspecto turvo e espesso como borra, sendo consumida morna.

Da dieta alimentar tupi-guarani faziam, ainda, parte frutos silvestres como maracujá, jabuticaba, araçá, cajá e mangaba, além de mel, ovos de pássaros, larvas, gafanhotos, abelhas e formigas.

Nas sociedades ameríndias da floresta tropical, em que imperava a nudez, o corpo era interpretado como uma marca sendo, por conseguinte, objecto de uma particular atenção.

As pinturas protegiam dos raios solares e das picadas dos insectos. Além disso, a ornamentação corporal possuía uma linguagem simbólica, sendo certos padrões específicos do género e de grupos de idade, facto que revelava o estatuto do seu detentor. Acrescentavam, assim, uma segunda «pele» ao indivíduo: a social, que se sobrepunha à biológica. Os corantes mais usados eram o jenipapo (azul escuro que, com a exposição ao sol, se torna preto) e o urucu (vermelho).

Como o corpo humano era o lugar privilegiado para inscrições, os guerreiros eram escarificados no peito, nos braços, nas coxas e na barriga das pernas, marcas visíveis da sua valentia na guerra e na execução ritual de prisioneiros.

A arte plumária constituía a mais importante expressão artística das populações da floresta tropical, tendo funções míticas, estéticas e rituais e contribuindo para a personificação do corpo. Os guerreiros prestavam particular atenção aos adornos plumários (diademas, coroas, toucados e coifas), cujos pássaros doadores (papagaios, araras, tucanos, canindés, etc.) e respectivas cores continham importantes cargas simbólicas. Os grandes chefes usavam, por vezes, mantos de penas, sendo conhecidos os de guará (íbis rubra).

As sociedades indígenas da floresta tropical adoptaram normalmente padrões de estabelecimento modestos, construindo núcleos pequenos e dispersos.

A taba («aldeia») tinha em geral entre 4 e 8 ocas e 30 a 60 famílias nucleares. Nos aglomerados costeiros residiam, em média, 600 a 700 indivíduos, havendo, no entanto, variações regionais e tribais. Algumas dispunham de estruturas defensivas: as *caiçaras* («paliçadas»).

A oca («morada actual»), grande casa comunitária, era edificada em círculo, disposta à volta de um terreiro, a algumas dezes-

nas de metros das vizinhas, abrigando uma família extensa. Aí viviam, em média, entre 85 a 140 pessoas.

Os padrões de fixação eram condicionados pelas condições de subsistência. Uma vez que a permanência das populações num local era temporária (cerca de 3 a 4 anos), a precariedade da instalação determinava, naturalmente, o tipo de materiais utilizados na edificação das habitações: madeira, cipós e folhas de árvore para as coberturas.

Os Tupis construía estruturas habitacionais elípticas ou rectangulares, sendo as ligações entre os troncos feitas com trançados de embira. Dispunham de 3 pequenas aberturas, sendo duas localizadas nas extremidades e uma no centro que dava para o terreiro. O comprimento variava entre 40 metros para as menores e mais de 160 para as maiores, oscilando a largura entre os 10 a 16 metros.

Nas sociedades ameríndias vigorava a divisão sexual do trabalho. Os homens executavam tarefas que implicavam esforço intenso, bem como actividades arriscadas. Às mulheres competiam os trabalhos produtivos, de recollecção, domésticos e de apoio nas expedições guerreiras terrestres ou marítimas.

As bases da organização das comunidades ameríndias assentavam na família extensa, constituída por várias famílias nucleares que estavam ligadas entre si por laços de parentesco. Encontravam-se subordinados ao patriarca da oca: o principal.

Verificava-se a existência da poligamia. No entanto, somente um reduzido número de indivíduos (o chefe, o feiticeiro e os grandes guerreiros) possuía várias mulheres, constituindo o seu número sinal de prestígio.

O casamento avuncular, ou seja, do tio materno com a sobrinha, era a modalidade preferida pelos Tupis, sendo também comum entre primos cruzados.

A regra residencial mais difundida era a da patrilocalidade (a esposa ia viver na oca do marido ou do sogro), favorecendo, assim, a forma patrilinear de descendência.

Estas sociedades desenvolveram uma estrutura social com um reduzido grau de diferenciação, tendo, todavia, gerado alguns tipos de hierarquias. Verificava-se a existência de acentuadas tendências comunitárias e de fortes laços de solidariedade.

Os Tupi-guaranis adoptaram como forma de organização dominante o grupo local (correspondente a uma taba), que se situava numa posição intermédia entre a menor unidade vicinal (a oca) e o agrupamento territorial mais abrangente (o grupo tribal).

Uma das características essenciais das sociedades tupis residia na falta de poder dos morubixabas («chefes»), bem como na inexistência de métodos coercivos. Os líderes desempenhavam as suas funções com base na persuasão, não podendo recorrer à ameaça do uso da força.

Para o exercício da função de morubixaba exigiam-se diversos requisitos entre os quais se contavam a valentia, a ponderação, a generosidade, a posse de dotes oratórios («senhor da fala»), a pertença a uma parentela poderosa e a aceitação favorável junto dos guerreiros da aldeia. As atribuições dos chefes eram muito reduzidas em tempo de paz, ganhando maior relevo em período de guerra.

A instituição política básica era o «conselho dos chefes», formado pelo morubixaba, pajé, chefes dasocas e guerreiros prestigiados. Este órgão, frequentemente designado por «roda de fumadores», tomava as decisões mais importantes referentes à taba: mudança de local de residência, organização de expedições guerreiras, definição da rede de alianças e fixação da data para a execução ritual dos prisioneiros.

Nas sociedades tupi-guaranis, o complexo guerra-vingança-antropofagia desempenhava papel central, sendo a guerra a sua instituição fundamental.

As decisões sobre a realização de expedições guerreiras destinadas a conquistar habitats privilegiados, superar tensões internas ou capturar inimigos eram alvo de cuidada ponderação.

Os atacantes percorriam grandes distâncias por terra, rio ou mar até encontrar uma taba inimiga. Escolhiam normalmente a lua cheia para efectuar o último trecho do percurso ao luar, desencadeando a investida ao alvorecer.

Recorriam a diversos métodos para forçar os defensores a abandonar as paliçadas. Um deles consistia em atar mechas incendiárias (feitas de algodão embebido em cera) às flechas que eram disparadas contra as coberturas dasocas. Outra tática consistia em acender fogueiras onde lançavam pimenta, formando nuvens de gases tóxicos.

Nos combates só podiam participar os homens pertencentes ao grupo Ava (a partir dos 25 anos). Primeiro disparavam nuvens de flechas e, seguidamente, atacavam com grande algazarra, batendo com os pés e tocando buzinas ou instrumentos confeccionados com ossos humanos (braços e tíbias), tanto para excitar o ânimo dos atacantes como para amedrontar os defensores. Na luta corpo a corpo utilizavam sobretudo o tacape, arma com que procuravam esmagar o crânio do inimigo.

A antropofagia era uma prática corrente entre os Ameríndios, designadamente entre os Tupi-guaranis.

O cativo desempenhava um papel primordial nas relações inter-aldeias, devendo ser exibido nas povoações vizinhas. Geralmente as tabas aliadas eram convidadas a par-

Cena de canibalismo ritual em *Wahrhafte Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nusas e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.

ticipar no banquete canibal, transformando-o numa manifestação colectiva que consolidava as alianças.

Na data apazada dava-se início à *cauina-gem*, que geralmente durava três dias, acompanhada de cantos e danças. Este acto festivo antecedia o ritual antropofágico.

Ao alvorecer do dia escolhido, o prisioneiro era lavado, enfeitado e amarrado pela cintura com a *mussurana* (corda grossa de algodão), sendo seguidamente conduzido ao centro do terreiro, onde se encontravam reunidos os convivas.

Chegado o executor, profusamente enfeitado, recebia cerimonialmente o *ibirapema* (tacape cerimonial) com o qual iniciava uma dança junto do cativo, imitando as evoluções de uma ave de rapina. Terminada a gesticulação, o algoz e a vítima travavam um curto diálogo, findo o qual o executor esmagava o crânio do inimigo.

Abatido o prisioneiro, escaldavam-no para lhe retirar a pele e esquartejavam-no. Algumas partes do corpo (braços e pernas) eram moqueadas, sendo as vísceras aproveitadas para fazer um cozinhado. Existiam regras para



a distribuição do corpo da vítima, que era integralmente aproveitado.

A visão cosmológica dos Tupi-guaranis não atribuía a formação do Universo a um ser supremo, concebendo, antes, esse processo como resultante de sucessivas acções parciais e incompletas.

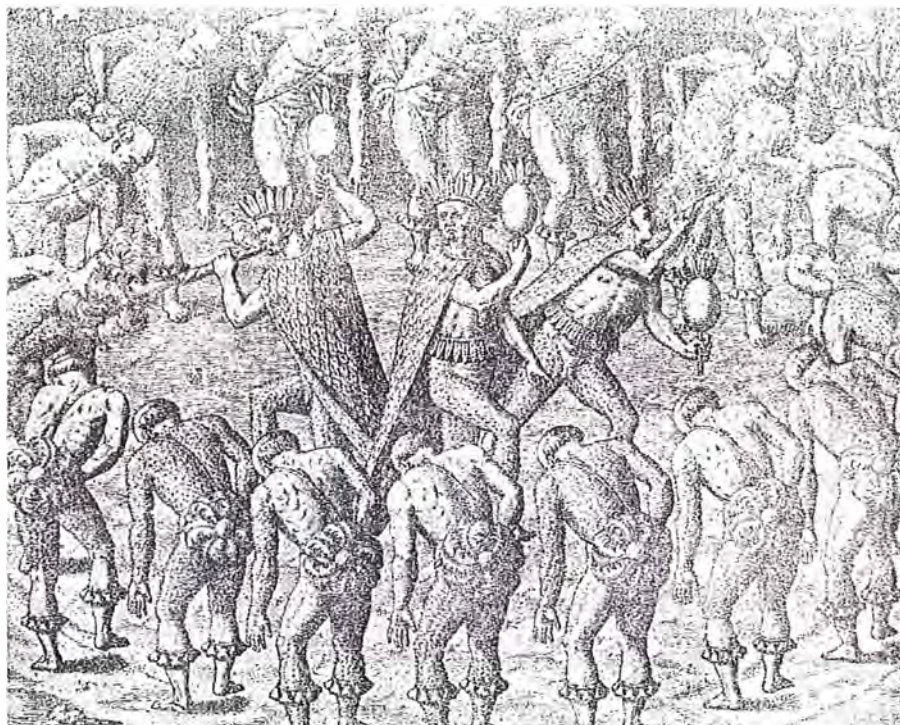
As actividades criadoras de *Monan* e *Maír* teriam sido prosseguidas por *heróis-civilizados* – poderosos pajés e ancestrais míticos detentores de poderes transformadores especiais – transmissores de técnicas, ritos e regras sociais que permitiram aos homens ultrapassar o estado de bestialidade. Entre estes destacava-se *Sumé*, a quem era atribuída a instituição da agricultura de coivara e da organização social. Outra personagem mitológica importante era *Tupã*, associado ao raio e ao trovão.

Davam particular ênfase aos mitos cósmicos de sucessivas destruições do Mundo, pelo fogo ou pela água, conhecendo-se diversas versões do dilúvio.

Acreditavam na possibilidade de uma parcela do ser encontrar, após a morte, o *Guajupirá* («aldeia das almas»), situado para além das altas montanhas.

Um papel fulcral era desempenhado pelos homens que desempenhavam funções mágico-religiosas. Os *pajés*, munidos do *maracá* (cabaça decorada que imitava o rosto humano, atravessada por uma vareta, com sementes ou pedras que serviam de chocalho, funcionando como receptáculos das vozes dos espíritos e reproduzindo-as através do seu ruído), tratavam os doentes com ervas medicinais e com encantamentos, nomeadamente através do bafejo com tabaco, para afastar os espíritos. Efectuavam, também, profecias, recorrendo ao transe induzido pela intoxicação com tabaco.

¹ Cfr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, *Línguas Brasileiras. Para o Conhecimento das Línguas Indígenas*, São Paulo, 1987, pp. 41-98.



Dança Ritual com pajés ao centro, agitando maracás e fumando tabaco. Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*, La Rochelle, 1578.

² Cfr. Alfred Métraux, *La Civilisation Matérielle des tribus Tupi-Guarani*, Paris, 1928, p. 312.

³ Cfr. Aryon Dall'Igna Rodrigues, «A Classificação do Tronco Linguístico Tupi», *Revista de Antropologia* (São Paulo), 12 (1964), pp. 103-104.

⁴ Donald W. Lathrap, *O Alto Amazonas*, trad. port., Lisboa, 1975, pp. 81-84.

⁵ Cfr. Ernest C. Migliazza, «Linguistic Prehistory and the Refuge Model in Amazonia», *Biological Diversification in the Tropics*, ed. de G. T. Prance, Nova Iorque, 1982, pp. 497-519.

⁶ Cfr. Arno Alvarez Kern, «Les Groupes Préhistoriques de la région Sud-brésilienne et les changements des paléo-milieux: une analyse diachronique», *Revista de Arqueologia Americana* (Cidade do México), 4 (1991), pp. 101-121.

⁷ Cfr. Pedro Ignácio Schmitz, «Migrantes da Amazônia: a tradição tupiguarani», *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, pp. 301-302.

⁸ Cfr. José Proenza Brochado, «A Expansão dos Tupi e da Cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica», *Dédalo* (São Paulo), 27 (1989), pp. 65-82.

⁹ Cfr. Greg Urban, «A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas», *História dos Índios no Brasil*, dir. de Manuela Carneiro da Cunha, São Paulo, 1992, pp. 92-100.

¹⁰ Cfr. Estêvão Pinto, *Os Índigenas do Nordeste*, vol. I, São Paulo, 1935, pp. 115-117.

¹¹ Cfr. *Idem*, *ibidem*, pp. 136-137.

O Achamento da Terra de Vera Cruz

Jorge Couto

POUCO DEPOIS DE DUARTE PACHECO TER RELATADO a D. Manuel I os resultados da sua viagem e de o informar sobre a existência de um continente no hemisfério ocidental¹, fundeu no Tejo, a 10 de Julho de 1499, a nau Bérrio, primeira embarcação da armada de Vasco da Gama a regressar a Lisboa, trazendo a notícia – e as provas – do descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, facto que desencadeou, desde logo, uma febril actividade por parte da Coroa portuguesa nos domínios diplomático, organizativo e militar, destinada a estruturar a primeira ligação comercial oceânica euro-asiática.

A divulgação deste evento – que suscitou grande admiração e curiosidade na Europa – teve importantes repercussões internacionais sobretudo em Castela e Veneza, os dois estados europeus cujos interesses eram mais duramente atingidos pela nova situação. O rei de Portugal certamente não desconhecia que o sucesso da frota de Vasco da Gama provocaria profunda decepção em Castela, uma vez que os Reis Católicos estavam empenhados, desde 1492, em atingir esse mesmo objectivo. O conhecimento dessa realidade, bem como a conveniência em obter um rápido reconhecimento internacional dos direitos portugueses à rota do Cabo, levaram D. Manuel I a actuar muito rapidamente junto das cortes castelhana, imperial e pontifícia.

A 12 de Julho, dois dias após o acontecimento, o Venturoso apressou-se a escrever a Isabel e Fernando para comunicar-lhes o feliz sucesso da empresa, não esperando sequer pela chegada do comandante da expedição. Na missiva salientava-se a existência de grandes e ricas cidades, sublinhava-se a descoberta dos circuitos mercantis orientais e de minas de ouro; realçava-se a carga de especiarias (canela, cravo, gengibre, noz-moscada, pimenta e outras) e de pedras preciosas (inclu-

indo rubis) trazida pelo navio comandado por Nicolau Coelho e forneciam-se informações – que posteriormente se verificaram ser erróneas – sobre a natureza cristã das populações «Índias», embora com reservas sobre a ortodoxia das suas crenças e ritos².

O monarca lusitano informou também, em diferentes datas, o imperador Maximiliano I, o papa Alexandre VI, o colégio dos cardeais e D. Jorge da Costa, cardeal de Portugal e influente membro da Cúria romana, das novas da Índia. Numa missiva datada de 28 de Julho de 1499, dirigida ao primo, Maximiliano de Habsburgo, D. Manuel I utiliza, pela primeira vez, além dos títulos herdados do seu antecessor, os de «*senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*»³, forma simbólica de afirmar perante os outros príncipes cristãos o direito português ao monopólio de acesso ao Índico, baseado na primazia da descoberta e nas antigas concessões papais.

Na epístola dirigida ao cardeal Alpedrinha, datada de 28 de Agosto, após o regresso da nau São Gabriel, sob o comando de João de Sá, o rei fornecia-lhe importantes dados de natureza geopolítica, económica e religiosa sobre o Oriente. Enviava-lhe, também, cópias das cartas remetidas ao papa e ao colégio dos cardeais, solicitava-lhe – apesar de afirmar explicitamente que as doações apostólicas reconheciam os direitos da Coroa de Portugal às terras orientais – a sua intervenção junto do pontífice e dos cardeais no sentido de, em sinal de júbilo pelo feito, obter a confirmação das bulas anteriormente outorgadas⁴, medida destinada a precaver a eventualidade do aparecimento de concorrentes europeus ou contestação por parte de Castela.

O relato que, depois de 29 de Agosto, Vasco da Gama transmitiu a D. Manuel I sobre o complexo quadro geopolítico vigente nas

fachadas africana e asiática do Índico, bem como as preciosas informações fornecidas por Gaspar da Índia⁵ induziram o monarca a concluir que a implantação portuguesa no Oriente iria deparar com significativas dificuldades devido à existência de uma numerosa e influente comunidade muçulmana que controlava as redes comerciais índicas, tendo recebido com visível hostilidade a frota portuguesa que aportou a Calecut.

O entendimento de que a penetração comercial lusitana nos circuitos mercantis orientais encontraria séria oposição esteve na base da decisão real, provavelmente a conselho de Vasco da Gama, de enviar uma grande armada que demonstrasse o poderio militar de Portugal e que funcionasse como importante suporte das pretensões lusas em estabelecer uma feitoria e uma missão na capital do Samorim. O poder de fogo da esquadra deveria, ainda, exercer uma função dissuasória face ao surgimento de eventuais resistências.

A recepção em Castela das novas oriundas de Portugal contribuiu para agravar o descrédito de Cristóvão Colombo perante os Reis Católicos⁶ e levou-os a introduzir importantes modificações na sua política relativamente ao poente. No último trimestre de 1498, o Almirante do Mar Oceano enviara aos seus soberanos uma relação e uma pintura sobre a «*terra firme grandíssima*» que tinha descoberto na sua terceira viagem⁷, bem como informações sobre a existência de pérolas na parcela da orla marítima sul-americana baptizada de Costa de Pária. Com base nos relatos e no mapa colombianos, D. João Rodríguez de Fonseca, representante de Isabel e Fernando para os assuntos das «Índias», autorizou Alonso de Ojeda, João de la Cosa e Américo Vespúcio, bem como Pedro Alonso Niño e Cristóvão Guerra, a empreenderem viagens na região ocidental (1499-1500).

Regimento de D. Manuel I para a armada de Pedro Álvares Cabral à Índia, 1500. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

destinados às duas figuras chave da expedição – Vasco da Gama, então indigitado para o cargo de capitão-mor, e Bartolomeu Dias, responsável pela flotilha de caravelas destinada a Sofala – a vantagem de se nomear um sota-capitânia, de se designarem, com antecedência, os restantes capitães e os respectivos escrivães, mestres e pilotos, bem como de se elaborarem as instruções para os capitães, feitor e escrivães. Este memorando alude, também, à indicação dos clérigos, frades e bombardeiros, à dotação de cartas de marear para todas as embarcações, ao fornecimento de apetrechos, mantimentos, armas e munições destinados à esquadra e, ainda, ao envio de cartas e presentes aos reis de Calecut, Melinde e a outros soberanos não especificados¹².

Por Carta Régia de 15 de Fevereiro de 1500, o soberano nomeou para o cargo de comandante da frota Pedro Álvares de Gouveia (Cabral)¹³, secundogénito de Fernão Cabral, senhor de Belmonte e corregedor da Beira, embora anteriormente tivesse escolhido Vasco da Gama para exercer aquela função¹⁴. A preparação da armada mereceu os maiores cuidados, tendo o escrivão António Carneiro ouvido o Almirante da Índia e registado os seus conselhos¹⁵, que foram utilizados na elaboração do regimento real.

Quer o «borrão original» das ordens régias fornecidas a Cabral¹⁶, quer os fragmentos da minuta do regimento da esquadra de 1500¹⁷ denotam preocupações relacionadas com o estabelecimento de alianças com vários soberanos locais (em especial com os senhores de Calecut e Melinde), o ataque à navegação muçulmana no Índico, a participação no comércio das especiarias orientais, o estabelecimento de uma feitoria em Calecut e o desenvolvimento de actividades missionárias na Índia. Os referidos documentos estão, contudo, incompletos, não possuindo, curiosa-

mente, os fólios iniciais referentes à travessia do Atlântico Sul que interessam directamente à questão do descobrimento do Brasil.

Não chegaram aos nossos dias os regimentos confiados aos capitães dos restantes navios, sabendo-se, todavia, que foram elaborados vários, designadamente o destinado a Bartolomeu Dias, conforme se deduz da leitura das notas apostas nas margens e no reverso do «borrão» das instruções adicionais entregues a Cabral¹⁸. No entanto, conservaram-se as minutas integrais dos regimentos dados aos escrivães da receita (Martinho Neto e Afonso Furtado) e da despesa (Gonçalo Gil Barbosa e Pêro Vaz de Caminha) da feitoria que D. Manuel projectava estabelecer em Calecut e cuja direcção tinha sido atribuída a Aires Correia¹⁹.

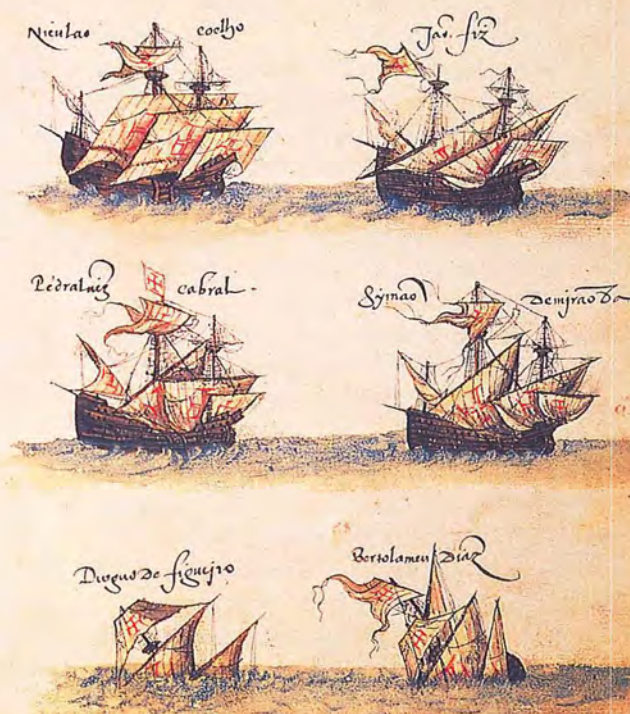
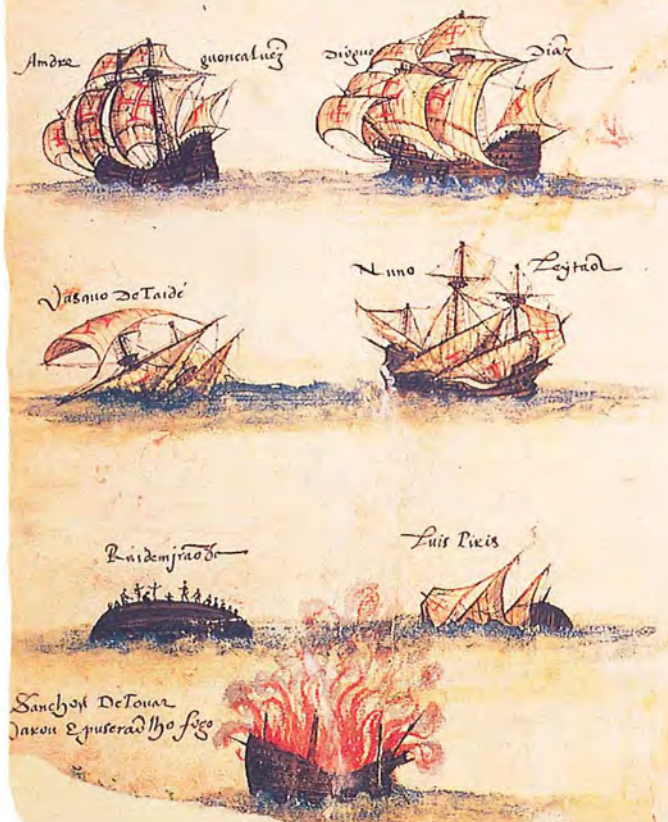
A 9 de Março de 1500 zarpou de Belém a segunda armada da Índia, constituída por 13 velas (9 naus, 3 caravelas e 1 naveta de mantimentos) capitaneadas por Cabral, Sancho de Tovar (que comandava a nau El-Rei, estando investido no cargo de sota-capitânia, ou seja, lugar-tenente, tendo por missão substituir o capitão-mor em caso de impedimento deste), Simão de Miranda de Azevedo, Aires Gomes da Silva, Nicolau Coelho, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Gaspar de Lemos, Luís Pires, Simão de Pina e Pêro de Ataíde²⁰.

A esquadra transportava entre 1200 e 1500 homens, incluindo a tripulação, a gente de guerra, o feitor, os agentes comerciais e escrivães, o cosmógrafo mestre João, um vigário e oito sacerdotes seculares, oito religiosos franciscanos, os intérpretes, os indianos que tinham sido levados para Lisboa por Vasco da Gama e alguns degredados.

A 14 desse mês, a armada passou ao largo do arquipélago das Canárias e a 22 alcançou as ilhas de Cabo Verde, tendo o capitão-mor

A SEGVNDA ARMADA DE PEDRAL

VARES CABRAL ANO DE 1500



Armada de Pedro Álvares Cabral no Livro de Lisuarte de Abreu, c. 1558-1564. The Pierpont Morgan Library, Nova Iorque.

optado por não se deter nessas ilhas para efectuar a aguada prevista nas instruções. No dia seguinte, sem que tivesse ocorrido qualquer tempestade, desapareceu a nau de Vasco de Ataíde, resultando infrutíferas todas as tentativas para a encontrar²¹. É provável que a intensa cerração que se faz sentir nessa região, conjugada com nuvens de poeira oriundas da costa sariana que provocam má visibilidade, possam ter estado na origem do naufrágio²².

Entre os dias 29 e 30, a esquadra encontrar-se-ia a 5º N, iniciando a penetração na zona das calmarias equatoriais – que levou dez dias a transpor – tendo a corrente equatorial sul afastado a sua rota cerca de noventa milhas para oeste. A 1º 1/4 a norte do Equador, a frota encontrou vento escasso, iniciando, então, de acordo com as recomendações do Gama, a volta pelo largo em busca do alísio de sueste, rumando muito provavelmente para sudo-

este, devido ao regime de ventos que ocorre na região. Ultrapassada a linha equinocial, por volta de 10 de Abril, a rota terá sido corrigida para su-sudoeste, passando a frota a cerca de 210 milhas a ocidente do arquipélago de Fernando de Noronha²³.

Nessa época do ano – em que vigora a monção de sueste (Março a Setembro) no trecho da costa nordestina compreendido entre o cabo Calcanhar (5° 09' S) e o rio de São Francisco (10° 31' S) – atenua-se o efeito de arrastamento para oeste a partir da latitude do cabo de São Roque (5° 29' S) devido à divisão, nas imediações desse acidente geográfico, da corrente equatorial sul em dois ramos: a «*corrente das guianas*» – que prossegue para oeste e nas proximidades da orla marítima inflecte para noroeste – e a «*corrente brasileira*», que se dirige para o quadrante sudoeste, descendo ao longo da faixa litorânea com um afastamento da ordem das 120 a 150 milhas, permitindo, assim, um aumento da velocidade dos navios²⁴.

Por volta do dia 18, a armada encontrar-se-ia na altura da Bahia de Todos-os-Santos (13° S), área em que o vento se aproxima bastante de leste, favorecendo a busca de terra, pelo que a esquadra terá passado a navegar a um rumo próximo do sudoeste, fechando sempre sobre a costa²⁵.

Na terça-feira, 21, segundo o testemunho do célebre escrivão cabralino, os membros da tripulação encontraram alguns sinais de terra: «*muita quantidade d'ervas compridas a que os mareantes chamam botelho e assim outras, a que também chamam rabo d'asno*»²⁶. Apesar de, nessa latitude (cerca de 17° S), dispor de vento favorável – que sopra francamente de leste – para atingir mais rapidamente o seu objectivo prioritário que era o de alcançar a monção do Índico, o capitão-mor alterou deliberadamente o rumo para oeste em busca de terra.



A 22 de Abril toparam, pela manhã, «*com aves, a que chamam fura-buchos... e, a horas de véspera* [entre as 15 horas e o sol-posto]» tiveram «*vista de terra, isto é, primeiramente d'um grande monte, mui alto e redondo, e d'outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à terra a Terra de Vera Cruz*»²⁷.

Após este achamento, a armada fundeou a cerca de 6 léguas (19 milhas) da costa. No dia imediato (quinta-feira, 23 de Abril), os navios mais ligeiros (caravelas), seguidos pelos de maior tonelagem (naus), procedendo cautelosamente a operações de sondagem, ancoraram a cerca de meia légua (milha e meia) da foz do posteriormente denominado rio do Frade. Foi, então, decidido enviar um batel a terra, comandado por Nicolau Coelho, para estabelecer relações com os indígenas que se encontravam na praia.

Os primeiros contactos entre os tripulantes da pequena embarcação e o grupo de 18 a 20 ameríndios foram dificultados pelo barulho ensurdecido provocado pela rebentação que impediu tentativas mais prolongadas de entendimento. Contudo, ainda houve oportunidade para trocar um barrete vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto por «*um sombreiro de penas d'aves, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas, como de papagaio... e um ramal [colar] grande de continhas brancas, miúdas...*»²⁸.

Na noite de quinta para sexta-feira, uma forte ventania de «*sueste, com chuvaceiros, que fez caçar* [afastar do local onde estavam fundeadas] *as naus, especialmente a capitânia*», levou a que os capitães e os pilotos decidissem aproar para norte, ao amanhecer, em busca de um ancoradouro abrigado, onde pudessem verificar o estado de abastecimento da frota

em água e lenha, com o objectivo de dispensar a aguada na costa de África.

Depois de percorrerem cerca de 10 léguas (quase 32 milhas), os pilotos ultrapassaram a barra do Buranhém²⁹, encontraram «*um arrecife* [a Coroa Vermelha] *com um porto dentro, muito bom e muito seguro* [a baía Cabrália], *com uma mui larga entrada*», onde lançaram as âncoras, tendo as naus fundeado a cerca de uma légua do recife, por terem atingido o local pouco antes do pôr-do-sol. Afonso Lopes³⁰, piloto do capitão-mor, sondou o porto, tendo, no decurso dessa operação, capturado dois mancebos que se encontravam numa almadia e conduzido-os para a nau-capitânia com o objectivo de os interrogar³¹.

No sábado, 25 de Abril, as embarcações de maior tonelagem penetraram na baía, aí fundeando. Concluídas as tarefas de marinharia, reuniram-se todos os comandantes na nau de Cabral, sendo Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias incumbidos pelo capitão-mor de devolver à liberdade, com presentes, os dois nativos aprisionados na véspera e de desembarcar o degredado Afonso Ribeiro, que tinha por missão obter informações mais detalhadas sobre os autóctones.

Na praia encontravam-se perto de 200 homens armados com arcos e flechas, tendo-os deposto a pedido dos seus companheiros que se encontravam nos batéis. A partir de então começaram progressivamente a estabelecer-se relações cordiais entre os marinheiros lusos e os tupiniquins traduzidas em trocas de objectos (carapuças, manilhas e guizos por arcos, flechas e adornos de penas) e na colaboração prestada pelos indígenas nas operações de abastecimento de água e lenha.

Os ameríndios não permitiram que o degredado ficasse entre eles, compelindo-o a regressar à armada. Na tarde do mesmo dia,

uma parte da tripulação foi folgar e pescar no ilhéu, distante da praia, onde os nativos só tinham possibilidades de chegar a nado ou em canoa. Esta decisão foi tomada por Cabral como medida de segurança para evitar quaisquer hipóteses de ataques de surpresa de que, por exemplo, os tripulantes das expedições de Dias e Gama tinham sido alvo na costa africana.

No domingo, dia de Pascoela, o capitão-mor mandou armar, no ilhéu da Coroa Vermelha, um altar destinado à celebração da missa. A primeira cerimónia cristã no Brasil, à qual assistiram a tripulação e cerca de duzentos tupiniquins que se encontravam na praia fronteiriça, foi presidida por Frei Henrique de Coimbra, guardião dos franciscanos, que, num improvisado púlpito, também se encarregou da pregação, dissertando sobre o significado da quadra pascal e do descobrimento daquela terra.

No mesmo dia, o comandante reuniu em conselho na nau-capitânia todos os capitães da esquadra que concordaram com a sua proposta no sentido de mandar ao rei o navio auxiliar com a «nova do achamento» da Terra de Vera Cruz e, também, com a missão de explorar mais detalhadamente na viagem de regresso. Foi ainda deliberado que se não tomasse nenhum indígena para o enviar ao reino, optando-se apenas por deixar dois degredados com a missão de aprender a língua e recolher informações. Terminada a reunião, o capitão-mor foi efectuar um reconhecimento das margens do rio Mutari, autorizando a tripulação a folgar, circunstância que foi aproveitada por Diogo Dias para organizar um baile, ao som de gaita, no qual participaram portugueses e ameríndios.

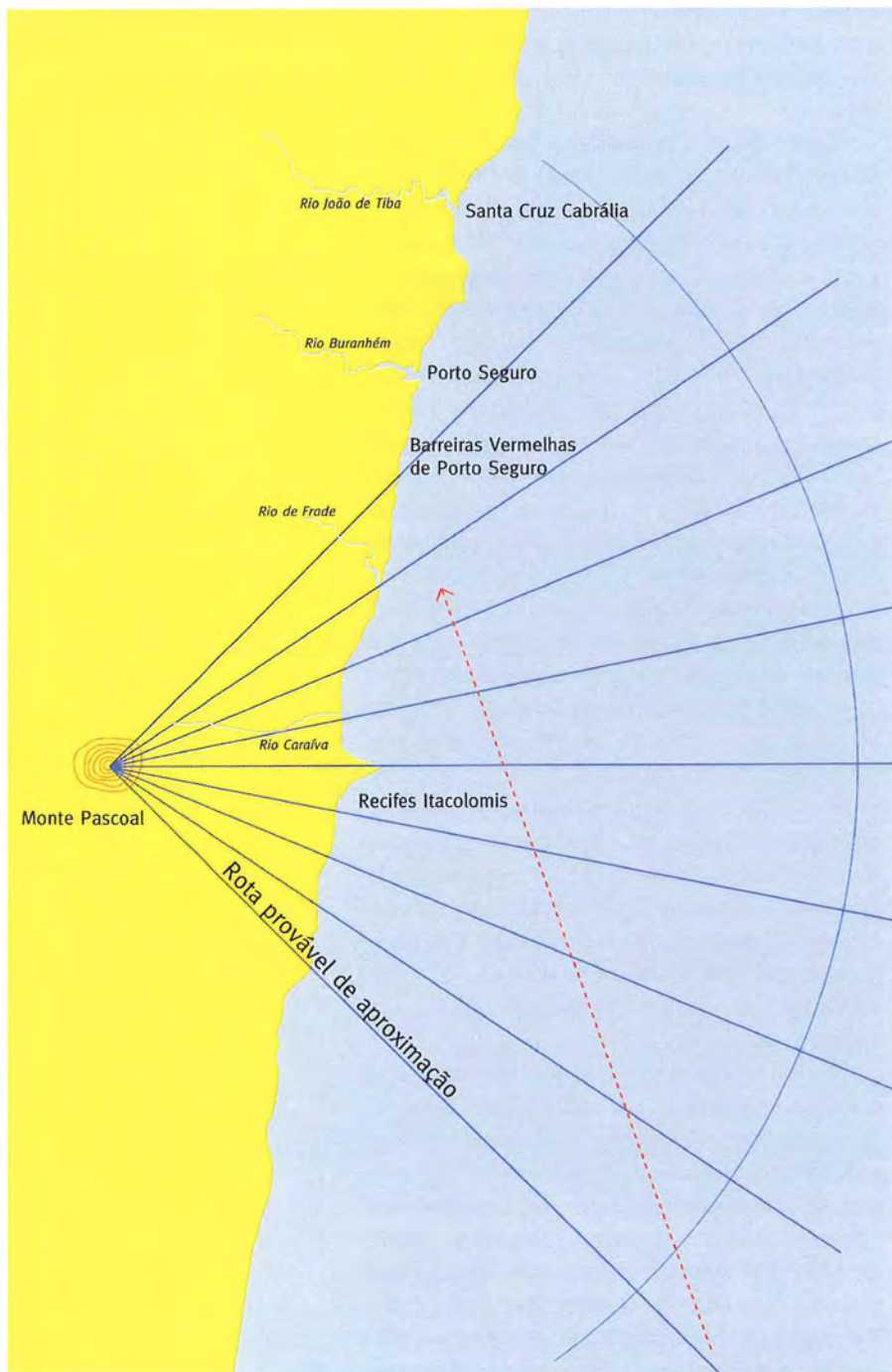
Nos dias imediatos procedeu-se à transferência da carga da naveta de mantimentos para as outras onze embarcações, à conclusão do aprovisionamento de água e lenha, à cons-

trução de uma grande cruz, à prossecução das tentativas para obter mais informações sobre os habitantes da terra e à criação de um clima de cordialidade com os tupiniquins, alguns dos quais foram convidados a tomar refeições e a pernoitar nas naus.

O cosmógrafo, bem como os pilotos das naus do capitão-mor e do sota-capitânia, respectivamente, Afonso Lopes e Pêro Escobar³², aproveitaram a permanência em terra para armar na praia o grande astrolábio de pau – mais fiável do que os pequenos astrolábios de latão utilizados a bordo³³ – com o objectivo de tomar a altura do Sol ao meio-dia, comparar os cálculos das léguas percorridas e estimar a distância a que se encontravam do cabo da Boa Esperança. A medição da latitude da baía Cabrália (que está actualmente fixada em 16° 21' S), efectuada a 27 de Abril por aqueles três técnicos, deu o resultado de 17° S, tendo, por conseguinte, uma margem de erro inferior a 40' por excesso.

Na carta que enviou a D. Manuel I, mestre João Faras³⁴, além de recomendações de natureza náutica, procede à primeira descrição e a um esboço de representação da Cruz, ou seja, da constelação austral³⁵. O cosmógrafo e físico régio acrescenta, ainda, uma passagem em que informa o monarca de que, para conhecer a localização da nova terra, bastaria consultar o mapa-múndi que se encontrava em Lisboa, na posse de Pêro Vaz da Cunha, o Bisagudo, onde a mesma estava desenhada. No entanto, ressalva que se tratava de uma carta antiga, não indicando se a terra era ou não habitada³⁶. Esta referência a uma hipotética representação cartográfica da Terra do Brasil, anterior a Abril de 1500, tem suscitado acesa polémica devido às implicações decorrentes da sua interpretação apontarem ou não para a existência de precursores de Cabral naquela região brasileira.

Rota provável de aproximação da armada ao litoral brasileiro, de autoria do Almirante Max Justo Guedes.



Não são concordantes as opiniões dos autores dos três relatos sobre o descobrimento do Brasil relativamente à natureza da terra achada. Pêro Vaz de Caminha considera-a uma ilha, uma vez que no encerramento da *Carta* a D. Manuel data-a de «Porto Seguro, da vossa ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500». O bacharel mestre João, por seu turno, refere que «...quase entendemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que de outra ilha vêm aqui almadias...», endereçando a sua missiva de «Vera Cruz no primeiro de Maio de 500».

O autor da vulgarmente designada *Relação do Piloto Anónimo* aborda a questão de forma mais dubitativa, indicando que a terra era «grande, porém não pudemos saber se era ilha ou terra firme», adiantando, contudo, que se inclinava para a «última opinião pelo seu tamanho»³⁷. Esta última testemunha não ficou, todavia, circunscrita ao litoral reconhecido até à baía Cabralia, tendo tido oportunidade, no prosseguimento da derrota rumo ao cabo da Boa Esperança, de avistar mais uma parcela da orla marítima, o que lhe permitiu adquirir uma visão mais próxima da realidade.

A 1 de Maio, sexta-feira, o capitão-mor procedeu à escolha do sítio onde deveria ser erguida a grande cruz construída em madeira da terra, de forma a, de acordo com o escrivão cabralino, «melhor ser vista». Este facto denota a preocupação em assinalar aquela excelente aguada para as armadas vindouras, tal como o havia feito Vasco da Gama na costa de África, em 1497, ao mandar carpintear uma cruz de um mastro grande para mais eficazmente sinalizar a angra de São Brás³⁸.

Foi então organizada uma procissão que transportou a cruz, em que foram pregadas as armas e a divisa reais, até ao local seleccionado, situado nas proximidades da foz do rio Mutari, que não é visível do mar, onde a

implantaram, seguindo-se a celebração da segunda missa na Terra de Vera Cruz. Concluídas as cerimónias litúrgicas, o comandante da expedição ordenou a partida para Lisboa da naveta de mantimentos, comandada por Gaspar de Lemos, enviando ao rei papagaios, arcos, flechas e outros objectos fornecidos pelos tupiniquins, bem como as missivas dos capitães, do feitor, do cosmógrafo e do escrivão sobre o «*achamento da terra nova*».

No sábado, 2 de Maio, a esquadra cabralina zarparou do ancoradouro brasílico, deixando, todavia, em terra, dois grumetes que tinham desertado nas vésperas da partida e igual número de degredados «*os quais começaram a chorar; e foram animados pelos naturais do país que mostravam ter piedade deles*»³⁹.

O navio alvissareiro efectuou, na viagem de retorno a Lisboa, um reconhecimento do litoral brasílico compreendido entre Porto Seguro e o cabo de São Jorge⁴⁰ – identificado com o actual cabo de Santo Agostinho – numa extensão superior a 150 léguas, o que permitiu obter a confirmação de que se tratava de um continente. O traçado geral da faixa costeira explorada, uma legenda alusiva ao descobrimento, os topónimos correspondentes às estremas atingidas, sendo que a do norte se encontra assinalada com uma bandeira das Quinas, foram, na sequência da expedição cabralina, inseridos no padrão cartográfico real.

D. Manuel I recebeu, provavelmente no decorrer do mês de Julho de 1500⁴¹, Gaspar de Lemos, tomando conhecimento dos sucessos protagonizados pela segunda armada da Índia até 1 de Maio, inclusive, bem como da existência no poente de uma grandiosa terra firme austral. Na previsão de que a descoberta da Terra de Vera Cruz pudesse suscitar a eclosão de disputas com Castela acerca da esfera de

influência em que o novo domínio se situava, o rei decidiu manter segredo sobre o assunto até obter informações sobre os respectivos limites.

Em data muito próxima da arribada ao Tejo da naveta de mantimentos chegaram a Lisboa as novas do falecimento de D. Miguel da Paz, ocorrido em Granada a 17 de Julho de 1500, o que não suscitou manifestações de pesar⁴² porquanto significava o fim da união ibérica que se concretizaria quando o príncipe subisse aos tronos de Castela, Aragão e Portugal. A sucessão dos dois primeiros reinos recaía automaticamente em D. Joana (futura Joana a Louca) e no varão que havia poucos meses dera à luz (o futuro Carlos I de Espanha e Carlos V do Sacro Império nascera a 24 de Fevereiro desse ano).

A morte de D. Miguel reabriu o problema da sucessão da Coroa de Portugal, uma vez que não havia um único descendente legítimo da dinastia de Avis. A inexistência de um herdeiro do trono conferiu grande importância ao casamento do rei, tendo D. Manuel iniciado rapidamente negociações com os Reis Católicos com vista a consorciar-se com a infanta D. Maria, terceira filha daqueles monarcas. O Venturoso não teve dificuldades em obter o assentimento de Isabel e Fernando, que também desejavam aquele enlace, tendo-se realizado os esponsais em Alcácer do Sal a 30 de Outubro de 1500⁴³.

Estes acontecimentos condicionaram o calendário político manuelino até finais do ano, pelo que não foram adoptadas iniciativas susceptíveis de criar atritos com Castela-Aragão, que pudessem dificultar ou inviabilizar a concretização do matrimónio régio. No início de 1501, ultrapassados os constrangimentos político-diplomáticos já referidos e encerrado o período de festividades inerentes ao evento, o rei de Portugal tomou decisões conducentes

O Monte Pascoal visto do mar.



a integrar funcionalmente os domínios do Novo Mundo no contexto do Império.

A primeira consistiu em dar instruções a João da Nova, capitão-mor da terceira armada da Índia, para tomar refresco na Terra de Santa Cruz⁴⁴. Com efeito, a frota zarpou do Tejo na primeira quinzena de Março, iniciou a aproximação ao litoral brasílico por alturas do cabo de Santo Agostinho e efectuou a aguada na costa pernambucana⁴⁵.

A segunda – e mais importante – foi a de armar uma flotilha de três caravelas, cujo comando confiou a Gonçalo Coelho, com a missão de determinar os limites da terra firme descoberta por Cabral. É muito provável que entre os objectivos cometidos à expedição de 1501-1502 se encontrasse o de efectuar um levantamento das potencialidades económicas da Terra de Santa Cruz, facto indiciado pela participação de dois destacados florentinos que se encontravam intimamente associados a empreendimentos marítimos e comerciais nas «Índias de Castela».

Um dos italianos era Gerardo Verde, irmão de um grande mercador originário da Toscana, Simão Verde, que fundara uma companhia comercial solidamente implantada na Andaluzia⁴⁶. O outro era Américo Vesúcio que, após tersido impedido de embarcar na expedição de Vélez de Mendoza devido às recentes disposições régias proibindo a participação de estrangeiros nos navios castelhanos com destino ao poente⁴⁷, foi aliciado, segundo o seu testemunho, pelos «*nos- sos florentinos de Lisboa*»⁴⁸ no sentido de se transferir para Portugal. O facto de Vesúcio ter desempenhado as funções de feitor de Juanoto Berardi, que havia sido correspondente na Andaluzia de Bartolomeu Marchioni⁴⁹, terá contribuído para que D. Manuel I resolvesse incorporá-lo na expedição chefiada por Coelho com a finalidade



Vista da praia da Coroa Vermelha.

de efectuar uma prospecção dos produtos com interesse comercial existentes na Terra de Santa Cruz.

A concordância em aceitar os serviços do florentino poderá, também, ter ficado a dever-se ao facto do Venturoso pretender agir cautelosamente na definição da soberania portuguesa no hemisfério ocidental, utilizando um estrangeiro neutral que tinha participado na expedição de Ojeda aos territórios americanos pertencentes à Coroa de Castela e que poderia, no caso de ocorrer um conflito luso-castelhano sobre a soberania ou os limites do Brasil, testemunhar que a viagem organizada por Portugal se destinava a terras desconhecidas, incluídas na sua área de jurisdição, não constituindo qualquer violação do Tratado de Tordesilhas.

A prudente actuação de D. Manuel I destinar-se-ia a garantir que a implantação da presença lusitana na Terra de Santa Cruz não suscitasse a hostilidade dos Reis Católicos de forma a permitir-lhe concentrar prioritariamente os meios disponíveis na cruzada anti-muçulmana no Oriente, no Norte de África e no Mediterrâneo, o que pode ser ilustrado com a partida, a 15 de Junho de 1501, de uma grande armada (30 naus, navios e caravelas), comandada por D. João de Meneses, conde de Tarouca, com o objectivo de socorrer os venezianos e conter a ameaça turca.

Os navios de Gonçalo Coelho zarparam de Lisboa entre 10 e 14 de Maio de 1501, dirigindo-se a Bezeguiche (Senegal) para tomar refresco. No final do mês encontraram surtas nesse porto duas naus da armada de Cabral

que regressavam da Índia, tendo-se efectuado importantes conciliábulos entre alguns membros de ambas as tripulações que permitiram a Vespúcio chegar à conclusão de que a Terra de Santa Cruz pertencia ao mesmo continente que ele havia visitado no decurso da expedição de Ojeda, situando-se, todavia, na região meridional⁵⁰.

Apesar de todas estas movimentações, não transpiraram notícias sobre a descoberta efectuada pela esquadra de Cabral nas paragens ocidentais, o que revela a existência de um calendário político para a sua divulgação. O argumento de que a inexistência de informações sobre o assunto se teria ficado a dever à pouca importância atribuída por D. Manuel I ao achamento do Brasil é infirmado pela tomadas das decisões já referidas que apontam no sentido contrário ao dessa hipótese.

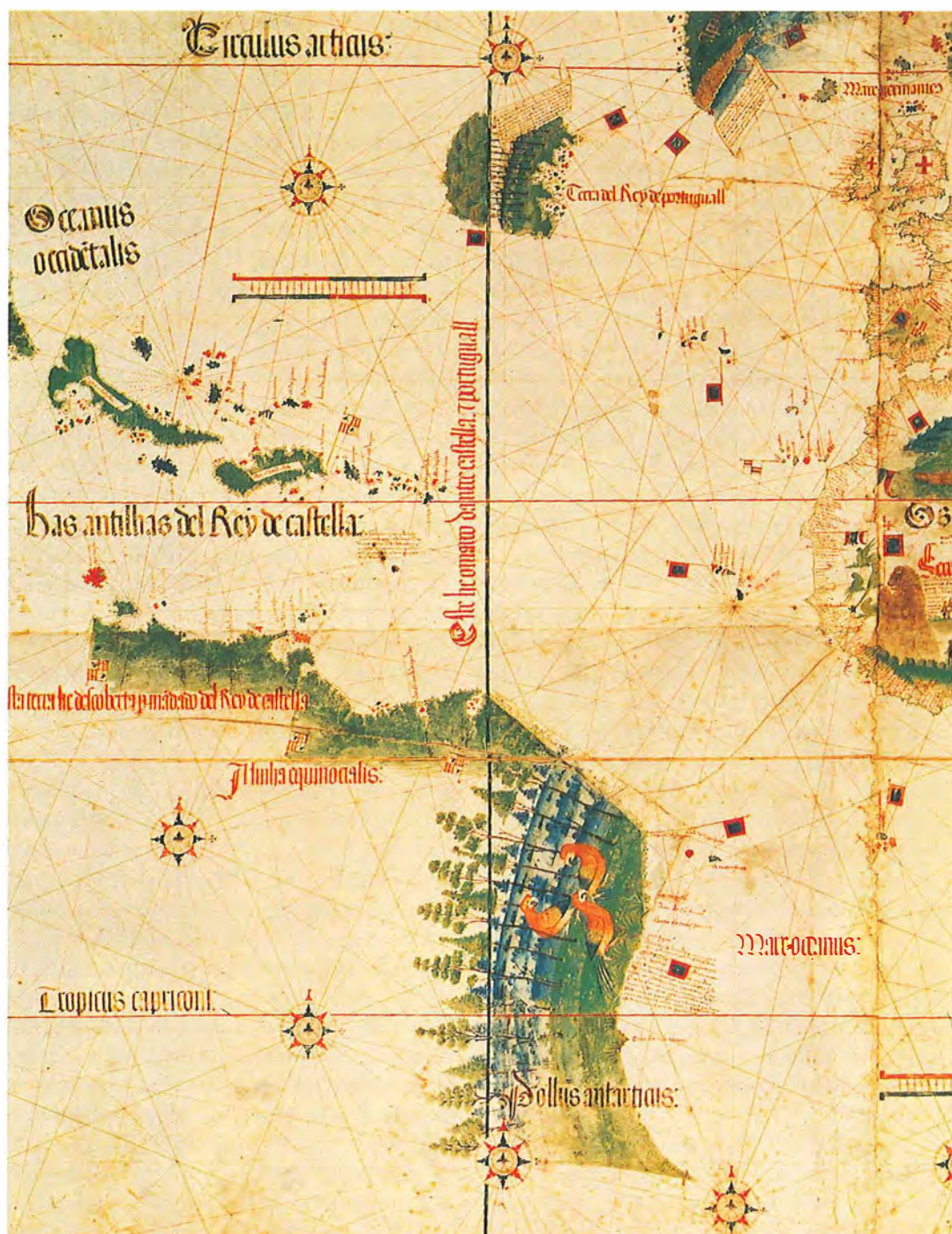
Na noite de 23 para 24 de Junho de 1501 chegou ao Tejo a nau *Anunciada*, pertencente à sociedade constituída entre D. Álvaro e os mercadores italianos, comandada por Nuno Leitão da Cunha⁵¹, primeira unidade da segunda armada da Índia a regressar do Oriente. A partir de 26 desse mês, as missivas de italianos residentes em Portugal e Castela (Affaitadi, Cretico, Marchioni, Pisani e Trevissano) vão aludir constantemente ao descobrimento da *Terra dos Papagaios* – designação que lhe foi atribuída por esses diplomatas e mercadores –, pondo em relevo o encontro de uma terra desconhecida, a existência de populações caracterizadas pela nudez e a abundância e variedade de papagaios. No mês de Julho, verificou-se o gradual retorno dos restantes navios cabralinos, incluindo a nau-capitânia⁵².

Somente a 28 de Agosto de 1501, o Venturoso escreveu aos sogros dando-lhes novas dos sucessos da expedição de 1500 e referindo o achamento da Terra de Santa Cruz⁵³, o que des-

mente a ideia generalizada de que D. Manuel I comunicou rapidamente aos Reis Católicos o descobrimento do Brasil, asserção que não corresponde à realidade dos factos, conforme comprova a análise cuidada da cronologia.

A conclusão a retirar não pode, pois, deixar de ser a de que o rei de Portugal propositamente demorou mais de um ano (de Julho de 1500 a Agosto de 1501) a dar conta a Isabel e Fernando das descobertas efectuadas pelos seus navios na região austral. Fê-lo, ainda assim, nessa data, devido à insistência de Pêro Lopez de Padilla, representante dos Reis Católicos na corte de Lisboa, apresentando a desculpa diplomática de não os ter notificado mais cedo porque quisera aguardar primeiramente pelo regresso do capitão-mor e depois pelo dos restantes navios, preparando-se para o fazer quando o embaixador lhe transmitira os seus desejos de receber notícias sobre os sucessos daquela armada. Em suma, o Venturoso tinha conhecimento há mais de um ano do «*achamento da terra nova*» quando comunicou o acontecimento aos reis de Castela e Aragão que, a partir de então, tomaram conhecimento de que teriam de passar a partilhar *de facto* com Portugal a terra firme ocidental.

O comportamento de D. Manuel I relativamente à divulgação dos resultados obtidos pela esquadra de Cabral foi diametralmente oposto àquele que adoptou aquando do descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Neste último caso, o monarca, dois dias após a entrada do primeiro navio da armada de Vasco da Gama na barra do Tejo, apressou-se a escrever aos Reis Católicos, transmitindo-lhes euforicamente o feliz sucesso da empresa, não esperando sequer pelo retorno do comandante da expedição. Relativamente à descoberta do Brasil, o soberano não só não deu qualquer informação sobre o regresso da naveta de mantimentos com os vários relatos



Portmoneo do Planisfério anónimo português de 1502, dito de Cantino. Biblioteca Estense, Modena.

sobre o «*achamento da terra nova*», como retardou o mais possível a sua participação, fazendo-o num tom de «*prudência e júbilo moderado*»⁵⁴. Importa, pois, procurar encontrar os motivos que permitam interpretar uma tão significativa diferença de atitudes em relação às duas situações.

Ao receber as notícias sobre a descoberta da grande terra firme austral – cujas estremas setentrional e meridional eram desconhecidas – D. Manuel apercebeu-se que, para além de ter batido os Reis Católicos na corrida pela chegada ao Oriente (1499), acabava de abrir uma nova frente de competição com Castela, desta vez no hemisfério ocidental (1500). Terá considerado, então, mais adequado, devido às prioridades em assegurar a sucessão do trono (negociações para o seu casamento com a infanta D. Maria) e em ampliar militarmente a presença portuguesa no Oriente e no Norte de África, não permitir a divulgação de notícias sobre o assunto até se encontrar na posse de informações precisas sobre os limites da Terra de Santa Cruz, para o que mandou aparelhar a esquadilha que confiou a Gonçalo Coelho. No entanto, o regresso do Índico dos navios cabralinos, o primeiro dos quais pertencia a particulares, tornou pública a descoberta daquela terra.

Os Reis Católicos – alertados pelos rumores que circulavam sobre o achamento, por navios lusos, de terras no poente que poderiam estar situadas no seu hemisfério de influência – deram instruções ao seu representante em Portugal para que insistisse junto do «dilecto filho» no sentido de lhes dar conta dos resultados obtidos pela segunda armada da Índia. O monarca lusitano, pressionado pelo embaixador dos sogros, enviou-lhes uma missiva (28 de Agosto de 1501), redigida em linguagem muito cautelosa e ambígua, em que atribui a descoberta feita por Cabral a um

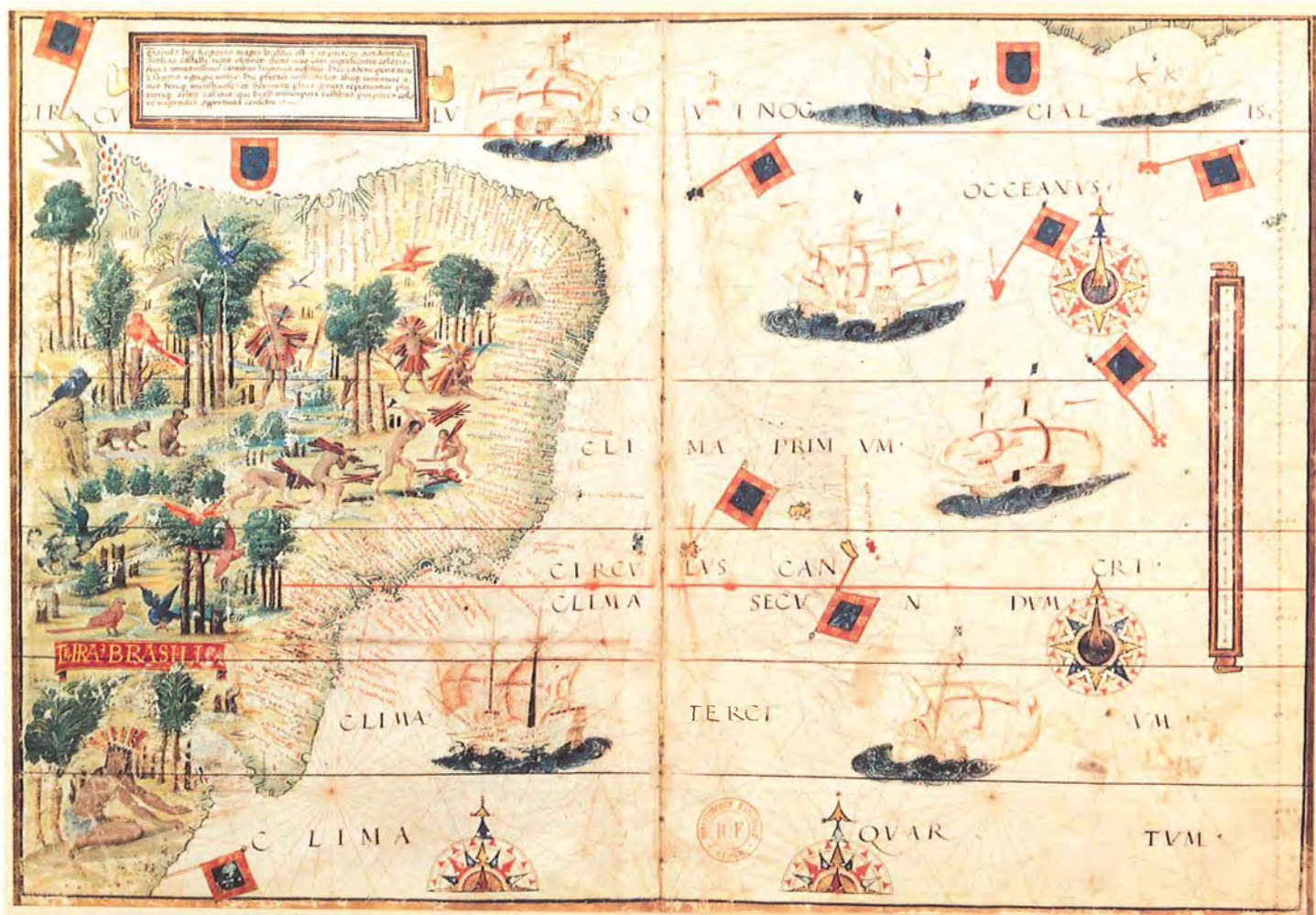
«milagre divino», sublinhando que a mesma era muito conveniente e necessária para a navegação da Índia⁵⁵. Omite, todavia, os dados sobre a posição geográfica da Terra de Vera Cruz, bem como os resultados das medições de latitude efectuadas em Porto Seguro⁵⁶ e não faz a mínima referência ao envio da expedição de Coelho que havia partido de Lisboa em Maio.

O selo de secretismo com que o Venturoso rodeou os resultados náuticos da expedição de Cabral encontra-se bem patente numa missiva, datada de 10 de Agosto desse ano, em que Ângelo Trevisano, secretário do embaixador veneziano (Domenico Pisani) junto de Isabel e Fernando, informava o analista Malapiero que não tinha sido possível obter uma carta de marear da referida viagem, «*porque o rei impôs a pena de morte a quem a mandar para fora*»⁵⁷.

Idêntica política foi prosseguida nos anos seguintes. Quando Vespúcio regressou da viagem de 1503-1504, D. Manuel I confiscou-lhe os documentos de cariz náutico que estavam em sua posse, nunca tendo procedido à sua devolução. Na sequência do retorno do florentino a Castela, foi promulgado o Alvará de 13 de Novembro de 1504 que proibia os cartógrafos, sob pena de perda dos bens, de representarem a costa a partir do rio de Manicongo⁵⁸, facto que demonstra a preocupação régia em impedir «*a divulgação de qualquer notícia sobre a costa recentemente descoberta*»⁵⁹.

¹ Cfr. Francisco Morales Padrón, *Historia del Descubrimiento y Conquista de América*, 5ª ed. revista e aumentada, Madrid, 1990, pp. 151-152.

² O original, pertencente à Real Academia da História de Madrid, além de ter sido publicado no Boletim daquela instituição, foi integralmente transcrito por F. Félix Lopes, *Fr. Henrique de Coimbra. O Missionário. O Diplomata. O Bispo*, Lisboa, 1973, pp. 2-4;



³ Redigida em latim, foi descoberta no arquivo da Casa, Corte e Estado de Viena, tendo a sua existência sido divulgada, em 1979, por Peter Krendl que a publicou no ano seguinte. Cfr. José Manuel Garcia, «A Carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia», revista *Oceanos* (Lisboa), 16 (1993), pp. 28-32.

⁴ Pub. por João Martins da Silva Marques, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. III (1461-1500), Lisboa, 1971, doc. 341, pp. 549-550. Sobre esta importante personalidade, veja-se o estudo de Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, «Cardeal de Alpedrinha»*, Lisboa, 1991.

⁵ Mercador e lapidário judeu que foi levado para Lisboa e aí convertido ao cristianismo, ficando a ser conhecido por Gaspar da Gama. Cfr. Elias Lipiner, *Gaspar da Gama, um Converso na Frota de Cabral*, Rio de Janeiro, 1987, pp. 77-104.

⁶ Cfr. Alfredo Pinheiro Marques, *Portugal e o Descobrimento Europeu da América. Cristóvão Colombo e os Portugueses*, Lisboa, 1992, pp. 81-83.

⁷ Cfr. Cristóvão Colombo, *Los Cuatro Viajes. Testamento*, ed. de Consuelo Varela, Madrid, 1986, p. 27.

⁸ Cfr. Francisco Morales Padrón, *op. cit.*, pp. 144-150.

⁹ Trad. e pub. por Duarte Leite, *Os Falsos Precursores de Álvaro Cabral*, 2ª. ed. melhorada, Lisboa, s.d., p. 86.

¹⁰ Cfr. F. Félix Lopes, *op. cit.*, pp. 11-12.

¹¹ Carta Régia de 3 de Dezembro de 1499 a Miguel Péres de Almagam, secretário dos Reis Católicos, pub. por *idem*, *ibidem*, pp. 2-3.

¹² Cfr. Carlos Alberto Encarnação Gomes, «Novos elementos para o estudo da viagem de 1500 ao Brasil», *Anais do Clube Militar Naval* (Lisboa), CXIX (1989), pp. 9-27.

Mapa do Brasil chamado de «Atlas Miller», atribuído a Lopo Homem-Reinés, 1519. Bibliothèque national de France, Paris.

- ¹³ Pub. por A. Fontoura da Costa, *Os Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à Viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1940, pp.11-12.
- ¹⁴ Cfr. Francisco Leite de Faria, *Pensou-se em Vasco da Gama para Comandar a Armada que Descobriu o Brasil*, Lisboa, 1978.
- ¹⁵ Cfr. «Borrão original da primeira folha das instruções de Vasco da Gama para a viagem de Cabral», pub. por A. Fontoura da Costa, *op. cit.*, pp. 15-20.
- ¹⁶ Pub. por *idem*, *ibidem*, *op. cit.*, pp. 23-46.
- ¹⁷ Pub. por Alexandre Lobato, «Dois novos fragmentos do Regimento de Cabral para a Viagem da Índia em 1500», revista *Stridia* (Lisboa), 25 (1968), pp. 31-49.
- ¹⁸ Pub. por A. Fontoura da Costa, *op. cit.*, pp. 50-53.
- ¹⁹ Pub. por Isaías da Rosa Pereira, «Documentos inéditos sobre Gonçalo Gil Barbosa, Pêro Vaz de Caminha, Martinho Neto e Afonso Furtado, escrivães da despesa e receita do feitor Aires Correia (1500)», *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas*, vol. II, Porto, 1989, pp. 505-513.
- ²⁰ Existem diversas versões sobre a composição da esquadra cabralina. Optámos por aquela que consta do maior número de fontes (Relação das Naus e Armadas, Crónica do Descobrimento, Livro das Armadas, etc.) e que foi mais amplamente divulgada pelos cronistas (Castanheda, Barros e Góis), recolhendo o consenso mais alargado. Cfr. *Relação das Naus e Armadas da Índia...*, ed. de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, 1985, pp. 10-11.
- ²¹ Cfr. Pêro Vaz de Caminha, *Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o Achatamento do Brasil*, ed. de M. Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes, Lisboa, 1974, pp. 32-33.
- ²² Cfr. Max Justo Guedes, *O Descobrimento do Brasil*, 2ª ed., Lisboa, 1989, p. 100.
- ²³ Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 100-103.
- ²⁴ Cfr. *idem*, «O Condicionismo Físico do Atlântico e a Navegação à Vela», *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, 1975, vol. I, t. 1, p. 126.
- ²⁵ Cfr. *idem*, *O Descobrimento do Brasil*, p. 103.
- ²⁶ Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 33.
- ²⁷ *Idem*, *ibidem*, pp. 33-34.
- ²⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 35.
- ²⁹ Cfr. Fernando Lourenço Fernandes, *A Armada de 1500 e as Singularidades de Arribada na Escala do Atlântico Sul*, Lisboa, 1993, p. 13.
- ³⁰ Cfr. Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1988 <1898>, Parte II, pp. 209-210.
- ³¹ Cfr. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, pp. 36-37.
- ³² Um dos melhores pilotos do seu tempo. Já tinha participado na viagem de descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia como piloto da nau Bérrio, comandada por Nicolau Coelho. Cfr. Sousa Viterbo, *op. cit.*, Parte I, pp. 91-92.
- ³³ Cfr. João de Barros, *Ásia. Primeira Década*, Coimbra, 1932 <1552>, p. 127.
- ³⁴ Bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião régio. Sobre a importância da sua obra, veja-se Joaquim Barradas de Carvalho, *La Traduction Espagnole du «De Situ Orbis» de Pomponius Mela par maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, 1974.
- ³⁵ Cfr. A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 4ª ed., Lisboa, 1983, p. 120-122.
- ³⁶ Pub. *idem*, *Os Sete Únicos...*, pp. 105-110. Um historiador da náutica chegou à conclusão que o «mapa-múndi de Bisagudo tinha marcas das latitudes, isto é, tinha desenhado um meridiano graduado em graus, pois só assim poderia D. Manuel verificar o «sítio desta terra», que mestre João indicava estar em 17º S» *idem*, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 205.
- ³⁷ «Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral escrita por um piloto português», *O Reconhecimento do Brasil*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, 1989 <1500-1507>, p. 39.
- ³⁸ Cfr. Jaime Cortesão, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, 1943, pp. 95-96.
- ³⁹ «Navegação do capitão...», pp. 39-40.
- ⁴⁰ Cfr. A. Teixeira da Mota, «Reflexos do Tratado de Tordesilhas na Cartografia Náutica do Século XVI», *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, vol. I, Valladolid, 1973, p. 142.
- ⁴¹ Cfr. Moacyr Soares Pereira, *Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral*, Lisboa, 1979, p. 84.
- ⁴² Cfr. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, prefácio de David Lopes, vol. I, Coimbra, 1949 <1566>, p. 109.
- ⁴³ Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 110-114.
- ⁴⁴ Cfr. *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico...*, Lisboa, 1892 <1505>, p. 21.
- ⁴⁵ Cfr. Moacyr Soares Pereira, «A Ilha Brasileira do Planisfério da Casa d'Este», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro), 309 (1975), pp. 27, 47, 103-104, 126.
- ⁴⁶ Cfr. Consuelo Varela, *Cólon y los Florentinos*, Madrid, 1988, pp. 83-93.
- ⁴⁷ Cfr. *idem*, *Amerigo Vespucci, un Nombre para el Nuevo Mundo*, Madrid, 1988, pp. 32-60.
- ⁴⁸ Américo Vespúcio, *Cartas de Viagem*, introd. e notas de Luciano Formisano, trad. castelhana, Madrid, 1986 <1501>, p. 66.
- ⁴⁹ Influente negociante florentino radicado em Lisboa, onde se alancorara à posição de importante colaborador dos reis de Portugal desde D. João II.
- ⁵⁰ Cfr. *idem*, *ibidem*, pp. 66-73.
- ⁵¹ Cfr. Carta de João Francisco de Affaitadi a Domingos Pisani (Lisboa, 26 de Junho de 1501), pub. por Max Justo Guedes, *O Descobrimento do Brasil*, pp. 149-152.
- ⁵² Cfr. «Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral ...», pp. 62-63.
- ⁵³ Cfr. Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (28 de Agosto de 1501), pub. in *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (doravante *HCPB*), dir. de Carlos Malheiro Dias, vol. II, Porto, 1923, pp. 165-167.
- ⁵⁴ C. Malheiro Dias, Introdução, *ibidem*, vol. I, Porto, 1921, p. XXXI.
- ⁵⁵ Cfr. António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, 1972, vol. I, pp. 267-271.
- ⁵⁶ Cfr. Luís de Albuquerque, *Os Guias Náuticos de Munique e Évora*, Lisboa, 1965, p. 66, nota 135.
- ⁵⁷ Duarte Leite, «O Mais Antigo Mapa do Brasil», *HCPB*, vol. II, p. 227.
- ⁵⁸ Pub. in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, 1892, pp. 138-139.
- ⁵⁹ Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 11.

Desta Vossa Ilha de Vera Cruz... é já outro Portugal!

A n a M a r i a d e A z e v e d o

*«Deste Porto Seguro,
da vossa Ilha de Vera Cruz...»*

ASSIM TERMINA A CARTA DE PÊRO VAZ DE CAMINHA ao monarca português D. Manuel I a dar testemunho da chegada dos Portugueses, no início de Quinhentos, a terras, onde se veio a construir o Brasil. Alguns anos mais tarde, no final do século o Padre Fernão Cardim afirmou num dos seus textos que «...*neste Brasil é já outro Portugal*»¹.

Separavam estes dois homens cerca de noventa anos e duas formações diferentes. Ao escrivão contrapunha-se o Jesuíta, mas entre os dois homens tinham decorrido anos de presença de Portugueses e já alguns da acção da Companhia de Jesus. O encontro com a terra e as gentes brásílicas foi diferente, mas os dois testemunhos são, sem dúvida alguma, importantes para o conhecimento do Brasil, quer no momento da chegada, quer quase um século depois.

O encontro de Caminha é descrito num texto vivo e minucioso, que tem sido considerado como a «certidão de nascimento» do Brasil, já que foi escrita no momento do achamento do território, ou pelo menos da chegada oficial dos Portugueses ao território de Vera Cruz, mais tarde denominado de Santa Cruz e posteriormente de Brasil. Texto em que o escrivão de el-rei procura transmitir tudo o que poderia interessar ao monarca e que este conseguisse visualizar através dos olhos do cronista.

Certidão do nascimento, diploma natalício, fonte documental, são epítetos merecidos para definir o valor do texto escrito por Caminha. Fonte histórica que pela descrição verídica, conteúdo original e beleza do estilo, basta para fazer a história do acontecimento da chegada ao território brasileiro, o que faz dele o próprio *documento*, transformado em *história*². Através dos olhos do seu autor entramos em contacto com a terra e as gentes da suposta ilha de Vera Cruz. Ele é «o pintor do contacto»³, o primeiro a escre-

«Povos bravos e nus, previamente desconhecidos»,
gravura na edição alemã das cartas de Américo
Vespúcio a Piero Soderini, Estrasburgo, 1509.



ver ou a descrever os povos ameríndios no seu ambiente e a enviar para a Europa uma imagem do que observava.

Imagem que é transmitida de uma forma tão rica que é como se estivéssemos presentes na praia no momento da chegada, naquela quinta-feira, 23 de Abril de 1500. Imagem que marcou os homens que desembarcaram e que deveriam observar aqueles novos povos, «...*A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma...*». Novos povos que não se coadunavam com os seres conhecidos até então e, que procediam de forma diferente, mas simpática e sem qualquer agressividade perante os desconhecidos que desembarcavam no seu território, vindos do mar, cobertos de vestuário e com atitudes nunca vistas. Era o encontro de dois povos e duas culturas.

É o contacto com o «Outro», que sem ser o «gentio» era encarado de forma muito radical pelo Homem de inícios de Quinhentos, antes do movimento da Expansão Marítima, pondo-se em causa se seriam humanos ou bestas, como já o tinham feito autores clássicos, como Ptolomeu, ao afirmar «[...] *homens selvagens antropófagos, com feição disforme e horrível, as duas regiões extremas da Terra [...], trata-se de seres acerca dos quais é difícil precisar se são homens ou bestas*»⁴.

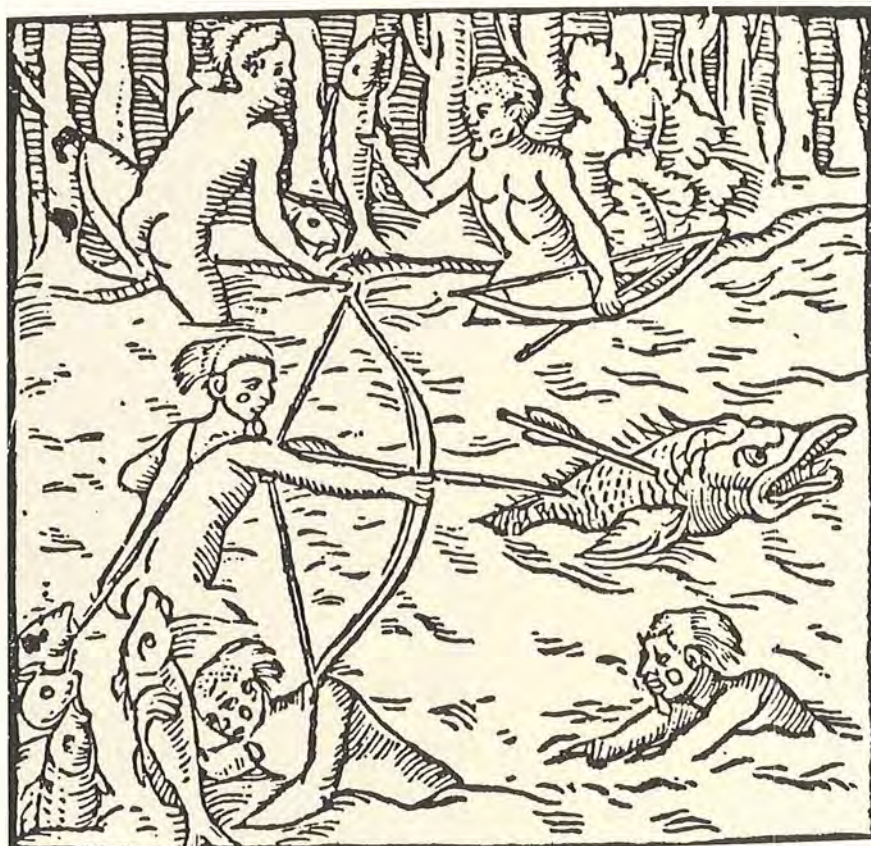
Mas em Caminha a descoberta do Outro civilizacional é ainda, um imenso território de obstáculos, parcialmente conscientes, que o início do século XVI não consegue problematizar e vencer fora de quadros etnocêntricos centrados sobre si mesmo. O antropológico dá-se através dum jogo de espelho que tende necessariamente para um etnocentrismo, isto é, uma negação da diferença e uma afirmação da redução do Outro ao Mesmo⁵.

O discurso de Pêro Vaz, apesar de considerar o Outro diferente, ao integrá-lo no espaço em

que vive, na beleza da paisagem e nas atitudes evidenciadas, não deixa de produzir analogias do Outro com a idade primeira da civilização cristã, considerando-o mesmo próximo de Adão, «[...] *Assim, Senhor; a inocência desta gente é tal, que a Adão não seria maior; quanto a vergonha*»⁶.

Esta descrição de Pêro Vaz de Caminha, que encontramos de forma sistemática nos diversos autores quinhentistas e seiscentistas quase correspondiam ao tradicional tema dos hortos das delícias⁷. Nelas se trata da bondade dos ares, da sanidade da terra, da feliz temperança do clima, da abundância e variedade do mantimento,

Pesca com arco e flecha, gravura em *Wahrafftige Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nuas e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.



principalmente das frutas, tão estranhas e exóticas, da amenidade e beleza da vegetação, sugerindo a imagem dos formosos jardins e hortos do Éden⁸. Era a nostalgia do jardim do Paraíso Terreal e a convicção de que se aproximavam os tempos escatológicos, a par da vontade de estender a religião cristã a terras novas e do anseio de encontrar o «*tão desejado ouro e pedras preciosas*» e outros produtos raros. Tudo se conjugava para serem aquelas terras consideradas tão maravilhosas como o verdadeiro Paraíso Terrestre, terras abençoadas que assediavam desde a Antiguidade a imaginação dos Ocidentais⁹.

A atracção pelas novas paisagens, odores, sabores e cores conjuga-se também, naturalmente, com a atracção pelos novos povos pela primeira vez contactados. Tema que, ainda hoje é abordado na bibliografia sobre o Brasil colonial, quer através do confronto com os povos ainda sobreviventes, sobretudo no interior do Brasil, onde conseguiram refugiar-se após a chegada dos Europeus, e depois de travarem diversas lutas entre si pela disputa do litoral, os quais mantêm muitas das características fisiológicas, sócio-económicas e culturais, quer através das informações que chegaram até nós. No entanto, estes testemunhos são muito diversos e por vezes divergentes nos seus dados, escritos por homens pertencentes a outro universo civilizacional profundamente diferente, de índole diversa e de origens profissionais muito variadas. Trata-se de relatos de viagens e de perspectivas até divergentes: há jesuítas ibéricos, como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim e Francisco Soares, franciscanos e capuchinhos franceses, como André Thevet, Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, o huguenote Jean de Léry, o colono Gabriel Soares de Sousa, o artileiro alemão Hans Staden, o humanista Pêro de Magalhães de Gândavo, entre outros, além das *Cartas Jesuíticas*.

As abordagens descritivas sobre a terra e as gentes do Brasil constituíram um rápido acréscimo dos dados humanos e científicos anteriores, contribuindo para um melhor conhecimento da terra e das populações indígenas.

A este Paraíso se refere Caminha ao dar a conhecer ao monarca as potencialidades da terra descoberta, «*Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achámos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*»¹⁰.

Apesar de atraído pelas novas paisagens, odores, sabores e cores, Caminha mostra-se sobretudo mais perturbado pelos novos povos, pelos seus hábitos, gostos, adornos e, sobretudo, pelas suas reacções.

Quando os tripulantes da armada de Pedro Álvares Cabral desembarcaram na Terra, denominada de Vera Cruz, avistaram Tupiniquins, grupo tribal pertencente ao ramo tupi, da grande família tupi-guarani que, segundo a maioria das teses, será originária da Amazónia¹¹. Povos diferentes que Caminha, como já referimos, descreve ao monarca de forma colorida, como um pintor, no preciso momento do encontro, «*Dali avistámos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. [...] Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas.*

[...] A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes,

bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador: [...] Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas... »¹².

Ameríndios ou gentios, como usualmente eram denominados pelos cronistas e viajantes de Quinhentos e Seiscentos, eram populações diferentes e com estádios civilizacionais diversificados e que evoluíram à margem das chamadas «grandes civilizações», quer sejam ocidentais, orientais ou meso-americanas. Sociedades que desenvolveram, no entanto, um modelo cultural adequado às características do ecossistema da floresta tropical, com técnicas de caça e pesca, e até agrícolas, apesar de continuarem recolectores, e com um diversificado conjunto de instrumentos, a par de uma organização social e política muito específica e de um sistema de crenças¹³.

Eram homens assim que Caminha terá encontrado e que procurou dar a conhecer ao seu monarca «[...] o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar, o saiba fazer pior que todos»¹⁴. Homens e mulheres formosos, de corpos robustos, bem feitos, de bons rostos e narizes, limpos, formosos, com cabelos lisos e cuidados.

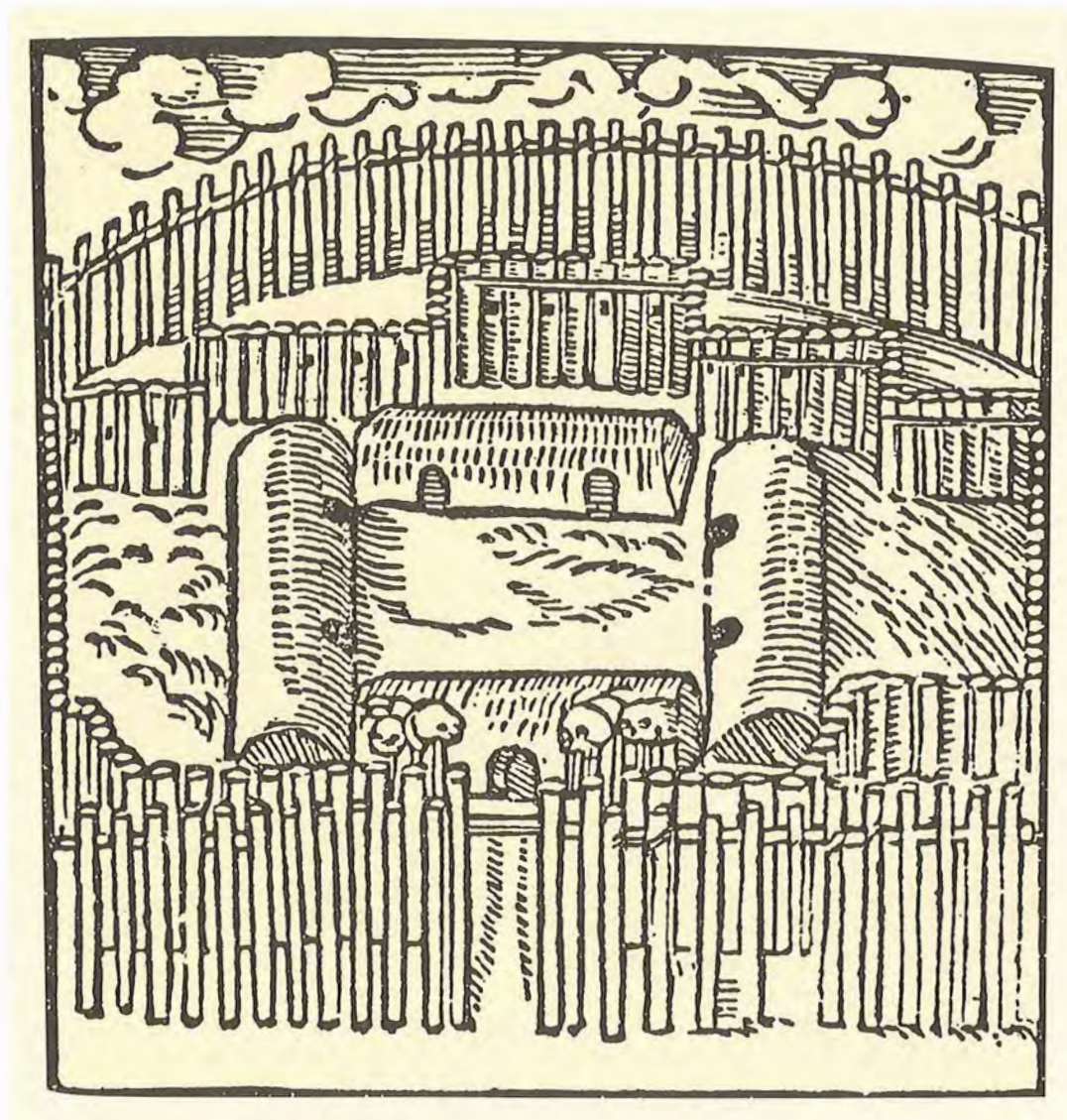
Homens e mulheres que andavam nus e que não escondiam as suas vergonhas, «[...] Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto»¹⁵. Nudez que não ofendeu o nosso cronista, como aliás também aconteceu com outros navegadores e viajantes da época, que se deixa-

ram encantar com a nudez dos Ameríndios. Os próprios padres Jesuítas, alguns anos depois, descrevem esta nudez como sendo algo natural e que não devia ser encarada como vergonhosa. A esse hábito se refere, nos finais do século XVI, o padre Fernão Cardim nos seus *Tratados*, «*Todos andam nus assim homens como mulheres, e não têm género nenhum de vestido e por nenhum caso verecundant, antes parece que estão no estado de inocência nesta parte, pela grande honestidade e modéstia que entre si guardam, e quando algum homem fala com mulher vira-lhe as costas*»¹⁶.

De facto, a nudez terá sido um dos hábitos das Sociedades Ameríndias que deve ter impressionado mais os homens de Quinhentos, humanistas, viajantes ou não, atendendo aos valores morais da época. Para o Europeu, o corpo humano era o instrumento directo do pecado e, como tal, devia ser o mais coberto possível, castigado e escondido, até mesmo os cabelos, no caso das mulheres, para não atraírem sexualmente os homens¹⁷. Enquanto que, para o Ameríndio, ele servia para o contacto directo com a natureza, uma forma de comunhão com os outros seres vivos e até de vivência em comunidade, facilitada pelas condições climáticas.

O que transparece do texto de Caminha, como no de Cardim e, nos da maioria dos escritores coevos não é um tom de crítica mas sim de espanto por este hábito, que o referem com inocência e naturalidade, procurando descrever todos os sinais evidentes dessa nudez, não só dos homens como também das mulheres, que consideram mais graciosas e belas que as portuguesas, «*Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. [...] E uma daquelas moças era tão tingida, debaixo a cima*

Taba (aldeia) dotada de caiçara (paliçada), gravura em *Wahraftige Historia und beschreibung einer andtschaft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newenwelt America Gelegen* (Verdadeira História e Descrição de um País de Selvagens, Nus e Cruéis Gentes devoradoras de Homens no Novo Mundo chamado América) de Hans Staden, Marburgo, 1557.



daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela»¹⁸, assim as descreve Caminha.

A benevolência deste escrivão, que chega a ser encantamento, sobretudo com as índias, não é evidentemente uma entrega, mas apenas um assentimento paternalista, mas também cortês¹⁹. Cortesia que está bem evidente, na recepção preparada aos indígenas que foram à nau



capitânia. Simpatia, tolerância, agrado, encantamento e até um certo carinho por aqueles que vinham às naus, que comiam e, deitavam-se e até dormiam no chão da nau sem medo ou temor algum dos portugueses. O índio não é ainda o antropófago, o inimigo a vencer, o homem a subjugar em escravo, o «selvagem».

Mesmo nos escritos do Padre Fernão Cardim e, apesar de terem passado já cerca de noventa anos de presença portuguesa no território brasílico e de este jesuíta ter contactado com povos Macro-Tupi, que já contavam com cerca de trinta anos de catequese sistemática, iniciada no governo de Tomé de Sousa, pelo Padre Manuel da Nóbrega, a quem os Jesuítas procuraram transmitir hábitos mais moderados, sobretudo no que concerne à antropofagia, poli-

gamia e consumo de bebidas fermentadas, o *cauim*, o Índio brasileiro é apresentado como ágrafo, isto é, sem conhecimento de escrita, o que nos impede de conhecermos as suas ideias ou os seus pensamentos.

O indígena «cardiniano» é descrito, na maior parte das vezes, de forma simpática e respeitosa. É dócil, alegre, afável, melancólico por vezes, com gosto pela música, dotado de ritmo e com capacidades de bom dançarino e cantor. Vaidoso nos seus adornos e armas, gosta de se enfeitar e de utilizar cores garridas. Aprecia as mulheres, mas respeita-as e procura protegê-las. Mostra-se admirado com as suas capacidades físicas, apodando-os de corajosos, resistentes à dor e às intempéries, ágeis e valentes, com boa visão e audição. Qualidades que

Pormenor da Carta do Brasil no atlas universal de Diogo Homem, c. 1558.
The British Library, Londres.

faziam deles bons caçadores, nadadores e pescadores²⁰.

Mostra-o ainda sem conhecimento da origem do Mundo. Não é de estranhar que Cardim, sendo um homem de Quinhentos, considere que os Índios não tinham, de acordo com os parâmetros da época, uma religião. Mas através da sua descrição testemunha-se a existência de crenças numa religião natural, ao afirmar que sabem que têm alma e que esta não morre, «*Não têm nome próprio com que expliquem a Deus, mas dizem que Tupã é o que faz os trovões e relâmpagos, e que este é o que lhes deu as enxadas, e mantimentos, e por não terem outro nome mais próprio e natural, chamam a Deus Tupã...*»²¹.

A atracção de Caminha vai também para os adornos utilizados pelos silvícolas, que descreve com a minúcia do bom observador e de um etnógrafo, se as compararmos com as descrições posteriores e com alguns artefactos utilizados ainda hoje pelos Índios. Toucados de penas amarelas, vermelhas e verdes; ossos ou pedras nos beijos de baixo furados e o corpo pintado de cores vivas. Espanto ou admiração, mas sobretudo realismo na descrição, «*muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beijos. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beijos furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos a saber; um no meio e os dois nos cabos*»²².

Maior interesse vai ainda, para as pinturas com que decoravam os corpos, «*[...] e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram se sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha*»²³. E aludindo a outro grupo que se aproximou do Capitão junto ao rio, «*Ali veríeis galantes, pintados de preto e verme-*

lho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo pareciam bem assim»²⁴.

A Carta de Caminha não é só fundamental para o conhecimento físico dos povos contactados, mas também pelo conhecimento que se tem do seu temperamento e até da sua índole. É a descrição do comportamento do indígena no momento da chegada. O primeiro contacto que é transposto para as páginas de Caminha, como vai ser para as dos outros viajantes que vão pisar o solo brasileiro.

O indígena deste escrivão é apresentado, na maior parte das vezes, de uma forma simpática e respeitosa. É descrito como dócil, afável, alegre, risonho, folgazão, curioso, loquaz, cauteloso, com gosto pela música, dotado de ritmo, «*neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus*»²⁵. Vaidoso nos seus adornos que gostava de se enfeitar e de utilizar cores garridas. Receptivo e cooperante com os recém-chegados mostravam capacidade de sociabilidade, de troca de oferendas, de conviver, «*Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturavam-se connosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos...*»²⁶.

Situação aliás diversas vezes descrita por Caminha, que talvez quisesse frisar bem ao monarca o que observava e que, tanto o atraía naquele momento da chegada e do encontro inesperado, «*Andavam todos tão dispostos, tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta*

*podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis. Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles»*²⁷.

Gente inocente, sem consciência do mal, como do bem, naturalmente boa, ignorante, bestial, que seria fácil trazer, por que humana, de seu estado natural à virtude consciente do Cristianismo, único meio de alcançar sua eterna salvação. Vivia em inocência análoga àquela em que Adão vivia no paraíso, antes de comer fruto da árvore da ciência do bem e do mal, sem olhos para ver suas vergonhas. E de certo modo aqui nos aproximamos do homem que Deus pôs no paraíso terrestre²⁸.

Gente dócil e inocente que seria fácil de converter, é uma das mensagens que Caminha se apraz de enviar logo para a Coroa, ao concluir que não tinham nenhuma crença, *«Parece-me gente de tal inocência que, se homens os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença [...] se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade»*²⁹.

Influenciado pela docilidade dos indígenas, pela sua receptividade à missa, que acompanharam com atenção e gosto, participando, repetindo o que viam fazer aos portugueses e pela forma como beijaram a cruz, Caminha considera os Ameríndios como fáceis de converter. Opinião muito marcada pelo ambiente edênico que encontraram e, pela ideia que esta gente era «virgem», uma página branca, à espera da inscrição portuguesa e cristã, mas que já tinha uma predisposição para o Cristianismo. Figuras da alteridade que se baseiam no egocentrismo, na identificação dos seus próprios valores com os valores em geral³⁰.

Mais tarde, o contacto com estes povos veio questionar esta ideia e o próprio Manuel da Nóbrega virá afirmar que, «... a gentilidade a

*nenhuma coisa adora, nem conhecem a Deus, somente aos trovões chama Tupã, que é como quem diz coisa divina»*³¹. Pêro de Magalhães de Gândavo assumirá uma opinião mais radical, ao escrever na sua *História da Província de Santa Cruz*, *«[...] A língua que usam [...] carece de três letras, convém a saber, não se acha nela f, nem l, nem r, coisa digna de espanto, porque assim não têm fé, nem lei, nem rei [...] Não adoram a coisa alguma, nem têm para si que há depois da morte glória bons e pena para os maus»*³². Descrições que vieram marcar a opinião que se criou sobre as crenças entre as sociedades ameríndias e que mais tarde se veio a compreender que não eram verdadeiras, na medida em que estas eram marcadamente religiosas.

Se, em princípio, a situação de *«tanquam tabula rasa»*³³, atribuída aos povos ameríndios, parecia favorável à sua catequização, ela veio a revelar-se, pelo contrário, negativa, pois se por acaso existisse um rei, e este se convertesse, a população seguiria o seu exemplo. Se houvesse uma religião para confrontar, seria de o fazer, para mostrar a força do Cristianismo. Assim, este condicionalismo veio marcar uma das características da conversão do gentio, que devia ser individual, índio a índio, ou melhor, como logo perceberam os Jesuítas, de menino índio a menino índio, os *curumis*, e destes aos índios adultos.

Como observador perspicaz Caminha não fica apenas pela descrição dos Tupiniquins, procura ainda explicar o seu modo de vida, o que o leva a retirar algumas conclusões que se viriam a verificar inadequadas, como o caso de, *«Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam»*³⁴. Se de facto não existiam animais de criação, exis-

Índios fumando tabaco, gravura em *Les Singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique & de plusieurs terres & îles découvertes de notre temps* de André Thevet, 1557, Paris. Bibliothèque national de France, Paris.

tia uma agricultura de coivara praticada pelos Ameríndios, que lhes permitia consumir exatamente o inhame, tal como a mandioca que se baseia na utilização dos meios vegetativos de reprodução, ou seja, no cultivo através de mudas e não por sementeira.

Alimentação diferente que Caminha não deixa de elogiar, confrontando com os hábitos alimentares europeus, «*E com isto andam tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos*»³⁵. A questão da alimentação é muito curiosa, na medida em que se nota a diferença entre o «eu», que come *pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados...* e os «outros» que *não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançavam fora*³⁶. Contactos e permutas que dias depois, já levam alguns indígenas a comerem muito bem, *lacão cozido, frio e arroz* e navegadores a saborearem *daquela*

*vianda, que eles tinham, a saber muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem*³⁷. É interessante referir que a receptividade ao vinho é mencionada várias vezes alegando Caminha que *o não bebiam bem*, possivelmente porque terão assistido a alguma celebração em que consumissem muito *cauim*.

De início considera que não têm habitação e que viviam ao relento o que contribuía para terem boa compleição física e andarem sempre tão limpos como *as aves ou alimárias monteses*, «[...] *Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos casa alguma ou maneira delas*». Mas após o regresso de um dos degredados, Afonso Ribeiro, já considera a hipótese de terem *umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes*. Opinião que altera depois do testemunho dos degredados que o capitão mandara *que fossem lá andar entre eles*, descreve as *tabas* (aldeias) e as *ocas* ou *malocas* (casas), de forma precisa, «[...] *a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas de uma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta em que dormiam. Debaixo, para se aguentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro*»³⁸.

Não deixa de referir um dos contributos dos Ameríndios, a rede de dormir, ainda hoje marca permanente da sociedade brasileira, que se transpôs das ocas ou malocas indígenas para as «casas grandes» e que os Índios fabricavam em algodão, que já cultivavam antes do contacto com os Europeus. A mesma referência é feita por Cardim, ao mencionar a sua utilização nas viagens para o interior, «[...] *Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficam nelas*



*dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre Verão e Inverno têm fogo debaixo...*³⁹. A rede tem sido considerada por alguns etnólogos como, depois da farinha de mandioca, o primeiro elemento da adaptação, de acomodação e de conquista do colono português⁴⁰.

Mas se conheciam o algodão e o utilizavam, desconheciam o ferro e outros metais, como disso dá conhecimento Pêro Vaz, «[...] *porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas com cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas...*»⁴¹. Não deixam, no entanto de fazer as suas ferramentas de paus e pedras, como ficou dito em relação ao machado gentílico, aqui descrito pela primeira vez, que o escrivão ainda dá conhecimento ao monarca dos arcos e flechas, frisando que, «[...] *da feição dos seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas...*»⁴². Instrumentos que trocaram por carapuças ou por qualquer outra coisa que lhes davam.

Em Caminha não é só o outro que é evidente, ainda que seja o personagem principal, apresentando também um pouco da terra, com bons ares, temperados, semelhantes, na opinião de Caminha aos de Entre Douro e Minho. Se os ares são bons, a abundância de águas é ainda maior, o que permitiria plantar tudo o que se quisesse, «*Águas são infindas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*»⁴³. Conselho que Caminha não deixa de apresentar ao seu monarca, além da salvação das almas indígenas e do aproveitamento da terra como pousada para a navegação do Oriente.

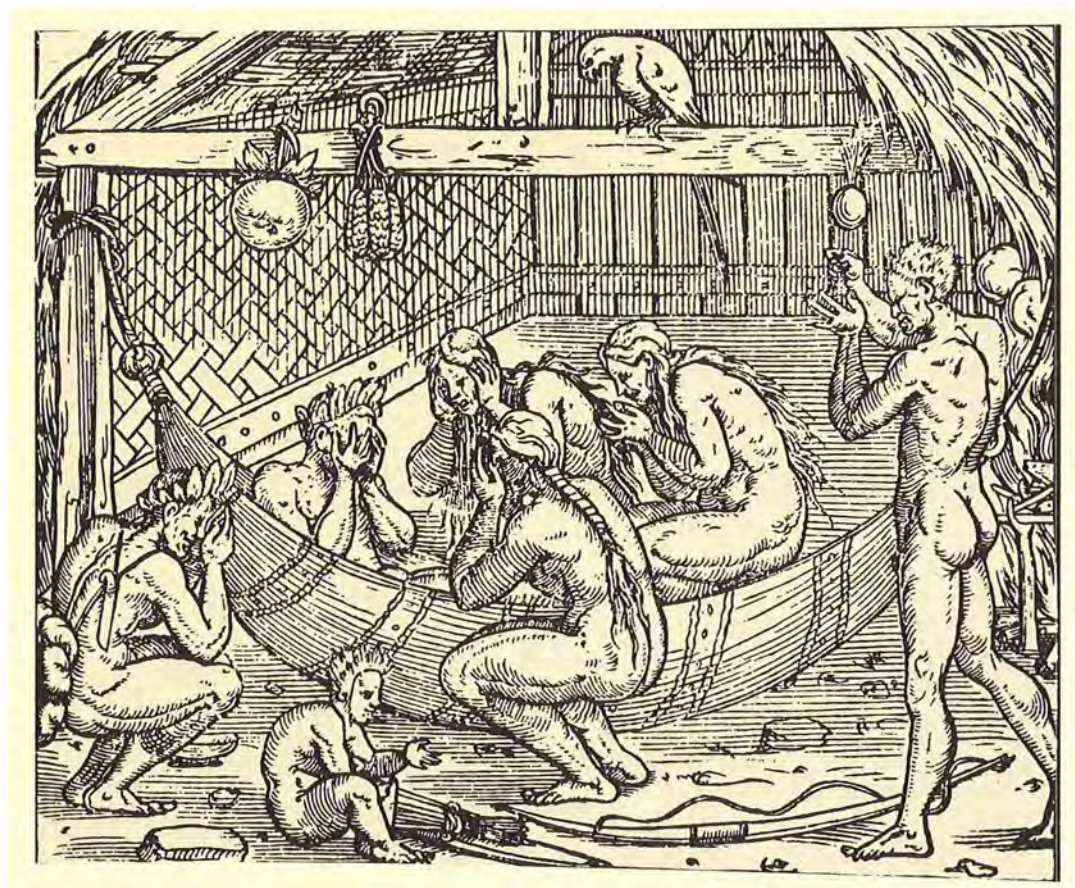
Conselho que D. Manuel I não toma muito em consideração, atendendo ao seu interesse em impor a hegemonia portuguesa no Índico, na conquista e vassalização do reino de Fez e no domínio do acesso ao Mar Vermelho. A partir da

década de 1530 e, atendendo à conjuntura do Reino e do Império do Oriente, a par da situação europeia, D. João III decidiu iniciar a colonização do Brasil. Muitas armadas para lá se dirigiram e outras expedições por terra depois de se embrenharem pelos sertões. Foram-se fixando populações portuguesas e começou a delinear-se o imenso território que é hoje o Brasil. Meio século mais tarde Cardim afirmava que era *outro Portugal* que se estava a construir no Brasil, transpondo pessoas, costumes, técnicas, a par de leis, taxas, regimentos, ideologia, religião e valores.

A marca portuguesa e «regional» deslocava-se, para um outro Brasil de concepção «atlântica», graças ao papel da Administração e, ao esforço, sem dúvida criador do homem português que se prendeu à terra, da participação dos povos ameríndios, a par do trabalho dos escravos negros que, desde muito cedo, foram importados em grande número de África. Fundavam-se povoados, abriam-se linhas de comércio, criavam-se cargos públicos e aumentavam os interesses privados, cristianizava-se o gentio, descobriam-se novas riquezas e defendia-se a terra, de forma a que nenhuma das suas parcelas fosse ocupada por estrangeiros⁴⁴.

Construía-se no território descoberto, ou «achado», pela armada de Pedro Álvares Cabral, em Abril de 1500, um novo espaço, um novo território e mais tarde um novo país, o *Brasil*. De facto, o Brasil não existia aquando da chegada das naus cabralinas. «Topou-se» com uma terra que foi designada de Vera Cruz, e que até se considerou poder ser uma ilha, mais uma entre as muitas existentes no Oceano Atlântico. Não se deu muita importância ao seu descobrimento, mas o importante veio mais tarde, quando se começou a reconhecer a ampla costa e a chegar-se à conclusão de que se estava num Novo Continente e que esse conhecimento vinha destor-
nar as concepções dos Antigos, como de Ptolomeu⁴⁵. O importante veio quando se começou a

Interior de um oca (casa comunitária), gravura em *Les Singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique & de plusieurs terres & îles découvertes de notre temps* de André Thevet, 1557, Paris. Bibliothèque national de France, Paris.



construir a partir daquela *Vossa Ilha de Vera Cruz... um novo Portugal!*

Um novo Portugal que continua a ter a marca portuguesa, a par da ameríndia e africana. E que continua, de certa forma, a mostrar que Caminha e Cardim não deixaram de ter razão, ao afirmar que *Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz... um novo Portugal nasceu.*

¹ Cf. Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 157.

² Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. I- Séculos XII-XVI, Lisboa, Editorial Verbo, p. 293.

³ Cf. António Ferronha (coord.), «O encontro inesperado», in *O Confronto do Olhar: o encontro de povos na época das navegações portuguesas nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 215-255.

⁴ Cf. Pierre d'Ailly, *Imago Mundi*, ed. bilingue de Edmond Buran, Paris, 1930, vol. 2º, pp. 362-363, cit. in J. S. da Silva Dias, *op. cit.*, p. 193.

⁵ Cf. Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, I.N.-C.M., 1983, pp. 177-184.

⁶ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *Carta a el-rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, in Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 173.

⁷ Veja-se o nosso artigo «O Índio brasileiro. O «olhar» quinientista e seiscentista», in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. de Fernando Cristóvão, Lisboa, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 305-335.



«Da morte que dam aos cativos & crueldades que usam com elles», *História da Província de Santa Cruz a quem vulgarmente chamamos Brasil*, de Pêro Magalhães de Gândavo, 1576, Biblioteca Nacional, Lisboa.

⁸ Cf. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso. Os Motivos Edênicos do Descobrimento e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1959, pp. 269-270.

⁹ Cf. Jean Delumeau, *Uma História do Paraíso. O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, p. 134.

¹⁰ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, pp. 173-174.

¹¹ Cf. Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 41-60.

¹² Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, pp. 157-159.

¹³ Sobre esta temática veja-se o estudo introdutório de Ana Maria de Azevedo a Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 9-60.

¹⁴ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 156.

¹⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 158.

¹⁶ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, p. 170.

¹⁷ Cf. *História da Vida Privada*, vol. II, dir. Philippe Ariès, trad. port., Lisboa, Ed. Afrontamento, 1990, pp. 362-363.

¹⁸ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 161.

¹⁹ Cf. Leyla Perrone-Moisés, «Memos: Leituras de Caminha», in *Invenção do Brasil*, Pub. do Museu Aberto do Descobrimento, Fundação Quadrilátero do Descobrimento, 1997, pp. 78-79.

²⁰ Veja-se sobre esta temática a «Introdução» de Ana Maria de Azevedo, in Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 34-50.

²¹ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 165-166.

²² Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 161.

²³ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 163.

²⁴ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 165.

²⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 171.

²⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 167.

²⁷ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 170.

²⁸ Cf. Manuel Viegas Guerreiro, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*, Lisboa, Edições Cosmos, 19992, pp. 13-14.

²⁹ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 170.

³⁰ Cf. António Luís Ferronha, «O encontro inesperado» - Parte I «As primeiras imagens do Brasil», in *O Confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações Portuguesas*, coord. de António Luís Ferronha, Lisboa, Caminho, pp. 216-255.

³¹ Cf. Manuel da Nóbrega, «Informação das Terras do Brasil», in *Cartas do Brasil e mais escritos*, org. de Serafim Leite, Coimbra, Ed. da Universidade de Coimbra, 1955, p. 62.

³² Cf. Pêro de Magalhães Gândavo, *História da Província de Santa Cruz a quem vulgarmente chamamos Brasil*, comentário final de Jorge Couto in *O Reconhecimento do Brasil*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, p. 102.

³³ Esta expressão é referida no manuscrito existente na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, de 31 de Dezembro de 1583, ms. n.º CXVI, fl. 44, incluído numa Miscelânea de manuscritos, com o título genérico de *Cousas do Brasil*, que tem sido atribuído ao Padre José de Anchieta, mas tem sido levantada a possibilidade de ser do P. Fernão Cardim.

³⁴ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 171.

³⁵ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 171.

³⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 159.

³⁷ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 168 e 169.

³⁸ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 167-168.

³⁹ Cf. Fernão Cardim, *op. cit.*, pp. 169-170.

⁴⁰ Cf. Câmara Cascudo, *Rede de dormir, (Uma pesquisa etnográfica)*, Serv. Doc., MEC, Rio de Janeiro, 1959, p. 25.

⁴¹ Cf. Pêro Vaz de Caminha, *op. cit.*, p. 168.

⁴² Cf. *idem*, *ibidem*, p. 169.

⁴³ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 173-174.

⁴⁴ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, pp. 1-2.

⁴⁵ Cf. Joaquim Romero Magalhães, «Editorial», in revista *Oceanos*, n.º 39, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro 1999, p. 5.

Bravos homens de outrora

V e r a L u c i a B o t t r e l T o s t e s

*«Parece que guardava o claro céu
A Manuel, e seus merecimentos,
Esta empresa tão árdua, que o moveu
A subidos e ilustres movimentos;
Manuel, que a João sucedeu
No reino e nos altivos pensamentos,
Logo como tomou do reino o cargo,
Tomou mais a conquista do mar largo».*

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto IV

QUANDO, NOS SÉCULOS XV E XVI, OS PORTUGUESES lançaram-se à conquista do «mar largo» desconhecido, protagonizaram uma das maiores odisséias do milénio. Celebre-se então os feitos heróicos daqueles que praticamente conquistaram o mundo, vencendo oceanos em embarcações movidas a velas. Bravos homens de outrora que superaram os medos e as próprias limitações.

Celebrar fatos memoráveis tem sido uma prática do homem desde a Antiguidade Clássica. Na sociedade moderna, entende-se comemorar como um estímulo tanto para a memória quanto para os sentidos, abrindo caminhos para o conhecimento, reforçando laços sociais e congregando indivíduos.

Assim, é possível, 500 anos depois, rememorar o heroísmo português e perceber que foram necessários cinco séculos para que o homem, mais uma vez, se lançasse ao desconhecido. O mar e o espaço – cada um no seu tempo – foram os desafios que motivaram o desenvolvimento tecnológico. No século XX o homem conquistou o espaço e a lua, a bordo de foguetes espaciais. O olhar para trás cria o espanto de compreender, hoje, a precariedade instrumental das conquistas daquele tempo – o achamento do Brasil entre elas.

Uma forma de comemorar um feito histórico é prestar homenagem aos homens que o realiza-

>>

Brasão de armas de Pedro Álvares Cabral.
De prata com duas cabras passantes de púrpura,
uma sobre a outra. Timbre: a cabra do escudo.

ram. Dentre os 1.500 que compunham a esquadra de Pedro Álvares Cabral e que, na manhã de 9 de março de 1500 deixaram Portugal rumo a Calecute, na Índia, poucos deixaram seus nomes na história. Através de notas genealógicas e do brasonário prestamos homenagem a todos os seus capitães e ao escrivão da viagem, que deu origem ao «achamento» da Terra de Vera Cruz – Brasil.

As fontes impressas são divergentes quanto ao número de capitães. Pero Vaz de Caminha, em sua carta a D. Manuel, cita sete, entre eles o capitão-mor Pedro Álvares Cabral, Nicolau Coelho, Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Aires Gomes (Aires Gomes da Silva), Bartolomeu Dias e Vasco de Ataíde, cujo navio perdeu-se dos demais próximo às ilhas de Cabo Verde. Além destes, são apontados por outras fontes, nos comandos das embarcações: Diogo Dias, Simão de Pina, Luís Pires, Gaspar de Lemos, Pero de Ataíde e Nuno Leitão da Cunha.

A esses capitães, agregamos o escrivão Pero Vaz de Caminha, que, ao escrever para o Rei relatando o achamento da nova terra, deixou para a história do Brasil o seu primeiro registro; ou, como denominou o historiador Capristano de Abreu, o «*diploma natalício lavrado à beira do berço de uma nacionalidade futura*» [Abreu, 1929: p. 53].

Há indícios de que os motivos que levaram à escolha desses homens notáveis foram a nobreza de sangue e os feitos realizados em outras navegações. Essa combinação conferiu à expedição o caráter especial da armada, como mostra a carta em que Pedro Álvares é nomeado seu capitão: «[...] *fazemos saber a vós capitães, fidalgos cavaleiros, escudeiros, mestres e pilotos marinheiros e companhia e oficiais e todas as outras pessoas que aqui enviamos na frota e armada que vai para a Índia, que nós, pela muita confiança que temos em Pedro Alvares de Gouveia fidalgo de nossa casa e por conhecermos*

dele que nisto e em toda outra coisa que lhe encarregamos nos saberá muito bem servir e nos dará de sua muito boa conta e recado lhe damos e encarregamos a capitania mor de toda a dita frota e armada» [Carta Régia de nomeação de Pedro Alvares de Gouveia para capitão-mor da armada a enviar à Índia. Citado por Magalhães, 1999: p. 37].

Os navegadores portugueses que integraram a esquadra de Cabral traziam como armas as de suas famílias e linhagens, transmitidas por herança aos descendentes, sem diferenças que indicassem introdução de novos ramos ou de novas gerações. Somente Nicolau Coelho passou a usar armas diferenciadas das de família, além de Bartolomeu Dias, que recebeu armas novas, outorgadas pelo rei, em recompensa a serviços prestados, sem necessidade de comprovação de ascendência nobre.

Pedro Álvares Cabral

*De púrpura celestial
sobre prata muito luzente
a geração muito valente
que delas se diz Cabral
traz sem ouro deferente.*

João Rodrigues de Sá [Zuquete, 1961]



Pedro Álvares nasceu em Belmonte, em 1467 ou 1468, filho de Isabel Gouveia e Fernão Cabral. Ainda menino, com o pai, desenvolveu aptidões marinheiras, tradicionais na família. Na corte de D. João II (1481-1495), onde entrou como moço fidalgo, aperfeiçoou-se em cosmografia e marinaria. No reinado de D. Manuel I (1495-1521) foi agraciado com o foro de fidalgo do conselho, o hábito da Ordem de Cristo e uma tença pensão em dinheiro anual. Casou-se com d. Isabel

de Castro, alargando assim sua fortuna pessoal, até então dividida com os dez irmãos.

Como não era o primogênito, foi apenas a 15 de fevereiro de 1500 – quando recebeu de D. Manuel a carta de nomeação para capitão-mor da armada que partiria para a Índia – que Pedro Álvares Gouveia adotou o sobrenome paterno: Cabral.

A nobreza dos Cabral, com base na lealdade, remonta até seu terceiro avô, Alvaro Gil Cabral, alcaide-mor do castelo da Guarda, no reinado de D. Fernando (1367-1383) e de D. João I de Avis (1385-1433), quando recebeu por mercê as alcaldarias dos castelos da Guarda e Belmonte, com hereditariedade à sua descendência. Dessas terras fronteiras da Espanha, terras de pastoreio, nasceram os símbolos das cabras passantes dos Cabral.

Escolhido por D. Manuel para comandar a armada com destino a Calecute, na Índia, Pedro Álvares Cabral embarcou a 9 de março de 1500 na nau capitânea. Além de desempenhar com competência as funções determinadas pelo rei junto ao Samorim de reerguer a imagem de Portugal, instalar um entreposto comercial e retornar com grande quantidade de mercadorias, foi ele o capitão-mor que chegou ao Brasil, em 22 de abril de 1500, abrindo para Portugal um novo horizonte de conquistas territoriais.

Não obstante o fato de, das treze embarcações da armada, regressarem somente seis a Portugal, foi posteriormente convidado para nova empreitada marítima, mas não aceitou o convite. Sua vida transcorreu sem novas aventuras, vindo a falecer em 1520, em Santarém, sendo enterrado na Igreja da Graça.

Este homem, lembrado pelos brasileiros como aquele que «descobriu» o Brasil, não recebeu do rei as mesmas honrarias outorgadas a Vasco da Gama. No entanto, no Brasil, é ele o grande homenageado a 22 de abril de cada ano.

*Estes deixaram Castela
por seguir a Portugal
de que lhe não veio mal
posto que deixaram nela
Berlangue e outra que tal.*

D. João Ribeiro Caio [Zuquete, 1961]



<
Brasão de armas de Sancho de Tovar.
Azul com banda de ouro, abocada por duas
cabeças de leão de ouro. Timbre: leão azul sainte,
armado e linguado de ouro.

O substituto de Cabral na armada pertencia a família espanhola, que passou a Portugal com seu pai Martim Fernandes de Tovar, onde se casou com d. Leonor de Vilhena. Por ter tomado o partido do rei português Afonso V (1438-1481) contra os reis de Castela, Fernando e Isabel (1474-1504), Martim Fernandes de Tovar foi degolado quando regressou a Castela em 1500, apesar da paz que então havia entre os dois países. Por vingança, seu filho, Sancho de Tovar, matou o corregedor responsável pela execução e voltou a Portugal, perdendo o direito ao senhorio de Cevico.

D. Manuel, por motivos políticos, deu acolhida a Sancho de Tovar e, reconhecendo suas habilidades de marinheiro, integrou-o à esquadra de Cabral. Sua participação durante a viagem foi intensa. Não apenas desembarcou na terra de Santa Cruz, como os demais, mas também levou dois dos nativos para seu navio, na condição de hóspedes, segundo cita a carta de Caminha.

Por ocasião do regresso a Portugal, após a estada na Índia, Tovar foi o responsável pela chegada à ilha de Sofala, então famosa por suas minas de ouro. Nessa ocasião deu-se a destruição de seu navio, carregado de especiarias que, tendo encalhado sem possibilidade de salvação, foi incendiado a mando de Cabral. Quando regressou a Lisboa, deixou de receber a atenção de D. Manuel, uma vez que os motivos políticos que levaram o rei a distingui-lo haviam desaparecido.

>

Brasão de armas de Simão de Miranda. De ouro com aspa de vermelho, acompanhada de quatro flores-de-lis de verde. Timbre: flor-de-lis do escudo.

Simão de Miranda

*Aspa trazem colorada
os que tiveram Miranda
e aquela nobre Aranda
sobre ouro atravessada
com flores de lis em banda.*

D. João Ribeiro Caio [Zuquete, 1961]



Simão de Miranda de Azevedo pertencia a uma das nobres famílias portuguesas, de importantes serviços de lealdade a D. João I (1385-1433). Filho de Diogo de Azevedo e neto de Martim Afonso da Charneca – arcebispo de Braga, que foi embaixador em França, de onde regressou com d. Mécia Gonçalves de Miranda, com quem teve dois filhos, que herdaram o nome materno. Simão de Miranda pertencia a uma família de ricos-homens com morgadios.

Simão de Miranda casou-se com d. Joana Correa, filha de Aires Correa, integrante da armada de Cabral como feitor geral. Após 1500 fez nova viagem à Índia em 1512, desta vez na armada de Jorge de Melo, comandando uma nau. Morreu em Sofala, em 1515.

Aires Gomes da Silva

*Esta ilustre e fatal
A Quinta da Silva mãe
que perto de Braga está
A Hespanha e Portugal
Catorze títulos dá.*

Manuel de Sousa da Silva [Zuquete, 1961]



Aires Gomes da Silva nasceu em uma das famílias mais consideradas da Península, tendo origem nos reis de Leão. O sobrenome se firma a partir da descendência de D. Paio Guterres da Silva, rico-homem, governador de muitas terras no reinado de D. Afonso VI de Leão (1065-1109).

No tempo de D. Fernando (1367-1383) e D. João I (1385-1433), Gonçalo Gomes da Silva e João Gomes da Silva, respectivamente bisavô e avô de Aires Gomes da Silva, receberam citações honrosas por seus feitos e bravura. Desde então, a linhagem nunca deixou de figurar entre honras e cargos de distinção.

Filho de Pero da Silva – por sua vez bastardo de João da Silva, alferes-mor de D. João I, Aires Gomes da Silva esteve no Brasil e, como Cabral e Simão de Miranda, embarcou um índio como pagem. Em 24 de maio de 1500, a caminho do Cabo da Boa Esperança, sua embarcação naufragou, juntamente com outras três, como resultado de violenta tempestade.

Nicolau Coelho

*Junto do Douto e Sinfães
Coelha quinta honrada
Foi a primeira morada
dos Coelhos mui leais
Nessa idade passada.*

Manuel de Sousa da Silva [Zuquete, 1961]



Nicolau Coelho vem de família descendente de D. Soeiro Viegas Coelho, casado com D. Mor Mendes, filha de D. Mem Moniz de Gandarei, o primeiro a entrar em Santarém após a vitória de D. Afonso Henriques (1112-1139) sobre os mouros. Com descendências importantes para a história do Brasil, como por exemplo Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco e fundador, em 1535, da vila de Olinda. As armas dos Coelho, tanto em Portugal como em Espanha, são: «de ouro, leão de púrpura, armado e lampassado de vermelho e carregado de três faixas xadrezadas de azul e de ouro; bordadura de azul, carregada de cinco coelhos de prata, manchados de negro» [Dias, 1923: p.68]. Nicolau Coelho e seus descendentes, de acordo com a con-

>>

Brasão de armas de Nicolau Coelho. Vermelho, com um leão de ouro, armado e linguado de azul, ladeado de duas colunas de ouro assentes num contrachefe cortado de verde e faixado ondado de prata e de azul; cada coluna rematada por um escudete de azul carregado de cinco besantes de prata postos em sautor. Timbre: o leão do escudo, sainte.

>

Brasão de armas de Aires Gomes da Silva. De prata, com um leão de púrpura armado e linguado de azul. Timbre: leão do escudo, sainte.

cessão feita por D. Manuel, usam armas próprias.

Experiente em navegação, acompanhou Vasco da Gama em 1497, na primeira viagem deste à Índia, como comandante da nau Bérrio. Retornou antes dos demais dessa viagem, levando as boas novas sobre a descoberta a D. Manuel, que o cumulou de honrarias. Em carta de fevereiro de 1500, o rei concedeu-lhe alta pensão anual, propriedades para ele e seus descendentes, bem como distinções heráldicas.

Após seis meses do retorno, embarcou novamente, desta vez na esquadra de Cabral, mal refeito dos sustos e cansaços da viagem anterior. Novamente teve atuação destacada. Desembarcou na terra de Vera Cruz no primeiro batel, estabeleceu contato com os habitantes e participou da primeira visita realizada pelos indígenas à nau capitânea. Após a viagem à Índia e o novo retorno a Lisboa, já em 1503 esteve no comando de uma nau da armada de Afonso e Francisco Albuquerque a Faial. Desta vez, não teve tanta sorte. A nau afundou na viagem de regresso, levando-o com ela.

Bartolomeu Dias

*E da primeira armada
que passagem
Fizer por estas ondas
insufidas,
Eu farey d'improviso o tal
castigo
Que seja môr o dano que o perigo.
Aqui espero tirar; se não me engano
De quem me descobrio suma vingança.*

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto V.

O sobrenome Dias tem origem calcada em muitas descendências, formando diversos ramos

colaterais, alguns deles oriundos de Espanha, com o sobrenome Diez. Pesquisas realizadas até o presente não conseguiram comprovar qualquer ascendência nobre a Bartolomeu Dias, mas as mercês e armas outorgadas a ele passaram a seus descendentes.

O principal navegador da esquadra de Cabral era um marinheiro experiente, tendo sido o primeiro a chegar ao Cabo das Tormentas, como o denominou em 1488, ligando seu nome a um dos mais importantes acontecimentos da história das navegações. Não transpôs o Cabo em razão do motim dos tripulantes, que levou os demais superiores da embarcação a optarem pelo retorno.

Acompanhou a construção dos navios e integrou a esquadra de Vasco da Gama em 1499. O sucesso da descoberta do caminho marítimo para a Índia levou o rei D. João III a rebatizar o Cabo das Tormentas, chamando-o de Cabo da Boa Esperança.

A carta de Pero Vaz de Caminha faz diversas referências ao navegador, apontando para a confiança que o capitão-mor tinha em Bartolomeu Dias. Quando a armada de Cabral navegava em direção ao Cabo, após sua estada no Brasil, um forte temporal causou o naufrágio de quatro naus, estando entre elas a de Bartolomeu Dias.

Diogo Dias

Irmão de Bartolomeu Dias, também fez parte dos poucos navegadores experientes que compunham a armada de Cabral. Acompanhou o irmão na viagem do descobrimento do Cabo da Boa Esperança e, posteriormente, seguiu na nau São Gabriel, como escrivão, durante a viagem de Vasco da Gama à Índia. Já em Calecute, foi feito prisioneiro e com dificuldade conseguiu escapar.



<
Brasão de armas de Bartolomeu Dias. Azul com cinco besantes de prata postos em santor. Timbre: dois besantes do escudo sobre hastes em aspas, de azul.

Integrante da esquadra de Cabral como capitão de um dos navios, também teve problemas com a tempestade de 24 de maio. Sua embarcação se perdeu das outras durante a tormenta, e Diogo Dias acabou por ser o primeiro capitão português a viajar pelo mar Vermelho. Seu retorno a Lisboa foi bastante difícil, uma vez que a tripulação estava reduzida a apenas sete homens.

Simão de Pina

*De Pero Pyna declina
esta linhagem muito digna
de grão louvor; e pregão,
veio ca ter d' Aragão,
e daí vem os de Pyna.*

João Rodrigues de Sá[Zuquete, 1961]



Simão de Pina é de família antiga, originária do Reino de Aragão, que chegou a Portugal em 1282. Multiplicou-se com os séculos, tendo descendentes no sul e na Guarda, com brasões diferenciados.

É filho de Diogo de Pina e neto de Vasco Anes de Pina, a quem D. João I deu a alcaidaria de Castelo de Vide, em reconhecimento por serviços prestados. Integrou a esquadra de Cabral, tendo naufragado a 24 de maio, a caminho da Índia, como resultado da violenta tempestade que se abateu sobre as embarcações.

Pero de Ataíde

O sobrenome Ataíde vem de antiga família, proveniente de São Pedro de Ataíde, onde provavelmente teve origem o nome. Apesar das indicações que Pero de Ataíde tenha ascendência nobre, a confirmação não é possível.

Dos treze que faziam parte da esquadra de Cabral, é um dos poucos comandantes dos quais se sabe o nome do navio – São Pedro. Segundo os historiadores, um navio pequeno de 70 toneladas que, no entanto, protagonizou interessante episódio durante a estada na Índia. Conta-se que o Samorim de Calecute (com curioso senso ético) costumava apoderar-se do que não lhe permitiam comprar. Estando Cabral e seus comandados em Calecute, pediu-lhe o Samorim – possivelmente acreditando estar pedindo algo muito difícil – que os portugueses aprisionassem uma nau que transportava cinco elefantes, pelos quais havia oferecido bom preço, sem sucesso. Cabral concordou e encarregou Pero de Ataíde da missão. No confronto com a nau dos elefantes, tripulada por mais de 300 homens armados com flechas, a sua tripulação de 60 ou 70 homens muitíssimo bem armados, levou vantagem. Bastaram alguns tiros e o «inimigo» rendeu-se.

Em 1502 voltou à Índia, onde permaneceu até 1503, tendo se perdido no regresso. Salvo com alguns tripulantes, foi para Moçambique, onde morreu.

Vasco de Ataíde

*De Santa Cruz no conselho
Está a Quinta do Pinheiro
de Ataíde verdadeiro
Solar no Portugal velho
grande neste pardieiro.*

Manuel Sousa da Silva [Zuquete, 1961]



A família Ataíde é uma das mais distintas de Portugal e deu origem a importantes gerações.

Sabe-se bem pouco sobre Vasco de Ataíde e não há informações conhecidas sobre a sua

>
Brasão de armas de Simão de Pina. Vermelho, com banda de ouro, carregada de um leão azul, e acompanhado de dois pinheiros de verde, arrancados de prata e frutados de ouro. Timbre: uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe da boca um ramo de pinheiro do escudo.

>>
Brasão de armas de Vasco de Ataíde. Azul com quatro bandas de prata. Timbre: leopardo com quatro bandas de prata.

família. Existem, inclusive, controvérsias quanto ao seu destino. Alguns historiadores consideram que seu navio foi um dos quatro que naufragaram durante a tempestade de 24 de maio. No entanto citamos Caminha sobre o assunto: «Na noite seguinte segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais» [Magalhães, 1999: p. 99]. A noite a que Caminha se refere é a de 23 de março de 1500, um dia depois da esquadra ter passado pelas ilhas de Cabo Verde.

Gaspar de Lemos

*Lemos e a geração
cujas estas armas são,
de Galícia antigamente
a Portugal esta gente
veio com justa razão.*

João Rodrigues de Sá [Zuquete, 1961]



<
Brasão de armas de Gaspar de Lemos. Vermelho, com cinco cadernas de crescente de ouro, postas em sautor. Timbre: uma águia de vermelho, armada de ouro carregando do peito a caderna do escudo e assentada sobre ninho verde.

Família originária dos reis de Leão, no reinado de D. Afonso IV (1325-1357) de Portugal. Seus integrantes receberam muitas terras e constituíram morgados com D. João I. Embora as fontes não citem as origens de Gaspar de Lemos, alguns livros utilizam as armas da família Lemos para ilustrar verbetes sobre ele.

Como comandante do navio que transportava mantimentos, foi designado por Cabral para retornar a Portugal, após curta estada em terras de Vera Cruz, levando para D. Manuel as notícias sobre o descobrimento.

Nuno Leitão da Cunha

*Cinco cunhas testemunhas
sobre campo ouro banha
são de vir de terra estranha
o nobre sangue dos Cunhas
a selo mais em Espanha.*

João Rodrigues de Sá [Zuquete, 1961]



<<
Brasão de armas de Nuno Leitão da Cunha. De ouro, com nove cunhas de azul, postas 3, 3 e 3. Timbre: grifo sainte de ouro, semeado de cunhas de azul, com asas de um no outro.

Família antiga que provém de D. Paio Guterrez da Silva, com terras desde o século XI no reinado de D. Afonso VI (1065-1109). Não são encontradas informações sobre suas origens diretas, embora alguns livros ilustrem com as armas assemelhadas às da família Cunha os verbetes sobre o capitão. O sobrenome origina-se no senhorio da quinta de Cunha-a-Velha.

Sabe-se também muito pouco a respeito do comandante Nuno Leitão da Cunha. Após a chegada à Índia, durante o assalto sofrido pela feitoria de Calecute, consta que salvou a vida de Antonio Corrêa, menino de 12 anos, filho de Aires Corrêa, feitor, e que mais tarde praticaria grandes feitos na Índia.

Luis Pires

Pires ou Peres, como a família se radicou em Portugal, dando origem a muitas ramificações. As informações quanto a sua linhagem são poucas, assim como as referentes à sua atuação na armada. Alguns historiadores consideram que naufragou com a tempestade de 24 de maio.



<
Brasão de armas de Luis Pires. Vermelho, com cruz de ouro, cantonada de quatro flores-de-lis do mesmo; contrachefe ondado de prata e de azul; bordadura de ouro, carregada de oito aspás de vermelho. Timbre: uma aspa de ouro, com uma flor-de-lis de vermelho entre as extremidades superiores.

>

Brasão de armas de Pêro Vaz de Caminha.
Vermelho, com três trancas de prata, ferradas
de ouro, postas em banda e alinhadas em barra,
cada tranca guarnecida de uma aldraba do mesmo,
pelo qual está ligada a do alto à do meio, a do
meio à de baixo e esta ao ângulo direito da ponta.
Timbre: um braço vestido de azul, empunhando
uma tranca do escudo.

Pêro Vaz de Caminha

*Os Caminhas, de Caminha,
Devem certo proceder,
Para o Porto vem viver
Donde foram mui azinha
A Villa Viçosa ter.*

Manuel de Sousa da Silva
[Zuquete, 1961]



O escrivão da armada responsável pela carta que comunicou a D. Manuel o achamento do Brasil descende de família de origem antiga. D. Nodinho, que viveu no tempo de D. Fernando, é possível que tenha sido um dos primeiros povoadores da terra de Neiva, onde vivia. Seu sucessor foi Paio Nodins, que viveu durante o reinado de D. Afonso VI, sendo seu filho Paio Pais Caminha.

Filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro da casa do duque de Guimarães, Pero Vaz foi cavaleiro das casas de Afonso V, D. João II e D. Manuel. Tanto o pai quanto o filho, para melhor desempenhar as atribuições concernentes aos cargos que exerciam, precisavam exercer a prática e desenvolver o conhecimento da escrita, uma vez que não eram modestos funcionários, mas homens que se distinguiram por seus ofícios a serviço de reis. Segundo cronistas e historiadores, D. Manuel – que nomeou Caminha para o cargo de Mestre da Balança da Moeda na cidade do Porto, onde nasceu – dedicava-lhe grande afeição.

Pero Vaz possuía bens em sua cidade natal. Casou-se com D. Catarina Vaz e teve pelo menos uma filha, Isabel. Faleceu em Calecute, em dezembro de 1500, durante assalto dos mouros à feitoria portuguesa.

No tempo de D. Manuel (1495-1521), quando foram designados os capitães da armada que chegaram ao Brasil em 22 de abril de 1500, a nobreza portuguesa já registrava uma ordem que datava do século XII.

A primeira nobreza portuguesa formou-se a partir do reinado de D. Afonso VI (1072-1109), de Leão, com homens descendentes de fidalgos leoneses que se estabeleceram ao norte de Portugal, em especial entre o Douro e o Minho. Nessa região situavam-se os solares e os homens mais poderosos do reino.

Constituíram uma nobreza formada por «ricos-homens», senhores poderosos que uniam fidalguia de nascimento à autoridade e ao prestígio de cargos públicos, seguidos na hierarquia, em ordem decrescente, pelos «infações», «cavaleiros» e «escudeiros».

Os «infações» – denominação de origem espanhola – correspondiam a «filhos de alguém». A designação se aplicava a todos os funcionários superiores, tendo o termo dado origem à palavra «fidalgo», que no século XIV generalizou-se e passou a nomear todos os nobres de linhagem, designando a mais alta categoria da nobreza, sem dependência de cargo público.

No reinado de D. Manuel foram estabelecidas regras que definiriam o uso dos graus de nobreza, bem como o uso das armas heráldicas, evitando abusos na adoção de ambos e estabelecendo os direitos da nobreza. Os nobres ficaram sujeitos ao rei e foram organizados em duas ordens, cada uma com três graus: os «ricos-homens», que começavam como «moço fidalgo», passavam a «fidalgo-escudeiro» e chegavam a «fidalgo-cavaleiro», na primeira ordem. Na segunda encontravam-se os «moços de câmara», «escudeiros-fidalgo» e «cavaleiros-fidalgo».

A nobreza tomou caráter palaciano e, para receber novos graus, o agraciado precisava

comprovar gerações de serviços prestados ao rei.

Os nobres integrantes da esquadra de Cabral obedeciam a essa característica, uma vez que na maioria descendiam de famílias oriundas de Leão e Castela, radicadas em Portugal com gerações de serviços ao rei. As poucas exceções – como Bartolomeu Dias, que recebeu grau e armas deixados para sua descendência – demonstram a importância atribuída ao feitos nesse período dos descobrimentos.

As armas heráldicas igualmente organizadas no reinado de D. Manuel, quando houve a regulamentação do direito de uso e das funções da Corporação dos Reis de Armas, contida na carta de Ordenação Manuelina (1520, título 37), que especifica que «*as armas dos nobres e fidalgos nos nossos reinos devem andar em todas as certidões por serem sinais da nobreza e linhagem de cada um*» [Tostes, 1996: p. 99].

Os navegadores portugueses traziam como armas as de suas famílias e linhagens. Poucos receberam armas diferenciadas, como Nicolau Coelho, que teve as armas da família alteradas, ou Bartolomeu Dias, que recebeu novas.

Apesar dos séculos XV e XVI terem sido ricos em atos de bravura e feitos heróicos, os relativos aos Descobrimentos não representaram um acréscimo aos símbolos, atributos e novas armas no brasonário português. Nesses séculos poucas foram concedidas, e nem todas as mercês heráldicas foram registradas no livro hoje conhecido dos personagens ligados à expansão marítima. O mesmo, pode-se dizer, não ocorreu com os envolvidos nos combates, sobretudo por ocasião da ocupação do norte da África, encontrando-se maior número de brasões com atributos próprios, como a «cabeça de mouro».

A heráldica dos Descobrimentos fica restrita aos símbolos herdados de família, ligadas às localidades de origem, como a de Nuno Leitão da Cunha com nove cunhas simbolizando o

senhorio de Cunha – a velha, ou aos «falantes», como as cabras, dos Cabral, sem sugerir ou representar os desafios encontrados no mar e sua conquista. O brasão de Nicolau Coelho que tem o contra-chefe ondado em prata e azul podendo simbolizar o mar conquistado constitui a única exceção. O brasonário da armada comandada por Pedro Álvares Cabral é um retrato de sua época, com fidalgos, cavaleiros e escudeiros que nos brasões deixaram a marca familiar.

Aqui prestamos a merecida homenagem a todos, através dos notáveis nobres integrantes da Armada de Cabral. Homens que contribuíram para o conhecimento, diminuíram distâncias e iniciaram a extraordinária façanha desenvolvida nos séculos seguintes – a construção do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- João Capristano de ABREU, *O Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Sociedade C. de Abreu, 1929.
- Sérgio Luís de CARVALHO, *Iniciação à Heráldica Portuguesa*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- Carlos Heitor CASTELLO BRANCO, *Gloriosa e Trágica Viagem de Cabral ao Brasil e à Índia*, São Paulo, Editora do Escritor, 1974.
- Carlos Malheiro Dias e alli, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1923.
- Max Justo GUEDES, *O Descobrimento do Brasil*, coleção Documenta Histórica, Lisboa, 1997.
- Willian L. LANGER, *An Encyclopedia of World History*, Houghton Mifflin Company, Boston, Cambridge, 1956.
- Romero Joaquim MAGALHÃES e Susana Munchen MIRANDA, *Os Primeiros 14 Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, CNCDP/Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, 1999.
- Vera Lúcia Bottrel TOSTES, *Títulos e Brasões – Sinais da Nobreza*, Rio de Janeiro, JC Editora, 1996.
- Afonso Eduarddo Martins de ZUQUETE, *Armorial Lusitano: Genealogia e Heráldica*, Ed. Enciclopédia, 1961.

A Descoberta do *Outro* na Carta de Pêro Vaz de Caminha

José Augusto Seabra

«Mas tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual, bem certo, creia que por afremosentar nem afeiar haja aqui de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu»

Pêro Vaz de Caminha

OS DEBATES E MESMO AS POLÊMICAS QUE SUSCITOU há anos o quinto centenário da chegada de Cristóvão Colombo à América, celebrado em tons diversos dos dois lados do Atlântico, tiveram por cerne uma questão essencial, que agora com as comemorações da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral, há cinco séculos, de novo retorna: a visão controversa do encontro entre civilizações e culturas de matrizes afastadas, num mundo que começava a ser percorrido então de lés a lés, tornando-se progressivamente global, com as grandes navegações oceânicas portuguesas e espanholas.

Em vez de falar, como se tornou lugar comum, do «encontro de dois mundos», deveria antes falar-se da demanda de «novos mundos», ao mundo dados, como o fez Luís de Camões n'Os *Lusíadas*. Demanda plural do outro, dos outros, em que a descoberta foi recíproca, num face a face multiplicado, de conhecimento em reconhecimento, no vaivém continuado, de viagem em viagem.

Pretender, como um Tzvetan Todorov, que só a descoberta da América foi uma verdadeira «descoberta do outro», enquanto «estranheidade radical», diferentemente das da África e da Ásia, de que os europeus não ignoravam a existência, é uma visão reducionista¹.

Aliás, «Colombo não sabia que estava a desembarcar num novo mundo», como observou Charles Verlinden, julgando antes que se tratava de uma região da Ásia, o continente das Índias de sonho². As Índias a que facto aportava eram as ocidentais, como se viria a baptizá-las, por contraposição às orientais. Há que ter em conta,

de resto, que no espírito de Colombo seriam as profecias do Antigo Testamento que ele estava a cumprir: a descoberta não era, pois, na expressão tão ajustada de Régis Debray, mais do que uma «verificação de arquivos»³.

Na verdade, a «abertura ao outro», no dizer de Claude Lévi-Strauss, dimanou, antropológicamente, sobretudo do lado ameríndio, estando os brancos «animados de disposições muito contrárias»⁴. Quem descobre quem? A descoberta do *outro* pressupõe uma descoberta de *si mesmo*: o encontro de uma identidade a partir da alteridade⁵. É preciso surpreendê-la na relação que se tece no momento em que o face a face tem lugar, prolongando-se em seguida noutras relações complexas, através de todas as formas de comunicação, mas também de alienação, próprias a trocas frequentemente desiguais, como as que se iriam desenvolver, ao longo dos séculos a vir, entre povos, civilizações e culturas que as descobertas puseram em contacto.

Dispomos, felizmente, de alguns testemunhos preciosos que nos permitem reconstituir esse momento único que foi o da primeira abordagem pelos navegadores de terras e gentes desconhecidas. Evocaremos aqui, no que às descobertas portuguesas concerne, a célebre *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel*, escrita ao vivo nos dias que se seguiram à chegada em 1500 da armada de Pedro Alvares Cabral à costa do Brasil. Essa Carta é ao mesmo tempo um documento descritivo e narrativo, detalhado e preciso, desse acontecimento, acompanhado de comentários sobre as peripécias que pontuaram as primeiras relações entre portugueses e ameríndios na «*Terra de Vera Cruz*», nome dado por Cabral a essa «terra nova», que não sabia ainda se era uma ilha mais a emergir no oceano ou um vasto continente.

A viagem tinha como destino a Índia, na sequência da de Vasco da Gama, em 1498, mas a rota tinha inflectido para sudoeste, antes da

dobragem do cabo da Boa Esperança – por instruções, aliás, recebidas por Cabral, à partida, do seu predecessor – e eis que os navegantes aperceberam «*alguns sinais de terra*», dando o comandante ordem para que as naus ancorassem. Na equipagem ele levava consigo um «escrivão», destinado à futura feitoria de Calecut, que tinha o hábito de dar conta, como um bom profissional, do que via e acontecia. Tal era Pêro Vaz, dito de Caminha, pela origem paterna, mas ao que parece nascido no Porto, por cuja Câmara fora encarregado da escrita a enviar às Cortes de Lisboa, tendo merecido o apreço de D. Manuel. Ele iria anotar com minúcia os incidentes ocorridos durante essa escala, que duraria de 23 de Abril a 2 de Maio de 1500, com uma preocupação de transmitir ao rei a sua própria observação e opinião acerca do acontecimento em curso, por ocasião do envio por Cabral a Lisboa da «*nova do achamento*», aproveitando de resto a oportunidade para solicitar o perdão régio para o genro degredado em São Tomé.

Essa carta tornar-se-ia, como lapidarmente a caracterizou Jaime Cortesão, o «*auto oficial do nascimento do Brasil e do Novo Mundo*»⁶. Mas esse seu significado emblemático ela deve-o não apenas ao relato factual – outros da descoberta nos ficaram, como uma carta de Mestre João médico de bordo, e a «relação» de um piloto anónimo –, mas à linguagem em que está escrita e que configura um texto de grande qualidade literária, para além do seu estatuto histórico, que decorre das funções próprias de Pêro Vaz de Caminha: «... O escritor; que ele é, alvorece na pele do escrivão», como Cortesão assinalou. Estamos perante um discurso que releva arquitectualmente de vários registos, desde o do género epistolar, de que se reclama, ao narrativo ou mesmo poético, passando pelo que hoje designaríamos como etnológico ou antropológico⁷. É esse *hibridismo* discursivo, para que chamou a atenção Maria Alzira Seixo, abo-

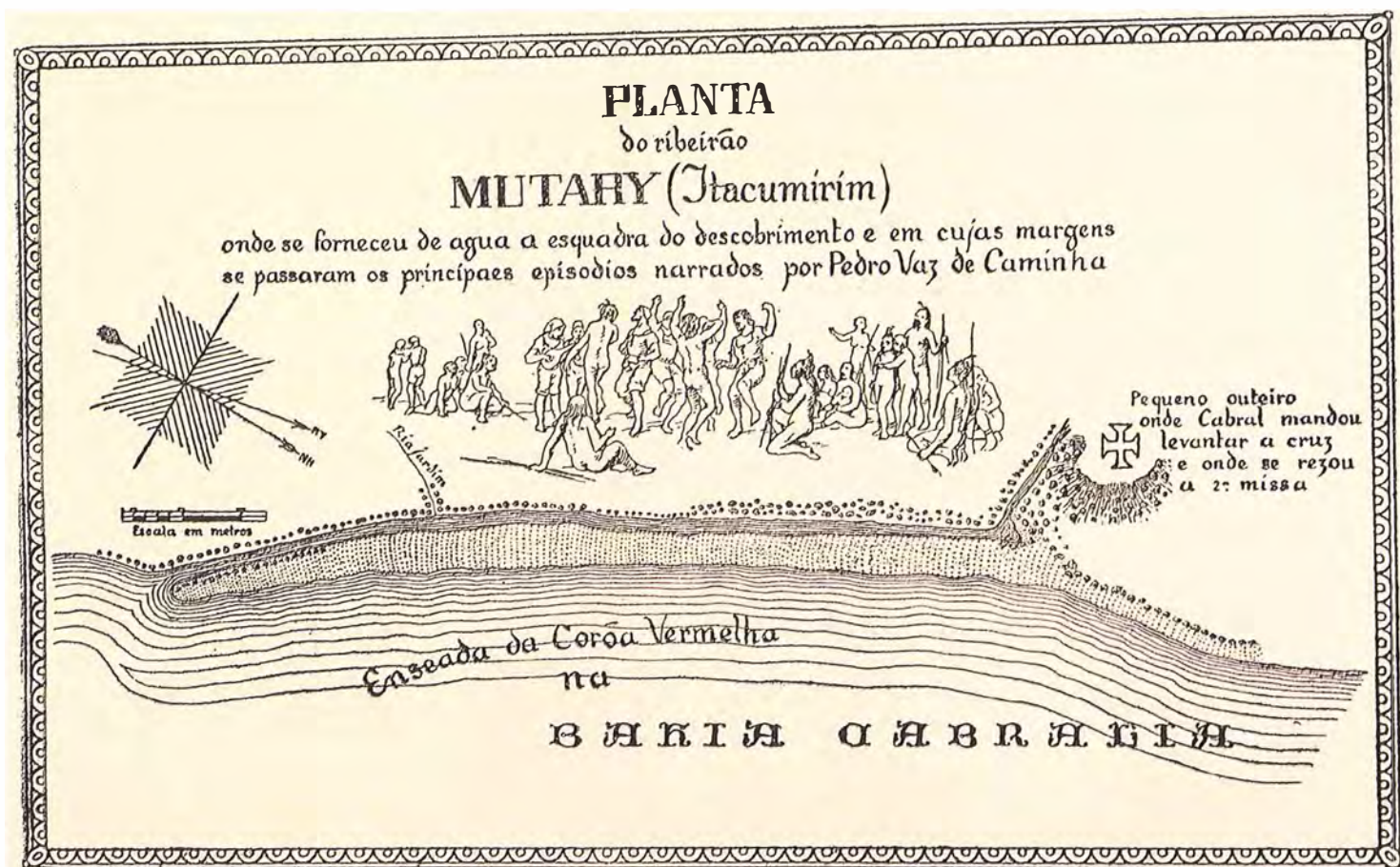
nando-se na acepção dialógica bakhtiniana do termo, que dá à literariedade da Carta todo o seu efeito aliciante, como testemunho do comportamento dos ameríndios no contacto com os Portugueses, nesse instante privilegiado de uma descoberta mútua⁸.

Se na descrição da natureza luxuriante do que julgava ser uma ilha, Pêro Vaz de Caminha é relativamente sóbrio, já na maneira de apreender as atitudes e os traços psico-sociológicos e culturais dos aborígenes ele se alonga em minúcias de observação, mostrando como reagem à presença imprevista de estranhos irrompendo do oceano. Primeiro de longe, depois de mais perto, descreve-nos a sua aproximação dos portugueses, *«pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas»*, avançando *«todos rijos»* para o batel, mas depondo pacificamente os arcos e as setas a um «sinal» que lhes foifeito. Por sinais a comunicação se iria estabelecer, por deles não poder *«haver fala nem entendimento que aproveitasse»*, como escreve Pêro Vaz, que vai construindo um código semiótico gestual como sucedâneo do linguístico, através do sentido que tomam as trocas que de imediato se processam entre os navegantes e os indígenas, com carácter simbólico: um «barrete» e uma «carapuça» contra um *«sombreiro de penas de aves»* e um *«ramal grande de continhas brancas»*, que de resto o capitão-mor Pedro Álvares Cabral enviaria a D. Manuel como prendas emblemáticas. A partir daí, estabelecido faticamente o contacto, este prosseguiria através de tentativas recíprocas, que Pêro Vaz pacientemente vai inventariando, por vezes suscitando reacções dos seus interlocutores com certos *stimuli*, como se agisse ao mesmo tempo como semiólogo, psicólogo ou sociólogo, em suma, como antropólogo em missão.

É antes de mais sobre os corpos dos ameríndios e ameríndias que incide o olhar atento e fascinado do escrívão de bordo. Quanto aos

homens, *«a feição deles é serem pardos, maneira d'avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos»*, nota ele com naturalidade, observando que na sua nudez e exposição das «vergonhas», revelam *«tanta inocência como têm em mostrar o rosto»*. Quanto às mulheres, elas são *«bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas»*, ostentando *«suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas que de nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha»*, como releve Pêro Vaz, fazendo-se intérprete das reacções dos seus companheiros. Não há dúvida que para eles os aborígenes são seres humanos com uma dignidade própria, podendo considerar-se como correspondendo aos paradigmas estéticos e até éticos que são os seus.

A respeito dos homens, Pêro Vaz não deixa de pôr em evidência que não eram circuncidados, nem revelavam anomalias fisiológicas mas sim semelhanças corporais. Sobre as mulheres, não regateia elogios, indo até erigir a beleza física de uma delas em modelo para as portuguesas: *«certo, era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha que ela não tinha, tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela»*. A diferença entre brancos e indígenas não era, assim, à parte a cor da pele, essencialmente de ordem biológica, mas antes cultural. Ela manifestava-se quer na falta de vestuário dos ameríndios quer no uso de ornamentos excêntricos, como os ossos atravessando os lábios inferiores perfurados e as perucas postiças de penas coladas nos cabelos. Se os corpos não eram cobertos, podiam em compensação ser coloridos total ou parcialmente a azul e negro, por vezes com desenhos em forma de xadrez. Embora o significado destes sinais bizarros escape a Pêro Vaz de Caminha, ele aventura-se a fazer algumas comparações interculturais, como a que o leva a ver nas penas coladas sobra



«Planta do Ribeirão de Mutary (Itacumirim) onde se forneceu de agua a esquadra do descobrimento e em cujas margens se passaram os principaes episodios narrados por Pedro Vaz de Caminha», reproduzido em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução Fotográfica de Isabel Rochinha.

a pele de um valho o corpo crivado de flechas de São Sebastião mártir...

Nas relações entre portugueses e indígenas uma preocupação ressalta ao longo da narração do seu encontro: a de uns e outros buscarem um entendimento mútuo, através dos signos gestuais que compensam a impossibilidade de comunicação verbal. Mesmo se por vezes, como observa Pêro Vaz de Caminha, não era possível perceber o que os ameríndios queriam dizer «*por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém*», ele não desespera de virem um dia os portugueses a aprender essa lingua-

gem estranha para poderem transmitir-lhes a fé crista. Até lá, era necessário tentar penetrar na verdadeira natureza dos sentimentos deles, cuja disposição para com os recém-chegados era à primeira vista pacífica e acolhedora. Por isso o capitão recebeu a bordo dois deles, «*com muito prazer e festa, adoptando um ar solene, para os impressionar ao aparecer-lhes “bem vestido” e com um colar d’ouro mui grande ao pescoço*». As reacções não se fizeram esperar: um deles «*pôs olho no colar do capitão e começou d’acenoar com a mão para terra e depois para o colar; como que nos dizia que havia em terra ouro*». De modo



Adoração dos Magos, óleo s/ carvalho,
c. 1501-1506, oficina de Vasco Fernandes.
Museu de Grão Vasco, Viseu. De notar a
substituição do tradicional Mago negro,
Baltazar, por um índio «brasileiro».

semelhante, *«também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata»*. Eis o que não podia deixar de interessar sobremaneira os portugueses, como um primeiro indício, ao menos, das riquezas que poderiam ser exploradas no futuro na Terra de Vera Cruz. Isso mesmo se no fim da Carta Pêro Vaz reconhece que o mistério a tal respeito permanece, pois *«até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro: nem lho vimos»*. Mas a esperança era permitida, tanto mais que os indígenas pareciam propor uma troca de objectos de adorno dos portugueses por ouro: *«Viu um deles umas contas de rosairo, brancas; acenou que lhas dessem e folgou muito com elas e lançou-as ao pescoço e depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para terra e então para as contas e para o colar do capitão, como que dariam ouro por aquilo»*.

É com efeito sob o signo da troca que as relações recíprocas se vão desenvolver pouco a pouco. Não deixaram de ser testadas, em várias oportunidades, as intenções e as motivações dos ameríndios a tal respeito. Ao reenviar para terra os dois indígenas, o capitão mandá-los-ia controlar por um *«mancebo degradado»*, com a missão de *«andar lá com eles e saber de seu viver e maneira»*. Em breve ele voltou acompanhado por esses e por outros mais, que se ofereceram para aprovisionar os bateis com água, pedindo que por isso *«lhes dessem alguma cousa»*. O comércio tinha começado, não havia dúvida, incidindo sobre os mais diversos objectos: *«Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho e por qualquer cousa que lhes homem queria dar»*. Outros testes foram feitos, à medida que os contactos se intensificavam e a familiaridade se tornava maior. Tudo era, de certa maneira, pautado pelo *toma-lá-dá-cá*, mesmo se o prazer de convívio se acrescentava à avidez da troca. Mas foi em vão que o capitão

tentou obter, através dos gestos, informações precisas acerca da existência ou não de ouro, interrogando um velho que deu ar de nada perceber. Não admira, aliás: como acerca dos contactos entre os espanhóis e os aztecas foi também observado, o ouro era para estes últimos um bem muito mais secundário do que por exemplo as penas, em contraste com a obsessão que por ele tinham os «conquistadores»⁹. Entre a cultura mercantil dos europeus, baseada ao valor dos metais preciosos, e a cultura das comunidades indígenas, de base agrícola, não havia comum medida, que pudesse fazer pensar numa moeda de troca. Nenhum rasto, mesmo, de ferro, como acabou por constatar Pêro Vaz de Caminha, na Terra de Vera Cruz. Só a troca primitiva em natureza era para os ameríndios concebível, na sua vida espontânea e simples.

Contrariamente ao que imaginavam os portugueses, os indígenas tinham entretanto um modo de habitar e uma organização social, de que puderam testemunhar os proscritos que o capitão enviou com ordem de se misturar com eles, acabando por descobrir, no interior da costa, um conjunto de casas de madeira em que viviam por grupos de trinta ou quarenta, dormindo em redes atadas a esteios e alimentando-se de raízes e sementes. Tão ciosos eram porém da sua vida privada que não permitiram aos intrusos passar a noite com ele, obrigando-os a regressar aos batéis. E isso mesmo se a sociabilidade dos indígenas era evidente, dado que aceitavam misturar-se com os navegadores durante o dia e mesmo dormir a bordo. Era já um esboço da mestiçagem cultural, sem perda da identidade das duas partes. Os portugueses mostraram-se dispostos a incentivá-la, ao deixarem alguns proscritos em terra, aos quais se juntaram dois grumetes em fuga. Em vez de prender um ou outro indígena para enviá-los a Portugal pelo «navio dos mantimentos» que levaria a El-Rei a *«nova do achamento»*, foi antes decidido disse-

minar uns poucos de brancos entre eles, a título de observadores, como uma experiência mais adequada e fecunda de miscigenação. Como nota Pêro Vaz, dando conta dessa opção, «*a isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque geral costume era dos que assim levavam por força para alguma parte dizem que ha ai tudo o que lhes perguntam, e que melhor e muito melhor informação dariam dous homens destes degradados do que deles dariam, se os levassem, por ser gente que ninguém entende*». Os portugueses abandonados à sua sorte em Terra de Vera Cruz adquiririam, por certo, um conhecimento mais íntimo e autêntico desse povo, que era de resto mais confiante e aberto do que os seus visitantes, como reconhece o escrivão de bordo, ao comentar que os indígenas se comportam «*em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus*»...

A melhor prova dessa disponibilidade dos ameríndios face à maneira de ser e de agir dos portugueses é sem dúvida a sua curiosidade e o seu respeito pelas cerimônias religiosas que Pedro Álvares Cabral fez celebrar durante essa breve escala¹⁰. Se quando, no domingo de Páscoa, a 26 de Abril, foi rezada missa campal pelos frades franciscanos que acompanhavam a expedição, os indígenas a ela assistiram discretamente, manifestando-se em seguida com os seus saltos e danças – modo de afirmação dos seus próprios ritos –, já alguns dias mais tarde, quando o capitão se preparava para erguer uma cruz na praia, alguns deles a beijaram como os portugueses, numa participação espontânea. Duma forma ainda mais impressionante, numerosos foram os que de joelhos e mãos erguidas assistiram à missa do 1º de Maio, véspera da partida da frota, repetindo automáticos todos os movimentos dos cristãos, o que, segundo Pêro Vaz, lhes fez «muita devoção». Um dentre os ameríndios, com aparente ascendência sobre os demais, fez mesmo gestos que indicavam uma

compreensão do Santo Sacrifício, apontando com um dedo alternadamente e para o altar e para o céu, de forma a transmitir aos outros o sentido que julgava ser o da liturgia. Finalmente, muitos indígenas, depois de ouvirem uma pregação, aceitaram pôr ao pescoço um fio com um crucifixo, distribuído por um dos frades franciscanos.

Esta espécie de mimetismo religioso leva Pêro Vaz a escrever: «Parece-me gente de tal inocência que, se os homem entendesse e eles a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece». Mesmo se se trata de uma ilusão do escrivão de bordo, já sacrificando ao mito do bom selvagem, que atravessa toda a Carta, e já pondo tal «inocência» em contraste, por exemplo, com as práticas religiosas próprias dos negros de África, o certo é que a sua interpretação tende sobretudo a indigitar a disponibilidade dos ameríndios para uma evangelização futura. Com uma condição, note-se bem: a de virem a ser compreendidos um dia pelos portugueses. Razão pela qual – mensagem essencial que Pêro Vaz de Caminha quer transmitir ao Rei – ele insiste: «*Se os degradados que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé...*»

Esta mensagem é, para além mesmo da questão religiosa, dum grande alcance: ela mostra a que ponto os portugueses, longe da obsessão de um etnocentrismo cultural, seja ele linguístico, eram abertos à linguagem do outro, a dos ameríndios, neste caso. Os jesuítas compreenderam-no muito bem mais tarde, ao estudarem as línguas indígenas para melhor evangelizarem o Brasil, indo até conceber uma «língua geral», composta de elementos do tupi-guarani, do latim e do português, a qual seria acessível a todos. Utopia, sem dúvida, como a

Representação de índios brasileiros, gravura em *Les Singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique & de plusieurs terres & îles découvertes de notre temps* de André Thevet, 1557, Paris. Bibliothèque nationale de France, Paris.



de não importa que língua artificial, mas que testemunha de uma visão pluralista e universalista das formas da linguagem religiosa, tais como são prefiguradas na Carta de Pêro Vaz de Caminha.

Ao lado dos outros documentos que se reportam à chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, como a carta de Mestre João, médico de bordo, e a «relação» do piloto anónimo a que já nos referimos, o texto do escrivão da armada portuguesa em rota para Calecut, onde iria morrer gloriosamente à mão dos muçulmanos, é uma das peças mais preciosas da grande aventura das descobertas marítimas, através das quais vários mundos se encontraram: povos, civilizações e culturas em diálogo, em polílogo infinito. Ele mostra com uma autenticidade e uma frescura de escrita muito raras como essas descobertas foram, mais do que empresas de domínio, com as suas alienações históricas -- a escravatura, o colonialismo e os seus avatares --, ocasiões únicas de viver esse momento irredutível que é a descoberta do outro, ainda e sempre a recomeçar.

¹ Tzvetan Todorov, *La Conquête de l'Amérique. La Question de l'Autre*, Paris, 1982, p. 12.

² Charles Verlinden, «La longue durée de la découverte de l'Amérique», in *Diogenes*, 159, Paris, 1992.

³ Régis Debray, Christophe Colomb, *le Visiteur de l'Aube*, Paris, 1991, p. 9.

⁴ Claude Lévi-Strauss, *Histoire de Lynx*, Paris, 1991, p. 16.

⁵ Cf. Paul Ricoeur, *Soi-même comme un Autre*, Paris, 1991.

⁶ Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, 1967, p. 129.

⁷ Cf. no mesmo sentido M. Viegas Guerreiro, introd. a Pêro Vaz de Caminha, *Carta a El-Rei D.Manuel*, Lisboa, 1974, pp. 20-23.

⁸ Maria Alzira Seixo, «Sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha», in *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, 1998, p. 108.

⁹ Cf. Léon-Portilla, *Visión de los Vencidos*, cit. por Edgar Montiel, in «Le miroir de l'altérité», *Diogenes*, 159, Paris, 1992.

¹⁰ Cf. a este respeito Margarida Barradas de Carvalho, «L'idéologie religieuse dans la Carta de Pero Vaz de Caminha», in *Bulletin des Etudes Portugaises*, 22, Paris, 1959-1960.

Frei Henrique de Coimbra: Primeiro Missionário em Terras de Vera Cruz

M a r i a A d e l i n a A m o r i m

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu e mandou a todos os capitães que aprestassem os batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável e dentro dele um altar muito bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que eram todos ali. A qual missa, sendo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, e no fim dela tratou de nossa vinda e achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viémos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção¹.

É, AINDA, A **Carta DE CAMINHA**, VERDADEIRO documento / monumento, tanto da História brasileira, quanto da portuguesa, a descrever a cerimónia da primeira missa em terras de Vera Cruz. Cruz que marcaria, de forma indelével, o território «novamente» descoberto, e por isso «novo». Cruz que lhe daria o nome e a condição. Cruz que, a servir de padrão ali foi «chantada» com as armas e divisas de Sua Alteza.

A acompanhar Cabral nessa primeira viagem(!) ao Brasil, segunda à Índia, ia Frei Henrique de Coimbra e sete confrades mendicantes, na companhia de um outro grupo de clérigos seculares. É no contexto da ida para o Oriente que se deve entender a presença dessa missão franciscana, sobretudo pela escolha do seu superior e futuro confessor régio, Frei Henrique.

O acaso ou uma espécie de «intencionalidade presumida» levou a frota às plagas americanas, casando os dois mundos. Por comparação com o «velho» deixado em Belém, dava-se início, ainda que de forma imperceptível, à formação de um «Novo Mundo», com toda a sua carga de contradições e equívocos.

Equívoco foi, desde logo, a conjectura de que os reis e povos, encontrados no Índico, seguiam a religião cristã, ainda que «tresmalhados» dos preceitos de Roma. Com a chegada da nau Bérrio em Julho de 1499, chegava também a notícia do sucesso da viagem de Gama à Índia, pelo Oriente, dobrado o cabo da Boa Esperança. No alvoroço da boa nova, escreve Dom Manuel aos Reis Católicos, anunciando *E creiam Vossas Altezas que, segundo o que por estes sabemos que se pode fazer, que não há dúvida que, segundo a disposição da gente cristã que acham...*² E, logo no mês seguinte, em carta a D. Jorge da Costa em Roma: *Estes que ora tornaram da dita investigação e descobrimento, entre outros povos da Índia, estiveram em uma cidade chamada Calecute... O rei desta cidade se tem por cristão e assim a maior parte do seu povo*³.

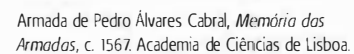
A suposição de que haveria apoiantes cristãos ao projecto português de dominar comercialmente o Índico e de transferir para as mãos de um rei da Cristandade o trato da «moirama», levou a Corte a gizar um plano concertado e que se incluía num sistema imperial mais vasto. Só com esse *imperium* se podia controlar a rota das especiarias (*canela, cravo, gengibre, noz moscada e pimenta e outros modos de especiaria*), o trato das pedrarias (*finas de todas as sortes, rubis e outras*) ou as minas de ouro e prata, demanda eterna.

A essa convicção não estava alheia a figura desse rei mítico, Preste João, com toda a carga de influências nos sistemas de representação ocidentais e que condicionou a própria política de Estado. A certeza da sua existência era tão forte que o complexo simbólico que o enformava se

foi adaptando às novas realidades descobertas, à medida que se desvendavam (nos séculos anteriores à Expansão dos séculos XV e XVI) os ulteriores limites orientais⁴. Já depois de ter sido colocado pelas cosmogonias do Ocidente na região etíope, o rei continuava a ser apelidado de «Preste João das Índias» e com ele se contava para ajudar os monarcas da Cristandade a derubar o poder muçulmano. Com D. Manuel é visível essa expectativa, quando ao Preste se referia na preparação da cruzada contra os Turcos e os Egípcios para a libertação dos Lugares Santos: *«É certo, quem quiser olhar o mistério do descobrimento da Índia, e querer Nosso Senhor que cristãos pudessem chegar nestes tempos a Santa Catarina do Monte Sinai a fazer guerra aos mouros, e se pudessem juntar com os do Preste João, como confiamos em Nosso Senhor que nossa gente e armada o faça, pois nossos navios chegam a seus portos, se persuadirá que Nosso Senhor quer que os mouros sejam destruídos nestes tempos mais do que qualquer outra coisa, e mal seria se neste ponto se não quisesse seguir sua vontade»*⁵.

A Índia constituía-se como uma predestinação nesses idos de Quinhentos. O seu apelo era tão forte, que consumir a viagem marítima que lhe abria o caminho foi quase um objectivo sacralizado, um programa de inspiração divina. Da passagem do Cabo Bojador à primeira chegada a Calecut, em 1498, mediam mais de sessenta anos, num rasgar constante de oceanos, num dilatar crescente de mundos e homens novos.

Esta viagem demiurga ao Brasil insere-se na vasta empresa dos sucessivos achamentos e, não pode ser entendida sem o seu enquadramento e, em especial, no âmbito da segunda viagem para a Índia. As motivações de carácter mercantil e de afirmação de poder, por parte do rei português, cruzam-se com objectivos proselitistas de expansão de uma matriz religiosa que era, também, a matriz nacional. Assegurar a rota da Índia em segurança fazia parte desse plano primordial,



quase um arquétipo da política régia quinhentista, que era o domínio do Índico.

É neste contexto que surge a figura de Frei Henrique de Coimbra, escolhido como guardião dos conventos que a Ordem Franciscana iria edificar na Índia, sob os auspícios do Papa⁶. A preferência de D. Manuel por Frei Henrique Soares – seu nome secular – deve-se a dois motivos fundamentais: a crença de que os povos indianos e respectivos reis eram cristãos, cujas práticas denunciavam um afastamento dos cânones estritamente católicos, e a relação pessoal existente entre ambos. A primeira circunstância, de marca oficial, impelia o monarca a conciliar com Roma o envio de missionários que corrigissem os desvios evidenciados nas práticas religiosas observadas pelos viajantes da frota anterior. D. Manuel chega a tomá-los como heréticos, mas nunca duvidando da sua feição cristã: «*os quais mais com verdade se devem ter por hereges, vista a forma de sua cristandade de que ao Santo Padre escrevemos*»⁷. A segunda motivação, de carácter privado, advém da relação inter-pessoal entre D. Manuel e Frei Henrique, numa altura em que se procedia à edificação do Mosteiro de Jesus em Setúbal, cuja fundadora, Justa Rodrigues Pereira tinha sido ama de leite do futuro monarca que, desde o tempo de D. João II participava das principais etapas da construção do monumento. O frade assistia à comunidade das clarissas como confessor e director espiritual, privando de perto com o rei, como se pode depreender de alguns passos do código manuscrito que relata o histórico da casa, intitulado *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setúbal*⁸.

Segundo o manuscrito, D. João II esteve presente na abertura dos alicerces da capela-mor, em 1490, acompanhado da ama de D. Manuel, D. Justa e, no ano seguinte na cerimónia da primeira missa, a que compareceram D. Leonor e a principal fidalguia da Corte: *presentes estavam com el Rei e Rainha, o Duque Dom Manuel e sua*

ama fundadora. Quando D. Manuel sobe ao trono, toma o encargo do padroado do convento, assumindo as despesas e o acompanhamento da obra: *querendo a fundadora fosse a igreja de madeira, não consentiu el Rei, e mandou chamar Mestre Boitaca e lhe disse a fizesse de abóbada e pedraria, conforme a capela-mor, e de três naves*.

A ligação entre D. Manuel, sua ama D. Justa e D. Henrique, leva a que neste recaia a escolha de fundar na Índia as primeiras casas missionárias, e delas ser guardião. Com uma preparação teológica segura, baseada nos preceitos da Observância⁹, a cujo ramo franciscano pertencia, e com experiência nos assuntos do cível, já que antes de tomar as ordens no Convento de S. Francisco de Alenquer, fora desembargador da Casa da Suplicação, Frei Henrique Álvares de Coimbra reúne as condições ideais para a nova tarefa¹⁰.

Para se dar cumprimento à missão, tornava-se necessário que Roma enviasse os documentos legais que permitiam ao monarca português nomear o comissário apostólico do governo eclesiástico na Índia, assim como a de se edificarem conventos mendicantes na região. No entanto, pela urgência da partida, e, uma vez que os documentos não chegavam, recorreu-se às faculdades jurídicas anteriores que permitiam ao rei «*fundar e construir igrejas e outros lugares pios*» para lá do Cabo Bojador. Com efeito, os dois diplomas que regulamentam o assunto, são de 23 e de 26 de Março de 1500, respectivamente: o Breve de Alexandre VI *Sicut Majestas* e a letra apostólica *Exponi Nobis Nuper*¹¹.

Em carta datada de, «*dia de Cinza, do Mosteiro de Enxabregas*», (4 de Março de 1500), cinco dias antes da partida da frota cabralina, Frei Henrique de Coimbra despede-se da abadessa do mosteiro, Soror Coleta Talhada, renunciando a viagem que o levaria à Índia e à Terra de Santa Cruz: *Creio que Deus quer que eu vá, e por isso vos não ouve. E, pois, Ele quer; é bem que queiramos*

*nós todos. Não convém, pois, resistir à sua vontade, porque é sua ofensa não se conformar homem com ele e com o que ele quer e ordena*¹². Informa a madre que tinha chegado à cidade de Lisboa na segunda feira anterior (ele escrevia na quarta) e o rei o mandara chamar para determinar a sua partida (*e assim concluiu que eu iria*). A epístola deixa transparecer alguma apreensão, já que refere o facto de não saber se voltará de tal missão, afirmando em jeito de consolo: *e, ainda que vá, não me espera logo a morte. Poderá ser que me vereis e a mais cedo do que pensais*. Palavras quase proféticas já que o missionário regressaria ao Reino pela impossibilidade de concretizar a sua tarefa no Índico, ao contrário de alguns dos seus confrades que ali encontraram muito cedo, a morte. Destes, deixou-nos o autor da *História Seráfica*, o seguinte depoimento: «Seus companheiros eram os seguintes: Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães e Frei Luís Salvador, todos quatro pregadores e excelentes letrados; Frei Masseu, sacerdote, organista e músico, que também com estas prendas podia ter parte na conversão das almas, havendo experiência certa de que o demónio também se afugenta com as suavidades das harmonias; Frei Pedro Neto, corista de ordens sacras; e Frei João da Vitória, frade leigo e do número daqueles idiotas em cuja boca imprime o Senhor dos humildes o que não-se responder na presença dos tiranos»¹³.

Escolhida a chefia militar na pessoa do capitão-mor, Pedro Álvares Cabral e a religiosa na do guardião Frei Henrique de Coimbra, a armada apresta-se para a grande jornada. Em confirmação da norma, temporal e espiritual compunham uma dualidade recorrente nas navegações portuguesas. A atestar a inter-acção das duas componentes, expressão da mentalidade da época, verteu-se para o regimento régio passado a Cabral, de forma explícita, o duplo sentido da missão, catequizar e mercadejar: «[...] por sabermos que os indianos e homens de tal fé e verdade

*e trato que devem ser buscados para mais inteiramente haverem prática de nossa fé e serem nas coisas dela doutrinados e ensinados como cumprir a nosso serviço de Deus e salvação das suas almas. E depois para nos prestarmos e tratarmos com eles e eles connosco levando das mercadorias de nossos reinos a eles necessários e assim trazendo das suas»*¹⁴.

Busquem-se, primeiro, os homens para deles se fazerem bons cristãos. Trate-se, depois, com eles, a melhor maneira de organizar o comércio. O profano e o sagrado em miscigenação, cuja ordem de valores por vezes se confunde («*e além das armas materiais que cada um levava para seu uso, mandava el Rei outras espirituais, que eram oito frades da Ordem de São Francisco, de que era guardião Frei Henrique que depois foi Bispo de Ceuta e confessor del Rei, barão de vida mui religiosa e de grã prudência*»¹⁵).

Chegado o dia previsto, 8 de Março de 1500, engalana-se a cidade numa agitação jamais presenciada. A jornada iniciava-se com a missa dominical celebrada por Dom Diogo Ortiz na Capela de Nossa Senhora de Belém no Restelo, a que assistiu o monarca com toda a sua corte, e durante a qual se proferiu um sermão dedicado ao tema da empresa de que a armada era incumbida. Segundo as crónicas da época, enquanto decorria a missa, manteve-se hasteada a bandeira com a cruz de Cristo, símbolo da ordem militar do mesmo nome. Terminada a cerimónia, procedeu-se à sua benção e o próprio monarca a entregou nas mãos de Cabral, acompanhando-o, então, até à praia, na companhia dos seus capitães. Aí se despediram.

«*Acabada a missa o bispo benzeu a bandeira real, que el Rei da sua mão lhe entregou, com a qual diante, que levava seu alferes, e os frades com uma cruz diante, cantando orações, saíam da igreja, e el Rei com eles foi até à praia, onde era todo o povo de Lisboa, cada um a ver os maridos e filhos e se embarcaram nos batéis*»¹⁶.

Soltou-se a multidão em manifestações de alegria, tanto na agitação das bandeiras coloridas – *«que não parecia mar, mas um campo de flores»* – como no movimento dos batéis que rodeavam as naus em constante frenesim. Em terra tocavam-se trombetas, atabaques, festros, tambores, flautas, pandeiros, *«e até gaitas cuja ventura foi andar em os campos no apascentar dos gados, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, nesta e outras armadas que depois a seguiram, porque, para viagem de tanto tempo tudo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar»*¹⁷.

Mil e duzentos homens divididos por *«treze velas, entre naus, navios e caravelas, a mais formosa e poderosa armada que até aquele tempo para tão longe deste reino partia»*, dispuseram-

se a zarpar, o que só aconteceu no dia seguinte, quando, arvoradas as velas e, sob os auspícios do vento, se levantou ferro.

Os abastecimentos deixavam perpassar a grandiosidade da empresa, tantos e diversos eram os elementos que a compunham: *«abundância de coral de perna e lavrado e enfiado, cobre, vermelhão, azougue, alambras, panos de lã grossos e finos, e veludos, cetins, damascos de todas as cores: muitas pipas de armas brancas, espadas, lanças; muitas carnes e pescados secos e salgados, legumes de grãos e favas, manteiga, mel, açúcar; e em cada nau botica ordenada para os doentes, e tudo em abundância e boa ordem»*¹⁸.

Assim aparelhada, seguiu a frota cabralina ao encontro do Sul. Levava ordens expressas para não parar em parte alguma, nem procurar nenhum

A primeira missa no Brasil, acrílico s/ tela, Paula Rego, 1993.



porto depois de passado o Cabo da Boa Esperança¹⁹. Era também avisado para não tirar nenhuma mercadoria de qualquer das naus, ainda que parasse nos Açores, Cabo Verde ou São Tomé. Teoricamente nada fazia induzir um tão grande desvio da rota, no duplo sentido do termo. Na prática não se cumpriram as instruções régias, nem antes, nem depois do cabo, porque outras circunstâncias, que não se escrevem nos diplomas, ditaram outro destino. Escritos, viam os mareantes, os sinais do céu, que meses de mar obrigavam a conhecer: de um lado uma cruz (a de Mestre João), cruzeiro do sul, quelhes augurou uma terra nova. Junto ao cabo, um cometa, prognóstico teluricamente temido, com prenúncio de morte: o naufrágio. Afinal o mar roubou as mercancias da Índia, o mar não sabe ler regimentos...

Na nau capitânia seguia com Cabral, Frei Henrique de Coimbra e os outros sete franciscanos, *com retábulo da Piedade e todos ornamentos e coisas necessárias para o ofício divino, com órgãos, tudo em muita perfeição com rica prata*²⁰. Entregues às suas ocupações diárias, delas se distraíram para «toparem» como os outros, sinais de terra: botelhas? Rabos-de-asno? Fura-buxos? E naquele dia, quarta-feira às horas das vésperas, em que deveriam estar a celebrar suas orações da tarde, «houveram vista de terra». No dia seguinte, homens. Era o dia 22 de Abril de 1500²¹.

«Pedro Álvares Cabral fez fazer rosto para aquela banda e como foram bem à vista, mandou ao seu mestre que no esquife fosse a terra, o qual tornou logo, com novas de ser muito fresca e viçosa, dizendo que vira gente baça e nua pela



«A Segunda Missa no Brasil, quadro do pintor brasileiro Victor Meirelles», reproduzido em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

«Pedro Vaz de Caminha lendo a Pedro Álvares Cabral e frei Henrique Coimbra a carta que escreveu a El-Rei D. Manuel e de que Gaspar de Lemos, comandante do navio dos mantimentos, era portador. (quadro do pintor brasileiro Aurélio de Figueiredo)», reproduzido em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

praia, de cabelo comprido e corredio com arcos e flechas na mão»²².

A frescura dos ares, a abundância das águas, a fertilidade da terra, a inocência do homem. Que terra seria aquela em que tudo parecia diferente?

Para uns, alguma ilha semelhante às Antilhas de Colombo, para outros um paraíso terreal, finalmente encontrado.



E que homem seria aquele que exibía sem vergonha, suas vergonhas?

«O qual, tanto que foi em terra viram ao longo da praia muita gente nua, não preta e de cabelo torcido como a da Guiné, mas toda de cor baça, e de cabelo comprido e corredio, e a figura do rosto, coisa mui nova»²³.

Os cronistas dos «achamentos» estabeleceram, na literatura que produziram, a marca da comparação. Munidos da utensilagem verbal do seu quotidiano, a que se juntavam imagens bíblicas e superstições populares, transferiram para os textos esses referentes, a que juntaram adjectivações, destinadas a traduzir a admiração que sentiam perante tanta «coisa nova». E se a terra graciosa era uma luxúria de águas infindas, bons ares, viçoso arvoredo, como eram as animálias que habitavam os seus matos ou os mares que a bordejavam?

«Oito dias que Pedro Álvares aqui fez de detença foi visto um peixe que o mar deitou fora, que era da grossura de um tonel e era redondo, tinha a cabeça e olhos como de porco e as orelhas de elefante, não tinha dentes e tinha rabo do comprimento de um cavalo»²⁴.

Como lidar com um mundo povoado de seres tão fantásticos, homens tão diversos, de cor nunca vista? «Gente branca bestial» para Castanheda, «baços» para Góis, «não preta» para Barros, «pardos, maneira de avermelhados» para Caminha, mas homens.

E que língua falavam, se não havia «língua» que os entendesse? Talvez pelo barulho que o mar fazia ao quebrar na costa, pensava o escritor. «Bárbaros» afirmava o autor da *Crónica de D. Manuel*.

E que pensar daqueles corpos de «rostos largos e narizes largos e baixos como de Jaw» de «cabelo comprido e corredio» e «com suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descoberta»? E se as mulheres eram graciosas, tão bem feitas e tão redondas, os homens não eram fanados, «mas todos assim como nós».



O aspecto da circuncisão era um dado importante no modo de avaliar as convicções religiosas dos povos das terras onde chegavam, já que lhes permitia saber se seguiam a religião judaica.

No caso dos índios e pelo pouco tempo de contacto havido, acreditou-se que eram idólatras sem qualquer crença. Ideia reforçada na sequência da atitude manifestada quando assistiram às cerimónias do culto cristão celebradas pelos missionários franciscanos e pelos outros membros do clero.

Logo no Domingo de Pascoela, dia 26 de Abril, montado o dossel, foi oficiada uma missa no Ilhéu da Coroa Vermelha por Frei Henrique de Coimbra, a que assistiram os portugueses da frota e os naturais da terra que se iam aproximando: «A missa foi de diácono e subdiácono, oficiada com todos os frades, capelães das naus e sacerdotes que iam na armada e outras pessoas que entendiam de canto, em que houve pregação, sendo presentes muitos dos da terra a todo o ofício divino com grande espanto e acatamento»²⁵.

A missa incluiu o acto do sermão, que, segundo Caminha, teve como tema a chegada dos portugueses e o achamento da terra e, embora, desconhecendo o sentido da cerimónia e muito menos o teor da mensagem pregado, os índios escutavam silenciosamente, mas com admiração. Para eles tudo isto também era novidade.

Terminada a cerimónia, segundo a descrição de Caminha e dos cronistas que servem de apoio a este estudo, os índios fizeram grandes festas com danças, saltos, cânticos e trejeitos, tocando cornos e buzinas ou disparando setas para o ar em sinal de contentamento.

Importa reter o sentido da festa na cerimónia religiosa. Esta dialética entre o lúdico e o sagrado foi depois «explorada» pelos missionários que entretanto chegariam, como instrumento de evangelização, sobretudo pelo aproveitamento da música e da expressão teatral

como veículos de difusão da mensagem cristã²⁶.

Do mesmo modo é importante reflectir sobre o significado da bandeira com a Cruz de Cristo, hasteada ao lado do altar enquanto decorria a celebração litúrgica. A mesma que tinha sido entregue pelo monarca, D. Manuel, em Belém, ao capitão-mor, e que acompanhava a frota. De novo, e desta vez em terras americanas, os dois níveis se interpenetravam como corolário da política de Estado então vigente.

A segunda grande cerimónia de cunho cristão foi a chantadura da cruz, a cujo símbolo ficou ligado o nome do lugar encontrado: «Terra de Vera Cruz»: «E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira e fomos desembarcar acimado rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor cantar a cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o capitão o lugar onde fizessem a cova para a cantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele como todos nós outros fomos pela cruz abaixo do rio, onde ela estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, à maneira de procissão.

Eram já ali alguns deles, obra de setenta ou oitenta e quando nos viram assim vir alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passámos o rio ao longo da praia e fomo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando ali nisto, vieram bem cento e cinquenta ou mais.

Chantada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos»²⁷.

À falta de um padrão de pedra, esculpiu-se uma cruz de madeira, com as armas e divisa de D. Manuel, obra executada por dois carpinteiros na terça-feira anterior e que motivou a curiosidade dos índios «mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, que por verem a cruz».

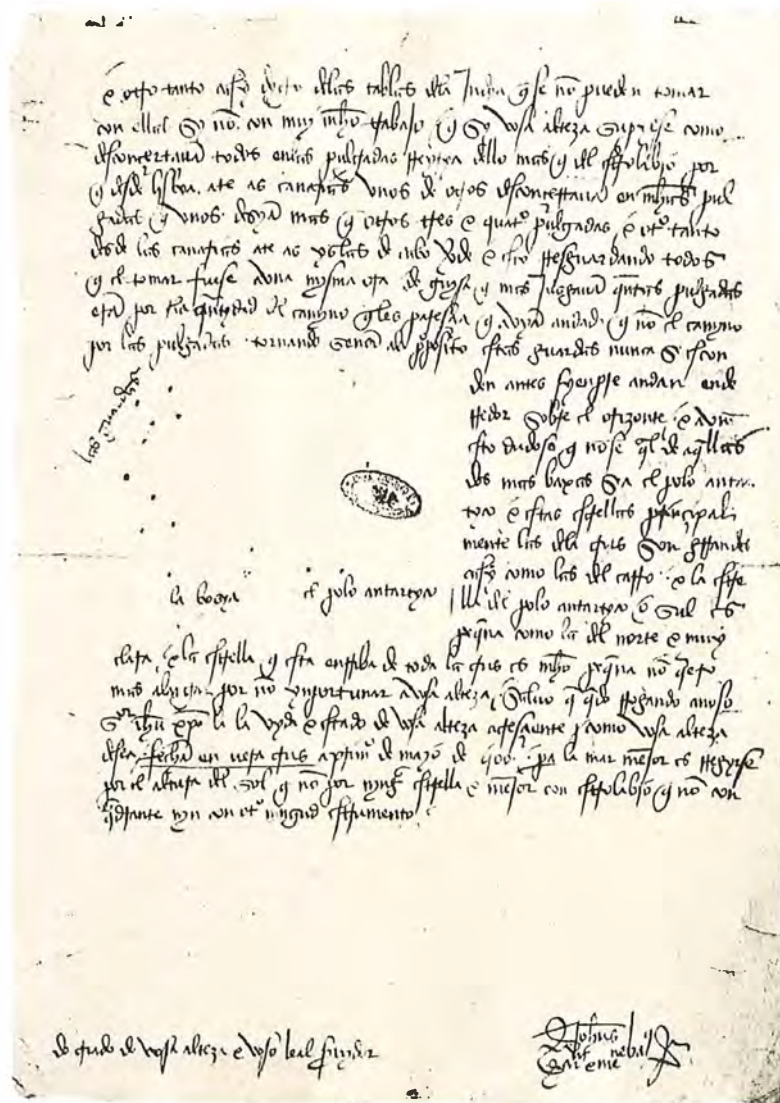
O senhorio e grande Estado da Província de Santa Cruz que se chama vulgarmente o Brasil tomou o nome de Santa Cruz posto por Pedro Álvares Cabral quando no ano de 1500 indo para a Índia a descobriu no tempo de el Rei Dom Manuel e mandou arvorar uma formosa cruz sobre um alto monte da primeira baía, a que surgiu, e saiu em terra, a que chamou Porto Seguro²⁸.

Assim, aquela cruz de madeira, assegurou a posse da nova terra, tornando-se um símbolo iconográfico de duplo sentido. Quando D. Manuel escreve aos Reis Católicos anunciando o achamento refere: «e nas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra, que novamente descobriu, a que pôs o nome Santa Cruz». O monarca terá, assim, mudado a designação de «Vera» em «Santa», facto que levou, depois, muitos historiadores a tomarem o dia 3 de Abril, dia da «Invenção da Cruz» no calendário litúrgico, como o dia do descobrimento do Brasil²⁹.

No entanto, em breve, o pau da cruz iria dar lugar ao pau brasil, quase a prefetizar a mudança de uma perspectiva mais espiritual para uma mercantil. Foi a passagem de um primeiro momento do olhar ingénuo para o olhar do poder. Obra do demónio como refere João de Barros, que pôs na boca do povo o nome «brasil» e fez esquecer o de «Santa Cruz».

Escorando-se nesta, Frei Vicente do Salvador, o primeiro autor de uma História do Brasil, refere que lhe ficou o nome «por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos» em vez do divino pau com que naquela terra se tinham lançado as bases da Igreja³⁰.

Depois de chantada a cruz, celebrou-se a segunda missa por Frei Henrique de Coimbra a que assistiram cerca de cinquenta ou sessenta índios que repetiam os gestos dos portugueses, ora erguendo as mãos em sinal de prece, ora ajoelhando-se, no que Caminha viu, sinais de devoção.



Os sermões proferidos pelo missionário franciscano constituíram as primeiras peças da oratória sacra do Brasil de que, infelizmente, não há registo conhecido até ao presente. Terminada a pregação, e já no dia da partida, o frade recebeu crucifixos de estanho das mãos de Nicolau Coelho para distribuir pelos índios. «O padre Frei Henrique se assentou ao pé da cruz e ali, um por um, lan-

çava a sua, atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos»³¹.

Caminha menciona também um homem que chamava os outros para a celebração, e andava no meio deles, apontando o dedo para o altar e, simultaneamente, para o céu, como se o referido índio tivesse entendido a mensagem cristã do cerimonial. Foi, talvez, a primeira demonstração de pedagogia catequética que levou o escrivão a concluir que para os índios serem cristãos apenas necessitariam de entender a língua. Começa, desde logo a esboçar-se a importância da língua como instrumento de evangelização, e que levou os missionários a produzir catecismos, gramáticas e dicionários nas línguas dos vários grupos.

Aproximavam-se os últimos momentos da estada da frota em terras, ainda, de Vera Cruz. Trocaram-se as últimas bugigangas e arrolou-se a tripulação que seguiria para a Índias com os dois degredados que ficavam entre os índios e os dois grumetes que teriam fugido. Foram os primeiros quatro «reinóis» em solo brasileiro.

Na despedida, despede-se a *Carta* em jeito de premonição. Quem assim vivia tão inocente, de certo se converteria, se se enviassem clérigos para tal efeito. Por analogia à fertilidade da terra («*por bem das águas que tem*») que tudo daria se a quisessem aproveitar, conclui o escrivão: «*O melhor fruto que nela se pode fazer parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.*

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria, quanto mais disposição para nela se cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, o acrescentamento de nossa Santa Fé»³².

Para o bem ou para o mal, tinha-se deixado a germinar a primeira semente do Evangelho pela mão de Frei Henrique de Coimbra, o primeiro missionário do Brasil. A nova terra iria mudar, radicalmente, de feição e, uma nova

mundividência se instalaria de forma incontornável.

Estes primeiros momentos de contacto e, sobretudo as primeiras missas com todo o seu cerimonial e cenário de deslumbramento, tiveram, ao longo do tempo, impacto no campo da criação literária e artística. O próprio Capistrano de Abreu aventura-se na tentativa de recuperar os tópicos da pregação proferida por Frei Henrique: «[...] *a gente assentou-se na areia, à espera do sermão. Não era terra africana, não era terra indiana, agora felizmente achada era a terra nova. Seu achamento conformara-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viera a armada, a mesma cruz recebida solenemente em Belém das mãos de um Rei, flutuando ali mesmo aos ventos de largo ao sol do sul; seu nome estava de ante-mão dado, nem havia outro a escolher – Ilha de Vera Cruz – tal podemos imaginar a pregação do franciscano»³³.*

O motivo da primeira missa é também o tema da pintura de Victor Meirelles de Lima, natural de Santa Catarina e que teria elaborado o quadro no Convento de Santo António do Rio. O autor consegue reproduzir na tela a exuberância da natureza maravilhosa, a inocência e o espanto dos índios, a solenidade e a carga da cerimónia. É um momento de teatralidade sacralizada, tornado monumento iconográfico em constante reinterpretação.

Bernardelli faz também «O Descobrimento», reproduzindo Cabral, Frei Henrique e Caminha. Seguem-se, de Pedro Peres, «O Descobrimento do Brasil», de Benedito Calisto, «A Elevação da Cruz» e «A Carta de Pero Vaz de Caminha» de Aurélio de Figueiredo. Cândido Portinari pinta também «A Primeira Missa no Brasil» em 1947, relevando na composição os grupos humanos ao invés da natureza exuberante.

Do mesmo modo, Villa Lobos compõe uma peça musical sobre o tema, uma *suite* para orquestra que intitulou de «Suite do Descobri-

mento do Brasil (Primeira Missa)» onde inclui sonoridades indígenas e gregorianas.

Frei Henrique de Coimbra está representado em estátua, da autoria de Bernardelli, no Palácio de São Joaquim, no Rio de Janeiro.

Antes de partirem para a Índia, Cabral, Caminha e Frei Henrique deixaram para a História, cada um a seu modo, testemunhos de alto significado. A vida do missionário foi plena de tarefas executadas em vários campos de actividade, quer diplomáticos, já que foi várias vezes como embaixador a Inglaterra, Castela e Roma, quer na vida eclesiástica como Bispo de Ceuta (e, interinamente, de Lisboa e Braga) ou inquisidor-mor.

Morreu em Olivença a 14 de Setembro de 1532, dia da Exaltação da Cruz, repousando na igreja da Madalena dessa cidade.

«Passados alguns dias enquanto o tempo não servia e fizeram sua aguada, quando veio a três de Maio que Pedro Álvares Cabral se quiz partir, por dar nome àquela terra por ele novamente achada: mandou arvorar uma cruz muito grande no mais alto lugar de uma árvore e ao pé dela se disse missa. A qual foi com solenidade de benção dos sacerdotes, dando-se este nome à terra, Santa Cruz»³⁴.

¹ A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Mar de Letras, Col. Traços da História, 1999, p. 65. Optou-se por esta versão actualizada pela «maior inteligibilidade do texto», na expressão de Margarida Garcês Ventura em nota à transcrição. Para uma edição documental, ver Joaquim Romero Magalhães e Susana Münc Miranda, *Os Primeiros Catorze Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 95-121.

² *Carta de el rei D. Manuel de Portugal aos Reis Católicos de Castela*, Lisboa, 12 de Julho de 1499, *apud* Fernando Felix Lopes, «Frei Henrique de Coimbra. O Missionário. O Diplomata. O Bispo», sep. da *Studia*, n.º 37, Dezembro, 1973, pp. 7-120. O mesmo artigo foi publicado em *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, pp. 363-446. Felix Lopes foi até ao momento o maior estudioso da figura e obra de Frei Henrique de Coimbra e, muitas das informações do seu texto serviram de reflexão ao que ora se apresenta.

³ *Carta de el-rei D. Manuel ao cardeal D. Jorge da Costa, residente em Roma*, Lisboa, 28 de Agosto de 1499, *apud* F. Lopes, *op. cit.*, p. 365.

⁴ Cf. Manuel João Ramos, «O Destino Etíope de Preste João. A Etiópia nas Representações Cosmográficas Europeias», in *Condicionantes da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias* (coord. de Fernando Cristóvão), Lisboa, Cosmos/CLEPUL, 1999, pp. 235-259.

⁵ *Carta de el-rei D. Manuel ao Chanceler-mór de Castela o Arcebispo de Toledo D. Fr. Francisco Ximenes de Cisneros*, Abrantes, 2 de Março de 1506, publicado em versão portuguesa, a partir de uma tradução castelhana de 1652, em Costa Brochado, «A Espiritualidade dos Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses», in *Portugal em África*, 2, Lisboa, 1945, pp. 17-21.

⁶ Sobre Frei Henrique de Coimbra veja-se, entre outras, A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, *op. cit.*; Fernando Felix Lopes, *op. cit.*; Fernando Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (Lisboa, 1551), cap. XXXI; João de Barros, *Ásia de (...). Dos Feitos que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente. Primeira Década*, (Lisboa, 1652), (reprod. fac-similada da ed. de 1932 da Imprensa da Universidade de Coimbra), introd. António Baião, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, L.º 5, cap. 1, 2, 5, 7; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel (1563-67)*, ed. conforme a primeira de 1566, de J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1945-55, I, cap. 55; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, int. e rev. de Manuel Lopes de Almeida, 4 vols., Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 148; Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil, 1500-1627*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, pp. 56-58; Fr. Lucas Waddingus, *Annales Minorum seu trium ordinum a S. Francisco institutorum*, 2ª ed., per J. M. Fonseca ad Evora/ Romae, Tip. Bernabo e Lazzarini, 1731-1745, Tom. 15, p. 212; Fr. Fernando da Soledade, *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, Lisboa, of. de António Pedroso Galvão, 1721, I, pp. 488-495 e IV, pp. 290-294; Francisco da Fonseca/ Pe. Manuel Fialho, *Evora Gloriosa*, Roma, Of. Komarckiana, 1728, p. 128 e p. 320; Fr. Jerónimo de Belém, *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, Lisboa, Of. de Inácio Rodrigues, 1750, int., ano 1500; Alexandre Herculano, *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, 1854, pp. 257-259; Visconde da Paiva Manso, *Memória Histórica sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, 1858; Olavo de Freitas Martins, «Subsídio Histórico Relativo a Frei Henrique de Coimbra», in *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 59, Rio de Janeiro, 1895, pp. 396-405; Charles Martial de Witte, «Un Project Portugais de Reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos – Actas*, 5, 1ª Parte, Lisboa, 1961, pp. 419-449; Fr. Venâncio Willeke, *Franciscanos na História do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 13-26; Sophia A. Lyra, *São Francisco de Assis e o Brasil*, Rio de Janeiro, 1978, pp. 6-12; Fr. Basílio Rower, *A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil nas Festas do*

Centenário da Independência Nacional, 1822-1922, Petrópolis/ Rio, Vozes, 1922, p. 112.

⁷ Cf. nota 3 supra.

⁸ *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setúbal*, mss. da Biblioteca Nacional de Lisboa, em duas versões: cod. 7686 e cod. 549. No presente estudo usou-se o primeiro com o título completo: *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação do Convento de Jesus de Setúbal o Primeiro que se Ouve e se Fundou neste Reino de Portugal, de Religiosas Capuchas, Chamadas as Senhoras Pobres, da Primeira Regra de S. Clara. Fundadora Justa Rodrigues Pereira Ana do Sereníssimo Rei Dom Manuel, do qual São Protectores os Reis de Portugal. Composto por a Madre Soror Leonor de São João Religiosa do dito Convento. Ano de 1630*.

⁹ Para melhor clarificação da especificidade das duas correntes, Conventuais e Observantes, dentro da Ordem Franciscana, veja-se, António Montes Moreira, «Implantação e Desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal, Séculos XIII-XVI», in *O Franciscanismo em Portugal – Actas*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996.

¹⁰ Conrado Eubel, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, 3, Munster, 1910, baseadas nas *Schedulae Garampi* do Arquivo do Vaticano assim o apelida. Já Gaspar Correia, *op. cit.*, atribui-lhe o apelido de Soares.

¹¹ O primeiro documento está publicado no *Bullarium Patronatus Portugalliae Regnum*, 1, p. 59. A *Exponi Nobis Nuper*, Lisboa, IANTT, Bulas, mc, 16, nº 11, pub. por Fernando Félix Lopes, *op. cit.*, apêndice, doc. Nº 2, p. 425-26.

¹² *Carta de D. Fr. Henrique de Coimbra à Abadessa do Mosteiro de Jesus de Setúbal*. Lisboa, Mosteiro de Xabregas, 4 de Março de 1500, BNL, cod. 549, pp. 243-249, em cópia inserta no *Tratado da Antiga e Curiosa Fundação*, *op. cit.* Em comentário à carta, atesta a autora do tratado, Soror Leonor de S. João: «Quiz aqui pôr duas cartas que por serem de edificação e antigas, folgarão de as ver: A primeira é do Padre Frei Henrique de Coimbra, o primeiro confessor que foi deste convento em uma ausência que fazia para a Índia Oriental por mandado del Rei Dom Manuel [...] as quais cartas se tiraram dos próprios originais que estão no cartório deste convento».

¹³ Frei Fernando da Soledade, *op. cit.*, pp. 489-90. Fernando Felix Lopes explica o uso do termo «idiota», empregue com o sentido de simplicidade que tinha na Idade Média. São Francisco assim denominava os primeiros franciscanos, e a si próprio: «*eramus idiotae et subditi omnibus*».

¹⁴ *Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*, Lisboa, IANTT, Leis, sem data, maço 1, doc. nº 21, *apud*, *Os Primeiros 14 Documentos...*, *op. cit.*, p. 46 (trecho adaptado).

¹⁵ João de Barros, *op. cit.*, Lº I, cap. 1. Sobre a ida dos Franciscanos na armada, refere: «*E porque el rei foi sempre mui inclinado às cousas que tocavam a nossa santa Fé católica, mandou nesta armada oito frades da Ordem de São Francisco, homens letrados, de que era vigário Frei Henrique, que depois foi confessor d'el Rei e bispo de Ceuta; Castanheda, op. cit.*, a esse propósito diz: *La também com Pedro Álvares um Frei Henrique, frade da Ordem de São Francisco, grande letrado na santa Teologia, para pregar, e iam com ele cinco frades outros para o ajudarem*».

¹⁶ Gaspar Correia, *op. cit.*, p. 150.

¹⁷ João de Barros, *op. cit.*, *ibid.*

¹⁸ Gaspar Correia, *op. cit.*, p. 148.

¹⁹ *Borrão das instruções régias complementares ao regimento a conceder a Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, IANTT, *Cartas Missivas*, maço 4, nº 91, *apud*, *Os Primeiros Catorze Documentos...*, *op. cit.*, pp. 71-73.

²⁰ Gaspar Correia, *op. cit.*

²¹ Alguns autores antigos apontam o dia 24 de Abril, em vez de 22. É o caso de João de Barros: «*havendo já um mês que ia naquela grande volta, quando veio a segunda oitava da Páscoa que eram vinte e quatro de Abril, foi dar em outra costa de terra firme; Castanheda, aos vinte e quatro de Abril que foi derradeira oitava da Páscoa foi vista terra*».

²² Damião de Góis, *op. cit.*, Lº I, cap. IV.

²³ João de Barros, *op. cit.*, Lº V, cap. II.

²⁴ Castanheda, *op. cit.*, Lº I, cap. XXXI.

²⁵ Damião de Góis, *op. cit.*, *ibid.*

²⁶ Os primeiros missionários que exerceram a sua actividade no Brasil até 1549 foram os franciscanos, ainda que nesse período não se tenham fixado de forma efectiva, mas constituindo missões esporádicas. Veja-se Frei Apolinário da Conceição, *Claustro Franciscano*, Lisboa, Of. de António Isidoro da Fonseca, 1740; id., *Primazia Seráfica na Região da América*, Lisboa, Of. de António S. Silva, 1733; Basílio Rower, *A Ordem Franciscana no Brasil*, Anais do IV Congresso de História Nacional, 8º Vol., Rio de Janeiro, 1951; id., *Páginas da História Franciscana no Brasil*, 2ª ed., Petrópolis – Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, 1957; id., *A Ordem dos Frades Menores*, Petrópolis, Vozes, 1953; Frei Dagoberto Romag, *História dos Franciscanos no Brasil, 1500-1659*, Curitiba, 1950; Frei Domingos A. Suspitello Gubernatis, *Orbis Seraphicus, Historia de Tribus Ordinibus a Seraphico P. S. Francisco Institutis deque eorum progressibus et hororibus per quatuor mundi partes*, Tom. V e VI, Roma – Quarachi, 1686 e 1836; Frei Samuel Tetterlo, *A Ordem dos Frades Menores no Brasil*, São Jorge del Rei, 1924; Frei António de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiniano Gomes Ribeiro, 1852-1862.

²⁷ *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *op. cit.*, p. 73.

²⁸ *Discursos compendiosos em que se trata de várias antiguidades, com alegação copiosa de Autores, Cronistas e Historiadores, e declarações das matérias em ambas as Línguas Latina e Vulgar (escrita no ano de 1640), pelo Rdo. Dor. Cónego de Guimarães Simão Vaz Barbosa*, BNL, cod. 655.

²⁹ Cf. A Fontoura da Costa, «O Descobrimento do Brasil», *sep. da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ática, 1940, p. 8.

³⁰ Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, p. 57.

³¹ *A Carta*, *op. cit.*, p. 74.

³² Id., *ibid.*, p. 75.

³³ J. Capistrano de Abreu, «O Descobrimento do Brasil, Povoamento do Solo, Evolução Social», in *R.I.H.G.B.*, vol. XXXI, 2ª Parte, Rio de Janeiro, 1908, pp. 29 e ss.

³⁴ João de Barros, *op. cit.*, *ibid.* Veja-se quanto à data, nota 29 supra. O destaque na palavra «novamente» é nosso, aparecendo com o sentido de novo, como era uso na época.

Bandeira de Navegantes

N u n o C r a t o

E o teu Cruzeiro do Sul é a nossa história: as nossas tradições e a nossa confiança, as nossas saudades e as nossas ambições; viu a terra desconhecida e a terra descoberta

Olavo Bilac

POUCOS PAÍSES TERÃO UMA BANDEIRA TÃO BONITA como a bandeira do Brasil. E poucos países terão uma bandeira tão carregada de simbolismo. As cores nacionais, que aparecem já na primeira bandeira de país independente, representam a natureza brasileira: o verde simboliza as grandes matas do interior do país; o amarelo, as suas riquezas minerais. A disposição é invulgar: sobre um campo verde flutua um losango amarelo, onde se inscreve uma esfera celeste atravessada por uma faixa branca.

A actual bandeira brasileira tem um desenho moderno, mas é o elo mais recente de uma longa tradição. A primeira bandeira hasteada em terras de Vera Cruz seria o pavilhão da Ordem de Cristo, com a sua cruz característica. Seguiram-se-lhe várias bandeiras reais, que reflectiam as mudanças políticas da metrópole lusa até que, em 1822, D. Pedro introduziu orgulhosamente a bandeira imperial do Brasil, com as suas armas sobre um losango amarelo contra um fundo verde. Em 1889, a implantação da república conduziu à reformulação dessa bandeira, substituindo as armas imperiais pela esfera azul, semeada de estrelas e atravessada pela faixa branca onde se lê «Ordem e Progresso». As alterações subsequentes foram poucas, consistindo na mudança das estrelas, de forma a representar os estados brasileiros, que entretanto se foram subdividindo e reagrupando.

A esfera azul, que representa a esfera celeste, é uma herdeira do culto luso pela esfera manuelina, que simboliza as grandes viagens de exploração marítimas¹. Mas trata-se de um globo celeste diferente. O dístico da faixa branca sinte-

O conhecido Atlas de Farnese mostra a esfera celeste nas costas de Atlas, o mítico gigante condenado por Zeus a carregar o peso do mundo. A escultura data do século segundo e apresenta o globo celeste mais antigo que se conhece, mas é certamente copiado de modelos anteriores. Reproduz a astronomia de Eudoxo e Hiparco, com as constelações clássicas. A imagem do céu está «invertida», pois corresponde à visão imaginária das estrelas vistas *de fora* da esfera celeste. A bandeira brasileira mostra também uma imagem da esfera celeste vista *de fora*, mostrando o céu austral tal como os gregos imaginavam que os deuses podiam ver o firmamento.

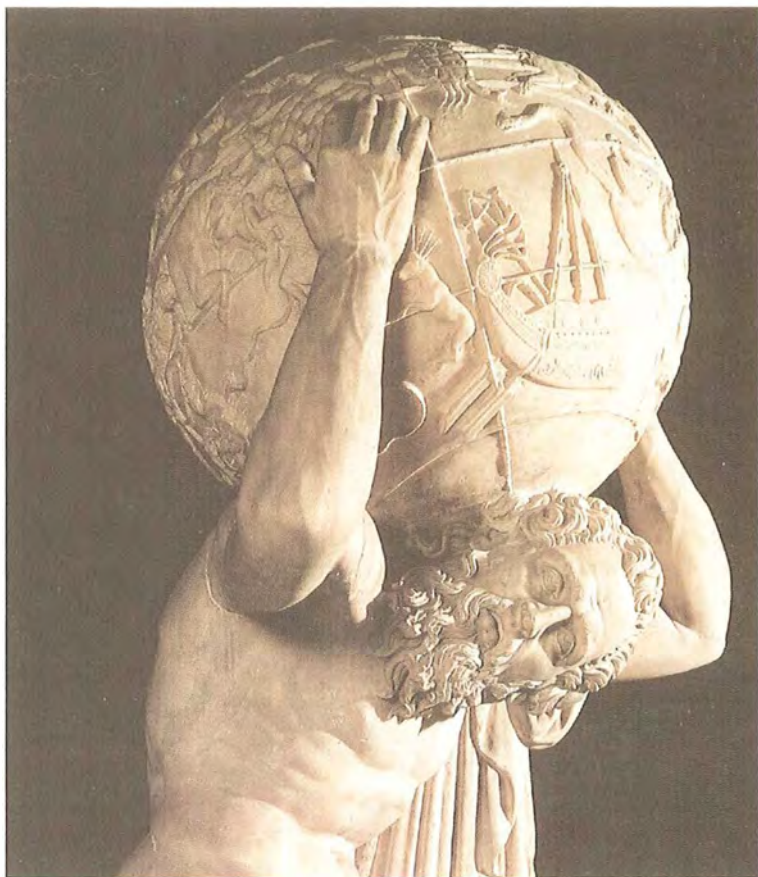
tiza um mote racionalista e positivista de Auguste Comte: «o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim». Era um mote famoso à época e um dito em que muitos republicanos se reviam. A faixa em que o dístico está inscrito tem sido interpretada como simbolizando o grande Rio Amazonas²; no entanto, tal como a faixa equivalente da esfera manuelina, ela aparece em representação do zodíaco, a banda da esfera celeste por onde o Sol passa no seu movimento anual aparente.

O simbolismo celeste é muito importante na bandeira brasileira. Os seus fundadores decidiram que a esfera representaria o céu sobre o Rio de Janeiro nos momentos da madrugada em que

foi proclamada a república. A lei brasileira é precisa: «As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu da Cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889» (Lei N.º 5.443, de 28 de Maio de 1968). O número de estrelas da bandeira – 27 desde 12 de Maio de 1992 – corresponde aos actuais 26 estados do Brasil, acrescentados do Distrito Federal, que aloja Brasília.

Na esfera azul aparecem três constelações facilmente reconhecíveis – Cruzeiro do Sul, Triângulo Austral e Escorpião. É preciso, contudo, atentar que a sua representação na bandeira apresenta uma imagem inversa da sua aparência no firmamento. Seguindo a tradição dos globos celestes, a esfera é representada como que vista de fora, do infinito. Somos levados «para trás» das estrelas, vendo a imaginária esfera celeste tal como os antigos imaginavam que os deuses a podiam ver. Numa esfera, não há outra maneira de representar os astros que respeite as suas posições relativas.

As estrelas aparecem com cinco pontas, como é costume heráldico, e com cinco dimensões diferentes, procurando representar o brilho aparente das estrelas celestes, habitualmente chamado magnitude. Os antigos pensavam que todas as estrelas estavam fixas numa mesma esfera cristalina e à mesma distância da Terra. Julgavam que as diferenças de brilho derivavam apenas do seu tamanho, da sua *grandeza*. Classificavam como *estrelas de primeira grandeza* as mais brilhantes, que são as que se vêem logo após o ocaso. As que se seguiam eram classificadas como de *segunda grandeza*, e assim sucessivamente, até às estrelas de *sexta grandeza*, no limiar da visibilidade. A bandeira do Brasil mostra estrelas de cinco diferentes grandezas, todas elas visíveis a olho nu de qualquer ponto do território. Em geral, procurou-se estabelecer uma correspondência entre as estrelas e os estados, e uma correspondência que respeitasse tanto a



dimensão dos territórios como a sua situação geográfica. Mas nem sempre o paralelismo é perfeito, como é natural.

Algumas das estrelas têm uma história ilustre e a sua presença na bandeira do Brasil está carregada de simbolismo. A estrela Espiga, da constelação Virgem, é a única que aparece a norte da faixa branca. A presença dessa constelação, que ocupa parte significativa do hemisfério norte, marca território a norte do equador. Esta estrela, que, na realidade, está a sul do equador e a sul da linha central do zodíaco – a eclíptica – aparece deslocada para norte da faixa, o que distorce conscientemente a sua posição celeste, mas revela a presença boreal do grande país que é o Brasil. Na realidade, poucos países têm dimensão geográfica semelhante e, entre os que podem rivalizar com o Brasil em extensão, nenhum outro tem território que se dilata por dois hemisférios³. A estrela pertence à constelação da deusa Deméter (Ceres para os romanos), deusa da agricultura habitualmente representada com uma espiga de cereal, pontuada pela estrela do mesmo nome. A agricultura era, para os republicanos, uma ferramenta essencial de desenvolvimento. Mas os fundadores da bandeira insistiram, sobretudo, no significado desta estrela na história da ciência. Com efeito, a observação do posicionamento da Espiga está ligada à descoberta da precessão dos equinócios por Hiparco (c. 180–125 a.C.), que é uma das descobertas fundamentais da astronomia. Sabe-se hoje que a precessão consiste numa oscilação muito lenta do eixo de rotação da Terra, que altera a posição dos pólos celestes e a intercessão do equador com a eclíptica. É graças à precessão que o pólo norte celeste se tem vindo a aproximar da Estrela Polar. É também graças à precessão que as estrelas do Cruzeiro do Sul, visíveis em Alexandria no tempo de Ptolemeu (c. 90–168 d.C.), já não são agora visíveis a essa latitude.

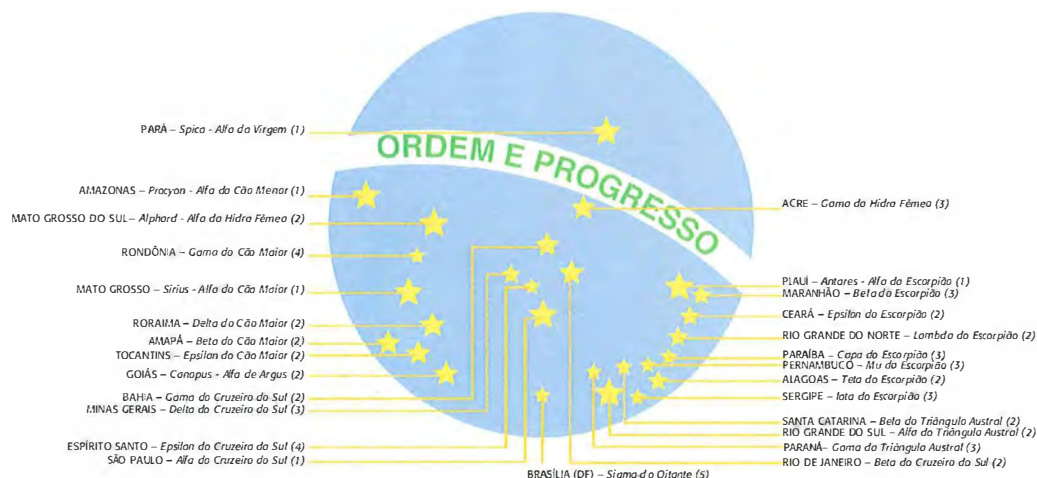


Mais abaixo, aparece a estrela Canopo, da antiga constelação Argos ou Navio, modernamente classificada na constelação Quilha (*Carina*). Recorda a lenda dos argonautas, que empreenderam a viagem à Cólquida para se apoderarem do velo de ouro, a pele dourada do carneiro possuidor da Razão. Segundo os criadores da bandeira, esta estrela representa as viagens dos navegadores portugueses, que chegaram à América do Sul à procura de um moderno velo dourado.

A estrela mais perto do pólo sul, a Sigma de Octante, sendo a estrela em torno da qual todas as outras rodam, representa o Distrito Federal, centro político da grande república brasileira. As estrelas centrais correspondem ao mítico asterismo Cruzeiro do Sul⁴, que aparece em lugar de destaque e que, no momento histórico de proclamação da república, passava sobre o meridiano do Rio de Janeiro.

contrapartida agnóstica e moderna da Cruz de Cristo, transportada nos navios de Pedro Álvares Cabral e dos descobridores portugueses⁵. Para todos, o Cruzeiro do Sul é um elemento de ligação entre portugueses e brasileiros, unidos pelas viagens aventurosas dos séculos XV e XVI.

A história da descoberta e apropriação desta cruz celeste é uma história mítica da astronomia e das ciências da navegação. Quando os portugueses começaram a descer a costa de África e,



ção. Os marinheiros portugueses passaram a poder utilizar somente a medida da altura do Sol, medida mais fácil de efectuar mas de aplicação mais complexa, pois exigia o recurso a tabelas de declinação da nossa estrela. A altura do Sol de meio-dia depende não só da latitude como também do dia do ano. As tabelas permitiam compensar esses factores e assim calcular a latitude em que os viajantes se encontravam. Mas continuava a convir aos exploradores ter uma medida nocturna da latitude e um ponteiro cardeal, pelo que procuraram uma estrela que desempenhasse em latitudes austrais o papel que a polar desempenhava no hemisfério norte.

A procura da «polar do sul», ou seja, de uma estrela brilhante que se encontrasse no pólo sul celeste ou muito perto deste, é uma demanda que ocupa os cosmógrafos e os pilotos dos séculos XV e XVI. Portugueses, espanhóis e, mais tarde, ingleses e holandeses, todos eles revelam essa preocupação central. Veio a verificar-se que não existe tal estrela no pólo sul⁷, ao contrário do que era imaginado por muitos cosmógrafos, que concebiam o hemisfério celeste boreal à semelhança do hemisfério austral conhecido⁸.

Os marinheiros, que começaram a aproximar-se do equador e a ultrapassá-lo para sul, pesquisaram cuidadosamente o céu, procurando ver quais seriam as estrelas que menos rodariam ao longo da noite. As que descrevessem arcos menos extensos, com raio menor, seriam as que se aproximariam da polar. A desejada estrela seria a que nenhum movimento manifestasse, vendo-se todo o firmamento rodar em seu torno. Como se sabe, não foi encontrada a almejada guia dos viajantes, pela razão simples de que não existe, mas os pilotos dos navios portugueses descobriram que a haste maior do Cruzeiro do Sul aponta para o pólo. Foi esse asterismo que passou a servir de guia aos que enfrentavam os mares a sul do equador.

Na literatura sobre a história das constelações, encontram-se ainda hoje muitas referências erróneas à procura da mítica polar do sul e raramente a verdade histórica é respeitada, mesmo entre aqueles que honestamente a procuram. A referência mais citada deve ser, ainda hoje, *Star Names: Their Lore and Meaning*, de Richard Hinkley Allen⁹. Aí se refere que algumas das estrelas do Cruzeiro do Sul foram observadas de Alexan-

dria por Ptolemeu e foram por este incluídas na constelação Centauro que, segundo a moderna definição de constelações, bordeja a Cruzeiro do Sul. A referência de Allen é correcta, embora seja discutível quais as estrelas realmente detectadas pelo astrónomo alexandrino¹⁰. Allen refere também que Dante teria conhecimento destas estrelas pois no *Purgatório* o poeta escreve

*Io mi volsi a man destra e posi mente
Al otro polo e vidi quatro stelle
No viste mai fuor che alla prima gente*¹¹,
(*Purgatório*, I, 22–24)

Trata-se de uma ideia defendida por Alexander von Humbolt que, no seu *Examen Criticum*, insiste tratar-se de uma referência às estrelas do Cruzeiro. Esta ideia está hoje abandonada, pois Dante não poderia conhecer estas estrelas, admitindo-se que o poeta se estava referindo a astros fictícios, que representariam as quatro virtudes cardeais¹².

Outra teoria comum de que Richard H. Allen faz eco é a de que Américo Vespúcio teria sido o primeiro europeu a detectar as estrelas do Cruzeiro e que lhe teria chamado *mandorla*¹³. Na realidade, como o mostrou Luciano Pereira da Silva¹⁴, as estrelas a que Vespúcio se refere não podiam ser as do Cruzeiro, pois estas encontram-se a cerca de 30 graus do pólo, enquanto Vespúcio sustenta que as da chamada *mandorla* estavam a pouco mais de 10 graus do pólo.

Noutra obra conhecida¹⁵, Lloyd Motz e Carol Nathanson, referem que António Pigafetta, o companheiro de Magalhães, teria sido o primeiro a utilizar o termo «cruz», em 1520, para se referir às estrelas do Cruzeiro, enquanto Julius Staal, autor de uma das mais citadas obras sobre a mitologia dos céus, diz que o reconhecimento destas estrelas como constelação separada data de 1592 e que teria sido o astrónomo francês Augustin Royer o primeiro a definir, em 1679, os seus contornos¹⁶.

A verdade histórica, tal como pode ser definida com os documentos existentes, está sistematicamente reposta pelo menos desde 1913 por Luciano Pereira da Silva¹⁷ e foi repetidamente reforçada pelos estudos mais recentes de Luís de Albuquerque e outros¹⁸. Tardamente, a literatura científica internacional¹⁹ reconhece estes estudos, mas continua a surpreender que a verdade seja tão pouco conhecida²⁰.

A primeira referência escrita à Cruzeiro do Sul e sobre a qual há conhecimento seguro é um dos primeiros documentos escritos no que viria a ser o solo brasileiro, quem sabe se a primeira missiva originada no solo do futuro país. Trata-se da carta de Mestre João, o físico e cirurgião real que acompanhou Pedro Álvares Cabral na sua viagem histórica e que, entre 28 de Abril e 1 de Maio de 1500, escreveu ao rei D. Manuel, explicando as suas pesquisas astronómicas: «*e aun esto dudoso que nõ se qual de aquellas dos mas baxas sea el polo antartyco, e estas estrellas principalmente las de la crus son ggrandes, casy como las del carro [Ursa]*»²¹.

Aqui temos, pois, a constelação Cruzeiro do Sul designada por *cruz*, 20 anos antes de Pigafetta utilizar essa designação e meses antes de Vespúcio andar, ainda confuso, a procurar as estrelas da *mandorla* por perto do pólo. Na sua carta, Mestre João desenha ainda as estrelas mais brilhantes dessa área do céu, e com uma precisão muito razoável, como o pode atestar quem quer que alguma vez tenha tentado desenhar, à mão livre, as posições relativas das estrelas²².

Pouco mais tarde, em 1514, quando ainda Pigafetta não se tinha referido à constelação, já o Piloto João de Lisboa tinha escrito um completo *Regimento do Cruzeiro do Sul*, em que explicava como se podia utilizar tal constelação para determinar o pólo austral verdadeiro e para corrigir as leituras da bússola. Nesse mesmo documento, João de Lisboa fornece um mapa celeste em que desenha o Cruzeiro do Sul com

notável precisão. E o piloto de D. Manuel revela que está apenas a descrever estudos efectuados oito anos antes em Cochim, de parceria com Pêro Anes. Quer dizer, segundo a descrição de João de Lisboa já em 1506 os pilotos portugueses destacavam um agrupamento de estrelas a que chamavam Cruzeiro do Sul e já tinham conhecimento do seu valor para a navegação²³.

A descoberta do Cruzeiro do Sul e a exploração dos céus austrais está associada à histórica viagem de Pedro Álvares Cabral e foi escrita com estrelas heráldicas na bandeira moderna do moderno Brasil.

¹ Sobre o simbolismo e história da bandeira brasileira pode consultar-se Raimundo Olavo Coimbra, *A Bandeira do Brasil: Raízes Históricas e Culturais*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1972; Sebastião Ferrarini, *Armas, Brasões e Símbolos Nacionais*, Curitiba, Edições Curitiba, 1983; ou Milton Fortuna Luz, *Os Símbolos Nacionais*, Brasília, Secretariado de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1986.

² Cf. Coimbra, *op. cit.*, secção 3.3.4.

³ Teixeira Mendes, intérprete doutrinário da bandeira, afirma, contudo, que a extensão territorial no hemisfério norte é representada pela inclusão da estrela Prócion de Cão Menor, situada a norte do equador mas a sul da eclíptica, e que o deslocamento da Espiga para norte da faixa se deve a razões estéticas (V. Coimbra, *op. cit.*, secção 3.3.8.13). Teixeira Mendes, no entanto, esqueceu-se de que tanto os estados do Pará (representado pela estrela Espiga), como o de Amazonas (representado pela estrela Prócion) têm território no hemisfério norte (*idem*, 3.3.8.16).

⁴ Cinco outros países incluem esta constelação nas suas bandeiras: Nova Zelândia, desde 1869, Austrália, desde 1901, Samoa, desde 1949, e Papuásia-Nova Guiné, desde 1971.

⁵ Para Teixeira Mendes, a fé católica era uma «crença medieval», característica da «poética imaginação dos nossos avós». Para José Feliciano, a bandeira substitui a Cruz de Cristo por «uma cruz celeste, sem dúvida mais elevada, mais excelsa e maravilhosa» Cf. Coimbra, *op. cit.*, secção 3.3.9.

⁶ E continuam a sê-lo, embora parte da área modernamente atribuída à Ursa Maior mergulhe no horizonte.

⁷ A estrela visível a olho nu que está mais perto do pólo sul celeste é a sigma de Octante, uma estrela de quinta magnitude (5,45) apenas visível em boas condições atmosféricas e, portanto, pouco útil para a navegação.

⁸ Alvise da Cadamosto (c. 1432-1483), navegador veneziano ao serviço do Infante D. Henrique, escreveu, na sua descrição da sua viagem ao rio Gâmbia em 1454: «como continuo a ver a estrela polar do norte, não posso ainda ver a estrela polar do sul ela própria, mas a constelação que procuro é o

Carro [Ursa Maior] do Sub» (traduzido de A. Pannekoek, *A History of Astronomy*, Nova Iorque, Dover, 1989, p. 185).

⁹ Publicada em 1899 por G. E. Stechert com o título *Star-Names and Their Meaning* e reimpressa pela Dover, Nova Iorque, em 1963.

¹⁰ Ver Luciano Pereira da Silva, *A Astronomia de Os Lusíadas*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, pp. 189-213 e *passim*. Trata-se de uma reedição da obra original, incluída na *Revista da Universidade de Coimbra*, volumes II a IV, 1913 a 1915.

¹¹ «Voltei-me à mão direita e pus a mente/ no outro pólo, e aí vi quatro estrelas, / vistas apenas da primeira gente», tradução de Vasco Graça Moura, *A Divina Comédia de Dante Alighieri*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995, onde aparece ainda a nota de pé de página: «As quatro estrelas correspondem às quatro virtudes cardeais (Prudência, Justiça, Força e Temperança)».

¹² V. Pannekoek, *op. cit.*, p. 186 e F. Anglelitti, «Sugli accenni danteschi, alle constellationi ed al moto del cielo stellato da occidente in oriente, di un grado in cento anni», *Rivista di Astronomia*, Turim, VI, VII, 1912 e 1913.

¹³ Literalmente, «amêndoa». Termo utilizado em italiano para descrever a auréola dos santos em ascensão aos céus.

¹⁴ *Op. cit.*, pp. 207-209.

¹⁵ *The Constellations*, Nova Iorque, Doubleday, 1988, p. 363.

¹⁶ Julius D. W. Staal, *The New Patterns in the Sky*, Blacksburg, Virginia, McDonald and Woodward, 1988, p. 247.

¹⁷ *Op. cit.*

¹⁸ Ver, por exemplo, Luís de Albuquerque, *Navegação Astronómica (Astronomia Náutica)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1988, pp. 119-131. Ver também Abraão de Morais, «A astronomia no Brasil», in Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (editores), *História das Ciências no Brasil*, São Paulo, E.P.U., EDUSP, 1979, pp. 81-161.

¹⁹ Ver Elly Dekker, «The light and the dark: A reassessment of the discovery of the Coalsack Nebula, the Magellanic Clouds and the Southern Cross», *Annals of Science* 47, 1990, pp. 529-560.

²⁰ Referindo-se ao desconhecimento das descobertas celestes portuguesas, Dekker, *op. cit.*, refere «*this knowledge never became widely known outside Portugal*» e explica-o pelo «*navigational problem that dominated the intellectual climate in Portugal*», para cuja solução bastou «*a limited knowledge of the southern sky, namely the declination of the Southern Cross*».

No que se refere à história da astronomia dos descobrimentos, é sintomático que a grande parte dos valiosíssimos estudos portugueses deste século nunca tenha visto a luz numa língua científica internacional.

²¹ Albuquerque, *op. cit.*, p. 120.

²² O mapa de Mestre João foi estudado por vários historiadores, nomeadamente Luís de Albuquerque, em *Livro da Marinharia de André Pires*, s/d, pp. 96-97, e Elly Dekker, *op. cit.* A interpretação que se apresenta é um compromisso entre as destes autores.

²³ Ver Silva, *op. cit.*, pp. 200-202.

Brasil: do «descobrimento» à «construção»

Fernando Cristóvão



AS CELEBRAÇÕES CENTENÁRIAS EM QUE O BRASIL está actualmente empenhado costumam ser referidas em Portugal como efeméride de «descobrimento», dentro de um projecto de expansão ultramarina iniciada pelo Infante D. Henrique.

Outra, bem diferente, é a perspectiva actual dos brasileiros e de cada vez maior número de historiadores.

Para eles, as comemorações são do «Brasil – 500 anos», «Os quinhentos anos do Brasil», «500 anos de Língua Portuguesa», etc., conforme anunciam os cartazes de realizações diversas em curso.

Esta dupla perspectiva reflecte não só as diferentes dinâmicas de portugueses e brasileiros no entendimento dos mesmos factos mas, sobretudo, o carácter evolutivo das duas etapas de um único processo histórico.

O historiador Romero de Magalhães, face a alguns equívocos interpretativos da história do Brasil afirma lapidarmente que o que os portugueses descobriram em 1500 não foi o Brasil mas a ilha de Vera Cruz, Terra da Vera Cruz e seus índios, e que só depois, e a partir daí, é que começou a construção do Brasil.

Naverdade, conforme o testemunho de Pêro Vaz de Caminha na sua *Carta*, Pedro Álvares Cabral ao que descobriu «pôs nome o Monte Pascoal, e à terra, a Terra da Vera-Cruz»¹.

O Brasil, enquanto Brasil, só vai tomando existência pouco a pouco com a acção directiva, quase em exclusivo, dos portugueses durante cerca de trezentos anos.

Construção essa que vai integrando primeiro os índios e depois os negros para lá levados como escravos, e que tem nos portugueses os seus maiores obreiros.

Têm por isso muito pouco significado, em termos de construção do Brasil, as diversas hipóteses de descoberta antes de Cabral por outros que teriam aportado às praias de Além-Atlântico. Assim se têm referido os nomes do Alonso de

Desembarque de Cabral em Porto Seguro (estudo), óleo s/ tela, Oscar Pereira da Silva, 1904.
Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (SIGA 006.225).
Fotografia de Paulo Scheuenstuhl.



Ojeda, Vicente Pinzón, Diego de Lepe, ou mesmo de alguns portugueses ousados como os de Duarte Pacheco Pereira e de Bartolomeu Dias e de outros anónimos.

Pegadas essas na areia molhada da praia que se perderam com o empurrar das águas pelas aventurosas naus de Cabral.

Pegadas só registadas na memória histórica ou na imaginação lendária que sempre teve uma auréola de mistério à volta de um grande feito, porque em pouco contribuíram para a construção do país que veio a chamar-se Brasil.

E quanto a uma hipotética descoberta do Brasil, por acaso, cabe aqui citar a judiciosa conclusão de Jorge Couto: *«Em síntese, as variáveis geopolíticas, diplomáticas, económicas, e técnicas referidas apontam incisivamente no sentido de que o “afastamento da frota para o Ocidente estaria no plano imperial da Coroa” pelo que Cabral terá recebido instruções reservadas de D. Manuel I para, no decurso da sua viagem para o Índico, explorar a região oeste do Atlântico Sul, com o objectivo de encontrar o prolongamento austral*

*do continente visitado por Colombo, Caboto e Duarte Pacheco, a fim de aí estabelecer uma escola destinada a apoiar a operacionalidade da rota do Cabo»*².

A outra importante colaboração, a dos estrangeiros, se exceptuarmos as experiências fugazes de franceses e, a mais considerável, a dos holandeses em períodos anteriores, só ocorreu no século XIX, depois de rei português D. João VI abrir o Brasil à emigração de todos os povos. Então, já o Brasil estava formado e assente nas fronteiras mais antigas e sólidas de entre todas as dos países da América Latina.

Para melhor se entenderesse Brasil nascente e o modo da sua construção, importa observar como, da perspectiva dominante portuguesa do «descobrimento», se passou à perspectiva brasileira, e também portuguesa, da construção.

Vamos analisar alguns momentos privilegiados desse processo evolutivo, sobretudo português, através dos textos literários e de alguns documentos complementares e paralelos aos factos históricos. Textos importantes para o que

Descobrimento do Brasil, óleo s/ tela, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo, 1887.
Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (SIGA 000.266).
Fotografia de Paulo Scheuenstuhl.

passaremos a designar por «construção do Brasil cultural».

Através deles se pode ver como narradores, poetas e ficcionistas colaboraram na difusão e maturação das sementes de uma nova realidade nascente, diferente da portuguesa e europeia.

A chegada dos portugueses a Porto Seguro foi um entre muitos outros episódios da expansão portuguesa no mundo, semelhante a todos os outros no ideal que os norteou, no modo narrativo de registar o acontecimento, no lançamento do padrão, na celebração da primeira missa e organização da catequese, no aproveitamento das riquezas encontradas e seu envio para a Metrópole, na promoção das gentes locais.

O ponto de partida tinha sido a conquista de Ceuta, em 1415.

Assim, do mesmo modo que o relato de Pêro Vaz narra o achamento ou descobrimento – palavras sinónimas e da mesma família semântica de outros verbos que significavam a mesma coisa – «buscar», «inquirir», «saber parte» –, outros relatos contam, de maneira semelhante, como se arribou, ainda antes da chegada ao Brasil, por ordem cronológica, à Madeira, às Canárias, aos Açores, ao Bojador, ao Cabo Branco, a Cabo Verde, a São Tomé e Príncipe, a S. Jorge da Mina, ao Zaire, ao Congo, ao Preste João, ao Cabo da Boa Esperança ou à Índia, esta em 1499.

A óptica dos cronistas é sempre a mesma, a de «achamento».

Permitam-nos algumas exemplificações:

Na *Relação* que conta a viagem de Diogo Gomes às costas de África: «*De que modo foi achada a Etiópia Austral a qual se chama Libia inferior [...] agora porém chamada Guiné pelos descobridores portugueses até o dia de hoje, a qual descoberta referiu Diogo Gomes*». No mesmo relato, a propósito das ilhas Canárias: «*Evoltou a caravela anunciando ao Infante a terra descoberta [...] Pouco tempo depois mandou o Senhor*



Pedro Álvares Cabral, em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

Infante uma caravela para visitar e examinar a ilha de Porto Santo [...] e passaram além directamente à ilha chamada Madeira [...] e perto daí outra ilha, agora chamada Deserta; e entre uma e outra acharam o lugar chamado Funtchal».

A propósito dos Açores, vão-se descrevendo as diversas ilhas, no mesmo tipo de linguagem: «descobriram *ali perto outra ilha*»..., etc.

A homogeneidade da linguagem segue de perto o desenrolar de um projecto repetidamente atribuído ao Infante D. Henrique que iria dar grande impulso às navegações desde que foi nomeado Administrador Apostólico da Ordem de Cristo.

Desígnio esse que Zurara, na *Crónica dos Feitos da Guiné*, atribui ao Infante como «*principal obrador destas coisas*» porque enviava os seus navios «por haver de tudo manifesta certidão»³, e que Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo de Situ Orbis* diz ser feito por inspiração divina: «*Deus revelou ao virtuoso infante D. Hen-*

Nau do Descobrimento, óleo s/ tela, Carlos Balliester, 1912. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (SIGA 006.214). Fotografia de Paulo Scheuenstuhl.

rique que descobrisse as Etiópias da Guiné, por seu serviço. E daqui por diante começou o seu descobrimento»⁴.

Assim se manifesta claramente o ideal de cruzada que, depois das viagens para lá do Bojador e das descobertas de Cabo Verde e das Costas da Guiné seria canonizado e encorajado pelas bulas papais de Nicolau V, *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, de 1452 e 1453⁵.

Daí as repetidas afirmações dos cronistas de que os portugueses agiam impulsionados pela fé, sem deixarem de se ocupar do comércio e da expansão territorial.

Particularmente elucidativo, a esse respeito, é a citada *Crónica dos Feitos da Guiné* ao mencionar entre as cinco razões por que o Senhor Infante foi movido de mandar buscar as terras da Guiné «o grande desejo que havia de acrescentar em a Santa Fé de nosso Senhor Jesus

Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar»⁶.

Não surpreende pois que, em vésperas do descobrimento das Terras da Santa Cruz, em 1499, o cronista do *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* à Índia assim se exprima: «*Em nome de Deus, Amen. Na era de 1497 mandou El-Rei D. Manuel, o primeiro deste nome em Portugal, a descobrir; quatro navios...*»⁷.

O mesmo dirá no ano seguinte Pêro Vaz de Caminha que assim inicia a sua *Carta*, empregando quatro vezes a palavra «achamento»: «*Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova*»⁸.

E mais adiante, comentando a inocência dos índios, é de opinião de que deviam ser prontamente catequizados «*segundo a santa tensão de Vossa Alteza de fazer cristãos e crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga [...]. E ele, que por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. E, portanto, Vossa Alteza que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles*».

Aquilo a que podemos chamar a ideologia do «descobrimento» processa-se em duas áreas complementares: no significado histórico contido na palavra descobrir, e no exercício de uma soberania tanto temporal como espiritual.

Na sua longa e erudita nota à palavra «achamento» empregada por Pêro Vaz de Caminha, Jaime Cortesão, ponderando as interpretações opostas de Carolina Michaëlis e Manuel de Sousa Pinto, conclui: «*Para nós, a palavra descobrimento pertence, do mesmo modo que a janela do Convento de Cristo, em Tomar; ao estilo manuelino*».

Traduz, com a mesma ênfase, o mesmo estado de espírito nacional. Perante ela, o modesto, o gótico achamento, tinha que desaparecer subvertido pela linguagem grandiloquente que a nação, desde 1500, começava a falar».



Aliás, deveríamos acrescentar ao comentário de Cortesão que se é certo que a palavra «achamento» foi corrente na última década do século XV e primeiras do XVI, a leitura que fizeram as gerações seguintes não só das palavras «achamento» e «descobrimento» mas das acções que elas significam, foi semanticamente enriquecedora de uma mentalidade e de um desígnio de expansão deliberada e não ocasional.

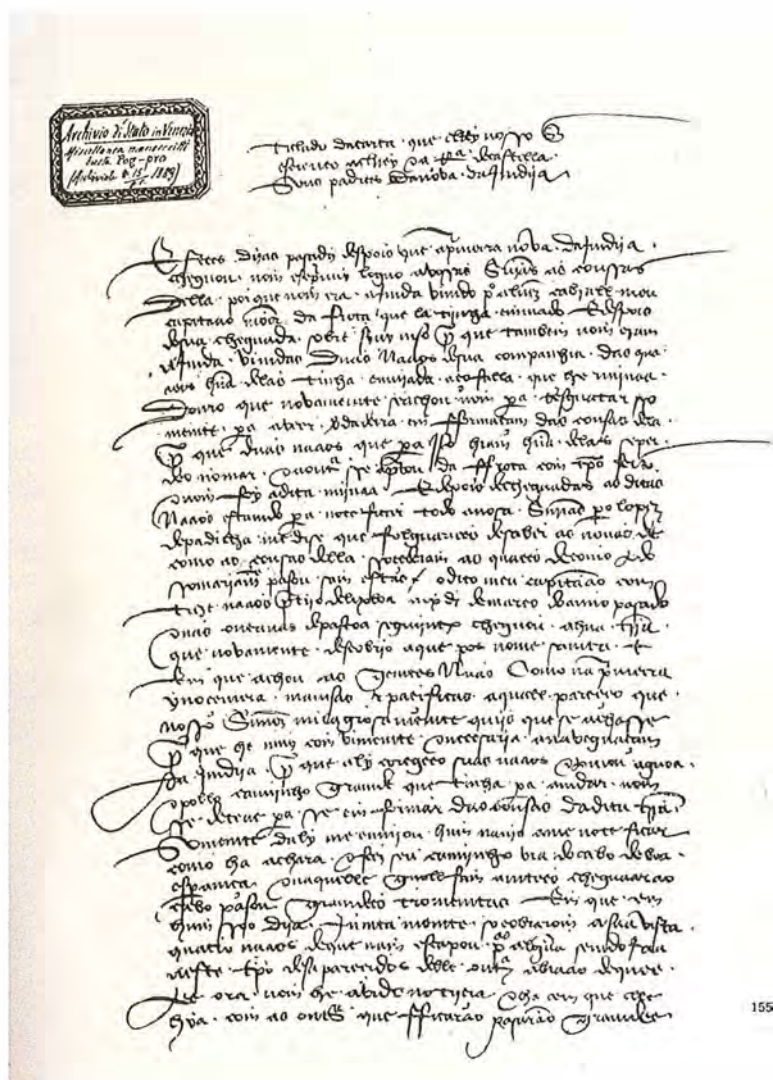
Por outro lado, não faz muito sentido uma certa corrente moderna que visa desvalorizar os Descobrimentos argumentando que também quem é descoberto descobre o descobridor...

Obviamente que há equivalência entre as duas situações no plano meramente psicológico. Mas não no semântico nem no histórico, porque descobrir significa tomar a iniciativa, ter prioridade, assumir a liderança na condução do processo histórico até ao momento em que a relação descobridor/descoberto, dominador/dominado se alterem.

Esta ideologia do achamento – descobrimento reflecte no Brasil os desígnios da Expansão num quadro social e político cada vez mais alargado da expansão europeia, e participa ainda da atitude medieval do maravilhamento diante de realidades inteiramente novas.

Porque a tradição europeia, desde a Idade Média, desenterrava mitos antigos e lhes acrescentava outros novos. Expandir o reino e a cristandade era também encontrar coisas novas maravilhosas ou ver com olhos maravilhados coisas já conhecidas, mas em escala insuspeitada.

Mesmo falando da Índia, por exemplo, esta era a atitude de Duarte Galvão, para quem o descobrimento era a «grande maravilha, o mistério do Achamento [...] nunca esperado nem cuidado pelas gentes [...] assi descobrimento de minas, terras outras, mares, climas, polos e gentes, nunca dantes sabidas, nem de nós conversadas»⁹.



Na Índia como no Brasil não se procuravam só novas terras, também se buscavam maravilhas e espantos porque «com uma bagagem recheada de apriorísticos espantos, os homens partiam em viagem na demanda das mirabilia. Estas eram a essência daquela, aquela a corporização destas»¹⁰.

Em suma, a ideologia do descobrimento era a da colonização da Terra da Santa Cruz, igual a

«Texto português [...] da carta de D. Manuel aos Reis de Castela em que lhes participou o descobrimento do Brasil pela 2ª armada da Índia...», em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

outras colonizações espanhola, francesa ou inglesa.

O sinal mais evidente disto está no facto de os portugueses também chamarem à Terra da Santa Cruz «Nova Lusitânia», tal como os espanhóis chamavam ao México «Nueva Spaña», os franceses ao Canadá «Nouvelle France» e os ingleses aos seus novos territórios «New England»...

Desenvolvendo as terras descobertas feitas colónias, não se descuravam os proveitos da Metrópole em açúcar, mercancia, pau-brasil, ouro e outros valores.

A inversão de perspectiva só vai realizar-se depois, quando os reinóis se encantaram da Terra da Santa Cruz e passaram a hesitar entre a volta ao Reino ou a permanência no local onde já tinham criado raízes e amor, e amores.

Relatando este paradoxo nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, Ambrósio Fernandes Brandão afirma que os colonos sonhavam permanentemente com o regresso, que «*em breve se hão-de embarcar para o Reino*», contudo e como observou José António Gonçalves de Melo que estudou minuciosamente a obra¹¹, «*muitos desses moradores não percebiam, com o desejo que têm todos em geral de ir para o Reino*», que a situação que tinham criado os retinha em definitivo, pelo que o seu regresso era completamente improvável porque muitos já tinham conseguido uma boa situação económica, sobretudo os senhores de engenho. Além disso, a vontade dos mais lúcidos e ilustrados era cada vez mais a de permanecerem no que já era seu.

Essas eram as disposições dos moradores no início do século XVIII no Nordeste, e essas eram também as disposições dos primeiros poetas de Minas Gerais, saudosos das raízes culturais e modelos estéticos portugueses e europeus mas que de tal maneira se enamoraram da terra brasileira que, para a defenderem, enfrentaram a prisão e o exílio.

Cedo, muito cedo, nasceu a vontade de emancipação para se construir uma nova realidade. Naturalmente progredindo por etapas cautelosas.

Primeiro, espontaneamente, com a diversificação dos olhares e dos interesses, depois na opção e aprofundamento das diferenças entre as terras de Santa Cruz e a Metrópole, depois através da reivindicação do direito ao uso da língua portuguesa ao modo brasileiro, depois proclamando abertamente o direito à independência, principalmente política, depois todas as outras: a cultural, a económica, a religiosa, etc.

Com efeito, pode afirmar-se que o processo se iniciou com naturalidade, logo no momento de dar um nome à terra descoberta.

Dar o nome é estabelecer uma relação simbólica com o transcendente, tanto nos diversos sistemas culturais do mundo, como no prosaico ou aparentemente prosaico uso quotidiano, e realizar uma indelével projecção de desejos.

E foi isso que aconteceu logo a seguir ao descobrimento.

Segundo Caminha, o escrivão da armada de Cabral, foi posto à terra o nome de «*Terra da Vera Cruz*»¹². Mas não tardou que as razões da fé fossem substituídas ou, pelo menos, postas em concorrência com as razões e nomenclaturas dos interesses económicos do império, mudando-se o nome para Brasil.

João de Barros na *I Década*, em 1552, lamenta essa substituição, que na sua mentalidade medieval e apologética atribui ao demónio: «*Per o qual nome Sancta Cruz foy aquella terra nomeada os primeiros anos: e a cruz arvoreada alguus durou naquelle lugar*».

Porém, como o demónio per o sinal da cruz perde o domínio que tinha sobre nós mediante a paixão de Christo Jesu consumada nela: tanto que daquela terra começou de vir o pao vermelho chamado brasil trabalhou que este nome ficasse

na boca do povo e que se perdesse o de Santa Cruz [...] admoesto da parte da cruz de Christo Jesu a todolos que este lugar lerem, que dem a esta terra o nome que con tanta solenidade lhe foy posto»¹³...

Também não foi sem uma certa irritação que o humanista Pêro de Magalhães de Gândavo, descendente de flamengos e amigo de Camões, protestou, cerca de 1576, contra a alteração do nome atribuído à terra achada por Pedro Álvares Cabral, pois da designação inicial de «*Terra de Santa Cruz*» passaram à de Brasil.

Alegando que Cabral «*mandou alçar huma cruz no mais alto lugar de uma árvore [...] dando à terra este nome de Santa Cruz: cuja festa celebrava naquele mesmo dia a Santa Madre Igreja, que era aos três de Maio [...] Por onde nam parece rezam que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pao da tinta começou de vir a estes Reinos; ao qual chamam brasil por ser vermelho, e ter semelhança de brasa, e daqui ficou a terra com este nome de Brasil [...] Mas para que nesta parte magoemos ao Demónio que tanto trabalhou e trabalha para extinguir a memória da Santa Cruz e desterra-la dos corações dos homens [...] tornemos-lhe a restituir seu nome e chamemos-lhe Província de Santa Cruz, como no príncipio*»¹⁴.

Por estes e outros protestos contra a alteração do nome passou a nova fronteira que separava o ideal português do descobrimento e extensão territorial e da dilatação da fé, e o ideal nascente brasileiro da formação de uma nova mentalidade, de uma nova realidade, de uma nova nação.

A Idade Média do passado, cedeu lugar a um Renascimento de modernidade, em que outra era a hierarquia dos valores que agora assumia a liderança da História.

Uma nova cultura estava em marcha, substituindo-se progressivamente à antiga.

E, nessa tomada de consciência de algo novo e diferente, os intelectuais reinóis, isto é, portugueses abasileirados, tomaram a dianteira, em três frentes principais, no campo cultural: na consideração das peculiaridades do novomundo brasileiro considerado igual ou superior ao português e europeu, em muitas coisas; na reivindicação de um modo de usar a língua portuguesa a que alguns, impropriamente, já apelidavam de brasileira, e de uma literatura de inspiração local e nacional que se autonomizasse da portuguesa; no assumir consciente não só da realidade étnica da miscigenação, mas de uma cultura mestiça diferente das culturas europeias que lhe deram origem, procurando caminhos próprios.

Na verdade, ao mesmo tempo que senhores e escravos dos engenhos, garimpeiros e bandeirantes faziam os seus negócios de pau-brasil, açúcar, pedras, ouro e de outros valores, os cronistas e poetas ligavam os seus textos à terra e procuravam nela, na sua exuberância tropical, e na sociedade tumultuosa e miscigenada da colónia temas e motivos para a sua escrita.

Mas, ainda antes das primeiras manifestações culturais significativas de uma diversidade assumida e aprofundada, a primeira grande passagem do «descobrimento» para a «construção» vai dar-se precisamente no domínio religioso.

Todo o território brasileiro estava, sob o ponto de vista da administração eclesiástica, dependente da Diocese do Funchal, desde 1514, mas não tardou que, a pedido dos próprios jesuítas, fosse criada a primeira Diocese brasileira.

Foi em 1551 que o Papa Júlio III criou a de Salvador da Bahia (a de Goa já tinha sido criada dezoito anos antes, em 1533). Depois desta, outras surgiram: a do Rio e a de Olinda, em 1676, a do Maranhão em 1677, todas elas criadas em função de uma organização local considerada mínima ou suficiente, que foi preciso criar antes.

Assim, a forte e irradiante acção civilizadora das missões, especialmente através dos colégios e outras escolas, passou a ser de iniciativa brasileira, bastante autonomizada em relação à Metrópole, apesar de tributária da mentalidade do «Padroado».

E, no seguimento desta autonomização, outras foram ganhando coragem para se afirmarem.

Assim, entre os primeiros desembarcados na terra com intenções de lá permanecerem, os jesuítas salientaram-se pela prudência e sentido prático. Porque, se a paisagem tropical reverberava reflexos do Paraíso, nem por isso os indígenas manifestaram a inocência de Adão e Eva como julgava Pêro Vaz de Caminha na sua carta.

Preocupados com a evangelização e respectiva catequese, acima de tudo, os textos das suas cartas-ânua e tratados eram bastante severos na apreciação dos índios, censurando-lhes, especialmente, a idolatria, a antropofagia, a promiscuidade e a embriaguez.

Contudo, um outro jesuíta, Fernão Cardim, homem de agudo sentido antropológico, percebeu rapidamente que isso não era tudo, descrevendo os ameríndios, nos seus três *Tratados*, de maneira diferente, ao mesmo tempo simpática e ingénua. Perspectiva esta que iria, mais tarde, dar corpo à teoria do «bom selvagem» desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau.

Cardim encantou-se pela terra, louvando e descrevendo minuciosamente a fauna e a flora desse El-Dourado cheio de promessas.

Com alguma ousadia poética, o cristão-novo Bento Teixeira, que só não é o primeiro poeta da Literatura Brasileira, como muitas vezes se disse, preconceituosamente, porque Anchieta se antecipara (e nem por ser religiosa a sua poesia é menos poesia, e ele menos poeta), intensificou a ligação dessa região do Novo Mundo à grande tradição mitológica e classicista europeia.

Com efeito, em versos camonianos elogiou a cidade de Olinda na sua *Prosopopeia*, de 1601, fez reunir um Concílio dos Deuses nas lages batidas pelo mar verde e calmo do Recife. Além disso apelidou o Pernambuco, sabe-se lá com que ambiguidade, de «Nova Lusitânia», designação que tanto servia para afirmar a continuidade da Metrópole no Novo Mundo, como para marcar a diferença tropical.

Entre a saudade da metrópole e o amor à nova pátria, os colonos balanceavam as suas predilecções e ponderavam vantagens e percas.

Não surpreende, por isso, que em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, também ele, presumivelmente, cristão-novo, tenha escrito os seis *Diálogos das Grandezas do Brasil* em que duas personagens, Alviano e Brandónio – este o seu mais directo alter-ego –, debatem e contrastam os valores de Portugal-Europa e Brasil em termos de viabilidade ou não, de superioridade ou inferioridade.

Tal como na tradição clássica dos diálogos, de Platão por exemplo, uma personagem levanta problemas, dúvidas e objecções e a outra responde valorizando a tese contrária.

Aliás, sendo claro que Alviano é pretexto para as explicações e louvores de Brandónio, não é menos claro que ele diz em voz alta aquilo que muitos murmuravam em voz baixa, e a sua adesão incondicional às justificações de Brandónio são mais produto de um processo de propaganda para atrair colonos, do que uma conclusão lógica.

No desempenho do seu papel de dizer mal da terra brasileira, Alviano, português acabado de chegar da metrópole, queixa-se de que a terra é demasiado ruim, de que, apesar da propalada abundância estava tudo muito caro, havia demasiadas doenças entre os habitantes, que os portugueses do Brasil estavam a ser menos ambiciosos que os espanhóis das Américas, faltavam mantimentos de «regalo» e, sobretudo,

teria sido aposta errada optar pelo desenvolvimento da agricultura em vez de se fazer aturada exploração do ouro e dos diamantes, como fizeram os espanhóis.

Aliás, esta última ideia é uma ideia fixa em Alviano, pois os diálogos iniciam-se abruptamente com uma pergunta dele a Brandónio para saber se o que ele tem nas mãos são diamantes e rubis, ao que ele responde serem uns frutos desconhecidos cuja utilidade procurava descobrir.

Insiste Alviano, contra essa predilecção pela agricultura, argumentando que os que regresam da Índia voltam ricos, e os do Brasil vêm pouco mais que pobres, porque *«o estilo que todos os homens de bom entendimento guardam, porque os tais pretendem sempre ter uma parte da sua fazenda em pedraria, pela grande estimação em que está tida para com o mundo, por ser cousa que em qualquer parte, por pequena que seja, se pode esconder e salvar sem ser achado»*¹⁵.

Também André João Antonil é deste parecer, porque na sua *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de 1771, se queixa de que *«houve sempre bastante descuido de as descobrir, e de aproveitar-se delas: ou porque contentando-se os Moradores com os frutos que dá a Terra abundantemente na sua superfície, e com os peixes que se pescam nos Rios grandes e aprazíveis de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem abrir àquela as entra-nhas, como persuadir a ambição insaciável a outras muitas Naçoens»*¹⁶.

Queixas e recriminações estas que se integram numa outra lógica colonizadora que já vinha, aliás, de Pêro Vaz de Caminha e de tantos outros que não cessavam de fazer perguntas aos naturais sobre se havia ouro.

É perante estas objecções e argumentos semelhantes que Brandónio constrói a sua apo-

logia, querendo demonstrar, ponto por ponto, que essas razões são falsas, e que tanto o processo de aproveitamento da terra, como o da construção de uma nova sociedade no trópico é mais positivo do que a extracção de riquezas que são levadas para fora do país e pouco aproveitam para os seus naturais.

Brandónio vai, por isso, distribuir os seis capítulos dos seus diálogos pela exaltação das actividades económicas do Pernambuco, que enumera por ordem de importância como sendo: a lavoura do açúcar, a mercancia, a extracção do pau-brasil, o algodão e as madeiras, a lavoura de mantimentos e a criação de gado, acrescentando no final que *«de todas estas cousas, o principal nervo e substância da riqueza da terra é a lavoura dos açúcares»*.

E como em resposta directa a um outro tipo de colonização de presa e saque, como foi em parte a holandesa, ou mesmo alguma nossa na Índia, e o da exploração do ouro e das pedras preciosas, acrescenta: *«Os homens da Índia, quando de lá vêm para o Reino, trazem consigo toda quanta fazenda tinham, porque não há nenhum que tenha lá bens de raiz, e se os têm são de pouca consideração, e como todo o seu cabedal está empregado em cousas manuais, embarcam-nas consigo, e do preço porque as vendem no Reino compram essas rendas e fazem essas casas. Mas os moradores do Brasil toda a sua fazenda têm metida em bens de raiz, que não é possível serem levados para o Reino, e quando algum para lá vai os deixa na própria terra»*.

Deste modo, em Alviano e Brandónio se confrontam duas teses: a dos que vão ao Brasil para regressar com algumas riquezas fáceis que só a eles aproveitam, e a dos que no Brasil enraízam cada vez mais as riquezas que criam para proveito de todos.

E tão enraizadas são essas riquezas, que os próprios colonos criadores delas, também eles se enraízam e integram como pilares fundadores da

«Singraduras da armada de Pedro Álvares Cabral desde o dia 22 até ao dia 25 de Abril de 1500», em Carlos Malheiro Dias (org.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 1923, vol. II. Reprodução fotográfica de Isabel Rochinha.

mel excelentíssimo e de manteiga maravilhosa, de que se aproveitam seus moradores com pouco trabalho».

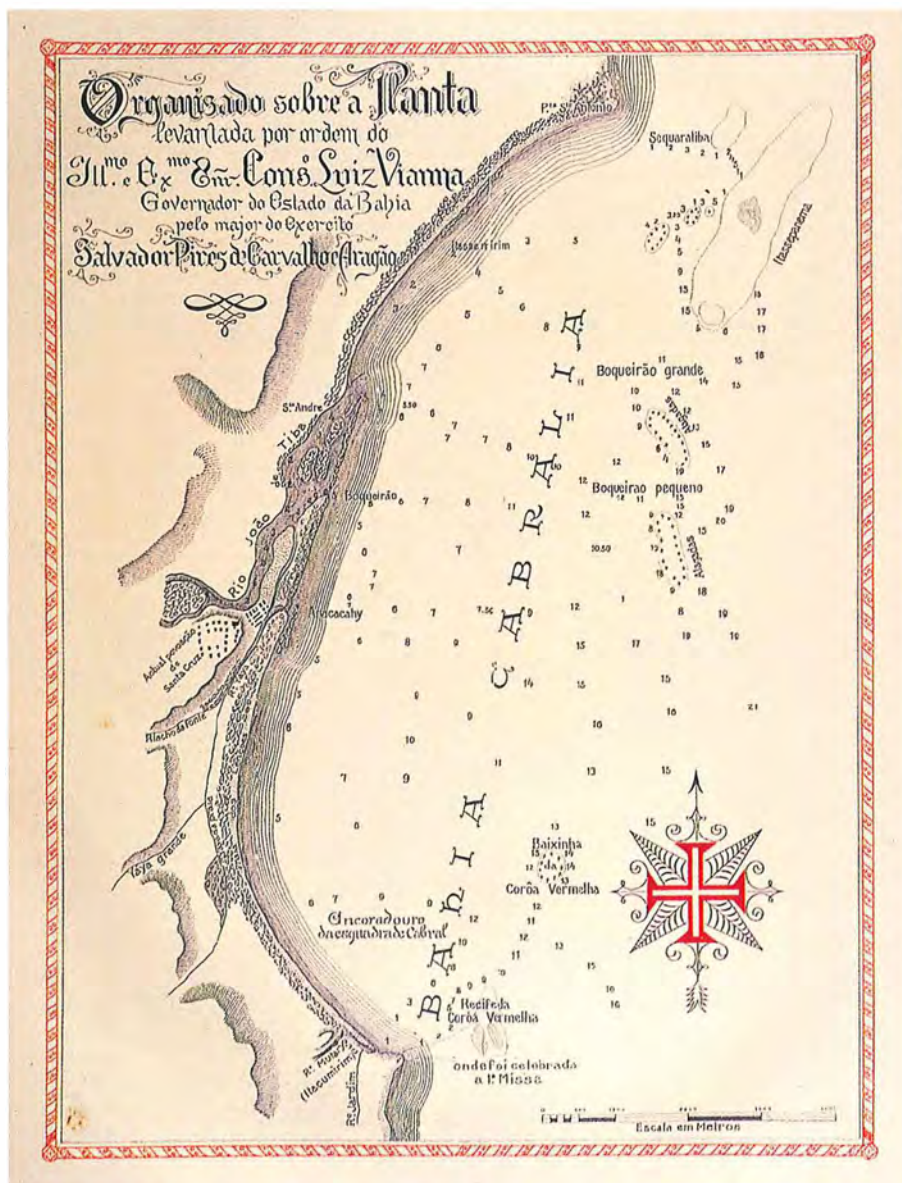
Mas Manuel Botelho de Oliveira ainda consegue ir mais longe explorando o sentimento de exaltação ufanista que já vinha de trás, no seu poema «Ilha de Maré» sobre o recôncavo da Bahia, descrevendo a fartura e a beleza em termos barrocos de formas e coloridos sensuais e eróticos, sobretudo das frutas: as pitangas, as pitombas, os ananases, as bananas, o maracujá, a mangava...

*As romãs rubicundas quando abertas
À vista agrados são, à língua ofertas,
São tesouro das grutas entre afagos,
Pois são rubis suaves os seus bagos.
As frutas quase todas nomeadas
São do Brasil, de Europa trasladadas,
Porque tenha o Brasil por mais façanhas
Além das próprias frutas, as entranhas.*

De notar que, neste poema, ganham grande intensidade e intencionalidade as diversas dicotomias dos nomes, dos pronomes e dos advérbios vincando cada vez mais a diferença, ou mesmo a oposição, entre o novo e o velho mundo, o Brasil e Portugal/Europa, os de cá e os de lá... Com o avançar dos anos crescem as ousadias.

Em Rocha Pita, na sua *História da América Brasileira*, de 1730, não sabemos quando é que estamos a ler o poeta barroco que também foi, ou o historiador, porque os ditirambos laudatórios até já falam em «pátria» com um sentimento que ultrapassou o sentir lusitano.

Assim começa o primeiro capítulo: «Do novo mundo, tantos séculos escondido e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hannon com as suas navegações, Hercules lybico com as suas columnas, nem Hercules Thebano com as suas empresas, é a melhor porção do Brasil: vastíssima região, felicíssimo terreno em



cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o ambar mais selecto; admirá-

vel o país, a todas as luzes rico ande prodigamente e profusa a natureza se desentranha nas férteis produções [...]

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes [...] é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto...»¹⁸.

Este sentimento ufanista de orgulho pela terra vai, a partir da segunda metade do século XVIII, alargar-se e tornar-se colectivo, sobretudo a partir do Estado de Minas Gerais, por razões bem palpáveis.

Já por volta de 1678 andavam os bandeirantes de Fernão Dias Pais à procura de prata e esmeraldas. Mas quando verdadeiramente a febre do ouro teve início foi quando se encontrou ouro em abundância, em 1713, e quando pouco depois, também no arraial do Tijuco se encontraram, em 1727, os tão desejados diamantes.

Toda esta prosperidade contribuiu para que, ao lado da velha classe rural dos engenhos de açúcar, do cultivo do algodão e do tabaco baseada num sistema de senhores e escravos, viesse a criar-se uma outra classe média, de tipo urbano, de artesãos e outros profissionais livres.

Criadas assim novas condições sociais e económicas, puderam então florescer as letras e as artes e aumentarem as tais ousadias poéticas, até aos desejos ou projectos de emancipação e, mais tarde, de independência.

Foi esse o tempo e o lugar em que nasceu e trabalhou o mulato António Francisco Lisboa, conhecido pelo apelido carinhoso de «Aleijadinho», filho de um arquitecto português e que se revelou também um genial arquitecto, ornamentista e escultor, cuja obra prima de escultura, as setenta e seis estátuas do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, de Congo-

nhas do Campo, figurando cenas da Paixão e profetas, é ainda hoje a glória da arte brasileira.

Tempo e lugar em que surgiu um conjunto de poetas que ainda hoje se afirmam, alguns deles, como dos mais relevantes de toda a poesia brasileira, e que levaram longe, quer a glorificação da terra brasílica, quer a diferença, em relação à metrópole portuguesa.

De tal maneira que desta época, simbolicamente assinalada pelo ano de 1750, se pode datar o início da Cultura e da Literatura Brasileiras como autónomas e independentes.

É que já nesse tempo, e dentro do conceito do «arquipélago cultural», lançado por Viana Moog, existia um sistema cultural e literário em que era possível identificarem-se os emissores (os autores e os artistas), as mensagens estéticas (livros e obras de arte), os receptores formados por um conjunto de leitores e de apreciadores das mensagens estéticas.

Público esse formado, essencialmente, por clérigos, funcionários administrativos e judiciais, militares graduados, colonos ilustrados, índios ou negros assimilados.

Em tal círculo de erudição, ainda que restrito, conhecia-se o latim e o grego, para além da língua geral, apreciavam-se os clássicos, antigos e modernos, discutiam-se as ideias da Revolução Francesa e os ideais da independência americana.

Ainda não se estava na época do ensino primário e secundário generalizado e obrigatório, que também não existia nas outras colónias e até na Europa andava lentamente, mas não faltavam as escolas e os colégios dos Jesuítas e de outras ordens religiosas.

Mesmo no Brasil independente, no final do século XIX, em 1879, no Rio de Janeiro que era o lugar de maior alfabetização, só existiam 1200 alunos nas escolas primárias, e o ensino secundário só ganhou algum significado durante o tempo do Segundo Reinado¹⁹.

Quanto ao ensino superior, diferentemente do que ocorreu na América espanhola, só se começou a organizar depois da deslocação da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, com D. João VI, em 1808, ao passo que em 1551 já existia uma Universidade no México e outra no Perú.

O mesmo ocorreu com os prelos da imprensa, só oficialmente consentidos no Brasil depois de 1808 com a fundação da Imprensa Régia.

Mas, em toda essa questão há um paradoxo, ou enigma: não havia Universidade mas não faltaram universitários e doutores; não havia imprensa mas os autores escreviam, as Academias prosperavam, os livros circulavam.

Sobre isto vale a pena fazer algumas perguntas:

Por que razão é que os portugueses que não promoveram estudos universitários ou prelos de imprensa, ou até chegaram a impedi-los no Brasil, introduziram na Ásia os prelos de Gutemberg e outras grandes conquistas da ciência ocidental?

Por que motivos os portugueses fomentaram tão cedo em Goa os primeiros estudos de medicina e farmacopeia pela notável acção de Garcia da Orta que foi para a Índia em 1534 e lá permaneceu 30 anos, estudando, revelando à Europa a existência de doenças por ela desconhecidas, tais como a cólera, e abundantemente dissertou sobre farmacopeia índica, no seu *Colóquios dos Simples, e Drogas e Cousas Medicinais da Índia*, impresso em Goa, em 1563?

E qual o motivo por que montaram na Índia a primeira oficina de impressão, em toda a Ásia, em 1557 e o não fizeram no Brasil?

Quais as razões que teriam levado os mesmos portugueses, através dos jesuítas também, a introduzirem a medicina ocidental mais avançada no Japão, em 1557, tendo montado em Oita, em 1591 um hospital aonde era praticada a cirurgia e se combatia a lepra, e o não fizeram no Brasil?

E por que se adiantaram aos outros europeus, fazendo trazer, na Embaixada dos Príncipes, para o Japão, o material necessário para a montagem de uma tipografia em 1591, e também o material necessário para a observação dos fenómenos meteorológicos?

E porque construíram eles um Observatório astronómico em 1612, e fundaram uma Academia de Matemática e Astronomia para se fazerem observações astronómicas, e não o fizeram no Brasil?

E porque é que, no século XVII ainda, entre os mais ilustrados astrónomos e matemáticos convidados para a Corte de Pequim, estavam vários jesuítas portugueses como «presidentes da Matemática», estudando eclipses e outros fenómenos de cujas ocorrências dependiam toda a vida religiosa e social do Imperador e do povo chinês, e não desenvolveram, de igual modo essas ciências no Brasil?

E porque introduziram esses mesmos caracteres tipográficos e suas oficinas na China e em Macau em 1588, tendo-se procedido logo à impressão de livros, e isso não aconteceu no Brasil senão depois de 1808?

Para adensar o enigma, nesse dourado século XVIII brasileiro de Minas Gerais onde nasceu a literatura brasileira, com essa plêiade de poetas épicos e líricos (Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, etc.) e onde não havia universidade, ocorre o seguinte paradoxo: estavam a formar-se na Universidade de Coimbra, 1753 jovens, mandados do Brasil para ali prosseguirem os seus estudos, segundo se encontra assentado nos registos da Universidade²⁰.

Com as escolas superiores, criadas, a partir de 1808, outras medidas de grande alcance foram tomadas: a criação do Jardim Botânico, o Real Arquivo Militar e, sobretudo, a Real Biblioteca de mais de 60 000 volumes que o rei levava consigo de Lisboa para o Rio, e o gabinete de instrumentos de Física e Matemática²¹.

Terão estas políticas e estratégias culturais, diferentes da política espanhola para as Américas, e da portuguesa para a Ásia, algo a ver com a unidade conservada do território brasileiro desde os tempos coloniais até hoje, em contraste flagrante com a implosão do império espanhol que se partiu numa vintena de bocados, que outras tantas são as nações latino-americanas de língua espanhola?

Mas voltemos ao dourado século XVIII de Minas Gerais sem rede de ensino primário e secundário, sem universidade, sem tipografias, mas onde abundavam doutores e eruditos, e onde os livros antes de serem impressos em Lisboa ou no Porto e para ali reenviados, eram lidos em folhas manuscritas que passavam de mão em mão.

O tempo era o das Academias imitadas da Europa, particularmente da dos Generosos e dos Singulares, de Lisboa, e em que o gosto reinante era o Arcádico que, reprovando os excessos do Barroco, preconizava a simplicidade.

Simplicidade que não conseguia escapar ao artificialismo convencional do modelo mediterrânico e europeu perfeitamente desadequado ao Brasil, mas culturalmente tão prestigiado que a elite intelectual só pouco a pouco teve a coragem de o ultrapassar.

Como em Lisboa, na Academia Brasílica dos Esquecidos da Bahia, e nas outras que por todo o Brasil pulularam, a cena era sempre a mesma: vários pastores que ora sopravam suas avenas, ora carpiam seus amores infelizes, ora tocavam mansas ovelhinhas, num aprazível *locus amoenus* em que havia sempre um verde prado, um regato murmurando por entre renques de faias, plátanos e choupos, a repetirem as figuras e gestos de Teócrito, Virgílio, Anacreonte ou Tasso.

Apesar disso, mesmo os mais respeitosos observantes do cânone pastoril, como Cláudio Manuel da Costa, sempre que podiam, introduziam elementos locais nos seus versos.

Com a desculpa de não ter à mão o Tejo, o Mondego ou o Lima, o próprio Cláudio compôs a «Fábula do Ribeirão do Carmo» e «Vila Rica», e não deixou de evocar a rigidez e braveza dos ribeirões nativos.

E Tomás António Gonzaga, nas suas líras de *Marília de Dirceu*, mesmo obcecado pelos amores de Marília, não se conteve que não nos desse uma autêntica pintura poética do verdadeiro Brasil, que não era o do prado ameno e das ovelhinhas, mas do trabalho escravo, do corte da cana, da mineração e garimpagem, do labor árduo das fazendas de gado.

E ainda mais atrevidos e subversivos em relação às normas arcádicas foram Teófilo Otoni ao evocar as «*barras d'oiro [de] chapeada burra*» que um pastor possuía, e Silva Alvarenga, o poeta de *Glaura*.

Neste poema, em vez das tradicionais faias, cedros, choupos, etc., as árvores poéticas da sua pastoril são as nativas: a mangueira, o cajueiro, o jambeiro, a laranjeira...

E alguns pastores, em vez de oferecerem aos seus benfeitores os triviais leite e queijo já faziam ofertas de maior vulto.

Por exemplo, o pastor Almeno, do poeta Manuel Joaquim Ribeiro

*que n'umas ricas minas
Dominava, era o senhor...
Qu'em cintados cofres tinha
Guardadas pedras brilhantes,
Braçadas de barras de oiro,
Mãos cheias de diamantes
Tudo, Almeno, tú lhe deras*²².

Outros exemplos poderíamos aduzir apontando a mesma transformação estética.

Os poetas arcádicos, ao forçarem aí uma mudança, na opinião autorizada do historiador literário e crítico José Veríssimo, estavam a estabelecer a transição de uma fase puramente portuguesa para uma outra, brasileira. E, referindo-

-se à autonomia política: «*sem embargo da sua formação portuguesa, e do seu apego e respeito às tradições espirituais da metrópole, os poetas brasileiros das últimas décadas do século XVIII foram, com a espontaneidade que lhes explica a distinção, os intérpretes de tal sentimento*»²³.

Insista-se em que foram os colonos do século XVIII mineiro, tal como os estudantes brasileiros em Coimbra, Montpellier e Bordéus, ou os poemas destes árcades que prepararam a conspiração da Inconfidência Mineira que, mesmo não passando de uma conspiração, tornou possível os passos futuros. Dinamismo independentista amortecido pela ida da Corte de D. João VI para o Rio e pelas medidas de grande progresso e descompressão social que acarretou, mas que nunca deixou de ser um processo em aberto a exigir uma conclusão.

Mas este crescendo de contradições entre a aceitação dos cânones e das instituições culturais e políticas portuguesas, e as sua rejeição, não podia durar mais tempo, e à autonomia cultural conseguida no meio do século XVIII veio juntar-se, em 1822, a independência política. E a ambas as emancipações o Romantismo de Oitocentos acrescentou ganhos consideráveis na definição e consolidação da identidade nacional e do abasileiramento progressivo das instituições.

Com efeito, o Romantismo foi também de importância vital para a construção cultural do Brasil.

É que não bastava serem os escritores e outros agentes culturais diferentes ou indiferentes aos portugueses, nem mesmo o facto de já terem nascido na terra brasileira.

Era preciso que o tal «*instinto de nacionalidade*», de que falaria mais tarde Machado de Assis, os fizesse «*homens do seu tempo e do seu país*».

Esse papel vai caber em especial, aos escritores românticos e, particularmente, ao roman-

cista José de Alencar, figura emblemática e exemplar, muito injustiçada no seu tempo, na conturbada viragem do Romantismo para o Realismo.

José de Alencar foi, indubitavelmente, o grande construtor desse movimento de tornar o Brasil brasileiro, obviamente, com todas as qualidades e defeitos próprios do Romantismo e da conjuntura social e política do seu tempo.

Precisamente pela função inovadora que desempenhava, e mais do que por acção de Gonçalves de Magalhães e de outros românticos, porque esteve sempre no centro do furacão das controvérsias e polémicas que caracterizaram o século XIX brasileiro, várias delas tendo o por objecto principal.

Esse foi o tempo das discussões sobre o purismo ou brasileirismo da língua, da questão da nacionalidade, das questões religiosas e laicas, do lugar ocupado por Portugal na cultura europeia, do valor dos clássicos e dos modernos, do valor ou falta dele em escritores e obras literárias...

Foi o tempo das polémicas da *Minerva Brasileira* de Santiago Nunes Ribeiro e de Cunha Barbosa; da *Confederação dos Tamóios* envolvendo Alencar, D. Pedro II, Porto Alegre e Alexandre Herculano; das *Questões do Dia* de Franklin Távora, Castilho e Alencar; também das polémicas de Carlos de Laert, Camilo Castelo Branco e Valentim Fernandes, de Alencar e Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero e Teófilo Braga, de Júlio Ribeiro e de Sena Freitas, de Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, de Tobias Barreto contra os padres do Maranhão, etc., etc.

Como é visível, no meio destas tempestades intensificadas pelas lutas visando a abolição da escravatura, em que também Alencar esteve envolvido embora no lado pior, o seu projecto de criação ou reformulação da cultura literária processou-se segundo um plano grandioso, destinado a retractar e divulgar o Brasil brasileiro.



Frontispício da *História da Província de Santa Cruz* a que vulgarmente chamamos Brasil, de Pero Magalhães de Gândavo, 1576, Biblioteca Nacional, Lisboa.

Pouco importa que o projecto, enquanto tal, tenha sido anterior ou simultâneo em relação à obra, porque foi realizado, e eficaz nele e nos seus seguidores.

Apresentou-o o romancista no prefácio ao romance *Sonhos d'Ouro*, escrito em 1872, onde eram considerados três grandes painéis de ficção romanesca: o histórico, tendo como assunto a vida primitiva dos índios, em especial, a apre-

sentação das verdadeiras paisagens dos trópicos, a evocação das lendas nativas e figuras que se projectaram no imaginário colectivo. Surgiram assim os romances *O Guarani*, *Iracema*, *Ubirajara*.

O urbano, tentando surpreender o ambiente social, burguês, feminino da cidade e da corte, os contactos com os estrangeiros, em obras como *Cinco Minutos*, *Viúvinha*, *Diva*, *Lucíola*, *Pata de Gazela*.

O do romance regionalista em que as diversificadas regiões culturais brasileiras são apreendidas na sua tipicidade e contraste, evidenciando-se nela os diversos tipos humanos que ficariam, sobretudo depois, como símbolos do homem brasileiro: o sertanejo, o gaúcho, os naturais da região fluminense do planalto paulista...em romances como *O Sertanejo*, *o Gaúcho*, *O Tronco do Ipê*, *Til...*

Deste modo, pela grande aceitação dos leitores se criaram não só caminhos futuros da ficção brasileira ainda hoje de grande autenticidade, mas sobretudo uma mitologia nacional de engrandecimento e reconhecimento antropológico que levariam mais tarde o conde Celso a empregar, como título de uma obra sua, uma frase que passou a ser emblemática: «*Porque me ufano do meu País*».

E dentro desta mitologia nacionalista, intensamente participada na primeira fase da independência, sobressai o mito por excelência, o do índio, como antepassado pretensamente mais autêntico do povo brasileiro que, apesar de desmistificado posteriormente, ainda continua a inspirar hoje os grupos indigenistas mais radicais que nem sequer ainda atentaram na teoria, cada vez mais provável, de os mais antigos habitantes do Brasil poderem ser negróides...

O outro grande contributo alencariano, foi o da reivindicação de um uso brasileiro da língua portuguesa através não só da adopção de certos vocábulos, metáforas e imagens, coloca-

ção dos pronomes e artigos, mas também de um outro ritmo e cadência, mais de harmonia com o falar das gentes do trópico.

Não cabe aqui a história dessas polêmicas entre os guardiões do purismo linguístico lusitano, Castilho e Pinheiro Chagas em especial, e o autor de *Iracema*.

Basta-nos citar uma das razões de Alencar, para aquilatarmos da justeza da sua pretensão.

Assim, na famosa carta ao Dr. Jaguaribe, a propósito da escrita de *Iracema*: «*Este livro é, pois, um ensaio ou antes mostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da Literatura Nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. [...] Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós escritores brasileiros do crime de insurreição contra a gramática da nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!*»

Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal existe no Brasil, é facto incontestável. Mas em vez de atribuir-nos a nós escritores essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o gene dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse «ignorante sublime» como lhe chamou²⁴.

Não possuía Alencar, como também não Pinheiro Chagas, os conhecimentos da ciência linguística que, entretanto, se formou, para saberem distinguir entre uma norma diferente de falar uma mesma língua e a criação de uma língua nova.

Mas entre os dois é Alencar quem tem mais razão, ao constatar e reivindicar o que a Linguística reconhece como prática legítima e normal em qualquer língua em que a extensão territorial e as diversas tradições culturais e sociais criaram naturalmente a variedade: que dentro de um mesmo sistema linguístico

podem conviver variantes diversas que não só não prejudicam mas servem a unidade da língua comum.

Em 1757, o despotismo esclarecido do Marquês de Pombal proibiu o uso oficial da língua geral dos índios e impôs o Português, que assim mais facilmente se tornou a principal língua materna do Brasil.

Mas essa não foi só uma decisão portuguesa, porque se tornou também uma decisão brasileira.

Até porque, apesar da especulação excessiva que se fez acerca do contributo linguístico do tupi e das línguas africanas julgando-o elevado e modelador, os linguistas brasileiros já demonstraram que assim não aconteceu, não havendo fundamento para se falar de uma «língua brasileira».

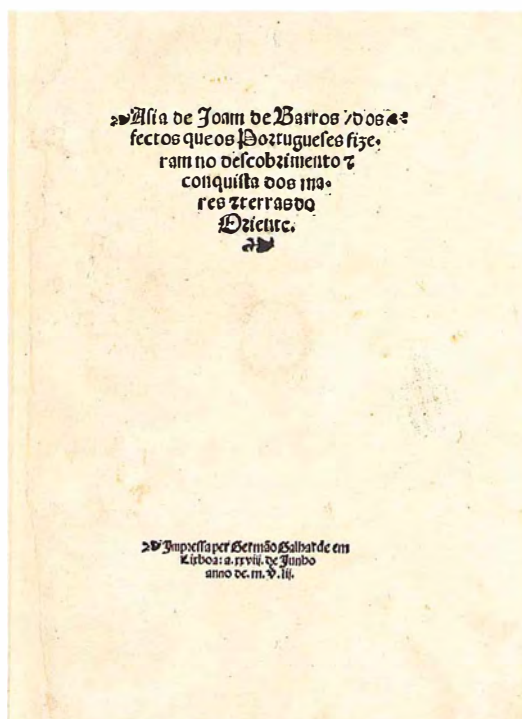
Assim o afirmou e demonstrou, ainda antes de Paul Teyssier, Serafim da Silva Neto.

Conforme foi insistentemente sublinhado no recente Congresso «500 Anos de Língua Portuguesa» realizado em Julho passado no Rio de Janeiro e reafirmado por um linguista de renome internacional, Eugénio Coseriu, e pelo Presidente Brasileiro do Simpósio e da Academia Brasileira da Filologia, Prof. Lodegário de Azevedo Filho, apoiado na grande tradição dos linguistas brasileiros (Barbosa Lima Sobrinho, Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, António Houaiss...) o Brasil do século XIX fez definitivamente sua a língua portuguesa.

Lapidariamente, António Houaiss no seu ensaio *O Português no Brasil* afirma: «*sejamos diretos: não escondemos a convicção de que a nossa é a língua portuguesa, porque é de quem a fala a partir do nascimento – o que é dito como língua vernácula*»²⁵.

E Celso Cunha: «*Essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem*

Ásia de Joam de Barros / dos Factos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, João de Barros. Lisboa, Germão Galharde, 1552.



no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura»²⁶.

Com o reconhecimento e consolidação de uma literatura genuinamente nacional e de uma variante própria, legitimamente dentro da língua portuguesa, o Romantismo ainda contribuiu para o grande edifício da cultura com a criação do teatro e do jornalismo que tão importante papel iriam desempenhar na vida social e política.

Com os contributos do Romantismo se pode afirmar ter ficado assegurado e autónomo o Brasil cultural. Devendo-se ainda acrescentar que essa construção tem resistido satisfatoriamente a outras dinâmicas, quer as resultantes da natural evolução das ideias, quer as decorrentes de outras alternativas políticas e culturais.

Quanto às primeiras, que fizeram transitar o Brasil do regime monárquico, da tradição patriarcal e católica, de um certo ruralismo con-

servador para uma nova ordem de regime republicano, materialismo positivista, realismo literário, elas se processaram com a normalidade das transformações sociais que embora abalando o edifício nacional, não só não o abateram, mas o aperfeiçoaram.

Quanto às segundas, também vieram provar que a estrutura da nacionalidade estava sólida, capaz de integrar com sucesso contributos ainda que muito diferentes dos tradicionais.

É este tipo de questões, algumas delas já abordadas nas polémicas anteriormente citadas, que o jurista, escritor e diplomata Graça Aranhavai debater no romance *Canaã*, de 1902, dando visibilidade a um mal-estar social e político que precisava de ser exorcizado ou dominado: o da turbulência autonomista e separatista de certas colónias de emigrantes, nomeadamente dos alemães dos estados do Sul, resultante da abertura das fronteiras decretada por D. João VI.

O mal-estar era local, porque os brasileiros natos se sentem discriminados e desprezados como raça inferior, mas também nacional, na medida em que nessas colónias teutónicas havia demasiadas aspirações a fazer delas uma nova Alemanha, tanto mais que a língua ali mais falada era o alemão, e até o ordenamento urbanístico seguia os modelos da pátria-mãe.

Graça Aranha constrói o romance um tanto à maneira dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, em que dois personagens principais, Lentz e Milkau, debatem o futuro. O primeiro, como Alviano, desdenhando e desprezando a terra e o homem brasileiro, e o segundo entendendo o futuro em termos de monismo evolucionista acreditando no valor profundo dos princípios do inconsciente que fariam triunfar as formas de vida destinadas a vencer, descortinando entre elas o da miscegenação, de maneira um tanto paradoxal.

Lentz é racista, adepto incondicional da força, da violência, do desprezo pelas «raças»

fracas. Milkau simpatiza com o Brasil, é solidário com os fracos, e faz o elogio da terra e das suas gentes.

Para Lentz, «O homem brasileiro não é um factor do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores [...] Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um mistério, o artifício [...] Até agora, não vejo probabilidade da raça negra atingir a civilização dos brancos»²⁷.

A esse arianismo radical se opunha Milkau, fazendo o elogio da mestiçagem: O tempo da África chegará. As raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização «[...] Eu tenho para mim que o progresso se fará numa evolução constante e indefinida»²⁸.

O romance de Graça Aranha pode, deste modo, ser lido como uma reflexão corajosa e antecipadora.

Precursor da reflexão que ainda em nossos dias não perdeu actualidade, e a formular-se segundo o título dado por Gilberto Freyre, em 1940, a uma conferência sua sobre a cultura luso-brasileira: *Uma Cultura Ameaçada*.

Título justo porque corresponde a uma situação real, a das ameaças culturais e políticas que, periodicamente, avançam sobre a cultura luso-brasileira, ou melhor, lusófona, assente no humanismo ocidental e cristão, na língua portuguesa, na cordialidade das relações humanas.

Cultura ameaçada no início do século pelo imperialismo germânico e denunciada com extraordinário vigor por Silvio Romero num texto intitulado *O Elemento Português*, também de 1902, verdadeira resposta directa às colónias



Folha de rosto do livro de José de Anchieta, *Arte de Grammatica da lingoa, mais vsada na costa do Brasil*. Feito pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de IESU (Coimbra, António Mariz, 1595).

alemãs do Brasil do Sul; pelo marxismo da luta de classes que não vê com bons olhos o diálogo e a concertação; cultura mestiça, miscegenada ameaçada pelo fascismo-nazismo das raças ditas puras e superiores e interpelada por Gilberto Freire na citada conferência; cultura ameaçada por certos movimentos da negritude da «legítima defesa» e do Congresso de Manchester de 1945 e de Bandung de 1955, cultura ameaçada por alguns extremismos negros e ameríndios anti Comemorações dos Descobrimentos.

Mas cultura que resiste, se desenvolve, progride, aproveitando sempre, das objecções a ameaças, alguma coisa de bom e de justo que, apesar dos exageros, transportam. Porque a construção do Brasil assentou em sólidos alicerces e se consolidou com os mais variados contributos.

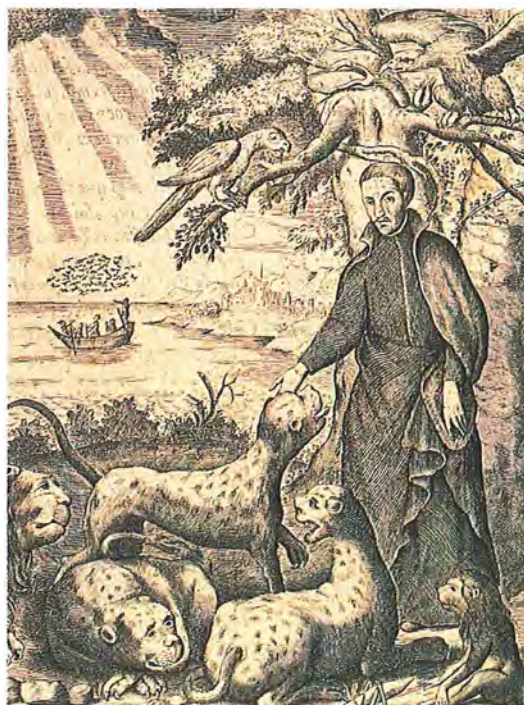
Quisemos nestas reflexões mostrar como, em marcha evolutiva, se passou do ponto de partida do *descobrimento* português da Terra da Santa Cruz para o ponto de chegada da construção do Brasil.

Por isso privilegiamos dois momentos mais importantes: o do século XVIII arcádico, e do Romantismo especialmente protagonizado por José de Alencar.

A lição de Graça Aranha tal como a obra de Machado de Assis, como todo o movimento modernista, como das modernas tendências culturais, parecem evidenciar a solidez da cultura brasileira de que nós portugueses nos sentimos muito orgulhosos em ajudar a construir em tão elevada participação.

(Conferência proferida no Congresso Luso-Brasileiro «Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários», Lisboa).

Retrato de José de Anchieta, ilustração do livro de Simão de Vasconcelos, S.J., *Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de IESV, Tvmatvrgo do Nouo Mvndo, na Prouincia do Brasil...* (Lisboa, João da Costa, 1672)



¹ Jaime Cortesão, *A carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, I.N., 1994.

² Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1995, p. 182.

³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. de Dias Dinis, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3ª ed., (Damião Peres) Lisboa, 1988, p. 77.

⁵ João Martins da Marques, *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*, vol. I, Lisboa, I.A.C., 1994.

⁶ Zurara, *ibidem*, cap. IV.

⁷ Roteiro, ed. de Fontoura da Costa, Lisboa, 1960.

⁸ Jaime Cortesão, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, *ibidem*, p. 184.

⁹ Duarte Galvão, *Chronica do muito Alto, e muito Esclarecido Principe D. Afonso Henriques, Primeiro Rey de Portugal*, Lisboa, na Officina Ferreyriana, 1727.

¹⁰ Maria Adelina Amorim, «Viagem e Mirabilia: Monstros, Espantos e Prodígios», in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens*, Lisboa, Cosmos, 1999, p. 154.

¹¹ José António Gonçalves de Melo, Introdução a *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 2ª ed., Recife, Imprensa Universitária, 1966, p. XLIII.

¹² Pêro de Magalhães de Gândavo, *História da Província de Santa Cruz*, Introd. de Capistrano de Abreu, S. Paulo, Obelisco, 1964, p. 26.

¹³ João de Barros, *Ásia, Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 174-175.

¹⁴ *Id.*, *ibidem*.

¹⁵ Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Imprensa Universitária, 1996, p. 5.

¹⁶ André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, Lisboa, Deslandesiana, 1711, p. 129.

¹⁷ Ambrósio Fernandes Brandão, *ibidem*, pp. 146-216.

¹⁸ Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, Lisboa, F. A. da Silva, 1880, pp. 1-2.

¹⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva, *História do Brasil*, Porto, Univ. Portucalense, 1991, p. 128.

²⁰ Francisco da Silveira de Moraes, «Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil», Sep. de *Brasília*, Coimbra, 1949.

²¹ Maria Beatriz Nizza da Silva, *ibidem*, p. 59.

²² Manuel Joaquim Ribeiro, *Obras Poéticas*, Lisboa, Imprensa Régia, 1805.

²³ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 3ª ed., Rio, José Olympio, 1954, p. 106.

²⁴ Alencar, José de, Pós-escrito à 2ª edição, de 1870, in *Iracema*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 124.

²⁵ António Houaiss, *O Português no Brasil*, Rio, Unibrade, 1985, p. 9.

²⁶ Celso Cunha, *Uma Política do Idioma*, Rio, São José, 1964, p. 38.

²⁷ Graça Aranha, *Canaã*, 12ª ed., Rio, F. Briguiet, 1968, pp. 40-41.

²⁸ Gilberto Freyre, *Uma Cultura Ameaçada; a Luso-Brasileira*, 3ª ed., Recife, 1980.

Brasil: Factores de Unidade

António Pedro Vicente

SÃO DIVERSOS OS FACTORES CONDICIONANTES QUE, através de mais de três séculos, contribuíram para a unidade do imenso território brasileiro. Jaime Cortesão afirmou que o que confere à história da colonização portuguesa no Brasil o seu carácter grandioso é o facto de os colonos terem tido muito cedo a consciência, embora confusa, da unidade geográfica do Brasil e do dever de realizar a integração desse território imperial, *«defeso nos seus dois terços pela linha divisória de Tordesilhas»*. Essa consciência data do primeiro quartel do século XVI. O viajante e cosmógrafo João Afonso *«já assinalava essa intenção geográfica»*. Na *Cosmographie* (1544) asseverava que tanto o Amazonas (Maranhão) como o Rio da Prata nasciam de um lago no interior do Brasil *«fazendo deste uma ilha que fora totalmente circum-navegada»*¹. Já anteriormente, na carta de Lopo Homem (1519), duas bandeiras portuguesas, colocadas ao Norte do Amazonas e ao Sul do Rio da Prata, marcavam claramente essa intenção.

Após a chegada ao Brasil dos primeiros colonos desde logo se teria equacionado a questão do exercício da soberania e do povoamento de tão vastos domínios. Naturalmente, era necessária a criação de condições económicas e de segurança para iniciar uma expansão geográfica. Esta tornava-se difícil face à escassa população do Reino². O domínio então exercido pela coroa portuguesa, em vastos espaços na África e Oriente, exigia o aproveitamento de avultados recursos humanos. Esta circunstância, contribuindo, ainda mais, para uma limitação demográfica, marcou, desde logo, um tipo de colonização bem diferenciado face ao que foi imposto por Castela no território americano. Também, de início, além *«dos condicionalismos de ordem geográfica, factores de natureza socioeconómica e geopolítica encontram-se na origem da colonização pontual, ou seja, a ocupação apenas das partes estratégicas da orla costeira»*³.

A América portuguesa nasce subordinada a certo tipo de formulas precedentes do direito feudal. A distância tornava difícil uma organização inteiramente assumida e dirigida pela coroa. Custos elevados de uma transferência administrativa impediam a organização de um sistema directivo paralelo ao do continente europeu.

Até 1530 o Brasil foi para Portugal uma escala na rota das Índias orientais e uma reserva de madeira. O rei de Portugal jamais teria pensado transformar o novo território numa feitoria do tipo monopolista. Desde cedo deixou a sua exploração à iniciativa privada. Uma colonização oficial no Brasil tornava-se difícil, senão impossível, sem o emprego dos meios financeiros que eram utilizados na Índia. Aliás, logo no início, espanhóis, holandeses e franceses dirigiram-se ao Brasil aí explorando a madeira e criando pequenas feitorias. Martin Afonso de Sousa, com a sua expedição, em 1530, marca o início de uma colonização e, simultaneamente, de ocupação de um espaço que era susceptível de exploração por parte de estrangeiros. Os poderes de que é investido assim o demonstram. O reino vai, desde cedo, estimular e abrir as portas à iniciativa privada através de uma formula de cariz feudalizante.

Através do sistema, inaugurado pelo rei D. João III na América Portuguesa, as cartas de doação concediam aos donatários algumas léguas de terra com jurisdição civil e criminal. Dava-se ao objecto de doação o nome de *capitania* e ao donatário, o de «governador» ou «capitão». A *capitania* era hereditária, inalienável e indivisível, mas o capitão obrigava-se, no entanto, a repartir com outros as terras, isentas de todo o foro ou direito. A estes ficava pertencendo a terra sesmada para si e seus sucessores. Entretanto, os concessionários das *sesmarias* podiam conceder terras a novos povoadores. «Ao governador era permitido guardar um certo número de léguas, em geral 10 a 16, como terra sua livre e isenta, a esco-

lher num prazo de 20 anos e com a condição de ser repartida em 4 ou 5 lotes, distantes uns dos outros duas léguas pelos menos»⁴.

Desde o início os colonos levaram para o Brasil os instrumentos e normas duma civilização. «Arca santa, as armadas dos donatários conduziam no bojo para a terra maravilhosa os elementos essenciais do esplendor futuro, desde os verdes caules donde iriam brotar os canaviais de toda a vasta província – trave mestra na economia da colónia – até à língua e à religião, verbo e espírito civilizador»⁵.

A concessão a favor de Duarte Coelho, em 1534, servirá de modelo. Este recebe um território costeiro, de 10 léguas, na região de Pernambuco. A partir daí dois paralelos imaginários, perpendiculares à costa, delimitam a fronteira sobre o seu território aberto até à linha de demarcação de Tordesilhas. Em anos subsequentes, outras parcelas serão concedidas entre a foz do Amazonas e o cabo da S. Vicente. Os beneficiários, nobres e armadores, recebiam a carta de doação que os tornava donos hereditários do território em troca de o colonizar e explorar. Essa carta de doação representava, simultaneamente, a concessão de amplos poderes: direito de justiça, comando militar, poder político. O donatário era um vassalo do Rei e só pelo Rei poderia ser destituído. O sistema era atraente. A exploração de novas riquezas como a cana de açúcar e a navegabilidade dos rios, entretanto explorados, permitindo o transporte de madeiras para a costa, permitiu à monarquia a recuperação de alguns dos importantes privilégios que anteriormente concedera. «Pode dizer-se, escreve um eminente historiador brasileiro, que a coroa portuguesa, cedendo quase todos os seus direitos majestáticos aos donatários, quanto reservava para si não chegava sequer para pagar o serviço da religião que lhe competia manter, e de facto reconhecia a independência quase ilimitada da nova conquista»⁶.

A nomeação de Tomé de Souza, em 1549, como capitão e governador federal das terras da Baía e de outras capitanias, embora não contrariando os privilégios económicos antes concedidos, fez transferir os direitos reais a um dos capitães que se converteu em representante do Rei. Ele recebia *regimentos* e instruções a partir de então entregues a todos os governadores e, mais tarde ao vice-rei, com modificações até ao *regimento* de 1667. A partir dessa data os governadores e funcionários que seguiam para o Brasil aplicavam as leis e regulamentos estabelecidos pelo *Conselho da Índia* (de 1604) o qual, em 1642 se converte em *Conselho Ultramarino*. A nomeação de Tomé de Souza marca, pois, a instauração de uma administração dirigida pelo governador, com o seu representante da justiça e, mais tarde, um tribunal supremo. Estes juizes (de relação) percorriam as capitanias para controlar o exercício da justiça local. Um *provedor-mor* coroa a estrutura dos *provedores da capitania* com funções na instalação de alfândegas nos portos e recolha de taxas a favor da Coroa, como o *quinto real* sobre o açúcar, calculado sobre a colheita, por um funcionário real. Esta medida determinou a criação de uma *casados contos* em cada capitania. O cargo de vice-rei surgirá mais tarde, a partir de 1640, seguindo, em certa medida, o modelo utilizado pelos nossos vizinhos, com a diferença de que a Espanha chegou a nomear três e, mais tarde, quatro vice-reis para o governo das suas possessões americanas.

Até finais do século XVII o Brasil tinha, na expressão de Bartolomé Bennassar, a configuração de um arquipélago⁷. Efectivamente, os diferentes territórios (capitanias) comunicavam, entre si, por mar. Só após a Restauração (1670) se dá, verdadeiramente, início à ocupação do interior do Brasil. Existem, em relação aos territórios espanhóis diferentes evoluções demográficas. O Brasil descoberto era pouco povoado, ao contrário dos outros espaços americanos, e não permiti-

tiu de começo, como se afirmou, uma intensa exploração económica. Em finais do século XVI existiam menos de 60.000 habitantes, sendo metade brancos e a outra metade constituída por índios submetidos e negros, em proporções semelhantes. Os índios nunca alcançaram metade da população. Muitos deles serão escravizados após serem capturados durante as expedições dos *bandeirantes* paulistas, a partir do século XVII. Os negros constituirão, a partir daí, o elemento humano essencial para o desenvolvimento das actividades económicas: cana de açúcar, minas, plantação de algodão, tabaco e cacau.

São sugestivas as palavras de Vitorino Nemésio a propósito da acção distinta dos dois países ibéricos na América. Afirma este autor que, desde o início da colonização, a Espanha assume as suas colónias como «*um campo de abordagem seguido de correria e conquista*». Em vez do êxodo anglo-saxónico para a América do Norte que se traduz em «*inconformidade ou vencimento na metrópole acompanhado do protesto e de plano de vida alhures, os conquistadores espanhóis são o cavaleiro e o andariego que mudam de área sem terem mudado de vinculação ética*»⁸. Para o escritor a ocupação do Brasil configura-se com uma empresa radicalmente democrática, «*rasando a todos de início pelo nível de esforço e do ousar*». Nem os senhores-de-engenho formam uma aristocracia possidente antes que o tempo tenha consolidado os domínios diversamente adquiridos. A estirpe, no Brasil, reconhece-se pela área do domínio, não pelo título deste ou por livros de armeiro-mor. «*O emigrante sem meios não fica a arranhar no litoral, [...]*». Como não pode riscar limites de fazenda nas abas da Baía ou Pernambuco, o emigrante «*faz-se sertanejo, ergue a choça de embira ou de timbó como o índio, fortifica-se em paliçada, moqueia a carne da vacada e come mandioca na cuia, rodeado de balaies e tinelos, faz-se canoeiro em busca dos rios que parecem não ter cabeceiras*»⁹.

«A Ilha do Brasil», baixo relevo em madeira, por vezes atribuído a Jean Cousin, dito «o Velho», c. 1530. Musées Départementaux de la Seine Maritime, Ruão.



Ao compararmos os sistemas políticos do Brasil e da América espanhola deparamos com outras profundas e fundamentais diferenças. Para a monarquia portuguesa o Brasil jamais constituiu meio para estruturar algumas carreiras políticas ou administrativas. A América espanhola, no entanto, na sua exploração serviu de base para formar e fomentar carreiras desta índole, por vezes ao mais alto nível. Deve salientar-se que, desde cedo, se estabeleceram nesses territórios Universidades que prodigalizam licenciados que aí eram empregados principalmente no desempenho de funções administrativas. As estruturas políticas no Brasil sempre foram frágeis não deixando, no entanto de permitir a criação de uma consciência nacional, aflorada na reacção contra os holandeses e, mais tarde, nas aspirações independentistas.

Sob a designação de «reinos das Índias» a América espanhola, teoricamente, não tinha um

estatuto inferior ao dos outros reinos reunidos, subordinados à coroa dos reis de Espanha. Sob o ponto de vista do direito público não se tratava de territórios estrangeiros. Todos os nascidos na América eram súbditos leais da coroa. O poder civil, que advinha do poder central, substituiu rapidamente, o dos descobridores e conquistadores. Tendo em vista a imposição dum sistema centralizador cada província nascida da conquista será submetida a um governador nomeado pelo rei, dotado de poderes administrativos, jurídicos e até militares. A autoridade real vai opor-se, desde o início da colonização, a qualquer veleidade de poder feudal. Naturalmente que a distância entre o poder central e a sua delegação vai tornar impossível uma organização administrativa inteiramente assumida. Efectivamente, desde o início do séc. XVI até 1812, o conselho Real e Supremo das Índias, com autoridade sobre a Casa

da Contratação, instituída em Sevilha, é encarregado de todo o tráfego entre o reino e as Américas e das respectivas rendas que daí resultam.

No Brasil o controle do Estado sobre os funcionários foi muito menos eficaz do que na América espanhola. Apesar de certas normas impeditivas todos ou quase todos os governadores possuíam grandes explorações açucareiras e um número elevado de escravos negros. No interior os ricos proprietários agrários submetiam a administração e justiça aos seus interesses e convencionais. O controle não era severo e os funcionários portugueses no Brasil podiam, na maior parte dos casos, actuar arbitrariamente na demanda das suas actividades lucrativas.

A evolução económica do Brasil em forma de ciclos: madeira, de início açúcar até 1690, do ouro até 1770, acompanhou, insiste-se, um tipo de estruturas políticas e sociais de raiz feudal, iniciada desde que os portugueses aí decidiram estabelecer-se. Os amplos poderes oferecidos aos capitães donatários que, por sua vez, concediam aos colonos que se estabeleciam na terra, certos direitos em troca da obrigação da prestação de serviços e pagamento de alguns impostos e o facto de o rei receber os *quintos* cedendo direitos em troca da garantia de defesa do território, criava um sistema de troca entre o usufruto de determinados direitos e as diferentes prestações a que se obrigavam estes donatários. Configura, além do mais, um sistema capitalista em que o rei lucra com os monopólios e os impostos, participando, assim, na exploração económica. Todo este sistema assegura a ocupação do solo garantindo as suas defesas perante os interesses de conquista estrangeira e desenvolvendo-o com fins comerciais¹⁰. A aplicação de um sistema de concessão (sesmaria) a empresários capitalistas para uma monocultura exportável favorece a abertura económica do tipo comercial e especulativo. «A exploração económica dirigiu a ocupação do solo»¹¹. Se a economia açucareira



Mapa do Brasil, com a divisão em capitanias, no *Roteiro de todos os sinais...*, c. 1590, atribuído a Luís Teixeira. Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

não requeria, necessariamente, uma profunda implantação no território, mantendo-se nas planícies litorais e contribuindo para a configuração do Brasil em forma de arquipélago, a exploração do ouro e da mão de obra índia permitia uma maior ocupação espacial. Quando S. Paulo organiza as *bandeiras*, deslocando uma parte da população branca, mulata e negra do litoral, houve que organizar uma incipiente rede de estradas para abastecer as novas concentrações humanas «*convergindo desde S. Paulo, Rio e Baía em Ouro Preto*». Quando o ouro escasseia a sua mão de obra reconverte-se em agricultora de produtos alimentares. Em finais do século XVIII Minas tinha uma dupla classe dirigente formado pelos proprietários das minas e os terratenentes. A ocupação territorial foi-se processando. Primeiro a região de Santa Catarina, depois a região de Porto Alegre, com o contributo da emigração açoreana que se veio a dedicar à criação de gado. Mais a Sul dá-se a expansão para a Colónia do Sacramento, mais tarde cedida em circunstâncias conhecidas. No norte, no Maranhão e no Amazonas, ordens religiosas, sobretudo jesuítas, substituindo-se ao Estado numa política social, administravam seis dezenas de comunidades Índias dirigindo uma economia baseada no cultivo de produtos alimentares e exploração da madeira. A custódia exercida sobre os índios transferiu-se para os municípios, após a expulsão dos jesuítas, na época pombalina. É neste tempo, com a capital no Rio que, escasseando a mineração aurífera, se desenvolve a agricultura, a plantação de tabaco, que exigia poucas inversões e o algodão, cuja cultura floresceu até ao início do século XIX. O vasto território ainda não adquirira a sua configuração definitiva quando se inicia esse século. Muitas lutas que perdurarão por decénios e, ainda, após a independência, terão lugar para a fixação de fronteiras, principalmente a Sul. O turbilhão revolucionário chega a toda a América e dele não escapa o Brasil, então formando a sua

consciência nacional nas lutas fronteiriças e sorvendo as ideias que sopraram da América do Norte e da França.

Três séculos de colonização com a fixação ao solo e à agricultura, haviam garantido a soberania dos Portugueses sobre o Brasil, «*através de esforços quase milagrosos, contra a investida dos estrangeiros*». Distinto teria sido o destino político do Brasil, se as suas riquezas minerais não estivessem tão avaramente guardadas pela natureza; «se as minas de ouro e diamantes fossem menos arduamente abordáveis; e se, durante os séculos XVI e XVII, as tentativas de colonização francesa e holandesa tivessem sido coroadas pelo «magnífico achado!»¹².

O Brasil, para onde se dirigiu essa grande frota de exilados, quando da invasão do território nacional pelas tropas napoleónicas, é um vasto território ocupando a superfície de _ da Europa. A sua fertilidade prodigiosa estava longe de ser aproveitada. Três milhões de habitantes, incluindo cerca de um milhão de negros e meio milhão de índios, compunham, então, a sua população. Os seus habitantes adensavam-se nas cidades costeiras, ocupando, ainda, parte da região de Minas Gerais onde, precisamente a exploração mineira era, então, mais desenvolvida do que os sectores agrícolas. A indústria era inexistente nesse espaço fértil.

D. João VI, Rei muito denegrido como governante, não oferece hoje dúvida que marcou a nova era do Brasil. Deslocado de um país onde imperava o antigo regime, foi o único soberano europeu que se fixou no continente americano, sabendo adaptar-se às novas circunstâncias, criar as condições para a existência de um novo Reino, evitar a fragmentação deste e preservar a sua dinastia. Hélio Viana, seu ardente defensor, afirma que desde a publicação do trabalho de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, não é mais possível a inferiorização do papel que na sua transformação «*coube ao Príncipe Regente e Rei*,

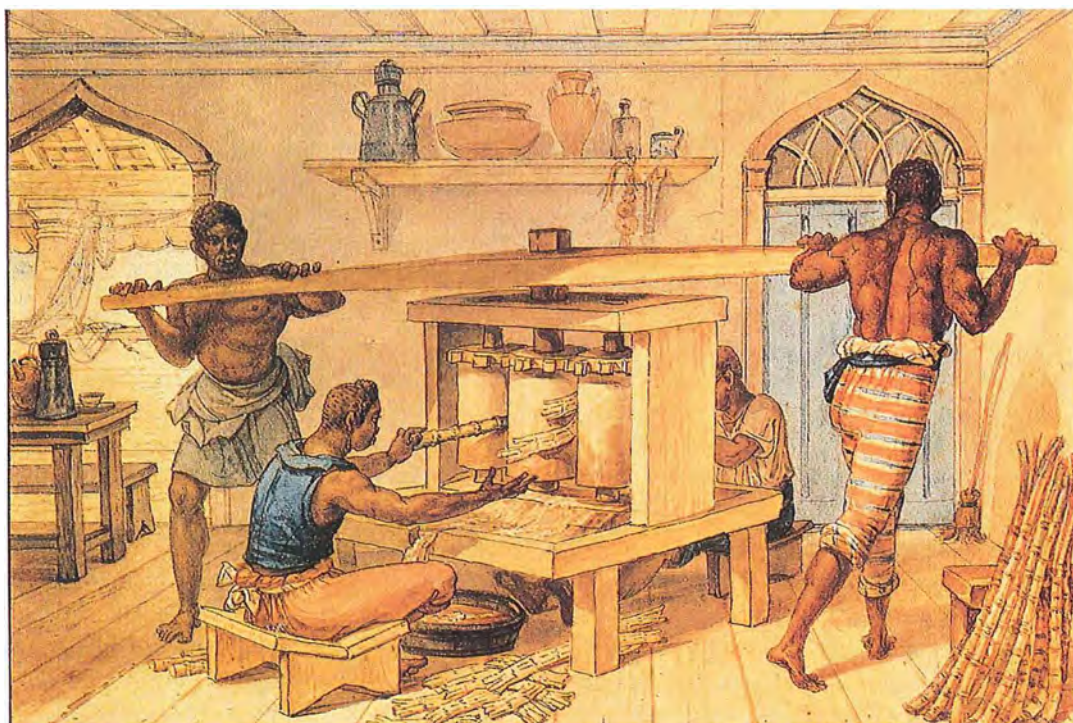
aqui residente, de 1808 a 1821. Suas qualidades pessoais de governante atilado e político adaptável às duras contingências que se lhe apresentaram não mais podem ser contestadas, à luz da documentação hoje conhecida»¹³.

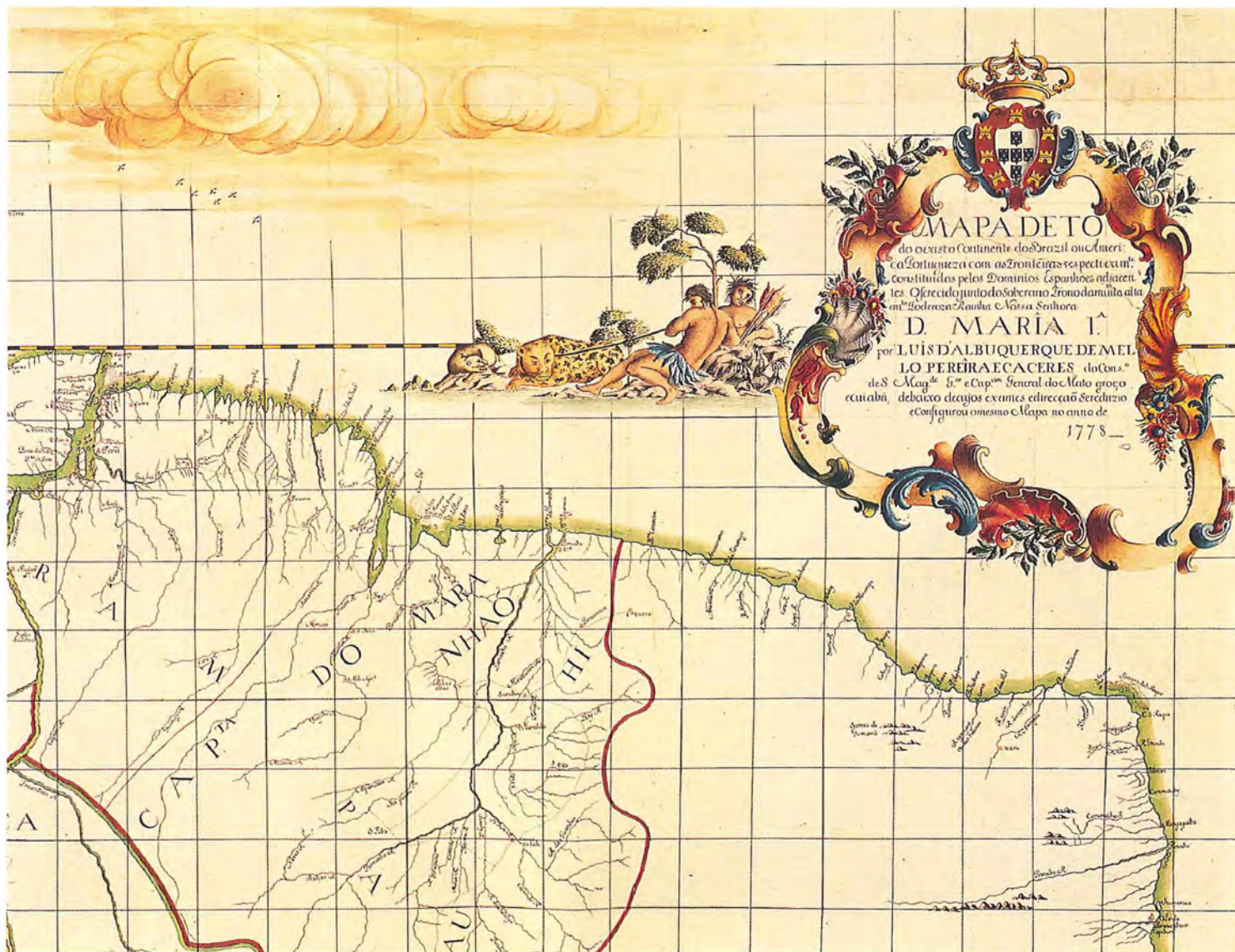
Na sua ida para o Brasil, o Príncipe D. João foi encontrar um território «inteiro» e de fronteiras praticamente definidas. Esse facto deve-se, não só a uma específica configuração geográfica como, mais ainda, a um tipo original de colonização. A chegada e permanência da monarquia portuguesa, trasladando, com ela, todo um aparato de Estado, é factor importante para o reforço de uma unidade territorial que a independência viria a consolidar. Efectivamente, a presença da família real após o artifício salvador da coroa, a abertura dos portos às «nações amigas» e a elevação do Brasil à categoria de «Reino Unido» (1815), conferem à colónia poderosos

ingredientes que culminam na formação de uma futura e grandiosa Nação. Investido no seu título real (1816), e cada vez mais inserido na sociedade do novo reino, D. João VI torna-se um factor eficaz para reforço dos anteriores movimentos independentistas que, embora jugulados, haviam produzido ingredientes ideológicos para a separação política.

Em três séculos vívidos, os povos da Península Ibérica, utilizaram vias diferentes de contacto na América e formas bem distintas de encerrar a sua colonização. Tais atitudes não constituirão factores absolutamente determinantes para a explicação de futuros e diferenciados tipos de ruptura em relação à mãe pátria. Assumem-se, no entanto, como elementos a ter em boa conta quando se analisam os resultados a que conduzem: um Brasil único, uma só nação, contrapondo-se a várias nações produzidas no

«Engenho Manual que faz Caldo de Cana», in Jean Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, Paris, Firmin Didot frères, 1834.



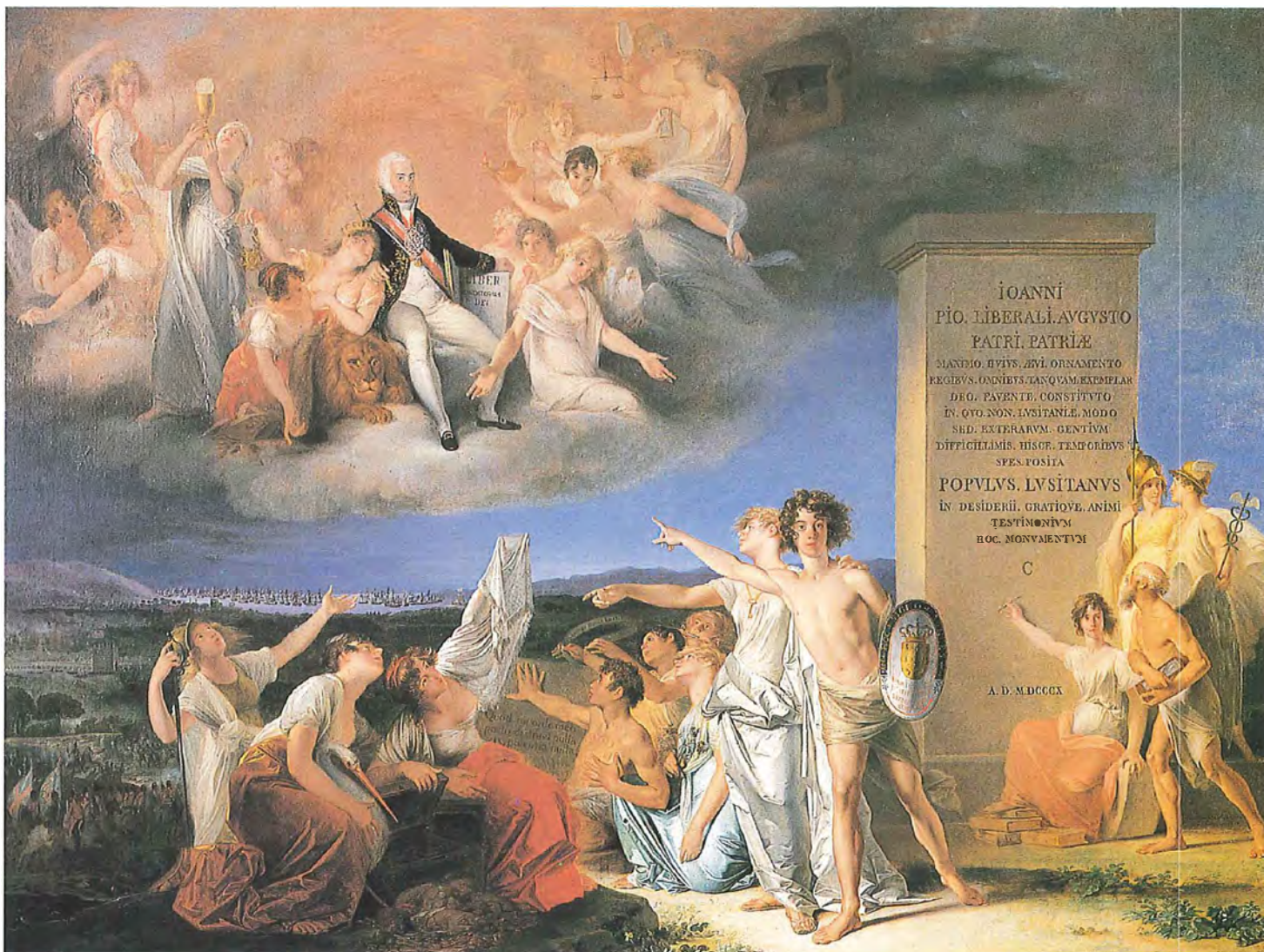


Pormenor do «Mapa de todo o vasto Continente do Brasil ou América Portuguesa com as Fronteiras respectivamente constituídas pelos Dominios Espanhoes adjacentes», 1778. Penalba do Castelo, Casa da Insua (CI-A24). Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

âmbito da «hispanidade», uma ideologia e um regime político paralelo ao da metrópole no Brasil emancipado, um corte radical, no ponto de vista ideológico, por parte das colónias espanholas com a sua metrópole.

O desenlace entre Portugal e o Brasil, entre D. Pedro e a nação criada, entre a recém nascida

liberdade, em 1820, e o retorno ao absolutismo, não deixa de engrandecer e agigantar a sua extraordinária e, necessariamente, polémica figura: «Proclamador da independência do Brasil e implantador do liberalismo em Portugal, desamado em sua pátria de origem, que o acolheu e herói na sua pátria de adopção, que o expulsou»¹⁴.



¹ Jaime Cortesão, *A Colonização do Brasil*, Lisboa, 1969, pp. 270-271.

² *Idem, Ibidem*, p. 311.

³ Jorge Couto, *A construção do Brasil*, Lisboa, 1995, p. 335.

⁴ Jaime Cortesão, *op. cit.*, pp. 302-303.

⁵ *Idem, Ibidem*, p. 114.

⁶ João Ribeiro, *História do Brasil* (curso sup.) p. 68. cit. por Jaime Cortesão, *ibidem*, p. 115.

⁷ Bartolomé Bennassar, *La America española y la America portuguesa (siglos XVI-XVIII)*, Madrid, 1986, p. 234.

⁸ Vitorino Nemésio, *Portugal e o Brasil na História*, Rio de Janeiro, 1952, p. 13.

⁹ *Idem, Ibidem*, p. 19.

¹⁰ Bartolomé Bennassar, *op. cit.*, p. 236.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 237.

¹² Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 261.

¹³ Hélio Viana, *História do Brasil*, 12ª Edição, S. Paulo, 1975, p. 368.

¹⁴ Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais, *A Independência Política do Brasil*, S. Paulo 1986, p. 8.

Alegoria às virtudes de D. João VI, óleo s/ tela. Domingos António de Sequeira, 1810.

Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX

M a r i a I s a b e l J o ã o

NESTE ARTIGO VAMOS TRAÇAR UMA BREVE RETROSPECTIVA sobre as origens dos centenários e a sua introdução em Portugal. O primeiro centenário contemporâneo com largo impacto no país foi o tricentenário da morte de Camões, também assinalado no Brasil. Segue-se a abordagem do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o do Brasil, comemorados em ambos os países. Mais do que fazer a crónica destas celebrações pretendemos mostrar o seu significado ideológico e as representações que lhes estiveram associadas. Conferimos, além disso, uma importância destacada às realizações e aos discursos, produzidos em Portugal e no Brasil, no âmbito destes centenários.

Origens dos centenários

Desde a mais remota antiguidade, as sociedades humanas procuraram conservar a memória dos factos mais significativos do seu percurso colectivo. O aparecimento da escrita foi fundamental para desenvolver os mais variados registos e deu origem a múltiplas inscrições epigráficas que, hoje, constituem uma fonte do historiador. Em especial, na Grécia e na Roma antigas multiplicaram-se as inscrições e os monumentos para assinalar os acontecimentos mais notáveis, como as vitórias em batalhas.

A época medieval e a moderna mantiveram essa tradição através dos livros de linhagens, das crónicas dos reis e dos príncipes, das lápides tumulares e da erecção de templos em acção de graças e memória dos eventos mais marcantes para a vida da comunidade. Assim, foi erguido o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, em cumprimento de um voto feito por D. João I no dia em que se travou a batalha de Aljubarrota, que teve uma importância decisiva para manter a independência do Reino face às pretensões castelhanas. Igualmente, a construção do Mosteiro dos Jerónimos ficou para sempre ligada ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia. O monumento da época manuelina eleva-se na

memória dos portugueses como um hino de pedra em glória do notável feito da armada capitaneada por Vasco da Gama.

Cerimónias públicas de carácter religioso e secular assinalavam as datas importantes e transmitiam aos participantes uma noção de pertença a um colectivo, de unidade e de identificação com a Coroa. Entre estas celebrações destacamos as comemorações de batalhas, os festejos da família real e a invocação dos anjos e santos protectores¹. A procissão comemorativa da batalha de Aljubarrota realizou-se anualmente ao longo dos séculos XV e XVI e foi restaurada por D. João IV em 1641, sendo ainda res- taurada em 1820. Na mesma linha de afirmação da autonomia face a Castela se inseriam as pro- cissões comemorativas da aclamação de D. João IV e da Restauração da independência do Reino. Mais tarde, idêntico propósito norteou as come- morações da expulsão dos franceses em 1808. O centenário das guerras travadas contra a ocupa- ção dos exércitos napoleónicos e das vitórias então alcançadas pelos portugueses foi come- morado entre 1907 e 1908, nos últimos anos da Monarquia Constitucional.

A recordação de acontecimentos que inte- ressam a uma comunidade através de práticas ritualizadas tem, por conseguinte, uma origem remota e uma larga tradição. O advento da Idade Contemporânea criou o quadro cultural e polí- tico-ideológico necessário para as comemora- ções se expandirem e ganharem uma projecção antes impensável. Logo em 1791 a Constituição francesa consagrava o estabelecimento dum calendário de festas nacionais para conservar a memória da Revolução². Os revolucionários pre- tendiam, deste modo, perpetuar a lembrança dos acontecimentos que tinham permitido der- rubar o Antigo Regime, simbolizados pela emblemática tomada da Bastilha. Queriam tam- bém preservar o regime entretanto instaurado e formar cidadãos capazes de se identificarem

com os novos valores laicos e progressistas que pretendiam impor a toda a sociedade. Objecti- vos políticos e pedagógicos estiveram, portanto, na base das festas cívicas desenvolvidas na sequência da Revolução francesa que, rapida- mente, tiveram eco noutros países europeus.

Em Portugal, encontramos a réplica desse tipo de celebrações na primeira fase da implan- tação do regime liberal, nos anos 20 do século XIX³. As manifestações cívicas incluíam um número variado de iniciativas, como o jura- mento da Constituição, cortejos cívicos e alegó- ricos, paradas e desfiles militares, proclamações, discursos, representações teatrais e declamação de poesia e, nalguns casos, o ritual maçónico de plantar a Árvore da Liberdade. Apesar das carac- terísticas laicas de que se procuraram revestir as festas liberais, a tradição religiosa manteve-se presente nestas comemorações que começa- vam, com frequência, pela celebração de missa solene e *Te Deum Laudamus*. Em muitos locais do país, os adros das igrejas continuavam a ser o sítio preferido para realizar as festas cívicas, tal como acontecia nos arraiais populares.

A outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV a 29 de Abril de 1826, ainda feita no Bra- sil, foi recebida pelos cidadãos liberais com gran- des manifestações de júbilo, em Lisboa e no Porto. O juramento solene da Carta pela Infanta Regente, D. Isabel Maria, foi sublinhado por três dias de grande gala e festas⁴. Nas ruas, os *slogans* gritados pelos populares exaltavam a liberdade e o fim do despotismo. Por isso, entre as muitas quadras que então circularam destacamos uma bastante sugestiva:

«Do Brasil, tantas riquezas
Não vieram, nem virão
Vale mais que suas Minas
Liberal Constituição»

Posteriormente, as celebrações liberais cir- cunscreveram-se aos dias de gala, ou feriados,

que assinalavam a data da ocupação das principais cidades do país pelos exércitos liberais – como o 24 de Julho, em Lisboa – e ao aniversário da outorga e juramento da Carta Constitucional.

Somente no último quartel do século XIX, se passou a comemorar com regularidade os centenários do nascimento ou da morte de figuras marcantes da história nacional ou de acontecimentos igualmente decisivos para a vida da nação. O primeiro foi o tricentenário da morte de Camões, celebrado a 10 de Junho de 1880. Seguiram-se os centenários do Marquês de Pombal (1882), do Infante D. Henrique (1894), do Santo António (1895), do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1898) e do achamento do Brasil (1900). Portugal seguia, assim, de perto a moda dos centenários que se tinha desenvolvido nos países ocidentais, na segunda metade do século⁵. Entre eles, podemos destacar pela projecção que tiveram na altura: as comemorações do centenário da declaração da independência americana (1876), o centenário da Revolução francesa (1889), o quarto centenário do descobrimento da América (1892) e o centenário do próprio século (1900).

O tricentenário de Camões

Algumas comemorações nacionais tiveram uma significativa repercussão no Brasil, mercê das relações históricas existentes entre os dois países e do empenho da importante comunidade portuguesa ali residente. Foi o caso da comemoração do tricentenário da morte de Camões, em 1880. O poeta era considerado um símbolo da nacionalidade portuguesa e um génio que fazia parte do património de toda a humanidade. A sua obra tinha tido uma considerável divulgação entre as elites cultas de diversos países e era reconhecida como um verdadeiro monumento da literatura mundial.

Em Portugal, as celebrações foram promovidas por uma comissão da imprensa que agre-



Medalhão esculpido no claustro do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, que se tem sugerido poder representar Pedro Álvares Cabral.

gou personalidades de diversas sensibilidades políticas e partidárias. Contudo, o centenário ficou marcado pelo papel que os republicanos desempenharam na defesa da sua realização e na propaganda do seu ideário. A figura mais destacada foi Teófilo Braga que publicou um conjunto de artigos, no *Commercio de Portugal*, destinado a publicitar a ideia do centenário, dentro de um quadro ideológico marcado pela influência das concepções positivistas. Mas foi o empenho de Luciano Cordeiro, fundador e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, que viabilizou a organização necessária para se realizarem os festejos. Estes decorreram durante

três dias na capital do país e tiveram um eco muito forte em todas as regiões da província, devido à constituição de comissões locais patrocinadas pela imprensa regional. Entre iluminações, música, foguetes, conferências, exposições e espectáculos nos teatros, o ponto alto das comemorações foi o cortejo cívico que percorreu as ruas de Lisboa durante várias horas.

O centenário camoniano teve uma repercussão considerável no estrangeiro, em particular nos círculos mais informados e cultos, onde a obra do poeta era muito apreciada. No Brasil, o impacto foi notável e as autoridades oficiais, os intelectuais brasileiros e a comunidade portuguesa promoveram múltiplas iniciativas destinadas a assinalar o dia da sua morte. Não é, evidentemente, possível traçar um quadro exaustivo de todas elas, mas podemos destacar algumas das mais significativas⁶.

Na cidade do Rio de Janeiro, as celebrações foram abertas com a inauguração de uma grande *Exposição Camoneana*, na Biblioteca Nacional, que reuniu um acervo iconográfico e bibliográfico valioso. O próprio Imperador, D. Pedro II, presidiu à abertura e encerramento do evento. O bibliotecário responsável pela organização da exposição, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, na sua breve alocução salientou a universalidade do poeta, «*que não cantou só as glórias do patrio ninho, _ mas uma pagina brilhante da historia da humanidade, que não é thesouro de um seculo, de um povo, de um vate, de uma lingua, mas thesouro de todos os tempos e de todos os lugares*»⁷.

O Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro foi o responsável pelas realizações mais notáveis. Desde 1878 que a direcção tinha decidido celebrar a memória do épico da forma mais significativa: o lançamento da primeira pedra do futuro edifício destinado a albergar a sua biblioteca e a ser um ponto de reunião e encontro de todos os associados, além de um pólo de divulgação da cultura portuguesa no Brasil. A traça do

palácio foi executada pelo arquitecto português Rafael da Silva Castro dentro do estilo neomanuelino então em voga. Para colocar em quatro baldaquinos na fachada, foram encomendadas ao escultor Simões de Almeida as estátuas do Infante D. Henrique, Luís de Camões, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. As figuras foram concebidas de acordo com os cânones estéticos naturalistas, representando uma idealização dos heróis onde sobressai o porte elevado, a fisionomia grave e uma atitude nobre e serena. A obra só foi inaugurada a 22 de Dezembro de 1888 e, em 1906, um decreto de D. Carlos concedeu-lhe o título de Real⁸.

As festas promovidas pelo Gabinete Portuguez de Leitura continuaram, à noite, com um espectáculo no Teatro de D. Pedro II, onde se reuniram mais de três mil pessoas. No proscénio foi colocado o busto de Camões, do escultor Simões de Almeida, e o pedestal ficou juncado de coroas de flores enviadas por muitas corporações científicas, literárias e artísticas do Brasil. O principal orador foi o escritor e político brasileiro Joaquim Nabuco, grande lutador da causa da abolição da escravatura⁹. Seguiu-se a recitação de poesias dedicadas a Camões e a representação da peça dramática em um acto do escritor e poeta brasileiro Machado de Assis, *Tu, só tu, puro amor*, sobre o famoso romance entre Camões e Catarina de Ataíde. O *Festival Commemorativo* terminou com a execução de vários números musicais, destacando-se o «Hymno Triumphal a Camões», composto pelo maestro brasileiro Carlos Gomes.

No campo da divulgação da obra do poeta, que foi uma tónica importante de todo o centenário, o Gabinete Portuguez de Leitura promoveu uma edição de *Os Lusíadas*, com um prólogo de Ramalho Ortigão e um invulgar retrato de Camões, executado pelo pintor Columbano. Além disso, mandou cunhar uma medalha com o duplo objectivo de comemorar o tricentenário

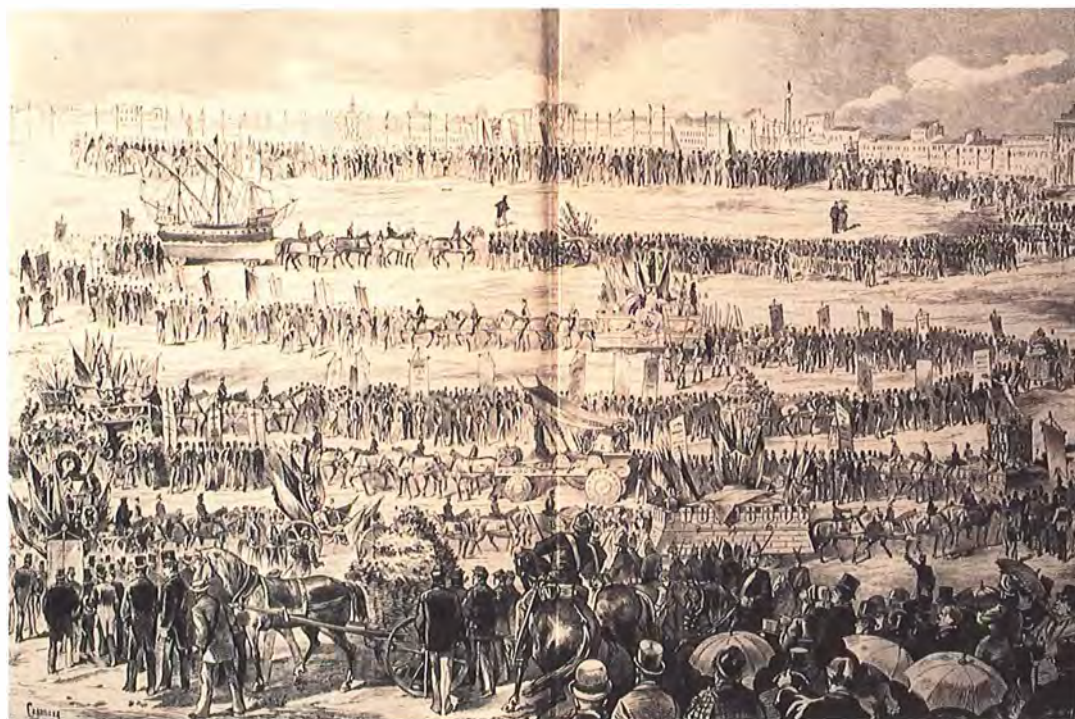
e o assentamento da primeira pedra do novo edifício. No anverso, pode ver-se o busto de Camões de acordo com o retrato seiscentista, mas sem a tradicional coroa de louros. Neste caso, preferiu-se colocá-la a emoldurar o busto do poeta.

No dia 13 de Junho, realizou-se na baía do Botafogo uma regata que foi muito concorrida pelo público. Os prémios eram exemplares de *Os Lusíadas* e medalhas de bronze, que foram distribuídos pelo Imperador. Aliás, a sua participação e a da família real nas principais iniciativas mostra bem o empenho da monarquia brasileira nas comemorações. O narrador destes acontecimentos em Portugal, o republicano Teófilo Braga, refere a propósito que o Imperador se vinha apoiando no «*espírito conservador da colónia portuguesa*»¹⁰. À noite, toda a baía apareceu iluminada e numerosas embarcações vogavam, levando a bordo as famílias que queriam observar o espectáculo do fogo de artifício.

Ainda no Rio de Janeiro, os positivistas realizaram um sarau literário e artístico no Theatro Gymnasio, a 10 de Junho, onde foram escutados trechos da ópera *Guarany*, do maestro Carlos Gomes, entre discursos e récitas. A decoração do teatro punha em evidência os princípios ideológicos que presidiam à celebração de Camões e era dominada pela evocação das Civilizações Clássicas, da Renascença e dos Descobrimentos, vistos como factores históricos do «progresso» da Humanidade¹¹. Noutras cidades do Brasil, nomeadamente em São Paulo, também se ficaram a dever à iniciativa dos positivistas brasileiros diversas cerimónias e festejos. O mesmo cunho ideológico esteve presente na festa promovida pelos estudantes brasileiros, no Rio de Janeiro. Os estudantes das Academias reuniram-se na rua do Theatro para uma marcha *aux flambeaux* que desfilou em duas alas pelas ruas da cidade. Os estudantes levavam balões chineses suspensos em varas, com flâmulas e galhardetes. À frente do cortejo, ia a banda dos Imperiais



Estátua de Pedro Álvares Cabral, Rio de Janeiro.



Cortejo cívico comemorativo do «Centenário de Camões».

Marinheiros, em seguida a bandeira da Politécnica e as bandeiras da Humanidade e da Civilização, que tinham servido na véspera para a festa dos positivistas. Um grupo de estudantes carregava em ombros o busto de Camões, colocado sobre um palanquim adornado com flores. Fechavam o préstito as bandas marciais do corpo de polícia e um batalhão de Infantaria. As ruas por onde passou o cortejo foram iluminadas e decoradas para o efeito, e a população acorreu para saudar os estudantes.

As celebrações estenderam-se a outras cidades brasileiras, com maior ou menor brilho consoante a disponibilidade e empenho dos organizadores. A comunidade portuguesa mobilizou-se e há notícia de festejos em Pernambuco, Bahia, São Paulo, Porto Alegre, Uruguai e outros locais. O jornalismo brasileiro consagrou números especiais e artigos ao centenário,

nomeadamente a *Revista Brasileira*¹² e os maiores representantes da imprensa diária.

A tónica dos discursos foi colocada, naturalmente, na celebração do poeta e da época gloriosa da história de Portugal que cantou na sua epopeia. Em Portugal, demonstrava-se grande júbilo pela forma como tinha decorrido o centenário no Brasil e irmanavam-se as duas nações, sob a égide de Camões:

«No Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, as festas do terceiro centenario de Camões tiveram um brilho excepcional como devia ser tratando-se de honrar a memória d' um genio que falou uma linguagem herdada pelos dois povos, que pertence ás duas nacionalidades, que é filho dos dois paizes pelo espirito pela raça e pelas tradições»¹³.

O Brasil era considerado uma promissora nação que poderia formar os «Estados Unidos do

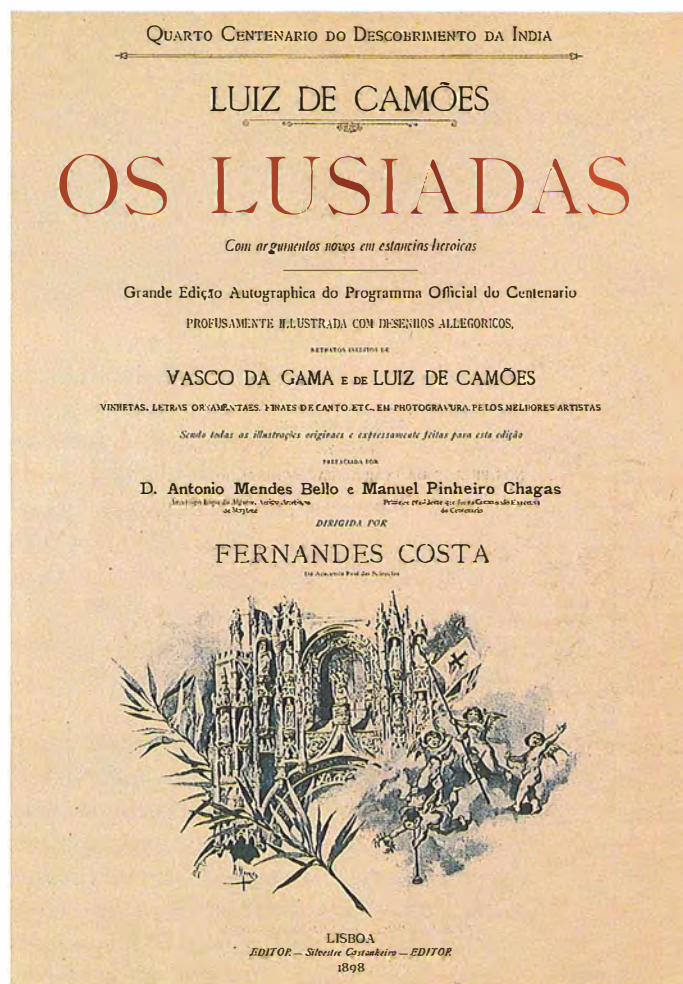
Sul», onde a herança deixada pela colonização portuguesa seria o «vínculo moral» necessário para manter a unidade de tão imenso território¹⁴. Teófilo Braga considerava mesmo, nas páginas da revista *O Positivismo*, que o Brasil era «o rudimento de uma phase nova e futura da nação portuguesa»¹⁵. Na perspectiva de alguns sectores portugueses, e malgrado as divergências acirradas pelo nacionalismo em ambos os países, o Brasil era visto como um prolongamento de Portugal no Novo Mundo.

O «Centenário da Índia»

Depois do centenário camoniano, outra celebração que teve um eco assinalável no Brasil foi o «Centenário da Índia», segundo a designação abreviada utilizada na época. Em Portugal, as comemorações foram promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa com o apoio do governo, após muitas indecisões e larga insistência dos organizadores¹⁶. O programa desenvolveu-se de 17 a 20 de Maio de 1898, quando se completavam quatro séculos sobre a chegada da armada comandada por Vasco da Gama a Calecut. Entre as múltiplas iniciativas realizadas, salientaram-se um imponente cortejo cívico que percorreu durante várias horas as ruas de Lisboa, uma Feira Franca, ao cimo da Avenida da Liberdade, várias exposições, espectáculos nos teatros, provas desportivas e a inauguração do Aquário Vasco da Gama. O projecto de uma grande Exposição Internacional, na zona ocidental da cidade, teve de ser abandonado por falta de recursos financeiros. O programa editorial do centenário também se destacou pelo número e qualidade das publicações, nomeadamente no campo historiográfico e das edições de fontes. O centenário teve uma considerável repercussão em todo o país e no estrangeiro, mercê da solidariedade manifestada pelas associações congéneres da promotora dos festejos portugueses e de diversas agremiações científi-

cas afins. Estas não só promoveram sessões solenes e conferências para evocar a memória do Almirante do Mar da Índia e do seu feito, mas também se fizeram representar na cerimónia que decorreu na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, presidida pelo rei D. Carlos¹⁷. Diversas personalidades tomaram a palavra para discorrer sobre a influência dos descobrimentos portugueses na história geral da civilização e para fazer o panegírico apropriado às circunstâncias especiais da celebração.

Folha de rosto de *Os Lusíadas*. Edição ilustrada comemorativa do IV «Centenário da Índia», Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1898.



Em representação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e da Bahia, falou João Pereira Monteiro, professor da Faculdade de Medicina, de São Paulo. O seu elogio da terra e da gente portuguesa insere-se na visão tradicional daquela época. Nas suas palavras, Portugal tinha ido «*cra-
var o marco da civilização nas escuras regiões da
barbarie inconsciente e, pelo sopro do seu poder
juridico, inoculou o direito onde só a força brutal
de humanas feras dominava, – terra assim forte,
assim civilisadora, assim rica, dos mais preciosos
thesouros do mundo phisico e do mundo moral, –
a luz e o direito, – terra assim de tanto prodigio não
enfraquece, nem póde morrer jamais*»¹⁸. Os portu-
gueses eram, deste modo, elevados a agentes do
«progresso» e das forças civilizadoras, contra a sel-
vajaria e a barbárie que ainda dominariam o
mundo no início da Idade Moderna. Trata-se de
uma visão que foi comum no discurso ideológico
da época e que justificava o domínio exercido
pelos europeus, ou pelos seus descendentes radi-
cados noutros continentes, sobre o mundo.

Entretanto, no Brasil tinha-se implantado a
República em 1889 e os festejos foram especial-
mente subscritos pelas associações da comuni-
dade portuguesa, espalhadas por várias regiões.
Muitas récitas de gala, saraus literários e artísti-
cos, missas solenes e a constituição de uma
Grande Comissão Patriótica Portuguesa que,
tendo ainda presente a humilhação do Ultimato
britânico a Portugal e as dificuldades do erário
nacional, promoveu uma subscrição pública
para oferecer um navio de guerra à Pátria¹⁹.

Outro edifício ficou ligado às comemorações
portuguesas, desta feita o Real Centro Português
de Santos²⁰. As reminiscências «manuelinas»
estão presentes nas janelas e portais, bem como
na cimalha rendilhada. Este estilo de carácter
revivalista, tributário de uma arte de feição naci-
onalista que teve grande voga na época, prolon-
gou-se pelo século XX e ainda está presente no

Gabinete Portuguez de Leitura da Bahia, inau-
gurado em 1918²¹. Por sua vez, o governo fede-
ral brasileiro decretou que a data do centenário
fosse «dia de gala», tendo lugar os embandeira-
mentos dos edifícios públicos e dos navios sur-
tos nos portos que eram da praxe²². Os vasos de
guerra também deveriam salvar para assinalar a
efeméride. Desta forma a República brasileira
mostrava a sua solidariedade com as comemo-
rações portuguesas e reconhecia a importância
histórica da viagem que tinha permitido ligar,
por via marítima, o Ocidente e o Oriente.

O quarto centenário da descoberta do Brasil

Dois anos depois tinha lugar o quarto cen-
tenário do descobrimento oficial do Brasil. Mais
uma vez, a vigilante Sociedade de Geografia de
Lisboa não queria deixar passar a data sem pro-
mover a celebração do feito de Pedro Álvares
Cabral. O assunto foi debatido na sessão de 12
de Fevereiro de 1900, mediante o parecer apre-
sentado pela Comissão Americana. Mas a difícil
conjuntura nacional e um certo cansaço dos
principais organizadores deste género de inicia-
tivas, que no centenário anterior tiveram de lutar
com as reticências dos governos e com dificul-
dades de toda a ordem para levar o projecto por
diante, reduziram, logo à partida, o âmbito das
propostas para o centenário²³.

Na introdução ao seu parecer, a Comissão
recordava as difíceis circunstâncias económicas
do país e defendia que a «*importancia das home-
nagens não está no seu valor intrínseco mas na
maneira sincera como são prestadas*»²⁴. Assim,
propunha um ciclo de conferências sobre os des-
cobrimentos portugueses, na sede da Sociedade
de Geografia, feitas por homens de reconhecida
competência; um número especial do *Boletim*,
dedicado ao descobrimento do Brasil; a trasla-
dação dos restos mortais de Pedro Álvares Cabral
para o Mosteiro dos Jerónimos, onde já estavam

os de Camões e Vasco da Gama; uma sessão solene na sala «Portugal», da Sociedade de Geografia; e, por fim, que fossem estudados os meios práticos para se erguer um monumento a Cabral.

A proposta foi objecto de discussão e outras ideias surgiram entre os sócios presentes. Havia quem fosse contrário à trasladação pelo facto do Mosteiro continuar em obras de restauro e não estarem reunidas as condições para receber com dignidade os restos de Pedro Álvares Cabral²⁵. Outro problema ainda mais difícil se iria colocar: o facto de haver ossos de mais do que uma pessoa no carneiro onde se julgava estarem também os de Cabral, na igreja do convento da Graça, em Santarém. Além do hábito antigo de enterrar mais do que um indivíduo na mesma campa, parece que a sepultura fora profanada aquando das invasões francesas e nela havia esqueletos distintos²⁶. Tal como já tinha acontecido com as trasladações de Camões e Vasco da Gama²⁷, não se podia identificar com certeza os restos de Pedro Álvares Cabral. A cerimónia teria, por conseguinte, um valor meramente simbólico. Mas continuava a haver quem se opusesse ao plano, seja pelas razões já invocadas ou por considerarem que as cinzas de Cabral estavam muito bem junto de sua mulher, D. Isabel de Castro, e onde ele tinha escolhido ser enterrado. Assim sendo, a trasladação não chegou a ser realizada.

Outros projectos foram debatidos na reunião da Sociedade de Geografia. Alguns tinham uma inegável utilidade prática, como a criação de uma escola destinada a educar os futuros colonos das possessões portuguesas, denominada Pedro Álvares Cabral, ou a celebração de um tratado económico com o Brasil, nos termos que melhor correspondessem aos interesses da indústria, da agricultura e do comércio dos dois países²⁸. Ainda chegou a ser proposta a realização do tradicional cortejo cívico, mas a ideia foi rejeitada por não haver condições nem tempo para o efeito.



Retrato de Pedro Álvares Cabral numa gravura publicada em *Retratos e elogios dos varões e donas que illustram a nação portuguesa*, de Pedro José Figueiredo, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1817.

O projecto da Comissão Americana não chegou a ser concretizado e, em Lisboa, a celebração oficial ficou circunscrita à evocação de Pedro Álvares Cabral e do seu feito numa sessão solene na Sociedade de Geografia, a 5 de Maio de 1900²⁹, sob a presidência do rei D. Carlos. O governo decretou «dia de gala» naquela data e em várias cidades do país foram promovidas conferências e sessões públicas para recordar a efeméride³⁰. Mas o centenário passava quase despercebido no meio dos problemas gravíssimos do país.

A crise agrícola atingia fortemente o mundo rural e as tradicionais exportações portuguesas debatiam-se com a quebra de preços e a concorrência nos mercados estrangeiros, nomeadamente o sector vinícola. Em 1899, o governo tinha-se visto obrigado a impor restrições à

importação do trigo estrangeiro para facilitar o escoamento da produção nacional. A chamada «Lei da Fome» atendia os interesses dos produtores de trigo, mas prejudicava gravemente os consumidores e aumentava, por isso, o descontentamento das populações. Nas cidades crescia a agitação e os sectores políticos mais radicalizados colhiam os dividendos da situação. Na sequência de um surto de peste bubónica na cidade do Porto, que tinha obrigado o governo a impor medidas sanitárias imprescindíveis mas impopulares, os republicanos capitalizaram o mal-estar elegendo três deputados nas eleições de 26 de Novembro de 1899. Perante estes resultados as eleições foram anuladas, por alegadas irregularidades, e repetidas a 18 de Fevereiro do ano seguinte. Mas o Partido Republicano não só manteve a votação como ainda a aumentou³¹.

O regime monárquico sentia-se, naturalmente, alvo de uma crescente ameaça. Os deputados republicanos eleitos criaram, nas Cortes, um ambiente de grande contestação que acelerou a queda do ministério progressista, liderado por José Luciano de Castro, já gasto por três anos de governação especialmente difícil. A 25 de Junho de 1900 foi nomeado novo governo, dirigido pelo chefe do Partido Regenerador, Hintze Ribeiro. Um dos principais problemas era o *deficit* orçamental e o volume da dívida pública que impunham pesadas restrições às despesas. Os governos defrontavam-se com uma situação de penúria financeira, cuja solução mais imediata era o recurso a mais endividamento. Mas os credores tradicionais mostravam-se desconfiados e cada vez mais exigentes, depois da grave crise financeira portuguesa do início da década. O período foi marcado por uma nova fase de estagnação económica (1891-1914) que aumentava ainda mais o atraso de Portugal e a distância em relação aos países mais desenvolvidos³². O pessimismo instalou-se entre certas camadas de intelectuais portugueses, enquanto outros sec-



tores se refugiavam na retórica nacionalista e na exaltação das glórias passadas como lenitivo para as dificuldades do presente.

A questão colonial estava na ordem do dia. Em 1898, um tratado anglo-germânico continha uma cláusula secreta que previa a partilha de Angola, Moçambique e Timor em certas circunstâncias³³. Mas a Grã-Bretanha não estava realmente interessada no seu cumprimento e somente pretendia usá-lo para impedir a aliança entre os alemães e os bóeres no conflito do Transvaal. Por isso, em 1899, através do tratado de Windsor reafirmava os anteriores compromissos de amizade e garantia a integridade dos domínios portugueses. Em troca Portugal deixava uti-

lizar o território de Moçambique para transportar tropas e armamento para a guerra anglo-bóer e comprometia-se a não permitir a instalação de qualquer base naval, estação de cabos ou depósito de carvão nas suas ilhas do Atlântico. A aliança com Portugal servia, assim, para os ingleses neutralizarem as pretensões alemãs e vencerem os bóeres.

Apesar dos hábeis jogos da diplomacia continuarem a permitir a Portugal manter a soberania nas colónias, havia que garantir a ocupação militar e a administração portuguesa sobre vastíssimos territórios. Na precária situação do erário público e perante as dificuldades económicas do país tal desiderato mostrava-se particularmente difícil de cumprir. Algumas vozes isoladas levantavam-se para defender a venda das colónias. A 12 de Fevereiro de 1900 José Bento Ferreira de Almeida, antigo ministro da Marinha e Ultramar, discursou a favor de tal posição na Câmara dos Deputados, reservando somente Angola e São Tomé e Príncipe³⁴. O produto dessa venda serviria, na sua opinião, para pagar a dívida externa e promover o desenvolvimento do país. Mas esta posição era minoritária e não colhia o apoio da opinião pública numa época dominada, em Portugal e noutros países europeus, pelo ascendente das pretensões imperialistas. O major Mouzinho de Albuquerque tinha sido recebido, depois da vitória contra o império dos vátuas e da prisão de Gungunhana, como um herói nacional e o *Hymno do Centenario da India* fazia a seguinte exortação:

*Portuguezes dos tempos d'agora!
Sêde dignos da herança sagrada!
A tarefa é gigante, é pesada;
Mas há hombros, que a podem suster!*³⁵

O país não cedia no que considerava serem os seus direitos históricos sobre territórios dispersos por dois continentes, a África e a Ásia. Mas a questão mais premente, no final do século XIX,

prendia-se com a manutenção das colónias africanas e o sonho de transformá-las em pólos de desenvolvimento capazes de absorver a mão-de-obra nacional que todos os anos continuava a demandar o Brasil. Tendo em conta a população total do país, o número de emigrantes que partiam em busca de melhores condições de vida era realmente impressionante. Este problema social demonstrava bem as dificuldades estruturais da economia nacional e as carências que afectavam a maior parte dos portugueses.

Neste contexto, compreende-se que a comemoração do quarto centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral não tivesse dado lugar a grandes festas. Mas no Brasil, pelo contrário, a data foi assinalada com importantes celebrações públicas e festividades. O Estado português enviou como seu representante uma figura cimeira do regime monárquico e constitucional, o general e conselheiro Francisco Maria da Cunha, que foi acompanhado por uma comitiva oficial. A delegação deslocou-se num navio de guerra, o cruzador D. Carlos, e chegou com alguns dias de atraso, mas ainda pôde participar nas principais cerimónias do programa oficial das comemorações. Em particular, merece destaque o facto do descerramento do monumento dedicado a Pedro Álvares Cabral, do escultor Rodolfo Bernadelli, ter sido inaugurado em conjunto pelo representante de Portugal e pelo presidente da República do Brasil na época, Campos Salles. Além de Cabral, o monumento homenageia também Pêro Vaz de Caminha e frei Henrique de Coimbra³⁶. Em 1940, o governo brasileiro ofereceu uma réplica do monumento que foi descerrada, em Lisboa, no âmbito das comemorações do Duplo Centenário da Independência e Restauração de Portugal.

A imprensa portuguesa referiu-se ao centenário e noticiou os festejos realizados no Brasil. A revista *Brasil-Portugal*, editada em Lisboa, fez uma larga cobertura dos acontecimentos e

publicou um número especial dedicado ao centenário, que reuniu uma importante colaboração de autores nacionais³⁷. A publicação ia no segundo ano de existência e divulgava entre nós aspectos da cultura e da sociedade brasileira. O espírito que animava a publicação foi, de certa forma, resumido por Brito Aranha no artigo intitulado «Brasil e Portugal»: «*O Brasilé, e será, uma grande nação na grande América. Tem vida própria, tem civilização própria, tem independência, tem brio, tem patriotismo! [...] Mas o Brasil também é nosso irmão*»³⁸.

Os centenários de Camões, do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e do Brasil tiveram, por conseguinte, expressão em ambos os lados do Atlântico. De um ponto de vista geral, as posições ideológicas e a visão da história subjacentes às comemorações eram comuns. As navegações europeias e, em particular, os descobrimentos portugueses eram vistos como uma grande gesta colectiva, que tinha permitido aproximar os continentes e desbravar regiões até então desconhecidas. Mas mais importante do que isso era o facto de ter permitido estabelecer o domínio da Europa sobre o mundo e, assim, contribuído para trazer ao grémio da Civilização vastas áreas e povos do globo.

Entendia-se que a colonização europeia era uma prática civilizadora e que a Humanidade caminhava num sentido de evolução e «progresso» que conduziria, inevitavelmente, à aproximação dos povos colonizados dos padrões culturais e de desenvolvimento dos colonizadores. Os países do Novo Mundo e, neste caso, o Brasil eram considerados um bom exemplo desse processo que tinha permitido criar sociedades à imagem e semelhança das europeias. Os portugueses orgulhavam-se do grande esforço feito e dos resultados que tinham sido alcançados naquela região da América Latina. Pelo menos os sectores mais cultos e informados do ponto de vista histórico, não esqueciam que a grande

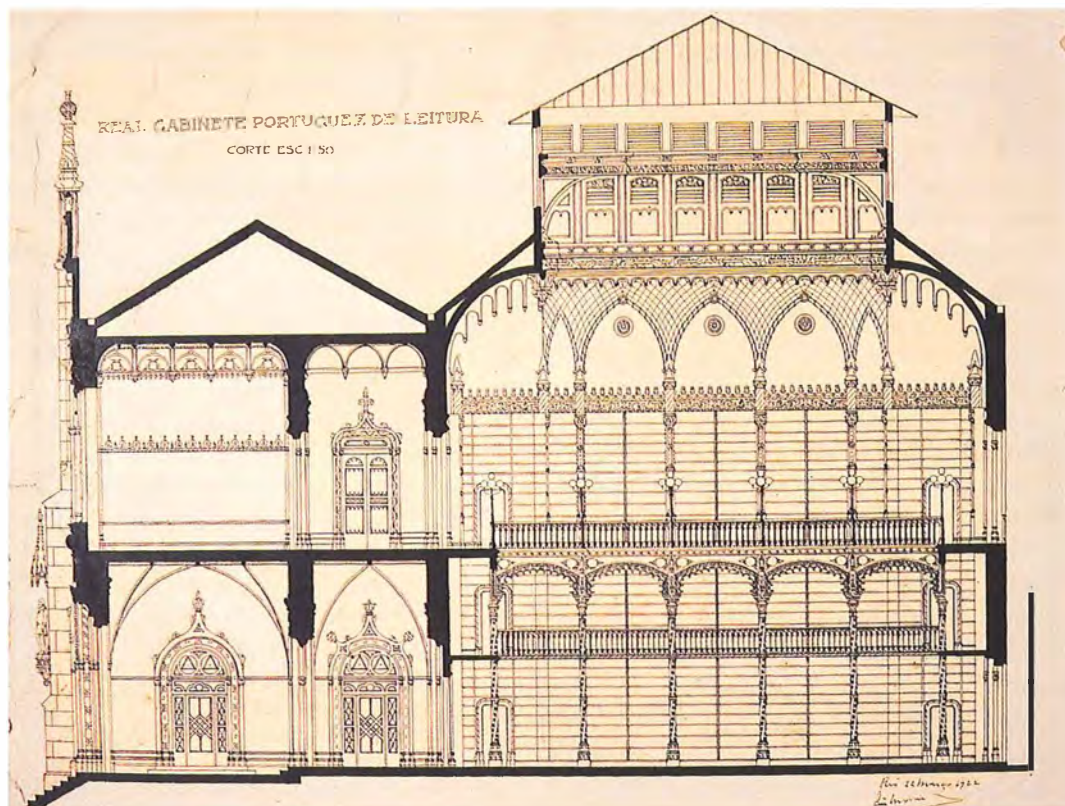
nação latino-americana, com o seu vasto território e uma língua comum, tinha sido fruto da colonização portuguesa.

Neste sentido, o descobrimento do Brasil era comemorado como o início da sua história. Por um lado, considerava-se que os primitivos habitantes do Brasil pelo facto de serem povos sem escrita estavam na Pré-História e, por isso, tinha sido a chegada dos europeus que tornara possível o ingresso daquelas regiões na História. E, por outro lado, entendia-se que o Brasil era uma criação dos portugueses:

*O Brasil não existia antes do descobrimento, nem ficou existindo pela realização d'este. O Brasil, imediatamente à empresa de Álvares Cabral, ficou sendo apenas uma designação, um nome, de uma paragem transoceanica, d'ahi em diante marcada nas cartas. [...] O Brasil que descobrimos não é, pois, na realidade das cousas, o Brasil pelo qual nos glorificamos. Este é outro Brasil, muito diverso: é o Brasil que nós creamos, que nós fizemos»*³⁹.

O autor deste artigo concluía que Portugal já não poderia morrer como Nação, pois iria sobreviver no Brasil—«*n'elle estamos continuados e renovados; n'elle somos reconhecidos pelos povos que nos rodeiam; n'elle, finalmente, continuamos, pela perpetuidade dos tempos, a sermos nós*». Esta ideia do Brasil como uma continuação de Portugal na América foi um dos tópicos mais significativos dos discursos comemorativos. O Brasil e os brasileiros não eram vistos numa óptica de alteridade, mas como uma parte de nós. Era também considerado o exemplo máximo da capacidade de Portugal como país colonizador, de tal modo que o grande objectivo do colonialismo português consistia em criar «novos brasis» em África.

O feito de Pedro Álvares Cabral assumia, por conseguinte, o valor de um acontecimento fundador da história e da futura nação brasileira. Nisto residia a sua importância para a memória



Corte transversal do projecto do Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro.

nacional tanto dos portugueses como dos brasileiros e como tal foi comemorado em 1900. A polémica historiográfica bastante viva sobre as circunstâncias que rodearam o achamento do Brasil era, naturalmente, um problema que interessava a um universo restrito de cidadãos. O acaso ou a intencionalidade, o verdadeiro responsável pelo feito e o papel desempenhado por Cabral, a datação precisa da chegada às costas brasileiras, a localização dos sítios que a armada percorreu e onde fundeou, entre outros aspectos, foram assuntos focados em opúsculos e revistas mais especializadas, mas não tinham impacto fora dos círculos mais cultos. A própria data da comemoração oficial, fixada em 5 de Maio, não respeitou o que já se sabia sobre o dia da chegada da armada à região de Porto Seguro.

Aquilo que os portugueses queriam recordar era a ligação histórica do Brasil a Portugal, «desde o nascimento para a vida civilizada d'esse grande país», nas palavras do almirante Almeida d'Eça, pronunciadas na sessão solene da Sociedade de Geografia⁴⁰.

No seu discurso defendeu que colonizar é «desbravar a floresta, cultivar a campina, guiar as águas da torrente, exterminar as feras, fundar povoados, amansar o indígena bravio, ligar-se com elle, dar origem a novas raças que das raças cruzadas conservem as qualidades, fazer uma nação nova onde a nação antiga se continue». Teria sido assim que os portugueses colonizaram o Brasil e, quando a nova nação atingiu a maturidade, tornou-se naturalmente independente.

O centenário do descobrimento do Brasil foi o pretexto para a publicação de vários romances históricos que eram um gênero bastante popular na época, além de relatos que tomavam por base a carta de Pêro Vaz de Caminha⁴¹. A visão dominante neles em relação aos índios era de povos que viviam num estado natural ou selvagem, mais próximo da condição animal ou da infantilidade. Mas o olhar simpático de Caminha não deixou de influenciar as narrativas do século XIX. Por um lado, continuava presente a ideia da inocência dos índios bem demonstrada pela forma como exibiam os seus corpos nus sem qualquer pudor. Pêro Vaz de Caminha chegou mesmo a estabelecer comparação com a inocência de Adão no Paraíso. Por outro lado, não era ignorada a beleza física dos homens e das mulheres, o carácter bom e a simplicidade dos seus costumes, a amabilidade que demonstraram em relação aos portugueses, ultrapassadas as primeiras reacções esquivas e de natural desconfiança.

Num dos romances, o autor concedeu mesmo ao personagem que simboliza o índio uma certa superioridade moral em relação ao português que com ele rivaliza no amor, porque como afirma, no prólogo, «*a civilização tem sido muitas vezes mais barbara do que a barbarie*»⁴². Havia, decerto, nesta concepção ressaibos da ideia do «*bom selvagem*» que não existiam noutros relatos que foram mais vulgares na época.

Os autores do século XIX não ignoravam as descrições das práticas de canibalismo, que tinham chocado os europeus quando se inteiraram melhor dos costumes indígenas. A antropofagia era, por conseguinte, um dos elementos mais importantes de uma visão bastante generalizada sobre os índios, que ressaltava a imagem da selvajaria e ferocidade. Fora destas generalidades mais vulgares, ainda havia um grande desconhecimento sobre a história e a etnografia dos primitivos habitantes do Brasil. Não consti-

tufam, aliás, foco de interesse das comemorações, cuja perspectiva era claramente lusocêntrica.

Os preconceitos da época não permitiam apresentar com igual naturalidade a nudez dos índios nas ilustrações. Em certas obras são desenhados de lado, de forma a esconder os sexos, e noutras aparecem pudicamente cobertos com uma tanga de folhas. Mas as ilustrações de Roque Gameiro captaram bem os momentos mais significativos do primeiro encontro entre os índios e os marinheiros portugueses. As suas imagens de grande humanidade foram bastante fiéis ao relato de Pêro Vaz de Caminha.

Por último, é importante referir a forma como as relações luso-brasileiras eram apresentadas nestes momentos especiais de celebração. Duas imagens sobressaíam na maior parte dos discursos comemorativos: a paternal e a fraterna. De modo geral, considerava-se que o Brasil era como um filho querido de Portugal que, tendo alcançado a idade madura, se tinha emancipado do progenitor. Esta ideia salientava a estreita relação histórica existente entre as duas nações e o papel de Portugal como país colonizador. Mas os termos da relação não eram de plena igualdade, visto que a figura paterna comporta uma certa autoridade e superioridade em relação ao filho. Por isso, começou a ser também utilizada a imagem de uma relação entre países e povos irmãos. Colocavam-se, assim, os portugueses e os brasileiros em pé de igualdade, unidos por uma história comum e por relações fraternas. A imagem tornou-se recorrente nas comemorações e até no discurso político-diplomático.

Em suma, a comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil, apesar de modesta, servia para reafirmar a profunda ligação histórica existente entre os dois países. Pela mão de Portugal se considerava que o Brasil tinha, afinal, entrado na História e na Civilização.

- ¹ Ver sobre o assunto: Francisco Bethencourt, «A sociogénese do sentimento nacional» in *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1991, pp. 477-480.
- ² Jacques Le Goff «Memória» in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 37.
- ³ Ver sobre o assunto: Maria Cândida Proença, «1820: A festa da Regeneração: permanências e inovações» in *Revista de História das Ideias*, nº 10, Coimbra, 1988, pp. 375-384; Isabel Nobre Vargues, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva Editora, 1997.
- ⁴ Ver sobre o assunto: Maria Isabel João, «Espaço urbano e festa cívica» in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 285-294.
- ⁵ Para uma abordagem genérica do fenómeno ver: Roland Quinault, «The cult of the centenary, c. 1784-1914» in *Historical Research*, vol. 71, Nº 176, October 1998, pp. 303-323.
- ⁶ As fontes consultadas: *O Positivismo*. Revista de Filosofia, II vol., Porto, Livraria Universal, 1880; *O Centenário de Camões em Pernambuco*, festas promovidas pela Direcção do Gabinete Portuguez de Leitura, Porto, 1880; *O Centenário de Camões em Porto Alegre*, Porto Alegre, 1882; *A festa do tricentenário de Camões no salão da Escola Prática do Pará*, Club Euterpe, s.l., s.d.; *O Occidente*, vol. III, Nº 63, Lisboa, 1 de Agosto de 1880.
- ⁷ Cit. *O Positivismo*. Revista de Filosofia, II vol., Porto, Livraria Universal, 1880, p. 515.
- ⁸ *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Lisboa, CNCDP, 1994, p. 253.
- ⁹ Joaquim Nabuco, *Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Portuguez de Leitura*, Rio de Janeiro, 1880.
- ¹⁰ *O Positivismo*. Revista de Filosofia, II vol., Porto, Livraria Universal, 1880, p. 517.
- ¹¹ *Ibidem*, p. 514.
- ¹² O número de homenagem abre com breves palavras de D. Pedro II e é preenchido por poemas assinados por escritores e literatos brasileiros e portugueses - *Revista Brasileira*. Homenagem a Luiz de Camões, 10 de Junho de 1880, Rio de Janeiro, 1880.
- ¹³ *O Occidente*, vol. III, Nº 63, Lisboa, 1 de Agosto de 1880, p. 126.
- ¹⁴ *O Positivismo*. Revista de Filosofia, II vol., Porto, Livraria Universal, 1880, p. 517.
- ¹⁵ *Ibidem*.
- ¹⁶ Para uma abordagem mais desenvolvida, ver o nosso artigo em *O «Centenário da Índia» e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 17-56.
- ¹⁷ Quarto Centenário do Descobrimento da Índia, *Sessão Solene na Sociedade de Geographia de Lisboa*, em a noite de 16 de Maio de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.
- ¹⁸ *Ibidem*, p. 21.
- ¹⁹ *O Centenario da India pela colonia portugueza da Bahia*, Bahia, Officinas dos «Dois Mundos», 1898, p. 193.
- ²⁰ *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Lisboa, CNCDP, 1994, p. 255-57.
- ²¹ *Ibidem*, p. 259.
- ²² *O Centenario da India pela colonia portugueza da Bahia*, Bahia, Officinas dos «Dois Mundos», 1898, p. 29.
- ²³ Para uma análise mais detalhada dessas dificuldades, ver o nosso artigo já citado. É importante também recordar que, ainda nesse ano, morreu Luciano Cordeiro e que o trabalho dos organizadores destes eventos não era remunerado. Era considerado um dever cívico.
- ²⁴ *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 19ª série, Nº 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1901, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 25.
- ²⁵ *Idem*, p. 28.
- ²⁶ *Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. XIX, Anno de 1899, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p. 228. Uma comissão que, em 1882, tinha procedido ao exame do local concluiu que «houvera violação e que na referida sepultura se acham ossadas de esqueletos distintos, mas sem a menor exhição pela vetustade das ossadas uma d'ellas pertencia ao inclito navegador».
- ²⁷ Os supostos restos mortais de Vasco da Gama foram trasladados por duas vezes, em 1880 e em 1898. Ver sobre o assunto o nosso texto: «As comemorações do «Centenário da Índia»» in *O «Centenário da Índia» e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 54-55.
- ²⁸ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª série, nº 1 e 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 29 e 31.
- ²⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª série, nº 1 e 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 99-110.
- ³⁰ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 5 e 13 de Maio de 1900.
- ³¹ *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 248.
- ³² Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Presença, 1993, p. 162.
- ³³ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 206.
- ³⁴ *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 248.
- ³⁵ Fernandes Costa, *Hymno do Centenario da India*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 12.
- ³⁶ Sobre o monumento, ver a revista *O Occidente*, vol. XXIII, nº 768, 30 de Abril de 1900.
- ³⁷ *Brasil-Portugal*, 2º ano, Número Extraordinário, Fevereiro de 1900 a Fevereiro de 1901, Lisboa, 1901.
- ³⁸ *Brasil-Portugal*, 2º anno, Fev. de 1900 a fev. de 1901, Lisboa, 1901, p. 75.
- ³⁹ *Commercio do Porto*, Porto, 8 de Maio de 1900.
- ⁴⁰ *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 18ª série, Agosto a Novembro de 1900, números 8 a 11, Lisboa, 1901, p. 405.
- ⁴¹ Alberto Pimentel, *O descobrimento do Brazil*, 2ª ed., Lisboa, 1900; Henrique Lopes de Mendonça, *Terra de Santa Cruz*, Lisboa, 1899; Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brazil*, Lisboa, 1900; *O Descobrimento do Brazil – Narrativa de um marinheiro*, Lisboa, 1900.
- ⁴² Alberto Pimentel, *O descobrimento do Brazil*, 2ª ed., Lisboa, 1900, p. XLII.

Dois centenários, duas celebrações 1900-2000 a emblemática comemorativa

António Miguel Trigueiros



Brasil, 4000 réis 1900-1900.
Coleção Raimundo da Silva
Fernandes, Guimarães.

*«Mudam-se as Gentes, mudam-se
as Vontades»*

(Luís de Camões)

ESTANDO QUASE A TERMINAR O ACTUAL CICLO comemorativo associado aos descobrimentos marítimos portugueses, poderá ter interesse fazer uma análise comparativa dos testemunhos deixados à posteridade nas celebrações luso-brasileiras de 1900 e de 2000, no campo da produção emblemática comemorativa (moedas, medalhas e, por associação, notas de banco).

Como peças evocativas de uma efeméride, a cunhagem de medalhas comemorativas representa em Portugal uma tradição e um hábito desde há muito vulgarizados, constituindo uma expressão artística que encontrou no nosso país uma excelente receptividade. O mesmo não se passou com a cunhagem de moedas comemorativas, que só teve início há pouco mais de cem anos, por ocasião das comemorações do 4.º Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, estando hoje muito mais generalizada em todo o mundo, como peça oficial de prestígio nacional e importante fonte de arrecadação de receitas não fiscais.

Quanto às notas de banco, a ideia de se mandar estampar chapas comemorativas é muito recente e ainda pouco divulgada internacionalmente, apesar da normal utilização desse suporte como expressão de uma arte da gravura que alcançou inegável nível artístico, qualidade e beleza.

1. Moedas comemorativas

1900: Portugal 0

Brasil 4

Das comemorações nacionais do 4.º Centenário da viagem de Vasco da Gama saíram as pri-

Moedas comemorativa
dos 400 Anos da Descoberta do Brasil.
Série de quatro moedas de prata: 400 réis (diam.
22.8mm; peso 5.1g), 1000 réis (diam. 30.3mm;
peso 12.75g), 2000 réis (diam. 37mm; peso 25.5g)
e 4000 réis (diam. 50.6mm; peso 51g). Casa da
Moeda do Rio. Colecção do Banco Central do
Brasil, Brasília.

meiras moedas comemorativas portuguesas,
uma série de três exemplares em prata de 1000,
500 e 200 réis emitida em 1898 com uma dupla
finalidade: celebrar de forma solene esse glo-
rioso acontecimento, deixando um testemunho
perpétuo das comemorações; e gerar receitas
para o financiamento das mesmas, pela reversão
dos chamados «lucros das amoedações» (dife-

rença entre o valor facial das moedas e o seu
custo de fabrico)¹.

Dois anos mais tarde, a viagem da armada
de Pedro Álvares Cabral não mereceu do governo
português a mesma atenção numismática, ape-
sar de muito se ter feito para solenizar como festa
nacional as comemorações brasileiras desse ano.
Nessa altura, a maior preocupação da parte por-
tuguesa era o estreitamento dos vínculos de ami-
zade com a nação irmã, reforçando-se a estabi-
lidade das relações diplomáticas e tentando
fazer esquecer os graves problemas havidos anos
antes.

A bola estava no campo brasileiro, era ao
Brasil que competia celebrar com grande esplendor
aquele centenário. No Rio de Janeiro foi
cunhada uma imponente série de quatro moe-
das de prata de 4000, 2000, 1000 e 400 réis – as
suas primeiras espécies monetárias comemora-
tivas – com gravuras de excelente desenho e
temas alusivos a Pedro Álvares Cabral (num gesto
de saudação à terra descoberta), aos navios qui-
nhentistas, à Liberdade e à Ordem Militar de
Cristo.

Apesar de terem todas as características das
moedas de prata de curso legal na época, estas
moedas comemorativas não entraram em cir-
culação pelo seu valor facial (como as portu-
guesas de 1898), antes foram entregues à
Comissão Central do Centenário, que as vendeu
por preços bem mais elevados: a moeda de 4 000
réis por 10 000 réis; a de 2000 por 5000 réis; a de
1000 por 2000 réis; e a moeda de 400 réis por
1000 réis².

Neste processo muito *sui-generis*, o Estado
brasileiro apenas recebeu o valor do custo do
metal empregado na sua amoedação. Mas o
objectivo foi alcançado e a comissão brasileira
conseguiu desta forma o necessário financia-
mento para desenvolver as suas actividades.
Hoje são peças muito apreciadas por coleccio-
nadores de todo o mundo e valiosos testemu-





Moedas comemorativas
dos 500 Anos da Descoberta do Brasil.
Série de quatro moedas de prata,
de cunhagem especial «prova numismática»
(200 escudos, 1999: diam. 36mm; peso 26.5g).
Casa da Moeda de Lisboa. Colecção do autor.

nhos emblemáticos das comemorações dos 400 Anos do Descobrimento do Brasil.

2000: Portugal 4

Brasil 0

Um século volvido, coube ao autor deste artigo iniciar, em Setembro de 1996, conversações com várias autoridades e instituições brasileiras com responsabilidade na cunhagem e emissão monetária, sobre a viabilidade do lançamento simultâneo, em Portugal e no Brasil, de moedas comemorativas do 5.º Centenário do Descobrimento do Brasil, numa acção conjunta que muito iria contribuir para uma maior visibilidade e notoriedade internacional das comemorações luso-brasileiras de 2000.

Recebida com entusiasmo pela Directoria da Casa da Moeda do Rio de Janeiro e pela própria comissão brasileira das comemorações, esta ideia tão simples e que parecia ser de fácil concretização, acabou por não ter seguimento, face à oposição do Banco Central do Brasil e à falta de empenhamento político dos dois governos.

Portugal acabou, assim, por ficar sozinho na cena numismática internacional, marcando esta efeméride com a emissão de uma colecção de quatro moedas comemorativas de cuproníquel, de circulação corrente, com o valor facial de 200 Escudos³.

Duarte Pacheco Pereira e as suas alegadas explorações marítimas ao norte do Brasil; Pedro Álvares Cabral e o «achamento» da Terra de Vera Cruz; o novo mundo *Brasilis*; e Bartolomeu Dias e a sua morte no mar pouco depois da frota ter largado do Brasil para a Índia, foram os temas seleccionados para esta série, cuja interpretação artística ficou a cargo, respectivamente, dos escultores Eloisa Byrne, Raul de Sousa Machado, Isabel Carriço, Fernando Branco e António Marinho.

De notar, contudo, que estas moedas apresentam a era real da sua cunhagem, 1999, não

havendo nelas qualquer marca numismática (legenda ou era) que saliente o que parecia óbvio, as comemorações de 1500-2000.

Com esta emissão Portugal não esqueceu, ao contrário do Brasil, a lição e o precedente das emissões monetárias comemorativas de 1898 – 1900: os recursos financeiros captados pelos lucros das amoedações continuam a constituir uma parcela muito significativa do orçamento das receitas da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, ao mesmo tempo que as próprias moedas são «*mensagem de cultura*», divulgando, interna e externamente, a história dos Descobrimentos Portugueses e promovendo de forma prestigiosa a imagem de Portugal no Mundo⁴.

Outros tempos, outros homens, outras políticas, outras vontades! Razão tinha Camões... Portugal fez o que lhe competia fazer, dar o tom e liderar na área numismática as comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil; e o Brasil, enredado numa teia de interesses, burocracia e contradições políticas, culturais e legislativas, fez o que se esperava que fizesse. Nada.

Ao contrário da moeda, prisioneira da lei e da vontade governativa, a medalha sempre foi uma forma de arte que goza de total liberdade de expressão artística e editorial, sendo por isso justamente considerada como uma peça comemorativa por excelência. Assim foi em 1900, com absoluta vantagem para o lado brasileiro; assim é em 2000, onde muitas e variadas edições são esperadas em ambos países.

1900: Brasil – pujança e expressividade

Portugal – total apagamento

No campo medalhístico repetiu-se a situação atrás descrita para a produção numismática

Medalhas comemorativas dos 400 Anos da
Descoberta do Brasil [nesta página e seguinte].



<
Dedicada ao povo Luso-Brasileiro, por Julius Meili
(Lamas, n.º 344). Prata, diam. 57.5mm, peso 80g.
Casa da Moeda de Paris;



<
Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro
(Lamas, n.º 345). Cobre bronzeado, diam. 50mm,
peso 65g. Casa Ludwig Lauer, Nuremberg;



<
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
(Lamas, n.º 346). Cobre, diam. 51.5mm,
peso 48g. Gravador Domingos Alves do Rego,
Lisboa.



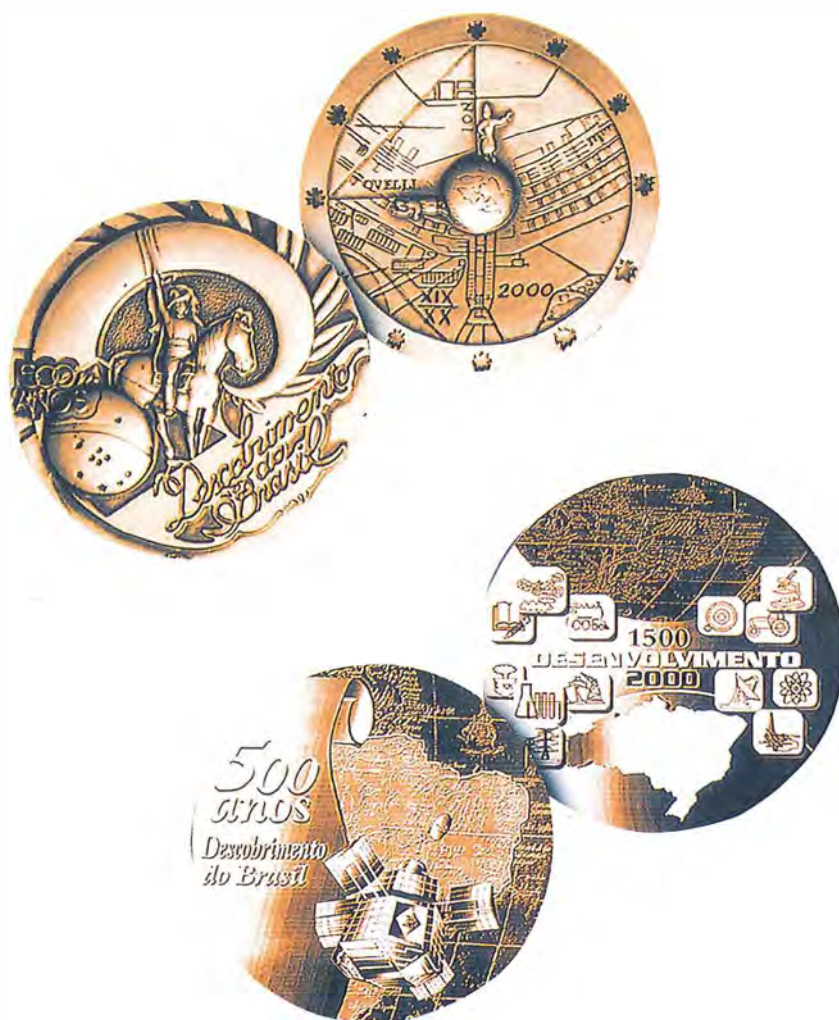
<<
Prefeitura de São Vicente, S. Paulo (Lamas, n.º 348).
Prata, diam. 31mm, peso 12g. Fabricante
desconhecido.

<
E. Baptista (Lamas, n.º 349). Alumínio,
diam. 28.5mm, peso 3g. A Mascotte, Lisboa.

>
 Governo do Estado do Pará. Série de
 quatro medalhas com anverso comum
 (busto de Pedro Álvares Cabral). Cobre,
 diam. 70mm, peso 160g. Casa da Moeda
 de Paris;







Medalhas comemorativas dos 500 Anos da Descoberta do Brasil. Coleção de 5 medalhas (diam. 60mm) de ouro (peso 288g), prata (peso 168g) e bronze (peso 142g), editadas pelo Clube da Medalha da Casa da Moeda do Brasil: 1996- Cabral/ Terra Brasilis; autor: Kátia Dias. 1997- Novas raças/ Economia colonial; autor: Zoraia Alcântara. 1998- Bandeirante/ Barroco brasileiro; autor: Alzira Duim. 1999- Grito do Ipiranga/ Expansão econômica; autores: Cecília Langer e Mário Dittz; 2000- Satélite Brasília/ Avanço tecnológico; autor: Luciano Araújo.

comemorativa. Em Portugal, depois das múltiplas edições de medalhas comemorativas dos centenários do Infante D. Henrique (1894), de Santo António (1895) e, principalmente, da viagem de Vasco da Gama à Índia (Artur Lamas catalogou cerca de 40 tipos diferentes de medalhas alusivas à efeméride⁵), as comemorações da descoberta do Brasil ressentiram-se da falta de uma comissão oficial portuguesa. As poucas edições feitas em Lisboa por iniciativa privada tinham mais a característica de venerated, ou de pequenas insígnias de trazer ao peito, que de verdadeiras medalhas.

No Brasil a situação foi bem diferente. Particulares e instituições públicas do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Baía e do Pará mandaram cunhar em Paris, Nuremberg e em Lisboa medalhas comemorativas de grande qualidade, que hoje constituem peças de referência na medalhística brasileira.

As medalhas reproduzidas neste artigo pertencem à coleção do Senhor Raimundo da Silva Fernandes, de Guimarães (a quem desejamos expressar o nosso agradecimento pela forma entusiástica e expedita da sua colaboração), e incluem uma belíssima série de quatro exemplares que não vêm descritos na conhecida obra de Artur Lamas, *«Medalhas Portuguesas e Estrangeiras Referentes a Portugal»* (Lisboa, 1916). Editadas pelo governo do Estado do Pará, «em homenagem aos grandes exploradores do rio Amazonas»⁶, são medalhas de cobre de grande módulo e peso (70 mm, 160 g), cunhadas em Paris, todas com o mesmo anverso alusivo a Pedro Álvares Cabral e ao Descobrimento do Brasil, mas com diferentes reversos: a descoberta do Amazonas («Mar Dulce») durante a exploração costeira de Vicente Yanez Pinzon (Janeiro de 1500); as expedições pelos rios Napo, Amazonas e Juruá de Gonçalo Pizaro e Pedro de Ursua (1539-1560); as incursões de Daniel de la Touche (1613), fundador da cidade

de São Luís de Maranhão; e as bandeiras de Pedro Teixeira e Bento de Oliveira, na conquista e ocupação da bacia do Amazonas até à foz do rio Napo (1637-1639).

Merece também especial destaque a medalha mandada cunhar em homenagem ao povo Luso-Brasileiro por um dos maiores coleccionadores e estudiosos da Numismática e Medalhística colonial portuguesa e brasileira, o Dr. Julius Meili (1839-1907), cônsul da Suíça em Salvador⁷.

Trata-se de uma medalha excepcional, que junta na sua concepção as técnicas e os tipos de gravuras das duas especialidades: no anverso, o busto do descobridor é retratado com um rigoroso tratamento histórico-iconográfico, à maneira das medalhas renascentistas; e, no reverso, os desenhos dos quatro brasões de armas que marcaram a história do Brasil revelam-nos a sensibilidade numismática de um grande especialista.

2000: Brasil – olhos postos no futuro

Portugal – reverenciar o passado

A criação do «Clube da Medalha do Brasil», em 1957, por iniciativa da Casa da Moeda, veio dinamizar toda a moderna produção medalhística brasileira, promovendo e difundindo o seu estudo e coleccionismo cultural.

Como contribuição para as comemorações cabralinas, a Casa da Moeda do Brasil lançou em 1996 uma série de cinco medalhas alusivas aos 500 Anos do Descobrimento, com edição de uma medalha por ano até 2000, e cujos temas abordam os principais acontecimentos ocorridos em cada um destes cinco séculos: o «*Descobrimento*»; a «*Economia Colonial*»; os «*Bandeirantes e a Arquitectura Barroca Brasileira*»; a «*Política e a Independência*»; e, na última medalha, a «*Tecnologia e o Desenvolvimento*», nela se destacando o satélite Brasilsat.

Reverenciar o passado com os olhos postos no presente/futuro..., eis uma ideia singular e

inteligente da utilização da arte da medalha comemorativa como registo do mais importante evento da história brasileira, legando às gerações futuras um testemunho perene destas comemorações.

Assim também devia ser a medalhística Portuguesa deste 5.º Centenário, se para tal houvesse «engenho e arte». Arte, sem dúvida, muita e de grande qualidade têm-na os escultores medalhistas portugueses; mas o engenho, esse outro valor mais alto da genialidade humana, da criatividade e inovação, depende hoje sobretudo dos critérios dos encomendadores.

E nesse domínio sofrem os editores portugueses de falta de arrojo conceptual, daquela visão larga e espreitada sobre o futuro, que um presente demasiado materialista não os deixa perceber.

Muitas e desvairadas edições se projectam neste ano, a maioria por iniciativa particular, sempre louvável, mas também sempre (e sobretudo) de índole mercantilista.

Além dessas, merece especial destaque a colecção de medalhas em prata oficiais portuguesas das «Comemorações no Mar–Brasil 500», edição da APORVELA com o apoio institucional da CNCDP, e cuja temática fixa no metal os três grandes momentos do histórico feito de Pedro Álvares Cabral: o «*Descobrimento*»; a «*Identificação do Cruzeiro do Sul*»; e «*A Primeira Missa*», momentos que simbolizam a expansão dos conhecimentos científicos devidos aos portugueses e o início da evangelização dos povos das Terras Brasis.

De referir, ainda, ter a Comissão dos Descobrimentos Portugueses lançado um concurso nacional para a medalha comemorativa dos 500 anos do achamento do Brasil, com prazo de entrega dos trabalhos até ao dia 7 de Fevereiro e selecção marcada para 9 do mesmo mês (data já posterior à conclusão deste artigo).

Papel-Moeda com gravuras alusivas ao Descobrimento do Brasil [nesta página e seguintes].

> Notas do Banco de Portugal: 100 000 réis de 1908 (chapa 2, frente) e 100 escudos de 1918 (chapa 1, frente). Colecção do Banco de Portugal, Lisboa;





<
Nota do Tesouro Nacional do Brasil: 1000 cruzeiros de 1943, frente e verso (estampa 1.ª). Coleção do Banco Central do Brasil, Brasília.

3. Notas de bancos conservadores

Por último há que referir a importante contribuição do papel-moeda para a divulgação de factos e vultos que a História consagra. Desde 1897, ano em que teve início uma profunda renovação e actualização dos equipamentos da estamperia do Banco de Portugal e a contratação de experientes gravadores estrangeiros, muitos dos motivos emblemáticos das suas notas retratam portugueses ilustres ou são alegóricos às viagens quinhentistas de exploração marítima.

A partida da frota de Pedro Álvares Cabral foi o motivo desenhado por Eugène Mouchon para a chapa 2 da nota de 100 000 réis, cuja data da primeira emissão é de 22 de Maio de 1908 e que esteve em circulação até Outubro de 1926. O mesmo artista francês desenhou o quadro alegórico à Descoberta do Brasil, patente na frente da primeira nota republicana de 100 Escudos, datada de 13 de Agosto de 1918 e que circularia até Abril de 1931.

No Brasil, a adopção de painéis decorativos com motivos históricos no papel-moeda

>
Nota de 1000 escudos de 1998
(chapa 13, reprodução parcial),
comemorativa dos
Descobrimentos Portugueses
(Brasil).



teve início com as primeiras impressões de notas da Caixa de Estabilização (1926-30), ainda com valores em Réis: a nota de 1000\$000 apresenta, no painel do verso, a 1.ª Missa no Brasil, segundo o quadro de Vitor Meireles, «a tela mais reproduzida na colecção brasileira de cédulas»⁸. Com a instituição do Cruzeiro como padrão monetário (1942), o papel-moeda brasileiro «começa a adquirir personalidade própria, e tenta apresentar como tema aspectos culturais, económicos, geográficos e históricos nacionais»⁹.

Curiosamente e tal como tinha acontecido anos antes nas notas portuguesas, o motivo emblemático seleccionado para o valor mais alto desta primeira série (1000 Cr\$.) representa Pedro Álvares Cabral (na frente) e a 1.ª Missa no Brasil (no verso), um tema que se manteria nas várias edições posteriores até à criação do Banco Central do Brasil (1964) e à reforma do Cruzeiro-Novo (1965).

Há que notar, contudo, que a representação em papel-moeda de painéis alegóricos a personalidades e a factos históricos – como é o caso de Pedro Álvares Cabral –, não significa que se possa considerar essas emissões como tendo tido um carácter comemorativo, dado o grande desfasamento no tempo entre a sua estampagem e entrada em circulação, e o período das comemorações oficiais.

Dentro dessa categoria – notas de banco comemorativas – apenas cabem as actuais notas em circulação em Portugal, as últimas com valores em Escudos: 500 (*João de Barros*), 1000 (*Pedro Álvares Cabral*), 2000 (*Bartolomeu Dias*), 5000 (*Vasco da Gama*) e 10 000 (*Infante D. Henrique*), cujo desenho em série, da autoria do Prof. Luís Filipe de Abreu, foi propositadamente concebido e executado como contribuição para o actual ciclo comemorativo dos Descobrimentos Portugueses; e, no Brasil, a nova cédula de R\$ 10,00 em plástico (substrato polímero, desenho ainda não

revelado¹⁰) que será lançada em circulação no dia 22 de Abril, com motivos alegóricos à chegada dos portugueses à Terra de Vera Cruz, a Pedro Álvares Cabral e à carta que Pêro Vaz de Caminha escreveu a D. Manuel I sobre o novo «achamento».

Esta é, talvez, a mais importante manifestação da importância dada pelo governo brasileiro às comemorações luso-brasileiras de 2000 e que, na falta de uma moeda metálica comemorativa, passará a constituir a peça emblemática por excelência dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil.

¹ Lei de 21 de Maio de 1896, *Diário do Governo*, n.º 114, de 22 de Maio.

² Veja-se Álvaro da Veiga Coimbra, *Numismática Brasileira – Brasil Independente*, S. Paulo, 1960, pp. 99-101. Lei n.º 599, de 31 de Dezembro de 1898.

³ Constitui a X Série do Programa Monetário e Numismático «A Era Dourada dos Descobrimentos Portugueses», iniciado em Julho de 1987 sob os auspícios e coordenação da CNCDP, de acordo com o projecto apresentado pelo autor em Fevereiro desse ano.

⁴ Veja-se o relatório da CNCDP, *Síntese das Actividades e Iniciativas, 1989 – 1994*, Lisboa, 1994, pp. 200-204.

⁵ *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, 1916, pp. 369-394. Nesta obra vem descrita, com abundantes pormenores, as vicissitudes porque passou a Comissão Executiva desse Centenário.

⁶ Seguimos Álvaro da Veiga Coimbra, *Medalhística Brasileira*, S. Paulo, 1962, pp. 76-78.

⁷ A sua fabulosa colecção seria vendida em leilão em Maio e Outubro de 1910, em Amsterdão, tendo sido adquirida em grande parte por outro grande coleccionador português residente no Brasil, o madeirense Comendador António Pedro de Andrade (1839-1921), que doou todo o seu espólio numismático-medalhístico à Biblioteca Nacional, encontrando-se hoje integrado no valioso acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Veja-se *Anais do MHN*, vol. 27, Rio, 1995, pp. 101-107.

⁸ *O Museu de Valores do Banco Central do Brasil*, ed. Banco Safra, S. Paulo, 1988, p. 261.

⁹ *Ibid.*, pp. 276-279.

¹⁰ Devemos estas informações ao nosso particular Amigo, Dr. Raul de Oliveira Pereira, Director Técnico da Casa da Moeda do Brasil. O projecto da nova nota foi desenvolvido na Casa da Moeda a partir de uma tecnologia australiana importada.

Os filmes da história luso-brasileira

José de Matos - Cruz

EM POUCO MAIS DE UM SÉCULO, DESDE O PRIMÓRDIO das imagens animadas, as cinematografias portuguesa e brasileira lograram, historicamente, importantes lances de aproximação e convergência. Ao que se sabe, o próprio pioneiro Aurélio da Paz dos Reis, em 1896, se interessou pela «última maravilha do Século XIX», como exaltava a propaganda comercial, na expectativa de revelar as inovadoras «tomadas de vista» além-Atlântico – onde, aliás, já eram conhecidas. E, a partir de 1913, o nosso Silvino Santos prestigiou-se, viajante aventureiro, como «o cinegrafista do Amazonas». Nas artes da ficção, Chianca de Garcia prosseguiu no Rio de Janeiro, durante os anos '40, uma actividade fulgurante, iniciada em Lisboa. Eis tópicos de abordagem específica, a detalhar, sobre *Um Imaginário Luso-Brasileiro* – incluindo a representação dos nossos realizadores fundamentais, Leitão de Barros (*Vendaval Maravilhoso*, 1949), Manoel de Oliveira (*Palavra e Utopia*, 2000).

Mais significativos quanto ao investimento feito pelo país irmão, mas todos em si determinantes para a abordagem de um passado comum, eis *Os Filmes da História Luso-Brasileira*:

1917

O GRITO DO IPIRANGA – INDEPENDÊNCIA OU MORTE

35 mm – pb – 3000 mt. Realização: Giorgio Lambertini. Produção: Ipiranga Filme (Brasil). Autor original: Eugénio Egas. Fotografia: Antonio Campos. Estreia: Central (São Paulo). Data Estreia: 23 Jun 1917. Intérpretes/Personagens: Achilles Lambertini (Imperador D. Pedro I), Luisa Lambertini (D. Domitila), Vitória Lambertini (Noiva do Chaleça), Giorgio Lambertini, Emma Lambertini, Zacharias Yaconelli.

Os factos históricos que desencadearam a Independência do Brasil, entremeando episódios romanescos e cenas populares da época colonial. Observações: Produção brasileira. Incidências da história portuguesa no século XIX.

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

35 mm – pb – 1700 mt – 62 mn. Realização: Humberto Mauro. Produção: Instituto do Cacau da Bahia (Brasil). Consultores Históricos: Roquette Pinto, Affonso Taunay, Bernardo José de Sousa, Pedro Sizing. Realização: Bandeira Duarte. Diálogos: Bandeira Duarte. Fotografia: Humberto Mauro. Op. Imagem: Manoel Ribeiro, Alberto Botelho. Cenários: (Miniaturas) José Queiroz. Cabeleireiro: O. de Assis. Fot. de Cena: Paes. Música: Villa Lôbos. Coreografia: Marcio Queiroz. Estúdios: Cinédia. Direc Estúdios: Luiz de Barros. Exteriores: Ilhas do Governador e d'Água, Praia da Freguesia, Campo Grande. Lab Imagem: Brasil Vita Film. Reg Som: Cinédia, Cine Som Estúdios (Rio de Janeiro). Produção Exec: Alberto Campiglia. Orientação Geral: Ignacio Tosta Filho. Distribuição: Sociedade Importadora de Filmes/SIF. Estreia: Coliseu. Data Estreia: 7 Jan 1939. Intérpretes/Personagens: Álvaro Costa (Pedro Álvares Cabral), Manoel Rocha (Pero Vaz de Caminha), Alfredo Silva (Frei Henrique de Coimbra), Reginaldo Calmon e Aracati (Índios), João de Deus (Ayes Correia), Arthur de Oliveira (Pedro Escobar), João Silva e Arthur Castro (Frades), J. Silveira (Mareante), De Los Rios (Duarte Pacheco), Armando Duval (Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias), Helio Barrozo Netto (Edgar), Costa Henrique (Marinheiro), Humberto Mauro (Português).



Grandioso espectáculo de CINEMA
FALADO EM PORTUGUÊS
HOJE às 21.30 no COLISEU
DESCOBRIMENTO DO BRASIL
Buscando novos mundos. As caravelas portuguesas no alto mar. O grito ansioso de: «Ferra! Terra! A primeira visão do Monte Pascoal Brasil que surge! A emoção dos mareantes. O desembarque e o desbravamento da floresta virgem. O encontro com os naturais. Pedro Alvares Cabral e a primeira missa campal. Glória aos portugueses!»
Preços popularísimos Camarões
de 1.ª: 20SC0 e 15300
de 2.ª: 12SC0 e 10SC0 **GERAL: 2\$00**
Forem convidadas entidades oficiais portuguesas e brasileiras a assistir a este espectáculo
Amanhã, às 15.30: **MATINE'E** dedicada às crianças
Espectáculo todas as noites

Ilustração da Carta de Pero Vaz de Caminha, ao Rei de Portugal, incluindo a primeira missa. Observações: Reflexos da história portuguesa no século XVI. Uma das mais elevadas produções brasileiras da época, e filme pioneiro ao nível das reconstituições históricas – destacando-se a reprodução da nau de Pedro Álvares Cabral, em tamanho natural e com detalhes.

A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

35 mm – pb – 1732* mt – 62 mn. Realização: António Lopes Ribeiro. Produção: Secretariado da Propaganda Nacional/SPN. Versão do SPN: 750 mt – 27 mn. As Realização: Carlos Filipe Ribeiro. Texto: António Lopes Ribeiro. Fotografia: Octávio Bobone, Manuel Luís Vieira, Artur Costa de Macedo, Salazar Diniz. Direc de Som: J. Sá Nobre. Locução: António Lopes Ribeiro. Música: Frederico de Freitas. Montagem: Vieira de Sousa. Data Rodagem: Out/Nov 1940. Lab Imagem: Lisboa Filme. Reg Som: Lisboa Filme. Distribuição: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC.

A Exposição do Mundo Português – de que foram Comissário-Geral Augusto de Castro, Comissário-Adjunto Sá e Melo, Arquitecto-Chefe Cottinelli



Telmo. Inauguração pelo Chefe do Estado Oscar Carmona, acompanhado pelo Presidente do Conselho Oliveira Salazar, e pelo Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco. Outras personalidades, como o Cardeal Gonçalves Cerejeira. O interior de cada pavilhão – repositório ilustrado da História de Portugal, desde a fundação da nacionalidade. O Pavilhão do Brasil – único país estrangeiro ao qual foi concedido figurar. Aldeias indígenas no Jardim do Ultramar, anexo à Exposição.

O GRANDE AMOR DE D. PEDRO DE BRAGANÇA

EMBRUJO

35 mm – pb – 2750 mt – 100 mn. Realização: Enrique T. Susini. Produção: Lumiton Cinematográfica (Argentina). Argumento: Enrique T. Susini, Pedro Miguel Obligado. Música: George Andreani. Danças por: Maria Ruanova. Distribuição: Filmes Castello Lopes. Estreia: Condes. Data Estreia: 8 Jan 1944. Intérpretes/Personagens: Georges Rigaud (D. Pedro), Alicia Barrie (Domitila de Castro), Pepita Serrador, Ernesto Vilches, Santiago Gómez Con, Carlos Tajés, Maria Ruanova, Amery Darbon, Pablo Donadio, Carlos Bouhier, Pablo Lagarde, Bola de Nieve.

A paixão – ou lenda histórica? – do rei D. Pedro IV de Portugal, que proclama a independência do

Brasil. Será o primeiro imperador, e afeiçoa-se a Domitila de Castro – que, após a morte da esposa, recusa casar com ele, pelo bem do novo país...

INCONFIDÊNCIA MINEIRA

35 mm – pb – l/m. Realização: Carmen Santos. Produção: BrasilVita Filmes (Brasil). Realização: Manoel Rocha. Argumento: Henrique Pongetti. Texto: Autos da Devassa. Planif, Seq: Humberto Mauro, Carmen Santos. Fotografia: Edgar Brasil. Op Imagem: Rui Santos. Direc de Som: Vítor Barros. Música: Francisco Braga. Coreografia: Manoel Monteiro. Montagem: Watson Macedo. Produção Exec: Carmen Santos. Intérpretes: Rodolfo Mayer, Carmen Santos, Roberto Lupo, Osvaldo Loureiro, Augusto R. Chaves, Antonia Marzullo, Luiza B. Leite, Paulo Porto, Célia Maria, Alexandre Alencastro, Alvaro Souza, Anselmo Duarte, Antonio Laio, Armando Louzada, Ataíde Ribeiro, Bandeira Melo, Benjamin Oliveira, Drummond Filho, Brandão Filho, Caetano Junior, Fialho Almeida, Floriano Faissal, Frederico Rosa, Graça Melo, Jorge Doria, Jota Silveira, Leonardo Jorge, Mafra Filho, Manoel Monteiro, Manoel Rocha, Nelson Oliver, Osvaldo Louzada, Pedro Dias, Restier Junior, Roberto Acacio, Vítor Drummond, Sadi Cabral.

A Inconfidência Mineira – conspiração independentista do século XVIII, em Minas Gerais, centro de riquezas coloniais. Embora torturado, para que revele a sua intervenção, na mais vasta conjura contra a coroa portuguesa, Tiradentes assume-se como único responsável, sendo condenado à morte...

Observações: Colonização portuguesa no Brasil (século XVIII).

A VIAGEM PRESIDENCIAL AO BRASIL

35 mm – c – 1797 mt – 65 mn. Realização: Antónino Lopes Ribeiro. Produção: Sociedade Portu-

guesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC, Produtores Associados. Colaboração Técnica: Serviços das «Imagens de Portugal». Texto: António Lopes Ribeiro. Fotografia: Aquilino Mendes, Abel Escoto, Perdigão Queiroga. Locução: Raul Feio. Montagem: António Lopes Ribeiro. Data Rodagem: 1957. Lab Imagem: Tobis Portuguesa. Direc Produção: António Lopes Ribeiro. Distribuição: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC.

Visita oficial ao Brasil do Chefe do Estado – Craveiro Lopes, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros – Paulo Cunha, e respectivas mulheres. Aspectos: Baía – parada militar, cortejo histórico; embarque no «Almirante Barroso», até ao Rio de Janeiro, aguardado por Juscelino Kubitschek de Oliveira; visita ao Prefeito de Guanabara – Negrão de Lima; missa na Igreja da Candelária; almoço no Hipódromo da Gávea – concurso hípico; banquete no Clube Ginástico Português; jantar em casa de Roberto Marinho – director de *O Globo*; parada militar em Copacabana; assinatura da Declaração Conjunta que regulamenta o Tratado de Amizade e Consulta; coroa no monumento ao Almirante Barroso; visita a Petrópolis; Rio – desfile atlético e festa no Clube de Regatas Vasco da Gama; jantar e recepção oferecida por Craveiro Lopes no Palácio das Laranjeiras; Belo Horizonte, São Paulo – recepção por Jânio Quadros e Ademar de Barros, Curitiba, Porto Alegre; obras de Brasília; Manaus, passeio no Rio Negro, desfile cívico e militar em Belém, Recife – reconstituição de carnaval pernambucano. Chegada a Lisboa e aclamação popular.

1960

I ACAMPAMENTO INTERNACIONAL DA MOCIDADE PORTUGUESA

16 mm – pb – 570 mt – 52 mn. Produção: Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Data Rodagem: 1960.

Montagem do Acampamento Internacional da Mocidade Portuguesa, integrado nas Comemorações Henriquinas; cerimónias de inauguração pelo Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto. Delegações dos Estados Unidos da América, França, Japão, Espanha, Brasil, Paquistão; visitas ao Acampamento do Chefe do Estado – Américo Thomaz, e do Presidente do Conselho – Oliveira Salazar. Chegada do Presidente brasileiro Kubitschek de Oliveira; desfile naval de Sagres; visita dos acampados aos monumentos de Belém, ao Jardim Zoológico; seu desfile na Avenida da Liberdade.

1970

PINDORAMA

35 mm – c – 2750 mt – 100 mn. Realização: Arnaldo Jabor. Produção: Vera Cruz, Kamera Filmes, Arnaldo Jabor, Screen Gems, Columbia Pictures (Brasil). Argumento: Arnaldo Jabor. Planif/Seq: Arnaldo Jabor. Fotografia: Affonso Beato. Decoração: Luiz Carlos Ripper. Música: Guilherme Magalhães Vaz. Montagem: João Ramiro Mello, Arnaldo Jabor. Produção Exec: Walter Hugo Khouri, William Khouri. Intérpretes/Personagens: Maurício do Valle, Itala Nandi, Jesus Pingo, Hugo Carvana, José de Freitas, Wilson Grey, Vinicius Salvatore, Tep Kahok, Maria Regina, Manuel do Caveira.

No século XVI, inicia-se a colonização portuguesa do Pindorama – nome indígena, mítico, do Brasil. Um antigo governador, adepto de um regime forçado para impor a civilização, é chamado ao poder por emissário do rei. Encontra acidade arruinada, às mãos de um potentado explorador e epicuriano, que deixa certa liberdade aos índios. Um poeta anarquista vai semear a revolta, mas a luta apenas beneficia os políticos, e desencadeia um massacre...

Observações: Colonização Portuguesa no Brasil, século XVI.

1972

OS INCONFIDENTES LA CONGIURA

35 mm – c – 2100 mt – 75 mn. Realização: Joaquim Pedro de Andrade. Produção: Filmes do Serro, Grupo Filmes, Mapa Filmes, J.P. Andrade (Brasil), Radiotelevisione Italiana/RAI (Itália). As Realização: Gilberto Loureiro. Argumento: Joaquim Pedro de Andrade, Eduardo Escorel. Fonte: Autos da Devassa. Texto: (Poemas) Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto. Obra Original: «O Romanceiro da Inconfidência». Autor Original: Cecília Meireles. Fotografia: Pedro de Moraes. Op Imagem: Antonio Ventura. Decoração: Anísio Medeiros. Vestuário: Teresa Nicolau. Direc de Som: Juarez D. Costa. Mús Canções: («Aquarela do Brasil») Ary Barroso, («Farolito») Agustín Lara. Canções por: Tom Jobim, João Gilberto. Montagem: Eduardo Escorel. Exteriores: Ouro Preto (Brasil). Direc Produção: Carlos A. Prates Correia. Distribuição: Animatógrafo. Estreia: Universal. Data Estreia: 11 Nov 1975. Intérpretes/Personagens: José Wilker (Tiradentes), Luíz Linhares (Tomás António de Gonzaga), Paulo César Pereio (Bueno da Silveira), Fernando Torres (Cláudio Manuel da Costa), Carlos Kroeber (Alva-

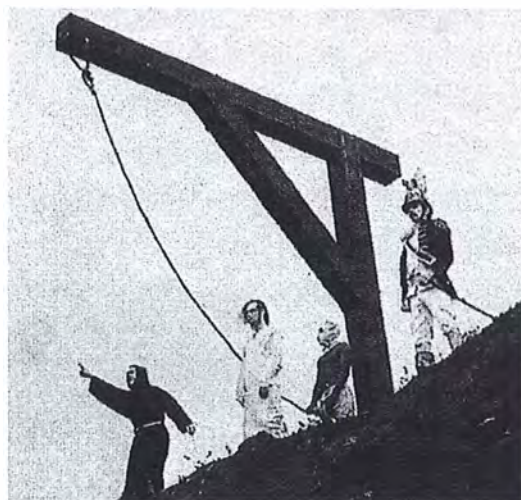
renga Peixoto), Nelson Dantas (Visconde), Carlos Gregorio (Padre), Margarida Rey (Marília), Suzana Gonçalves (D. Maria I), Teresa Medina, Fábio Sabag, Wilson Grey, Roberto Maia.

A Inconfidência Mineira – conspiração independentista do século dezoito, em Minas Gerais, centro das riquezas coloniais. Do grupo, faziam parte poetas e nobres, incluindo o padre e o coronel da guarnição. O dentista Tiradentes é torturado, para que divulgue a sua participação, na conjura contra a coroa portuguesa; os cúmplices haviam já confessado, negando responsabilidades próprias. Tiradentes é o único a assumir-se plenamente, sendo condenado à morte. A memória do mártir... Observações: Colonização portuguesa no Brasil (século XVIII).

1972

INDEPENDÊNCIA OU MORTE

35 mm – c – 2950 mt – 108 mn. Realização: Carlos Coimbra. Produção: Cinedistri (Brasil). Argumento: Anselmo Duarte, Carlos Coimbra, Dionísio Azevedo, Lauro César Muniz. Planif/Seq: Abílio Pereira de Almeida. Fotografia: Rudolf Icsey. Decoração: Campelo Neto. Música: Chico Moraes, Wilson Miranda. Montagem: Carlos Coimbra. Produção Exec: Oswaldo Massaini. Intérpretes/Personagens: Tarcísio Meira, Glória Menezes, Dionísio Azevedo, Kate Hansen, Emiliano Quei-



roz, Manoel de Nobrega, Heloisa Helena, Labanca, Renato Restier, Anselmo Duarte, Jairo Arco e Flecha, Abílio Pereira de Almeida, Vanja Orico, José Lewgoy, Carlos Imperial, Sérgio Hingst, Rodolfo Arena, Clovis Bornay, Lola Brah. A vida do imperador D. Pedro I do Brasil – desde a infância, até à abdicação (1831). Destaque para o grito da independência, nas margens do Rio Ipiranga, e as aventuras amorosas do monarca; suas relações com a Marquesa de Santos e a Imperatriz Leopoldina.

Observações: O rei D. Pedro IV de Portugal, primeiro imperador do Brasil.

HISTÓRIA DO BRASIL

35 mm – pb – 4300 mt – 158 mn. Realização: Glauber Rocha, Marcos Medeiros. Produção: Tricontinental (Brasil), Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematografica/ICAIC (Cuba), Renzo Rossellini (Itália). Argumento: Glauber Rocha, Marcos Medeiros. Locução: (Narrador) Jirges Ristum, (Off) Glauber Rocha, Marcos Medeiros. Montagem: Glauber Rocha, Marcos Medeiros. Ante-Estreia: Cinemateca Portuguesa. Data Ante-Estreia: 11 Jun 1987.

Uma história crítica e dialéctica do Brasil, desde a época de Cristovão Colombo. Desembarque dos Portugueses; Bartolomeu Dias enterra uma cruz e uma espada na praia. Cartas geográficas, povos e animais. Divisão territorial em capitânias. Missionaçã: Nóbrega e Anchieta. Companhia das Índias Ocidentais. Escravizaçã dos indígenas.

O Aleijadinho. Conjura do Tiradentes. Os bandeirantes; garimpeiros de Minas Gerais. Garibaldi em Santa Catarina. Latifúndios. O Século XX e a colonizaçã americana duma «sociedade luso-africana».

Observações: Aspectos da presença portuguesa no Brasil.

ANCHIETA, JOSÉ DO BRASIL

35mm – c – 4100 mt – 150 mn. Realizaçã: Paulo Cezar Saraceny. Produçã: Santana Produtora, Embrafilme, P.C. Saraceni, Sergio Saraceni (Brasil). Argumento: Paulo Cezar Saraceni, Marcos Konder Reis, Humberto Mauro. Fotografia: Marco Bottino. Decoraçã: Ferdy Carneiro. Música: Sérgio Guilherme Saraceni. Montagem: Ricardo Miranda. Ante-Estreia: Casino – 12º Festival de Cinema da Figueira da Foz. Data Ante-Estreia: Set 1983. Intérpretes/Personagens: Ney Latorroca (José de Anchieta), Luiz Linhares (Manoel da Nóbrega), Maurício do Valle (João Ramalho), Joel Barcellos (Tibirica), Hugo Carvana (Diogo Álvares), Paulo César Pereio (Jean-des Bolés), Maria Gladys, Vera Barreto Leite, Ana Maria Magalhães, Roberto Bonfim, Ana Maria Miranda, Dedé Veloso, Manfredo Colassanti, Carlos Kroeber, Wilson Grey, António Carnera, A. Fregolente, Rui Pollanah.

Chegado ao Brasil em 1553, o padre José de Anchieta aprende a língua dos índios Tupi, elabora uma gramática, observa os costumes e classifica a flora local, evitando atritos com os colonos. Durante a intervençã francesa, negocia a paz e ocupa-se dos Tamoios, com o padre Manoel da Nóbrega. A escravatura compromete o seu apostalado, mas Anchieta converte-se numa figura mítica... Observações: A colonizaçã portuguesa no Brasil (Século XVI).

IL GIOVANE TOSCANINI YOUNG TOSCANINI

35 mm – c – 3300 mt – 120 mn. Realizaçã: Franco Zeffirelli. Produçã: Paisà; Carthago Films, Canal +, Fr3, La Sept (França), Italian International Pictures, RAI (Itália), TBA Films (Turquia). Orçamento Divulgado: (Portugal) 130.000 contos. Argumento: William H. Stadiem, Meno Menjes. Fotografia: Daniele Nannuzzi. Decoraçã:

1998 – 6 de Setembro – No Brasil, Michael Cimino anuncia o projecto de BRASIL 1500 – ISLAND OF THE MOON, sobre a viagem marítima e a descoberta por Pedro Álvares Cabral; uma produção de Ilya Salkind & Jane Chaplin (EUA), com Tatu Filmes (Brasil). 1999 – 11 de Fevereiro – Cimino e o produtor Ilya Salkind apresentam, em Lisboa, a co-produção luso-brasileiro-americana BRASIL 1500 – ISLAND OF THE MOON; envolvidos, António da Cunha Telles e os brasileiros Cláudio Kahns e Fábio Fonseca, estes também autores do argumento.

1998 – 10 de Março – No âmbito da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/CNCDP, é anunciado MAR DAS ÍNDIAS de Camilo de Azevedo, para a Radiotelevisão Portuguesa/RTP.

1998 – 18 de Junho – No âmbito da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/CNCDP, é anunciado o projecto de duas séries sobre Pedro Álvares Cabral – AVENIDA BRASIL de Francisco José Viegas e Rui Mateus Pereira, e ALÉM MAR de Belisário Franca – para o ano 2000, a propósito das comemorações dos 500 anos sobre a chegada do navegador à costa do Brasil.

1999 – 11 de Novembro – Projecto apoiado pelo ICAM, no Concurso de Apoio Financeiro à Pesquisa e Desenvolvimento de Documentários, com 750 contos: REFLEXOS DA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL A MEIO MILÉNIO DE DISTÂNCIA de João Soares Tavares.

1999 – 6 de Dezembro – A Tv Globo anuncia a produção da série A INVENÇÃO DO BRASIL, destinada a assinalar os quinhentos anos da descoberta por Pedro Álvares Cabral; da autoria de Manoel Carlos, e com emissão prevista para o ano 2000.

Andrea Crisanti, Enrico Fiorentini, Angelo Santucci. Vestuário: Tom Rand. Direc Musical: Eugene Khon. Montagem: Jim Clark, Brian Oats, Franca Silvi, Amadeo Giomini. Interiores: Teatro Nacional de São Carlos, Palácio Sottomayor (Figueira da Foz), navio Gil Eanes. Exteriores: Lisboa – Praça do Príncipe Real, Porto. Data Rodagem: Mar/Abr-Set/Out 1987. Produção Exec: (Portugal) Maria do Carmo Moser; Fulvio Lucisano, Tarak Ben Ammar. Direc Produção: (Portugal) Manuel Costa e Silva, Giuseppe Pisciotto. Patrocínio: Radiotelevisão Portuguesa/RTP. Distribuição: (Internacional) Canon. Apresentação: Festival de Veneza. Data Apresentação: 5 Set 1988. Intérpretes/Personagens: C. Thomas Howell (Arturo Toscanini), Elizabeth Taylor (Nadina Bulichoff), Sophie Ward (Margheritta), Pat Heywood (Mãe Allegri), John Rhys-Davies (Claudio Rossi), Philippe Noiret (D. Pedro II), Franco Nero (Claudio Toscanini), Irma Capece Minutolo (Mantelli), Nicholas Chagrin, Leon Lisseck, Carlo Bergonzi, Giovanna Stella La Nocita, Simon Gregor, Elsa Agalbato.

A juventude do compositor Arturo Toscanini (1867-1957). Em 1883, com dezoito anos, presta uma audição em La Scala de Milão, perante um comité de selecção pouco interessado. Acusado de falta de respeito, perde o emprego, mas conquista a admiração do empresário Claudio Rossi, com quem fará uma digressão pela América Latina. Desembarcando no Rio de Janeiro, Arturo enfrenta uma árdua missão: garantir ensaios com a diva Nadina Bulichoff, amante de D. Pedro II, Imperador do Brasil... Observações: Co-produção luso-franco-italo-turca. Rodagem em Portugal.

1994

CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRASIL

35 mm – c – 2750 mt – 100 mn. Realização: Carla Camuratti. Produção: Camuratti & De Felippes (Brasil). Argumento: Angus Mitchell, Carla Camuratti. Sequência: Melanie Dimantas, Carla

Camuratti. Fotografia: Breno Silveira. Cenários: Tadeu Burgos, Emília Duncan. Figurinos: Tadeu Burgos, Emília Duncan. Montagem: Cezar Migliorin, Martha Luz. Produção Exec: Carla Camuratti, Bianca De Felippes. Apresentação: Cinemateca Portuguesa. Data Apresentação: 20 Jul 1998. Intérpretes/Personagens: Marieta Severo (Carlota Joaquina), Marco Nanini (D. João VI), Ludmilla Dayer, Brent Hiett, Maria Fernanda, Marcos Palmeira, Eliana Fonseca, Aldo Leite, Bel Kutner, Vera Holtz, Thales Pan Chacon.

Espanha, 1785. Carlota Joaquina, uma infanta que foi prometida ao futuro Rei D. João VI, quando tinha dez anos de idade, recebe o retrato do futuro esposo e é obrigada a partir para Portugal, levando consigo a sua herança familiar. Chegando ao novo país, Carlota sofre uma enorme decepção, ao encontrar o «prometido» – gerando muitas brigas, infidelidades e vários filhos. Com a morte de D. José, herdeiro do trono português e declarada a insanidade de D. Maria I, Carlota Joaquina e D. João VI assumem a coroa lusitana. Porém, assustados com a Revolução Francesa e a aproximação do exército de Napoleão, resolvem fugir para a colónia do Brasil... Observações: Produção brasileira. Reflexos da História de Portugal no Século XVIII.

1999

HANS STADEN

- LÁ VEM NOSSA COMIDA PULANDO

35 mm – c – 2530 mt – 92 mn. Realização: Luiz Alberto Pereira. Produção: JN Produção Audiovisual; LapFilme (Brasil). As Realização: Tereza Landgraf, Carlos Rao, Roger Palleja. Argumento: Luiz Alberto Pereira. Consultor Histórico: Carlos Rao. Linguista: Helder Perry. Fotografia: Uli Burtin. As Imagem: Iana Ferreira. Op Vídeo: (As) Rita Palma. Electricistas: (Chefe) Helder Mendes, Pedro Curto. Maquinistas: (Chefe) Vitor Barroso, Pedro Miguel. Direc Artística: Francisco Andrade, (As) Ruth Segovia. Aderecista: Thelma Vanessa de



Jerusalém. Figurinista: Cleide Fayad. Caracterização: Sonia Regina da Silva. Anotação: Arnaldo Zidan. Fot Cena: Ivo Canelas. Direc de Som: Jorge Vaz. As Som: António Pedro Figueiredo/Copi. Música: Marlui Miranda. Rodagem em Portugal: Porto, Lisboa. Data Rodagem: (Portugal) Out 1998. Material Eléctrico: Cinemate. Produtores: Luiz Alberto Pereira, (Portugal) Jorge Neves, (Espanha) Sonia Llera. Direc Produção: Ivan Teixeira, (Portugal) Henrique Espírito Santo. As Produção: Sandra Fanha, Analice Campos, Luís Campos. Delineamento de Produção: Susana Canelas. Patrocínio: SDAV (Brasil). Assessora Imprensa: Filipa Patusco. Difusão: (Portugal) Alfândega Filmes. Apresentação: Casino – 28º Festival de Cinema da Figueira da Foz. Data Apresentação: Set 1999. Intérpretes/Personagens: Carlos Evelyn (Hans Staden), Ariana Messias (Nairá), Antonio Peri (Perot), Walter Portell (Abati Pogança), Cintia Grillo (Mulher de Abati Pogança), Daniel Minduruku (1º Cacique), Valdir Ramos (2º Cacique), Mário Jacques (Capitão do Navio).

Em 1550, o viajante alemão Hans Staden naufraga em Santa Catarina, na costa brasileira. Capturado por índios Tupinambás, hostís e antropófagos, que pretendem comê-lo, Staden logra sobreviver entre eles, durante dois anos. Finalmente, consegue a liberdade, tendo chegado a São Vicente. Depois de trabalhar durante longo tempo, e ao preparar-se para regressar à Europa, recebe o reconhecimento, e ouro, de El-Rei de Portugal. Um dia, decide procurar um escravo, iniciando novas aventuras com os Tupiniquins, e acaba por escrever as suas memórias...

Observações: Co-produção luso-brasileira.

Principais Curtas Metragens

1920

TRANSLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DOS EX-IMPERADORES DO BRASIL

35 mm – pb – 120 mt. Produção: *Secção Cinematográfica do Exército. Estreia: Olympia. Data Estreia: 3 Jan 1921.

Cerimónia realizada em Lisboa, a 22 de Dezembro de 1920.

Observações: *Outras Fontes: Invicta Film. Data de Estreia no Porto (Jardim Passos Manuel): 30 Dez de 1920.

1940

JORNAL PORTUGUÊS – 17

35 mm – pb – 533 mt. Produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas /SPAC. Data Ante-Estreia: Jun 1940.

Cruzeiro dos Velhos Colonos: chegada à metrópole, para assistirem às Comemorações Centenárias, a convite do Ministro das Colónias. A Embaixada Especial do Brasil: a bordo do paquete italiano Oceania; o General Francisco José Pinto, representante pessoal do Chefe de Estado Getúlio Vargas, entrega as insígnias da Grã Cruz da Ordem do Cruzeiro ao general Oscar Carmona.

1940

JORNAL PORTUGUÊS – 22

35 mm – pb – 405 mt. Produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas /SPAC. Data Ante-Estreia: Nov. 1940.

Brasil nas Comemorações Centenárias: Inauguração do Pavilhão do Brasil – Partida de Olegário Mariano – Almoço em Sintra – Despedida da Embaixada Especial; Romagem ao Túmulo de Pedro Álvares Cabral em Santarém. A Nau Portugal – atracção da Exposição do Mundo Português.

1941

JORNAL PORTUGUÊS – 23

35 mm – pb – 303 mt.

Produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC. Data Ante-Estreia: Jan 1941.

Inauguração da Estátua a Pedro Álvares Cabral, oferecida pelo Governo do Brasil, réplica da que existe no Rio de Janeiro: honras militares pela Marinha, representações da Legião e da Mocidade Portuguesa.

1944

JORNAL PORTUGUÊS – 45

35 mm – pb – 300 mt.

Data Estreia: Maio 1944.

A viagem do Almirante Gago Coutinho – chegada duma estadia no Brasil, a bordo da barca Foz do Douro: porto de Leixões; realce para a importância do astrolábio – desde os Descobrimentos dos séculos XV e XVI, que não foram por acaso; entrega da Grã Cruz da Ordem do Império Colonial, pelo Ministro das Colónias Francisco Vieira Machado.

Troca de Beligerantes em Lisboa: entre 102 súbditos da Alemanha e 27 cidadãos do Brasil, que se encontravam em campos contrários; os alemães chegaram a bordo do navio espanhol Cabo de Buena Esperanza; entre os brasileiros, o Embaixador Sousa Dantas, requerente do Brasil na capital francesa e decano dos Embaixadores, partindo no «Colonial».

1968

PORTUGAL, UM PASSADO A CONSTRUIR UM FUTURO

35 mm – pb – 12 mn. Realização: Silva Brandão. Produção: Secretariado Nacional da Informação/SNI. A exposição «Portugal, um Passado a Construir um Futuro», enviada para o Rio de Janeiro, incluída nas comemorações do quinto centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral.

Bibliografia sobre o Descobrimento do Brasil



A.A.V.V., «O achamento do Brasil», revista *Oceanos*, número 39, Lisboa, CNCDP, 1999.

João Capistrano de ABREU, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1928.

Eduardo BUENO, *A Viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1998.

Pêro Vaz de CAMINHA, *Carta a el-rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, edição de Manuel Viegas Guerreiro e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

António CARDOSO, *Bartolomeu Dias e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Academia de Marinha, 1993.

Jaime CORTESÃO, *O carácter lusitano do descobrimento do Brasil*, Lisboa, Império, 1941.

Jaime CORTESÃO, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, 1943.

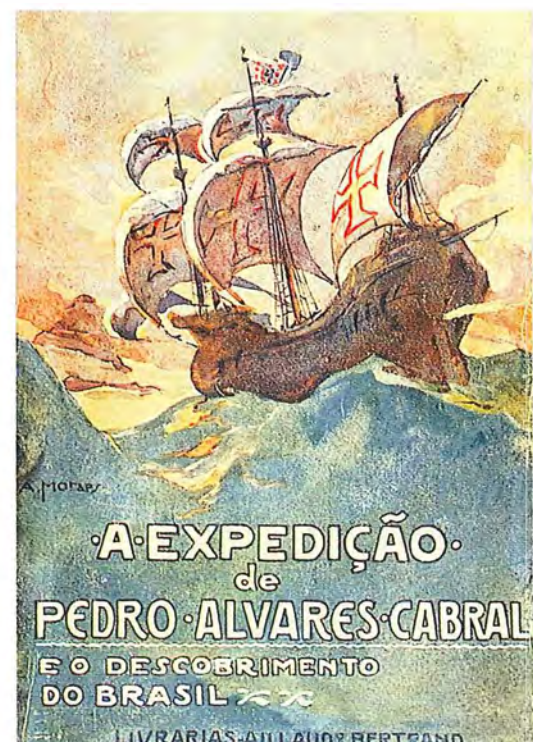
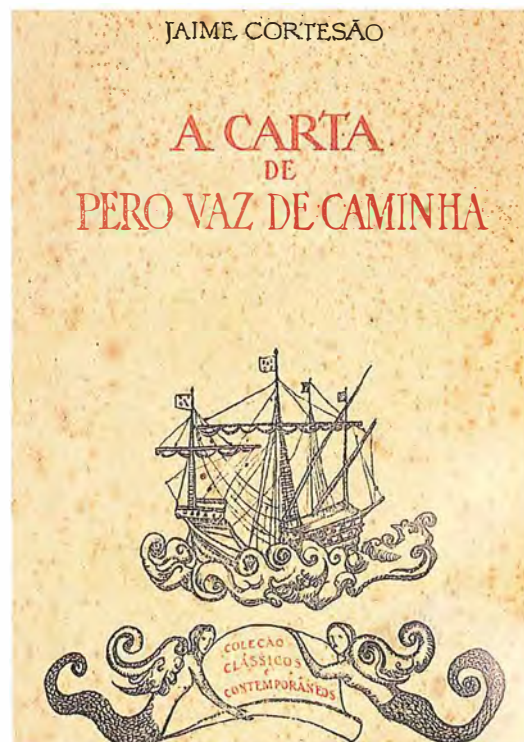
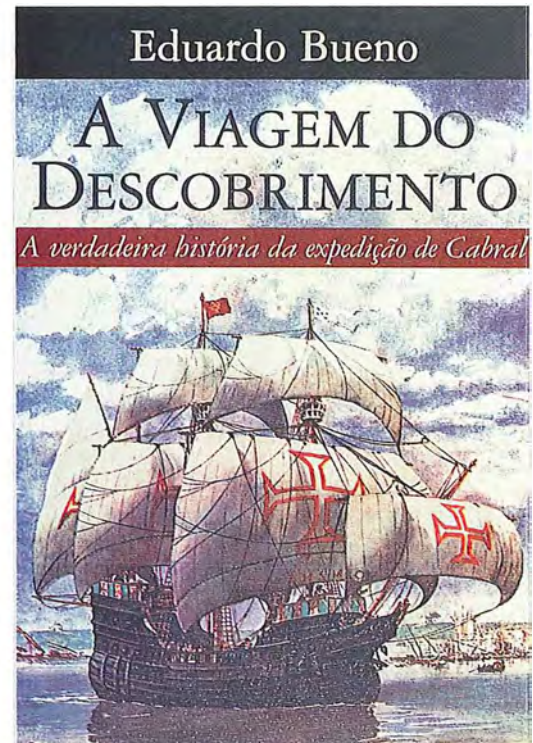
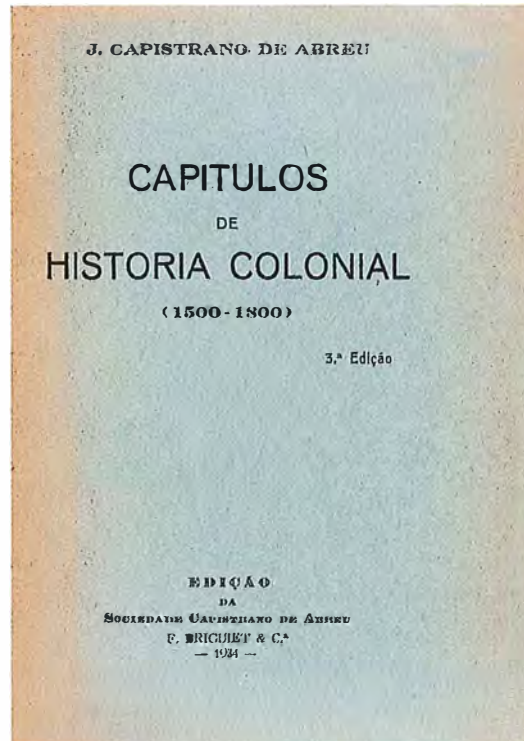
Jaime CORTESÃO, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Paris-Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1922.

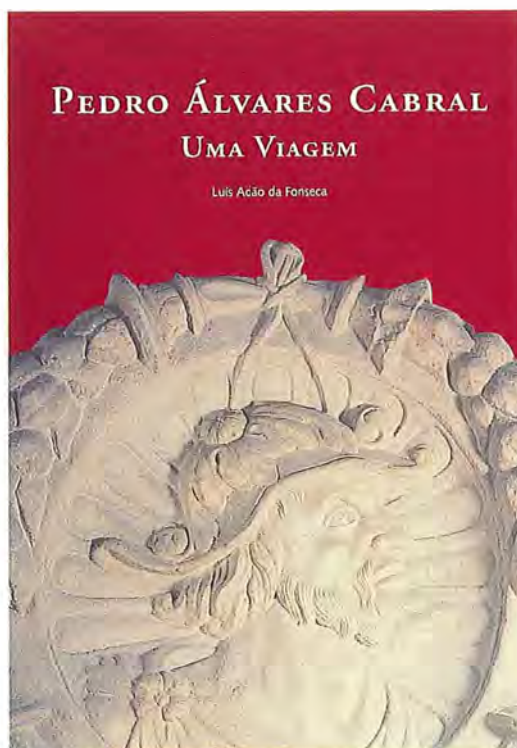
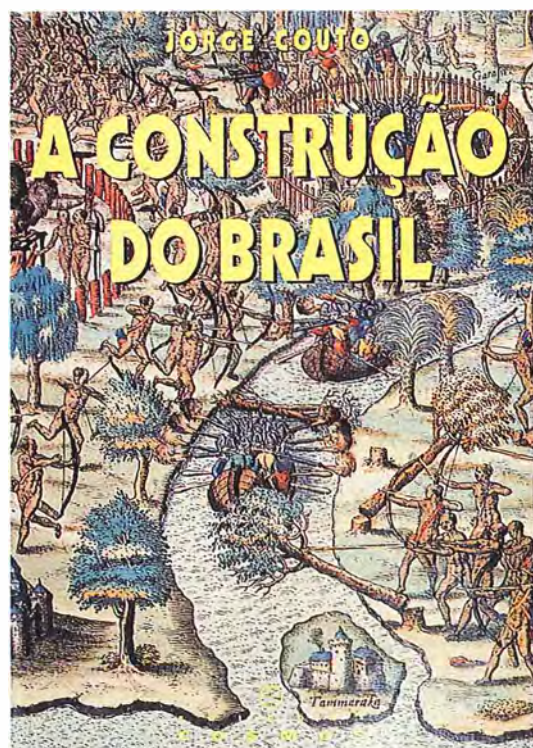
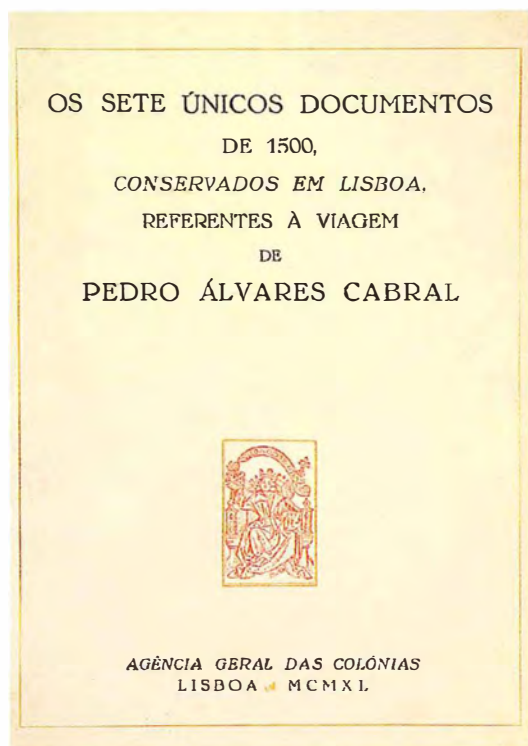
A. Fontoura da COSTA, *A arrojada viagem de Pedro Álvares Cabral e da sua armada: 1500-1501*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1937.

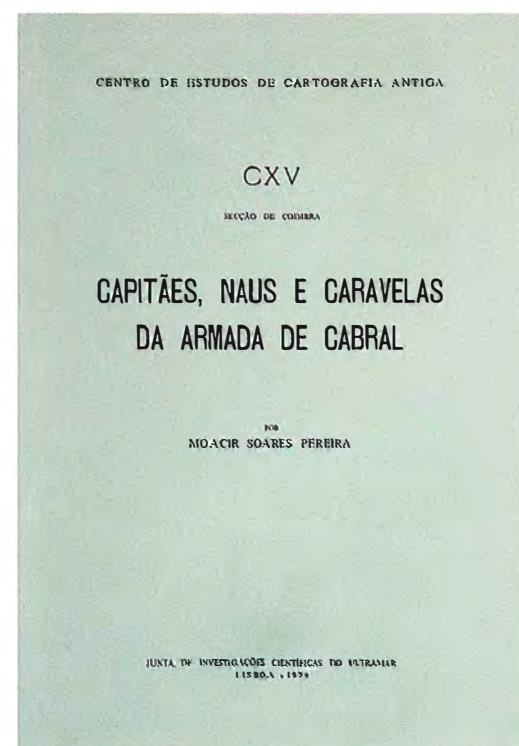
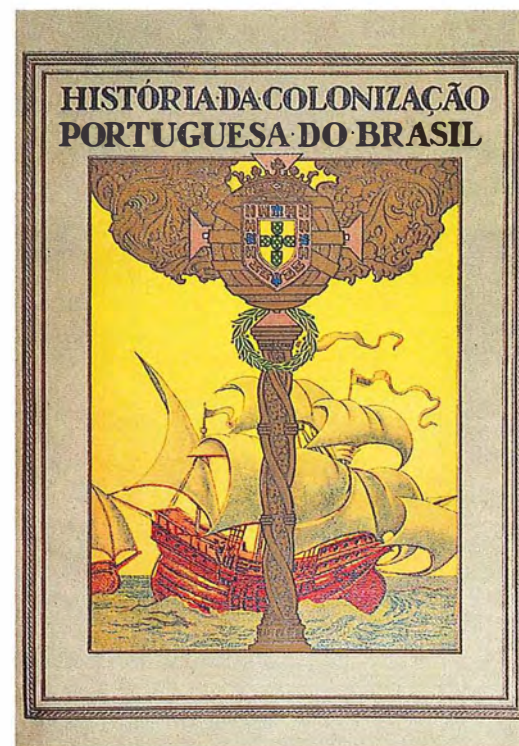
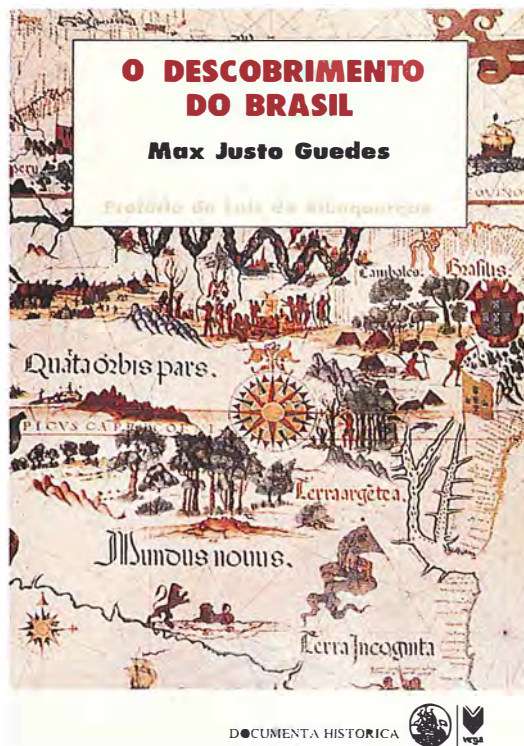
A. Fontoura da COSTA, *La découverte du Brésil en 1500: 22 Avril, date historique*, Lisboa, Centro Tip. Colonial, 1938.

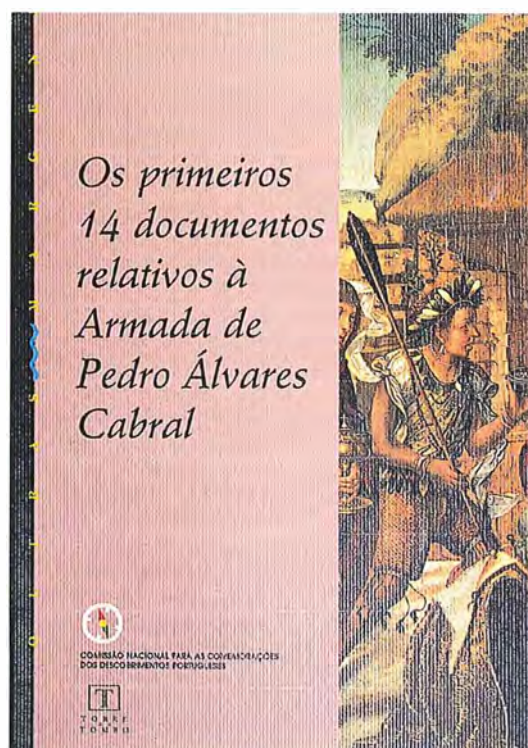
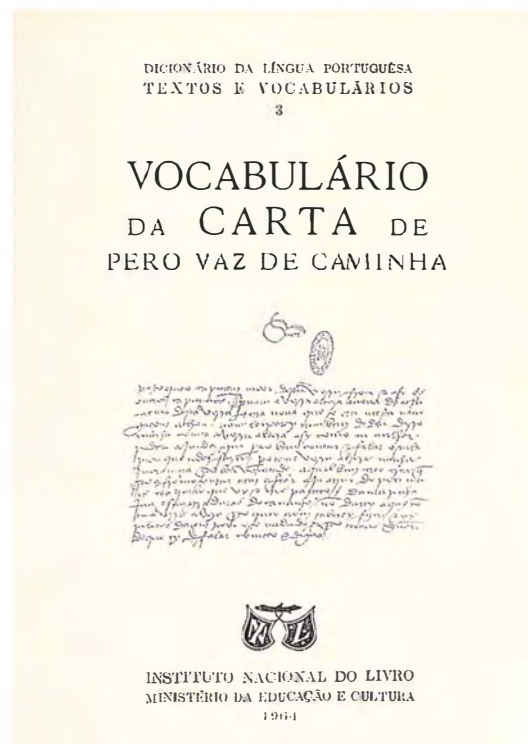
A. Fontoura da COSTA, *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

Jaime Raposo COSTA, *Os Descobrimentos Portugueses, Pedro Álvares Cabral e o Brasil*, S. Paulo, Conselho da Comunidade Portuguesa do Estado de S. Paulo, 1988.









- Gago COUTINHO, *A descoberta do Brasil em 1500*, Lisboa, Soc. Ind. Tipografia, 1940.
- Gago COUTINHO, *Descobrimento do Brasil. Conferências*, Rio de Janeiro, Liceu Literário Português, 1943.
- Gago COUTINHO, *Influência que as primitivas viagens portuguesas à América do Norte tiveram sobre o descobrimento das "Terras de Santa Cruz"*, Lisboa, Imp. Soc. Ind. Tipográfica, 1937.
- Jorge COUTO, *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- Jorge COUTO e Max Justo GUEDES, *Descobrimento do Brasil*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- Descobrimento do Brasil: narrativa de um marinhheiro (O)*, Lisboa, Emp. do Ocidente, [19—].
- Manuel Nunes DIAS, *Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [D.L. 1964].
- Manuel Nunes DIAS, *Descobrimento do Brasil*, Porto, 1973.
- Manuel Nunes DIAS, «O descobrimento do Brasil: tratados bilaterais e partilha do Mar Oceano», in *Studia*, nº 25, Lisboa, 1968, pp. 1-24.
- Francisco Leite de FARIA, *Os impressos quinhentistas portugueses referentes exclusivamente ao Brasil*, [s.l., s.n., D.L. 1975].
- Francisco Leite de FARIA, *Pensou-se em Vasco da Gama para comandar a Armada que descobriu o Brasil*, Lisboa, Centro de Estudos de Cartografia Antiga-Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978.
- Fernando Lourenço FERNANDES, *A Armada de 1500 e as singularidades de arribada na Escala do Atlântico Sul*, Lisboa, Academia de Marinha, 1993.
- Luís Adão da FONSECA, *Pedro Álvares Cabral, Uma Viagem*, Lisboa, Edições Inapa, 1999.
- Carlos Alberto Encarnação GOMES, «Novos Elementos para o estudo da viagem de 1500 ao Brasil», in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Lisboa, 1989, pp. 9-27.
- William B. GREENLEE, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos Documentos e Relações Coevas*, trad. port., Porto, Livraria Civilização, 1951.
- Max Justo GUEDES, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Vega, 1989.
- Manuel Viegas GUERREIRO, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha Lida por um Etnógrafo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dir. Carlos Malheiro Dias, 3 vols., Porto, Litografia Nacional, 1921-1924.
- História Naval Brasileira*, dir. Max Justo Guedes, vol. I, t. 1 e 2, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.
- Duarte LEITE, *Descobridores do Brasil*, Porto, Artes Gráficas, 1931.
- Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos. Coleção de Esparsos*, org. Vitorino Magalhães Godinho, 2 vols., Lisboa, Edições Cosmos, 1959-1962.
- Duarte LEITE, *Os Falsos Precursores de Álvares Cabral*, Lisboa, Portugalíia Editora, [194-].
- Metzner LEONE, *Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Editorial Aster, 1969.
- Alexandre LOBATO, «Dois novos fragmentos do Regimento de Cabral para a Viagem da Índia em 1500», in *Studia*, nº 25, Lisboa, 1968, pp. 31-49.

- Alfredo Pinheiro MARQUES, *A Cartografia do Brasil no Século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- Samuel E. MORISON, *As Viagens Portuguesas à América*, trad. port., Lisboa, s. d.
- «Navegação do capitão Pedro Álvares Cabral escrita por um piloto português», in *O Reconhecimento do Brasil*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 37-66.
- João Alves das NEVES, *Pedro Álvares Cabral, o Descobridor do Brasil*, Porto, Vertente, 1991.
- Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coord. de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, vol. VI, Lisboa, Estampa, 1992.
- Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil*, introd. e coord. João Alves das Neves, Porto, Vertente, 1991.
- Isaías da Rosa PEREIRA, «Documentos inéditos sobre Gonçalo Gil Barbosa, Pêro Vaz de Caminha, Martinho Neto e Afonso Furtado, escritas da despesa e receita do feitor Aires Correia (1500)», *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. II, Porto, UP – CNCDP, 1989, pp. 505-513.
- Moacyr Soares PEREIRA, «O Novo Mundo no Planisfério da Casa de Este, o 'Cantino'», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXV, 1989, pp. 271-308.
- Moacyr Soares PEREIRA, *Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVII, 1979.
- Sílvio Batista PEREIRA (org.), *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, in *Dicionários da Língua Portuguesa. Textos e Vocabulários* (coleção organizada e dirigida por A. G. Cunha), vol. 3, Lisboa, Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- Damião PERES, *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidade*, Porto, Portucalense, 1949.
- Damião PERES, *Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [D.L. 1971].
- Alfredo PIMENTA, *O descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugália, 1942.
- Portugal-Brasil: a era dos descobrimentos Atlânticos*, org. de Max Justo Guedes e Gerald Lombardi, Lisboa, Bertrand Editora, 1990.
- Primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral (Os)*, ed. de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, CNCDP/AN-TT, 1999.
- A. da Silva REGO, *Pedro Álvares Cabral: Índia ou Brasil?*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [D.L. 1971].
- Luís de Mello Vaz de SAMPAYO, «Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral, os 'Alvares Cabral'», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, 1971, pp. 1-352.
- Ilda Mendes dos SANTOS, *La Découverte du Brésil*, Paris, Chandeigne, 2000.
- A. A. Baldaque da SILVA, *O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1892.
- T. O. Marcondes de SOUSA, *O Descobrimento do Brasil. De acordo com a documentação histórico-cartográfica e náutica...*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.
- Sousa VITERBO, *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil: notícia histórica e documental*, Lisboa, Tip. Universal, 1902.

